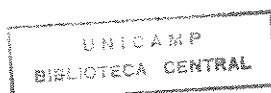


FLÁVIA INÊS SCHILLING

ESTUDOS SOBRE RESISTÊNCIA

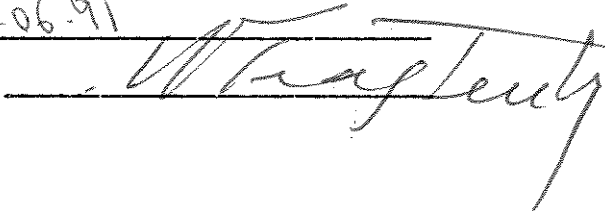
DC 9108633
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1991



FLAVIA INES SCHILLING

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida por Flávia Inês
Schilling e aprovada pela
Comissão Julgadora em 26.06.91

Data: 26.06.91

Assinatura: 

ESTUDOS SOBRE RESISTÊNCIA

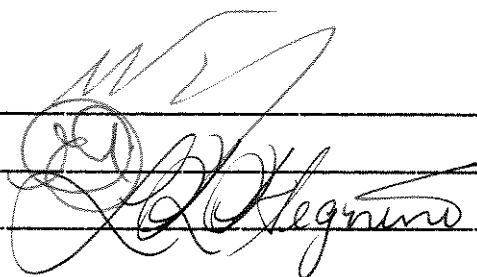
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1991

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de Concentração Administração e Supervisão Escolar, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Mauricio Tragtenberg.

Comissão Julgadora:



AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais para o meu orientador, Mauricio Tragtenberg: a palavra justa, o apoio necessário, o afeto e a confiança.

Agradecimentos fundamentais aos companheiros e companheiras do Uruguay, amigos de tantos anos e de tantas vidas, pois sem eles este trabalho não teria sentido.

Agradecimentos aos professores da Unicamp, pelo enriquecimento teórico e pela amizade.

Neste ponto, duas lembranças que marcaram muito: Sérgio Adorno e Elisabeth Lobo Garcia, mestres, que possibilitaram o acesso a novos conhecimentos e que se fazem presentes neste trabalho.

Agradecimentos aos colegas e companheiros de trabalho que acompanharam este processo, pela solidariedade.

À FAPESP e à UNICAMP, pelo apoio financeiro indispensável.

À minha família, pela paciência e pelo carinho e, finalmente,

agradecimentos para o meu companheiro, Gil,

presença amada,

pela força, pela alegria, pela coragem para viver.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma discussão sobre a resistência cotidiana que as pessoas oferecem às diferentes formas de disciplinarização existentes nas instituições. As perguntas colocadas são: existe uma resistência efetiva das pessoas às formas heterônomas de poder? Como se configura essa resistência? Qual é o seu significado?

Pretendemos alcançar as respostas a essas questões através de vários estudos. O primeiro recupera o significado da própria palavra. O segundo busca levantar como ela é tratada nas pesquisas sobre o movimento operário: encontramos a relação resistência-autonomia e resistência-ambigüidade. O terceiro estudo nos leva ao universo concentracionário para ver a relação entre resistência e sobrevivência. O quarto focaliza nossas questões nas pesquisas sobre poder e resistência nas escolas. Finalmente, o quinto estudo, diferenciando-se dos demais, recupera um caso concreto: a resistência de presas políticas na prisão de "Punta Rieles" (Uruguai) entre 1972 e 1985.

INDICE

1. INTRODUÇÃO: "Resistência: em busca da palavra, de seus
usos, de um conceito".....p. 1
2. CAPITULO I: "A palavra nos dicionários".....p. 15
3. CAPITULO II: "Entrando no mundo do trabalho"....p. 24
4. CAPITULO III: "Resistência & Sobrevivência, ou alguns
limites.....p. 68
5. CAPITULO IV: "Mudando de lugar: a escola".....p. 85
6. CAPITULO V: "Um último estudo sobre resistência: a
resistência na prisão".....p. 143
7. ANEXOS.....p. 202
8. BIBLIOGRAFIA.....p. 238

INTRODUÇÃO

Resistência: em busca da palavra,
de seus usos,
de um conceito.

"Isto ainda vacila, tropeço, confundo-me. De toda maneira, haverá sempre uma margem de indecisão, a distinção não será origem de classificações seguras, o paradigma rangerá, o sentido será precário, revogável, reversível, o discurso será incompleto."

Roland Barthes
"O prazer do Texto"
Ed. Perspectiva, 1987, p.8.

O ponto de partida

Após a conclusão desta série de estudos sobre resistência; depois de haver delimitado o "ponto de chegada"; depois de haver vivido as angústias e os prazeres de ter entre as mãos este trabalho tornado objeto concreto, recorte e limite. Realidade. Não mais a multiplicidade das possibilidades... Depois de haver abandonado o reino glorioso e incerto do "que poderia ter sido", é curioso retomar o ponto de partida.

O ponto de partida, a curiosidade inicial, a primeira emoção, o primeiro compromisso. Entre este ponto de partida e o ponto de chegada, quantas descobertas e quantas perdas, quantas mudanças de rumo, quanta vida vivida. Pois o ponto de partida não era um mero assunto teórico a ser tratado, ligava-se ao passado, liga-se ao presente, indica caminhos futuros. Poderíamos dizer que baseava-se, sim, numa perplexidade e num desconforto.

A perplexidade? Pessoal, intensa, talvez encantada. O desejo de entender a sobrevivência: como ela foi possível, como o é... como foi possível sobreviver à prisão?

O desconforto: com as brilhantes análises sobre o Poder (maiúsculo) nas organizações, nas instituições. Asfixia, recusa, aceitação. É, efetivamente, assim. Estas análises refletem bem o que ocorre nas instituições, que se sonham, se desejam, cada vez mais totais (os novos deuses criando seus homens e mulheres a sua imagem e semelhança?). Simultaneamente: estas análises são falsas, tão assépticas! Ignoram os sujeitos (sujeitados?), os sujeitos da ação e do verbo, os sujeitos na ação e no

verbo. Sujeitos? O dicionário nos informa: "do latín "subjectu", "posto debaixo"; escravizado, cativo; obrigado, constrangido, adstrito; que se sujeita à vontade dos outros; obediente, dócil; dependente, submetido.

Assunto, tema.

(Gram.): termo da proposição a respeito do qual se enuncia alguma coisa.

(Filos.): o ser individual, real, que se considera tendo qualidades ou praticado ações.

(Jur.): cada uma das pessoas vinculadas a uma relação jurídica.

(Bras.): designação que davam os sertanejos aos escravos)"(1)

Indagações: se os poderes (o Poder) são tão totais, somos sombras, fantasmas, fantasias de liberdade, de transformações, de criação? Somos explicados pelo poder enquanto suas criaturas? Ou somos mais ou outras coisas, além?

Fica, portanto, colocada a questão gerada pelo desconforto: até que ponto os sujeitos são constituídos pelo poder (pelos poderes)?

Fica recolocada a questão gerada pela perplexidade: como foi (é) possível a sobrevivência?

Uma primeira resposta: pela resistência individual e coletiva desses sujeitos no verbo e na ação, sujeitos do verbo e da ação.

(1) Aurélio Buarque de Holanda: "Novo Dicionário da Língua Portuguesa", ed. Nova Fronteira, 1ª ed., 4ª impressão, p. 1346.

O conteúdo

"Efetivamente, é um outro elemento que torna Bentham irreal: a resistência efetiva das pessoas. Como as pessoas nas oficinas, nas cidades, resistiram ao sistema de vigilância e de registro contínuos? Tinham eles consciência do caráter subordinante, dominador, insuportável desta vigilância? Ou eles a aceitavam como natural? Em suma, houve revoltas contra o olhar?(1)

Eis a nossa questão colocada: a resistência efetiva das pessoas. Algo que realmente existe? Ou mero sonho, fruto do desejo de ver liberdade no interior do sonho-pesadelo de Bentham, no interior do mundo meticulosamente previsto e lógico da sociedade disciplinar desenhada por Foucault?

A naturalização das disciplinas nos remete inevitavelmente à eterna servidão voluntária?

A palavra resistência significa. Usada, viva, com história, é por momentos obscura como o que retrata, ambígua como tudo o que não é "dado". Aparece nas pesquisas, cada vez com mais frequência, usada com algum encantamento -a descoberta da palavra emergente, da possibilidade de escapar aos sonhos-pesadelos?-, com muitas nuances e variações: carregada de criação e de permanência. Longe de mim o desejo de uniformizar, de tornar único o que é múltiplo e reduzir a riqueza de um conceito nascente. Meu desejo é o da apresentação, sem pretender esgotar os caminhos possíveis, dessa riqueza de usos. Para poder falar comunicando, para poder falar percebendo os brilhos e as opacidades, os limites e as imprecisões necessárias.

Este será o tema, o motivo destas páginas. Vamos em busca dos significados dos "nãos" contidos nos gestos e nas falas resistentes.

(1) Michel Foucault, "Microfísica do Poder", Graal, 1979, p.225.

Não será contada, portanto, nenhuma grande história, não se tratará da História; serão contadas pequenas e cotidianas histórias de recusas e afirmações.

Não tratarei das grandes recusas ou dos lugares privilegiados dessas grandes recusas, se é que existem tais lugares... Resistência não é revolução, não se pretende tal, mesmo que pareça indicá-la e mesmo que possa até, sustentá-la. Portadora de ambiguidades, por momentos parecendo uma ilusão pois reprodutora da ordem fundamental e de sua lógica, por momentos portadora de recusas que questionam profundamente essa mesma ordem e a lógica que a sustenta.

O objetivo principal deste longo percurso que recupera os "nãos" humildes e cotidianos, é tentar perceber as "falhas" deste "universo imponente e duvidoso da homogeneidade, da unificação do sistema" (1).

A sugestão que desejaria que permanecesse é a do "sim" que está implícito neste trabalho, este "sim" que aponta para o desejo de uma outra vida, de outras relações (utopia-sonhos) no trabalho, nas instituições.

"...abençoados os que dizem não, porque deles deveria ser o reino da Terra, Deveria, disseste, O condicional foi deliberado, o reino da Terra é dos que têm o talento de pôr o não ao serviço do sim, ou que, tendo sido autores de um não, rapidamente o liquidam para instaurarem um sim..."(2)

(1)Max Pages e outros, "O Poder das Organizações, ed. Atlas, 1986, p.16, definindo a TLTX...

(2)José Saramago, "História do Cerco de Lisboa", Cia. das Letras, 1989, p. 330.

A forma

O discurso será incompleto, o sentido será precário...

Será construído com passos talvez vacilantes, através de idas e vindas, contando com sua paciência e curiosidade, e, principalmente, com o desejo de perceber, na multiplicidade dos discursos que serão recuperados, algumas pistas que nos permitirão ver no lado cotidiano (obsuro) da vida, algumas promessas de emancipação.

A estrutura dos textos, o desenrolar-se da trama é fiel ao conteúdo que aqui será tratado. São "estudos" que sugerem o modo pelo qual foram sendo traçados: as linhas que os compõem não foram apagadas, seus fios de apoio permanecem. Fios que se entrelaçam, que se sustentam, que se rompem para depois encontrar-se... em outra parte.

Poderíamos imaginar o seguinte diálogo:

- "É possível suportar escritos que deixam de lado as especificidades históricas de cada caso relatado? Horrível e desprezível homogeneização do que tem sua cientificidade dada pela localização precisa dos fatos analisados!

- Certo, eu confesso que misturei épocas, fatos ocorridos em diferentes países, diferentes momentos teóricos... Confesso, com tristeza e sem arrependimento, ter caído na tentação da pintura impressionista, que com suas luzes recupera contornos apenas insinuados. O rigor científico certamente fará sentir o seu peso sobre mim. Mas como resistir ao chamado das sereias, convidando a olhar com atenção o curso do rio, o seu desenvolver-se suprendente e secreto, seu rumor surdo e cheio de promessas?

- Palavras. Apenas palavras redondas que pinguepongueiam nas linhas e que pouco esclarecem. Palavras redondas e não pontudas, curvas e não linhas. Isto é inaceitável. Onde você acha que está?

- Eu penso estar nas brechas e nos interstícios, nos lugares pouco iluminados pela grande luz da racionalidade. Meu objeto é humilde, rumor, opacidade, algo que talvez não exista, algo que talvez esteja sempre morrendo, sobrevivendo, quem sabe, num olhar, num suspiro, num desejo mal formulado. Daí que as palavras que o retratam sejam assim, redondas, não consigam deter-se, se repetem, e pulam e somem.

- Du seja, metodologicamente incorreto, poetizando o que deveria ser objetivamente recortado, analisado, e, como se tudo isso fosse pouco, fazendo a grande geléia geral das teorias. Por acaso você não sabe que conhecer é diferenciar?

- Sei, e curvo-me diante desta sabedoria que transcende a prática acadêmica. Porém, juro saber que os amigos teóricos que me cercam são diferentes, que residem em sistemas diversos. Ao mesmo tempo, como fazer? Todos, de uma ou de outra forma me acompanham, me encantam ou me exasperam. Não consegui optar, por um ou por outro. É um caso de amor múltiplo. De fidelidade dispersa. Mas eles também foram culpados por esta grande reunião: todos participaram, mais ou menos, da inquietação que nos consome enquanto pessoas tentando construir ou imaginar a liberdade."

Alguns caminhos

Relatarei, nesta introdução, alguns momentos da trama, do tecido que conforma os textos que aqui estão sendo apresentados.

Em primeiro lugar, a própria Introdução. Carrega um longo título: "Resistência: em busca da palavra, de seus usos, de um conceito". Título (pretensão) que não se realizará nestas primeiras páginas. Que desejaria que permanecesse como sombra, como alvo ou como ilusão no decorrer de todo o trabalho, até a página final. Que irá construindo-se através do meu e do seu diálogo, da minha e da sua participação, do nosso encontro e do nosso confronto.

O Capítulo I entrará na primeira parte deste título "sombra". Irá em busca da palavra usando o aliado clássico, o dicionário; brincar também com a palavra, com seu som e seu sentido primeiro, com as primeiras associações que sugere. Recolherá riquezas dispersas, colocará alguns parâmetros iniciais. Entrará também (levemente) na porta aberta pela psicanálise para espiar um pouco o que aí é dito sobre a "resistência".

O Capítulo II pretenderá traçar alguns usos da palavra resistência nas pesquisas sobre o trabalho. Se, como nos informa Durkheim (na citação que abre o capítulo), o trabalho regular e persistente, o trabalho-necessidade ainda é visto pelos homens como uma "servidão insuportável", tentaremos ver como os homens e as mulheres trabalhadores se colocaram e se colocam perante essa

"servidão". O riquíssimo trabalho de pesquisas sobre movimento operário, no Brasil e no exterior, nos fornece quadros instigantes sobre os conflitos existentes na construção e no desenvolvimento da ordem industrial. Daí que este capítulo seja amplo, recupere pesquisas sobre diferentes momentos históricos, com distintas abordagens teóricas e que, ao mesmo tempo, tratam do nosso objeto, coincidindo em pontos essenciais.

Iniciamos este capítulo com Foucault, Michelle Perrot e E.P. Thompson. Encontramos uma palavra chave, autonomia que nos acompanhará durante o resto do nosso trajeto. Abrimos um primeiro parêntesis e damos a palavra a Frederick Taylor, para que ele nos informe sobre a resistência operária, tal como a viu. Continuamos com pesquisas mais recentes, chegamos ao Brasil e encontramos outra palavra que nos acompanhará : é a palavra ambiguidade. Marilena Chauí nos ajudará a entendê-la.

Porém, neste momento do capítulo, chegamos a um "impasse": desistimos do trabalho, da tese, nosso objeto é pura falsidade e ilusão, mentira? Uma pausa, um corte necessário. Isto que chamamos "resistência" está sendo por nós inventado, é fruto do nosso desejo de ver emancipação onde apenas existe submissão e reprodução? "O jogo com as regras vem reforçar o respeito da regra do jogo" (1). Aconteceu que entramos em contato com os estudos sobre as modernas organizações, sobre o poder nessas organizações, e sentimos o nosso objeto "dissolver-se". Todas as práticas até então descritas como resistentes seriam apenas novas

(1) Max Pages e outros, "O poder das organizações", Ed. Atlas, 1987, p. 58

formas do "Pacto Social", seriam contidas nas novas "ilegalidades toleradas".

Encontramos a terceira palavra que nos acompanhará: limites. Saímos do "impasse" com a ajuda de Enriquez, de Amnérís Maroni e de Michel Le Ven. Nos restituem a coragem.

O fechamento deste vasto capítulo que tenta visualizar alguns usos da palavra resistência no mundo do trabalho é dado pelo "não" de "Bartleby", personagem-título de um conto de Herman Melville.

O Capítulo III chama-se "Resistência e Sobrevivência, ou alguns limites". Sobrevivência, resistência, obediência, desobediência. Qual é a relação que existe entre estes termos? Esta reflexão derivou das descobertas anteriores: autonomia, ambiguidade, limites. Resistência vida ou resistência morte. Nosso material de apoio torna-se "extremo", talvez por tratar-se de limites. A resistência nos campos de concentração. Nossos companheiros? Basicamente B. Bettelheim e Primo Levi. A tônica será outra, outra será a acentuação, outra será a emoção.

O fechamento do capítulo será dado por um conto de Thomas Mann, "Mário e o Mágico".

Mudando novamente de lugar, chegamos à escola, no Capítulo IV. Roland Barthes novamente nos ajudará, dizendo-nos que "o texto se faz, se trabalha, através de um entrelaçamento perpétuo..." E um convite para continuarmos descobrindo (o título alvo), para termos paciência com este texto que não se totaliza, que não se

conclui de uma vez por todas, que não consegue definir-se, radicalmente preso a seu objeto imprevisível, incontível, selvagem e controlável. Se no capítulo II contávamos com uma enorme riqueza com a qual trabalhar, pesquisas várias sobre o trabalho, agora encontramos outra situação: na escola, "dominação e resistência representam um motivo "silencioso" ".(1) Contamos com poucas pesquisas para descobrir os usos dados ao termo que nos motiva. Pois, se o conflito não existe, porque deveria falar-se em poder ou em resistência?

Damos uma volta no passado e retomamos Durkheim, para perceber como é tratado o tema do conflito na escola, quais são os contornos gerais dessa instituição. Retiramos de Durkheim duas linhas que são brevemente descritas: a da "boa" escola, da escola para todos, e a da escola "má", da escola reprodutora da desigualdade social. Tentamos ver como estas linhas trabalham com as noções de conflito, poder e resistência.

Estes temas são finalmente introduzidos com a recuperação das teorias que tentam ir "além das teorias da reprodução". Encontramos a ajuda de Apple e de Giroux.

Finalmente, no Capítulo V, um "último estudo sobre resistência: a resistência na prisão". Este último capítulo diferencia-se dos outros por afastar-se da generalidade das "pesquisas sobre..." e centrar-se mais num estudo de caso particular. Compõe-se de três partes: a apresentação do Regulamento do Estabelecimento Militar de Reclusão nº 2 (E.M.R.nº2), "Punta Rieles", prisão política

(1) Henry Giroux, "Teoria Crítica e Resistência em educação", p. 95

existente no Uruguai entre 1972 e 1985; a discussão deste Regulamento à luz da pesquisa de Michel Foucault sobre as prisões; e uma terceira parte, que recupera alguns aspectos da resistência acontecida nessa prisão. É um estudo "parente" dos demais, paralelo à eles. Sua mensagem última coincide com a do capítulo III: a exigência que contém é "acima de tudo...o arranjo das coisas do mundo de modo a que nenhum novo universo de campo de concentração possa um dia existir..."(1)

E sua justificativa? Porque recuperar algo acontecido, já passado, em um pequeno país tão próximo e desconhecido? As razões são totalmente pessoais: são vitais, profundamente plenas de amor e de ódio. Pois, "porque por la cárcel se puede pasar, como quien pasa por la vida y luego morir. Pero también la cárcel se puede vivir y quien es capaz de vivir la cárcel sabe que la ha derrotado, que su lucha fue triunfante. Y esta lucha fue cotidiana como es la lucha del trabajador por el pan de cada día. No hubo tregua, no hubo descanso."(2)

Anos vividos, sobrevividos, que, de certa forma, explicam estas páginas, do começo ao fim. Momento-anos totalmente solitários ou então, cercados de uma fraternidade fundamental. Prisão de mulheres, "moinhos incansáveis", fatigadas. Vivendo conflitos e tensões e construção e criação. Destruição e crescimento. Espaço de 24 horas para histórias, confidências e solidão, choros, risos, ler sozinha e em grupo, estudos clandestinos, ginástica proibida, dormir e viver a insônia, com seu cigarro proibido e leituras ou conversas roubadas à luz do corredor. "Conhecer-nos sem falar: estabelecer códigos, muitos códigos: de olhares, de gestos, de passos, de batidas na parede, de assobios, de canções, de palavras capazes de sintetizar uma frase..."(3)

(1) B. Bettelheim in "Sobrevivência", p. 270.

(2) "Qué diré de la cárcel", Colección "Escritos de la cárcel", Vol. V, Introdução de Lia Maciel, p.1

(3) op. cit. p. 1, traduzido por mim.

Lugar espaço 24 horas onde as linhas de resistência eram tecidas sem trégua, como o operário, que luta por seu pão de cada dia.

Momento central da vida? Tão central quanto os anos de trabalho, a luta cotidiana na cidade, a felicidade de cada minuto vivido com o companheiro amado, a espera do filho. Tão central quanto escrever sobre. Mesmo pouco, mesmo mal.

Poder-se-ia objetar: mas tratou-se de uma situação excepcional, tratou-se de uma experiência única, que teve seus contornos resistentes bem marcados por tratar-se de pessoas "diferentes".

Sim. Longe de mim querer dizer que a escola é a prisão, que a prisão é a fábrica, que esta é o campo de concentração. É fundamentalmente diferente estar preso no trabalho durante oito horas do que estar literalmente preso em uma prisão.

Não. Diferenças de "grau" que marcam uma diferença qualitativa? O quantitativo gerando uma nova qualidade? Vemos aspectos comuns, vemos lugares marcados por conflitos, por poder e por resistências. Vemos homens e mulheres, nesses lugares, fortes-frágeis construtores da história, de suas sujeições e de sua liberdade.

Um estudo homenagem. Incompleto pois a história de "Punta Rieles" deverá ser contada como foi vivida: coletivamente. Se isto se mostrar impossível, será contada como agora o está sendo e que também reflete o vivido. Será contada fragmento, parte.

Minha memória? Este relato não terá um tom pessoal, não será "memórias do cárcere". A emoção que o sustentará usará falas alheias tornadas minhas, com total convicção. Eu estarei junto, eu-outro. A memória atuou dizendo: sim, reconheço, vivi, senti,

sofri, vi, me defendi, resisti, obedeci, desobedeci.

Creio que ficou delineado o sentido dessa série de "Estudos sobre resistência". Este sentido justifica o fato de termos optado pela organização dos mesmos tal como está apresentada, intercalando estudos sobre "excepcionalidades" e sobre "normalidades", sobre guerra e paz. Daí termos saído dos momentos-acontecimentos das grandes revoltas e termos optado pela guerra e paz do cotidiano das instituições.

O desejo é de que este trabalho possa ser lido com curiosidade (e quem sabe, com prazer e emoção). Que gere inquietações e perguntas. As respostas as daremos juntos.

"A distinção não será origem de classificações seguras, o paradigma rangerá, o sentido será precário..."

Capítulo I

A PALAVRA NOS DICIONARIOS

A palavra nos dicionários

"Resistência: ato ou efeito de resistir. Força que se opõe a outra, que não cede a outra; força que defende um organismo do desgaste; luta em defesa; oposição em reação a uma força opressora; vigor moral, ânimo; força que se opõe ao movimento de um sistema; (fig.) embaraço, estorvo, obstáculo, empecilho." (1)

No Dicionário de Política encontramos o significado do termo para a linguagem histórico-política: (2)

"movimiento o diversas formas de oposición activa o pasiva en la Europa, durante la 2ª Guerra Mundial, contra el invasor o contra la constitución de una nueva orden. Del punto de vista del léxico: se trata de una reacción más que de una acción, de una defensa más que de una ofensa, de una oposición más que de una revolución. La Resistencia como proceso autónomo, madurado espontáneamente desde abajo es un acto voluntario, de toma de conciencia de individuos y de pequeños grupos."

O que merece ser destacado: a resistência, ato, força, luta, defesa, oposição, reação, movimento, processo, acontece dentro de um contexto qualificado como sendo de opressão, desgaste, invasão, ataque e também introdutor de novidades (uma nova ordem). Este ato, esta força, esta reação, encontra-se qualificado, por sua vez, pela espontaneidade, pela vontade presente, pela autonomia, pelo "vigor moral e ânimo", pela consciência. Também nos é apresentada a palavra resistência como embaraço, empecilho, estorvo, obstáculo. O "resistente", ao mesmo tempo que portador de "vigor moral" e ânimo, aparece no dicionário como "teimoso, obstinado, contumaz." (3)

(1) "Novo Dicionário Aurélio", Ed. Nova Fronteira, p. 1223 e "Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa" 2ª ed. Ed. Nova Fronteira, p. 1494.

(2) Norberto BOBBIO, "Diccionario de Política", Siglo XXI Ed., 1982, p. 1445.

(3) "Teimar quer dizer, em suma, manter ao revés e contra tudo a força de uma deriva e de uma espera". Roland Barthes, "Aula", Ed. Cultrix p. 27.

Uma sugestão: como trabalharíamos com as queixas trazidas, por exemplo, pelos coordenadores pedagógicos das escolas, sobre a "resistência dos professores às mudanças, tanto curriculares quanto organizacionais, sua resistência à introdução de novos materiais e novas metodologias de ensino"? Este é o uso mais comum do termo que estamos tratando. Carrega em si uma carga negativa, gera desânimo nos promotores de mudanças, perplexidade ante uma resposta negativa a melhorias tão evidentes, por eles pensadas com grande dedicação e boa vontade.

Como pensar essa resistência tão incômoda dos professores nos termos antes apresentados, nos termos destas primeiras definições dos dicionários?

É possível pensar-se em termos de defesa, de reação, de luta a um contexto invasivo e opressor? O que está sendo defendido? Qual é a invasão a ser combatida? Ou mais vale pensar estas pessoas que resistem como pessoas teimosas, obstinadas, contumazes, como obstáculos que deverão ser cuidadosamente contornados, ou, desconstruídos, ou, destruídos.

Resistir é: opor-se, fazer face, fazer frente, defender-se, recusar-se, negar-se, não sucumbir, sobreviver, subsistir, durar, conservar-se...

Recusar-se para sobreviver? Opor-se para não sucumbir? Defender-se para durar?

Existe um duplo sentido nessa palavra que estamos vendo?

Ou esse duplo sentido é uma falsa percepção, tudo é "um", conservação e mudança, vigor moral, autonomia, teimosia e obstinação? Falsa oposição, advinda, talvez, do lugar de cada um

na relação estabelecida? Ou devemos superar definitivamente o senso comum, criticar a definição que reduz a teimosia e a obstinação o que é amplamente definido como produto de uma reação a um contexto ameaçador e opressor. Conseguiremos colocarnos no papel que tanto recusamos, o papel do que é investido de poder por seu saber especializado e como tal, quando se apresenta como promotor de mudanças, significa a possível perda do saber do outro, uma ameaça real a sua autonomia enquanto profissional? Isto é nitidamente desagradável. Melhor esquecer, deixar de lado. Mais vale pensar essa tal resistência como pura obstinação, puro tradicionalismo, que deve ser combatido com as armas da persuasão (ou, caso necessário, com a força da autoridade legitimada pelo cargo, pelo diploma).

Como ficamos?

Poderemos brincar com nossa palavra, brincar sonoramente com o que ela própria nos sugere? Resistir, re-existir, existir novamente?

A palavra verbo, a palavra adjetivo e a palavra substantivo. Vemos que uma dessas palavras é plena de um valor eminentemente positivo: a palavra enquanto adjetivo. "Resistente": material resistente, casa resistente, homem resistente (às doenças, aos infortúnios)...Quando nos defrontamos com a palavra substantivo ou com a palavra verbo, a coisa muda e o duplo valor mencionado retorna. "A resistência" ou "resistir", cercam-se de um valor prioritariamente negativo, aproximando-se da definição de obstáculo, empecilho, estorvo.

Voltando às "origens" (os dicionários). (1)

Resistir: **re sistere**, do latim, **suster**, manter, sendo que o prefixo **re** apresenta três significados possíveis:

- volta, retorno, regresso;
- repetição, reiteração;
- **oposição** (como em reprovar: não aprovar). (2)

Com o corpo da palavra **sistere** fiel ao seu significado de manter, **suster**, vemos que quem é o culpado da introdução da ambiguidade na palavra, é o minúsculo **re**, com sua "vitalidade". A própria palavra, portanto, vista internamente, pode querer dizer manter novamente ou não manter, **suster** duplamente ou não **suster**.

Estamos apenas começando a discussão.

Resistência como oposição, luta a um contexto visto como invasivo e opressor. Manutenção (de uma ordem) e não manutenção. Processo autônomo, espontâneo e voluntário, criador de consciência a respeito desse contexto(da ordem em questão). Sugerindo permanência e transformações. E muito mais.

Continuamos com uma breve incursão ao mundo "psi".

(1) Dicionário Etimológico Nova Fronteira, 2ª ed. p. 665.

(2) conforme comentário do próprio dicionário: "o prefixo **re** é de extraordinária vitalidade".

Com grande prudência aventuro-me nesse mundo tão amplo inaugurado por Freud. Prudência proveniente por ser área que desconheço e conheço o suficiente para saber das polêmicas em torno da interpretação dos conceitos freudianos, das diferentes leituras existentes.

Quase poderia dizer que este ponto somente foi introduzido por ser inevitável a pergunta: "por acaso você não sabe que a palavra resistência é amplamente usada na teoria psicanalítica, que a resistência é peça chave do trabalho terapêutico?" Isto é conhecido por mim. Daí este ponto, entendido em parte como uma extensa nota de rodapé, em parte como uma homenagem ao mundo psi, em parte como um problema de rigor acadêmico...

Usarei apenas dois textos: o clássico Laplanche e outro mais ligado à prática psicanalítica.(1)

(1) J. LAPLANCHE, J.B. PONTALIS, "Vocabulário de Psicanálise", Martins Fontes Ed. Portugal, 1983, ps. 595-598.

Noti VINCELLI, "La résistance comme non valeur du soi et valeur de la résistance", Connexions 36, Psychosociologie, Sciences Humaines, EPI, 1982, ps. 119-121.

Comecemos pelo dicionário de Laplanche e Pontalis:

"no decorrer do tratamento psicanalítico, dá-se o nome de resistência a tudo o que, nos actos e palavras do analisando, se opõe ao acesso deste ao seu inconsciente".(1)

A resistência estaria, portanto, próxima do seu sentido inicial de defesa a uma força invasiva, de uma oposição para durar, conservar-se, sobreviver. É, inicialmente, um obstáculo que deve ser vencido pela insistência ou persuasão, para ser posteriormente reconhecido como um meio de acesso ao "recalcado e ao segredo da neurose" (2). Ponto chave, portanto, para a cura, para o desenvolvimento do trabalho analítico.

"Os mecanismos de defesa contra perigos antigos retornam no tratamento sob a forma de resistências à cura; e isto porque a cura é também considerada pelo ego como um novo perigo."(3)

Defesa do ego contra um perigo, porém mais do que isto: "Para além do ego, ...que se agarra aos seus contra-investimentos, há que reconhecer como obstáculo último ao trabalho analítico, uma resistência radical, sobre cuja natureza variaram as hipóteses freudianas, mas de qualquer modo irredutível às operações defensivas."(4)

Aqui encontramos muitos elementos da definição original do dicionário. Uma defesa que iria "além" de defesa entendível como tal, profundamente localizada, oposição à "nova ordem" proposta no trabalho psicanalítico. Fica forte o sentido da resistência, nesta primeira leitura, como sendo um obstáculo à cura (portadora de mudanças, portanto perigosa), obstáculo que tenta manter o antigo: defender-se para durar? Recusar-se para sobreviver? Ou opor-se para não viver? Essa resistência é vida ou é morte?(5)

(1) op. cit. p. 595

(2) op. cit. p. 596

(3) op. cit. p. 596

(4) op. cit. p. 598

(5) Note-se que, de certa forma, a definição clássica da psicanálise reforça o valor negativo dado à palavra pelo senso comum.

Vejamos o que nos diz Noti Vincelli, tratando mais proximamente o termo, conforme o vê na prática terapêutica: relaciona o aparecimento da resistência no tratamento ao momento da descoberta do "si mesmo" possível. Momento de reconhecimento, de sensação de liberdade e de potência, ao mesmo tempo que momento de pânico ante a possibilidade-vazio nascente de viver fora-independente- sem ser preenchido pelo "olhar dos outros", pelo desejo dos outros. Um registro diferente do conhecido, da sujeição ao desejo dos outros, até então experimentado: "mettre la valeur en soi signifie prendre conscience de sa propre maison, et en chasser les occupants abusifs, trouver et reconnaître comme sien, et essentiel ce qui jusqu'alors avait été un complément à l'existence d'autrui." (1)

A resistência aí colocada é interpretada como uma pausa "pour trouver son propre temps et ses propres modalités pour fonder ce nouveau projet." (2)

Portanto, um momento do processo de recuperação de "si", que passaria pela recuperação do próprio tempo, tempo este necessário para a verificação do novo que se apresenta. Este movimento (esta pausa) resistente carregaria em si uma "mentira" e uma "verdade":

"si l'on considère la résistance comme le fait de renoncer à exprimer son propre projet... une négation de l'existence pour survivre, et donc le triomphe du mensonge... comporte une vérité en même temps qu'un mensonge: la nécessité de découvrir ses propres temps, ses propres rythmes dans son rapport au monde." (3)

"Mentira e verdade": valor positivo e valor negativo novamente entrelaçados. A negação da existência para sobreviver e a afirmação da existência para sobreviver. Como comportar essa ambiguidade?

(1) Vincelli, op. cit. p. 120

(2) " " p. 120

(3) " " p. 120

Uma primeira certeza: isto que estamos chamando de "resistência", carrega um valor, provoca e é reação, chama a atenção, perturba, exige uma reflexão, uma atenção. Diz coisas. Não pode ser reduzida a teimosia ou obstinação. Questiona os lugares onde acontece: o meu lugar e o seu lugar. Coloca em questão.

Capítulo II

ENTRANDO NO MUNDO DO TRABALHO

"No estado atual das nossas sociedades, o trabalho não é apenas útil, é necessário. Contudo, são ainda raros aqueles que encontram prazer num trabalho regular e persistente. Para a maior parte dos homens, é ainda uma servidão insuportável; a ociosidade dos tempos primitivos não perdeu para eles as suas antigas atrações."

Emile Durkheim
"A Divisão do Trabalho
Social"
Ed. Presença, Lisboa,
2a ed. Vol II, p. 18.

A resistência operária na construção da nova ordem

Quando começo a fazer o levantamento das pesquisas sobre a resistência nas fábricas, nas prisões, nas escolas, nas cidades, (1)percebo que esta é vista e desenvolvida de forma diferenciada, dependendo do lugar pesquisado. É visível e invisível. É visível, irrompe nos relatos com força total, quando estes se relacionam com a história do movimento operário. Aparentemente a fábrica (a usina, a mina, a cidade operária, ou seja os lugares onde os trabalhadores se concentram ou são concentrados), destaca-se como lugar privilegiado de conflito. Pois os homens estão concentrados ao lado das riquezas também concentradas, nunca como então ao "alcance das mãos" dessas multidões. É preciso que estes "pobres perigosos" se transformem em "pobres laboriosos", ou seja, a "legalização" dos pobres ocorrerá por sua inserção no mercado de trabalho, sendo este trabalho ("uma atividade útil e resignada"(2))um dos princípios básicos da gerência da multidão e da heterogeneidade.

Foucault coloca esta situação da seguinte forma, em seu livro "La verdad y las formas jurídicas"(3): "Para que haya plus-ganancia es preciso que haya sub-poder, es preciso que al nivel de la existencia del hombre se haya establecido una trama de poder político microscópico, capilar, capaz de fijar a los hombres al aparato de producción, haciendo de ellos agentes productivos, trabajadores. La ligazón del hombre con el trabajo es sintética, política: es una ligazón operada por el poder. No hay plus-ganancia sin sub-poder."

(1) Ver Ma.Stella Bresciani, "Londres e Paris no séc. XIX..", Brasiliense, 1982.

(2)Michel FOUCAULT, "Vigiar e Punir", Vozes, 1979, p213.

(3)Michel FOUCAULT, "La verdad y las formas jurídicas, GEDISA, Colección "Hombre y Sociedad", España, 1980, p.128-139. "Puede decirse que la mera distribución espacial y social de la riqueza industrial y agrícola hizo necesarios nuevos controles sociales." p. 114.

A questão levantada por Foucault é a da verificação de como acontece a transformação-construção da força do homem em "força de trabalho"; como acontece a transformação-construção do tempo do homem em "tempo de trabalho": em suma, como os homens que trabalham tornam-se "mao-de-obra". Esse novo elo com o aparelho produtivo, essa radical passagem não é nem natural nem pacífica. Para que aconteça exige-se um investimento minucioso, construído e contruindo-se sobre a resistência dos homens. Investimento que completa-se e rompe-se cotidianamente no conflito capital-trabalho. A mais-valia estaria então, para Foucault, assentada sobre uma série de fatores que constituem o que ele chama de "sub-poderes": poderes disciplinares que atuam no corpo (e na "alma") dos homens, compondo as "técnicas da docilidade". Estas técnicas atuam com uma escala que é a do detalhe, com um objeto, que é a economia, a eficácia dos movimentos, e com uma modalidade básica, a da vigilância, da coerção ininterrupta. O que se busca é o máximo de utilidade com o máximo de docilidade. O poder disciplinar "tem uma função menos de retirada que de síntese, menos de extorsão do produto que de laço coercitivo com o aparelho de produção". (1) Em outras palavras, "se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada". (2)

A geração de mais-valia, então, para acontecer, para realizar-se, necessita de um investimento global sobre os trabalhadores, sobre

(1) Michel FOUCAULT, "Vigiar e Punir", Vozes, 1984, p.139

(2) " " " " " " , p.127

suas vidas, modificando o seu conceito sobre o significado do trabalho, modificando sua relação com o saber do ofício, sua relação com o tempo, seu uso do corpo no espaço e em relação aos instrumentos de produção. A mais-valia, nessa perspectiva, aparece como um produto complexo, não redutível a uma interpretação puramente econômica, a exigir uma abordagem política das relações de poder que a permeiam.

Se, como coloca Carlo Ginzburg, para Foucault o que interessa "são os gestos e os critérios da exclusão; os excluídos um pouco menos" (1), nem por isso Foucault deixa de tratar a luta que se verifica no seio da sociedade disciplinar que descreve. Do momento em que trabalha com a noção do poder absolutamente móvel, capilar, exercício ao mesmo tempo capacitador e limitador, global porém jamais total, acontecendo dentro de um contexto de guerra, prática social constituída e constituindo-se historicamente, supõe-se a existência do outro, do que resiste.

"Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao Poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea... Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder... tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de "baixo" e se distribua estrategicamente... Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder; podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa". (2) "É preciso analisar o conjunto das resistências ao panóptico em termos de tática e de estratégia, vendo que cada ofensiva serve de apoio a uma contra-ofensiva. A análise dos mecanismos de poder não tende a mostrar que o poder é ao mesmo tempo anônimo e sempre vencedor. Trata-se, ao contrário, de demarcar as posições e os modos de ação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataques de uns e de outros." (3)

(1) Carlo GINZBURG, "O Queijo e os Vermes", Cia. das Letras, 1987, p. 22

(2) Michel FOUCAULT, "Microfísica do Poder", Graal, 1979, p. 241

(3) " " " " p. 226

A dominação nunca é total (embora sempre se pretenda tal), nem se completa. A resistência descrita por Michelle Perrot, implica na defesa de "um estilo de vida mais folgado e autônomo"(1) , coincidindo com os relatos de Thompson (2) quando analisa a reestruturação global que implica a transição para uma sociedade industrial madura: novos incentivos, novas disciplinas e uma nova "natureza humana" permeável a estes incentivos e disciplinas. A tensão da transição recai sobre toda a cultura da época.(3)

A resistência em questão aparece nos relatos como algo simultaneamente pontual e geral, fragmentário e total.

"... el problema es diferente y quizá más complejo, pues la lógica capitalista y el comportamiento tradicional "no-económico" se encuentran en conflicto activo y conciente, como en la resistencia a los nuevos modelos de consumo ("necesidades"), o en la resistencia a una disciplina del tiempo y la innovación técnica, o a la racionalización del trabajo que amenaza con la destrucción de prácticas tradicionales y, en ocasiones, la organización familiar de las relaciones y roles de producción".(4)

Portanto, uma resistência global, situando-se contra a perda do controle do estilo de vida (hábitos e necessidades tradicionais que implicam numa moral de comércio, numa moral de consumo), contra a perda do controle do próprio tempo, do processo de produção no trabalho (do saber profissional aí envolvido). Luta em defesa de um estilo de vida mais folgado e autônomo. Com controle do tempo, do ritmo da produção, determinado este pelas necessidades tradicionais. Vejamos o que recupera Thompson sobre o uso do tempo durante a transição para a sociedade industrial, momento em que as classes ociosas começam a preocupar-se com a

(1) Michelle Perrot, op. cit., p.36

(2) ver E.P. THOMPSON, "Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase". Ed Critica, 1979

(3) ver THOMPSON, op. cit., p. 241

(4) " " " p.46.

ociosidade das classes trabalhadoras. (1):

"La norma de trabajo era una en que se alternaban los golpes de trabajo intenso con la ociosidad, donde quiera que los hombres controlaban sus propias vidas con respecto a su trabajo..."(2)"en lunes y martes, según la tradición, los teares manuales repetían lentamente "tiempo de so-bra, tiempo de so-bra; en jueves y viernes, que-da un dia, que-da un dia..."(3)

A "santa segunda-feira" era respeitada. Trabalhava-se o necessário para viver, a mobilidade dos operários é intensa.

Porém, "pour tirer meilleur profit de la force de travail, les employeurs doivent monopoliser la dépense d'énergie des ouvriers. Ils doivent les empêcher de mobiliser leurs forces ailleurs..."(4) Se existe a percepção por parte dos empregadores das novas

necessidades da produção, existe a contrapartida da percepção dos trabalhadores do que está em jogo. Se "pour nous il n'y a rien de moralisateur comme une machine"(5), o aparecimento e o fortalecimento dos novos instrumentos acontece num contexto de luta, de conflitos. Se as máquinas, as novas tecnologias e as novas disciplinas respondem a desafios colocados na relação capital-trabalho, desafios concretos e cotidianos do ateliê, da fábrica, da cidade, estas devem ser vistas como respostas possíveis no movimento dinâmico das forças que estão em jogo. Jogos de guerra que tentam conter o incontido, tornar previsível o que é imprevisível, limitar o ilimitado: racionalizar, disciplinar, moralizar os homens, os protagonistas.

(1) THOMPSON, op. cit. p.285

(2) " " p.261

(3) " " p.261

(4) Denis POULOT, "Le Sublime...", François-Maspero, Paris, 1980, p.24

(5) POULOT, op. cit. p.47. Para Poulot, uma "boa" máquina deve preencher três condições: "développer la précision; faire progresser les conditions techniques de la rapidité; faire régresser le libre arbitre de l'ouvrier".

"A máquina é uma arma de uma estratégia de dominação. A oposição, aberta ou latente, que a ela oferecem os operários significa a defesa de um modo de produção mais autônomo, a recusa da maior disciplina instaurada pela mecanização, tanto mais sutil e dissimulada na medida em que pode assumir ares de justificativa técnica. Contra a máquina, o mais infalível dos contramestres, é mais que o pão, é a sua liberdade que os trabalhadores defendem." (1)

Voltando ao centro que nos ocupa (nosso centro gravitacional formado por uma palavra-atração), proponho explorar uma relação, a relação resistência-autonomia.

Autonomia? Do grego "autos" (si mesmo) e "nomos" (lei). Faculdade de governar-se a si mesmo, emancipação, independência, "sistema ético segundo o qual as normas de conduta provêm da própria organização humana" (2). Capacidade de dar-se a si mesmo a própria lei, de constituir-se a si próprio.

A resistência, então, como uma defesa do direito de constituir a nossa própria lei.

Esta luta para constituir a própria lei passa por:

- defender, recuperar, construir um saber próprio (seja este saber o saber do ofício, o saber do estilo de vida e das relações que nele se desenvolvem, o saber da experiência);
- defender, recuperar, construir o próprio tempo (seja este tempo o tempo do trabalho, do seu ritmo ou o tempo do lazer, o tempo das disponibilidades).

Se resistência é processo, movimento, ação (tanto faz se a ação é luta, defesa, reação), autonomia também é processo, movimento, ação, capacidade. Como acontece com o poder com o qual interage,

(1) PERROT, op. cit. p. 45

(2) Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, p. 136

poder este global, jamais total, móvel, repressor e criador, portador de dominação e de heteronomia, portador das contradições da luta, a relação resistência-autonomia também participa desta situação de não-totalização, de capacidade jamais plenamente realizada, realizando-se no seio da dominação e da heteronomia, portadora das contradições da luta.

A palavra resistência parece, pelas leituras que estamos acompanhando, vincular-se com uma busca ou recuperação da autonomia, busca esta apoiada num saber.

Frederick Taylor queixa-se... ou

a resistência operária vista por Taylor

Taylor preocupa-se muito com a preguiça, a "indolência" dos trabalhadores... Cientificamente, diferencia dois tipos de indolência: a "natural" e a "sistemática". A chamada indolência natural faz parte da "natureza humana" estando, portanto, presente em todos nós (e claro, devendo ser combatida).

Consiste no seguinte:

"não há dúvida de que a tendência do homem comum, em todos os atos da vida, é trabalhar devagar e comodamente, e só depois de pensar e observar bem a esse respeito, ou como resultado do exemplo, consciência ou pressão exterior, ele adota um ritmo mais rápido". (1)

Vemos que essa tendência natural, preserva o ritmo do trabalho, para que este seja agradável e cômodo. Vemos também que esta tendência é modificável pela coerção ou pelo convencimento (pela adesão, pelo consenso).

Esta situação é considerada por Taylor grave, porém gravíssima é a "indolência sistemática", que ocorre quando a indolência natural de "um", encontra-se com a indolência natural de "outro", formando aquele grupo, imbatível nas fábricas, de operários que produzem menos, muito menos do que poderiam (poderiam?):

"não mais do que um terço ou a metade"... (2)

(1) Frederick TAYLOR, "Princípios da Administração Científica", Atlas, 1989, p. 38.

(2) Taylor, op. cit. p. 34.

Porém, existe um outro tipo de indolência sistemática ainda mais séria, pois envolve algo muito precioso: saber, saber profissional que o operário possui, e o patrão, não;

" a indolência sistemática mais séria, contudo, é a praticada pelos operários com o propósito deliberado de deixar o patrão na ignorância de como pode o trabalho ser feito mais depressa..."(1)

Portanto vamos percebendo que esse controle do ritmo do trabalho, apoia-se em algo muito concreto e valioso: o conhecimento do ofício.

Estes homens agrupados, estão unidos fortemente na defesa desse conhecimento que lhes permite o controle, se já não mais do produto do trabalho, pelo menos do processo do trabalho (formas e tempos).

"A oficina era realmente dirigida pelos trabalhadores e não pelos patrões... os operários, em seu conjunto, tinham cuidadosamente planejado como os trabalhos deveriam ser executados e estabelecido o ritmo para cada máquina que correspondia, mais ou menos, a um terço de razoável produção diária..."(2)

Situação insuportável, "irracional"!

Operários ditando as leis aos patrões, grupos fortes (intratáveis). Longe estamos do sonho de cada operário em seu lugar, multidão individualizada plenamente ocupada, sob o olhar atento dos administradores medindo tempos e eliminando gestos inúteis.

"Os homens exerciam de tal forma constante pressão, dentro e fora da fábrica, sobre os que começaram a aumentar seu rendimento, que estes acabaram por proceder como os outros, ou por abandonar o emprego."(3)

(1) Taylor, op. cit. p. 40.

(2) " " p. 60.

(3) " " p. 61.

A defesa, portanto, não era apenas passiva. Ia até as últimas consequências: algo muito importante estava a ser defendido.

"...empregam seu engenho em inventar meios, pelos quais as máquinas se quebram ou se inutilizam..." (1)

Resistência, defesa de um saber profissional, que permite o controle do processo do trabalho e do tempo onde este acontece. Defesa de uma certa autonomia no pensar e no agir.

Taylor, em seu elogio ao novo sistema que propõe, aponta o que ele realmente traz de perda para o operário:

" Graças a esta instrução minuciosa, o trabalho torna-se tão cômodo e fácil para o operário, que à primeira vista parece que o sistema tende a convertê-lo em mero autômato, em verdadeiro boneco de madeira. Os operários observam habitualmente, ao trabalharem pela primeira vez sob o nosso sistema: "porque não me permitem pensar ou agir? Há sempre alguém intervindo ou fazendo por mim..."(2)

Perdeu-se, sob o sistema proposto por Taylor, o saber do operário, e o que lhe restava de autonomia e controle no processo do trabalho. Isto não ocorreu, como ele próprio nos contou, sem a resistência massiva por parte dos trabalhadores.

(1) Taylor, op. cit. p. 61.

(2) " " p. 116.

Novamente, com a palavra, os trabalhadores

"Verifica-se que, concomitantemente à reprodução da submissão da força de trabalho pela dominação técnica e ideológica, os mineiros recriam, nesse espaço e nesse tempo, formas de comunicação e de organização que estruturam um universo de vivências que correspondem a expressões culturais que lhes são próprias. Se agem numa realidade dada -a organização capitalista do trabalho-, pensam e interpretam, a seu modo, essa mesma realidade. É aí que se pode detectar uma postura de resistência: valores e normas internalizados adquirem, ao se exteriorizarem, algum nível de confronto e oposição face à ordem capitalista. Elementos de um sistema de significados estão presentes no cotidiano de trabalho desses homens, o que permite considerar, nesse tempo e nesse espaço fortemente estruturados, a construção de fronteiras simbólicas que delimitam "um grupo de mineiros". Assim, por exemplo, um conjunto de práticas sociais de grande informalidade -consensualmente identificadas como lúdicas, jocosas- aparecem como indissociavelmente ligadas à esfera do trabalho. São como que uma burla das normas de disciplina e ressaltam a solidariedade que permeia a relação vigente no grupo de referência... Se, nessa forma de resistência, a realidade de classe escapa ao mineiro pela fragmentação absoluta do processo de trabalho e pela alienação inscrita no modo de produção, não lhe escapa a capacidade de reelaborar e lidar com fragmentos de sua cultura como estratégias, conscientes ou não, de resistência à lógica do capital e valorização do sujeito social"(1)

Vemos, neste belo texto de Cornélia Eckert, colocado brilhantemente o duplo movimento existente no interior das relações marcadas pela heteronomia: o de reprodução da dominação e o de negação da dominação. Esse duplo movimento marca com precisão a dominação e a reprodução como processos jamais completados. Se esta situação é visível nas pesquisas sobre o mundo do trabalho, também o é nas pesquisas sobre o mundo da escola. A escola: mero espaço de reprodução das relações sociais desiguais? Vale para a escola o dito para a fábrica: "a fábrica como espaço privilegiado de dominação"?(2)

(1)Cornelia ECKERT "Os homens da mina", Ciência Hoje, vol17, Abril 1988, p.41.

(2)Sephen MARGLIN, "Origines et fonctions de la parcellisation des tâches", in Gorz, André, "Crítica da divisão do trabalho, Martins Fontes, 1980,p.114.

Ou seja, podemos qualificar a escola como "espaço privilegiado de reprodução da dominação"? Ou também lhe serviria o outro lado da questão, colocado por Castoriadis da seguinte forma: "a fábrica chega assim, em certas ocasiões, a constituir um duplo mundo, onde as pessoas fingem fazer uma coisa enquanto na verdade fazem outra". (1)

Vemos, portanto, a colocação do espaço imprevisível da interação dominação-experiência humana. No caso relatado dos mineiros, vemos este espaço de interação não dentro de uma visão individual da experiência, mas esta experiência constituindo-se coletivamente.

As práticas sociais resistentes passam, portanto, através da reinterpretação da realidade (da organização capitalista do trabalho), pela construção de "fronteiras simbólicas" (que marcam a identidade horizontal), recriando formas de comunicação e de organização, que questionam a lógica mencionada e propõem uma nova valorização do sujeito social. Novamente encontramos tais práticas vinculadas a um saber, a movimentos de constituição das próprias leis (autonomia). Passam, no caso estudado por Cornélia Eckert, por uma solidariedade ativa, pela constituição de uma identidade grupal, com códigos comuns e recriação do mundo do trabalho. Práticas fragmentadas como podem ser as práticas advindas de um contexto de fragmentação e de alienação.

(1) Cornelius CASTORIADIS, "Sobre o conteúdo do socialismo III", in "La experiencia del movimiento obrero", Tusquets editor, Barcelona, 1979, p.128.

Introduzindo a "ambiguidade"

"Ambiguidade não é falha, defeito, carência de um sentido que seria rigoroso se fosse unívoco. Ambiguidade é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, sendo, elas também, ambíguas, constituídas não de elementos ou de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas que...somente serão alcançadas por uma racionalidade alargada, para além do intelectualismo e do empirismo."(1)

Tentaremos situar as práticas que nos ocupam, as práticas resistentes, dentro de uma proposta mais geral, dada pelo uso da noção da ambiguidade intrínseca aos objetos da percepção e da cultura. Ambiguidade que nos permitirá perceber, ao lado da "crítica prática" (2), a composição, a obediência, o conformismo, a apatia. Convivendo com a constituição da própria lei, a reprodução da dominação. Marilena Chauí, trabalhando brilhantemente com a questão do "saber popular" e seu

significado, coloca o seguinte: "Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambiguidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob dominação."(3)

Coincidindo com as visões anteriores que consideram a importância da análise do lugar onde acontecem as práticas que nos ocupam, os exemplos concretos descritos pela autora mencionada incorporam essa ambiguidade fundamental. São mencionados como conteúdos das práticas resistentes (no âmbito da cultura popular): reformulação e resistência à disciplina e à vigilância. Como características: a imprevisibilidade da ação, a invenção de novas formas de

(1) Marilena CHAUI, "Conformismo e Resistência", Brasiliense, 1987, p.123

(2) Cornelius CASTORIADIS, op. cit. p.22

(3) Marilena Chauí, op. cit., p. 124

comunicação, o uso de um conhecimento teórico para uma prática diferente dele (novamente a construção de um conhecimento como base das práticas resistentes). Longe de propor revoltas globais, atuando fragmentariamente, consegue seus resultados concretos. Mais do que a ação ou o discurso explícitos, nos é proposto pensar o "silêncio, o implícito, o invisível", (1) como sendo frequentemente mais importante do que o manifesto.

Com limites claros por sua condição de prática e lógica em dominação (sob, sobre, dentro da...):

"Consciência que opera com paradoxos, porque o real é tecido de paradoxos, e que opera paradoxalmente, porque tecida de saber e de não-saber simultâneos, marca profunda da dominação. A consciência trágica, em seu sentido originário, tal como revelada pela tragédia grega, não é aquela que se debate com um destino inelutável, mas, ao contrário, aquela que descobre a diferença entre o que é e o que poderia ser e que por isso mesmo transgride a ordem estabelecida, mas não chega a constituir uma outra existência social, aprisionada nas malhas do instituído. Diz sim e diz não ao mesmo tempo, adere e resiste ao que pesa com a força da lei, do uso e do costume e que parece, por seu peso, ter a força de um destino..." (2)

O não, a desordem na ordem, a possibilidade da nova ordem.

(1) Marilena Chauí, op. cit. p. 33

(2) " " " p. 178

Um corte, uma pausa:
é tudo uma grande mentira?

Os limites da resistência:

a resistência não existe, ou "o jogo com as regras
vem reforçar o respeito
da regra do jogo".(1)

Abandonamos o campo da metáfora da guerra e entramos no campo da metáfora do jogo.

Nos escritos trabalhados anteriormente, a metáfora da guerra é a que predomina. O vocabulário usado remete constantemente à luta, à defesa de posições ou à conquista de novas posições, às estratégias e táticas usadas. Guerra, nunca jogo. Guerra remete a perdas fatais. No jogo, também existe a perda: fatal? Guerra remete a ganhos consolidados, vitórias claras, derrotas claras. Oposições visíveis. Na guerra, submete-se pela força. Procura-se a rendição (quanto mais total, melhor). Guerreia-se por vontade própria? A liberdade de opção, existe?

Joga-se por vontade própria. Predominam a habilidade técnica e a astúcia.

Procura-se a derrota do adversário (é este por acaso um inimigo?). A derrota (a vitória) é temporária, o resultado pode "virar", os imprevistos são enormes, nada é garantido. Porém, aparentemente, o clima do jogo é leve. Diversão, momento lúdico, nada fundamental será colocado em questão. Nada que seja fundamental será colocado em questão?

Na guerra, existe a luta pela formulação da regra do jogo que prevalecerá no futuro. No jogo, respeitam-se regras já definidas, já formuladas, já acordadas anteriormente.

(1)Max PAGES e outros, "O poder das organizações", ed. Atlas, p. 58

Teremos perdido a guerra, estaremos condenados ao jogo com regras que não poderemos modificar?

"O poder é detido por aquele que cria a regra do jogo." (1)

Os estudos que analisam a situação na produção moderna, nas organizações atuais, com as relações inter-pessoais que aí se desenvolvem, levantam questões muito importantes para a compreensão das práticas que nos ocupam.

O jogo com as regras: espaço do permitido, espaço da "autonomia controlada" e da subjetividade enquadrada. Espaço possível da incorporação das zonas de incerteza na racionalidade do sistema. Uma impressão de liberdade e de individualidade. Podemos relacionar este jogo com as regras com as margens previstas de ilegalidade relacionadas por Foucault, (2) ilegalidades que se

(1) Max PAGES. op. cit., p. 51

(2) Michel Foucault, in "Vigiar e Punir", explora a questão do "jogo recíproco das ilegalidades" (p. 78), fazendo parte da vida política e econômica da sociedade. Estas "ilegalidades" seriam "margens de tolerância, conquistadas pela força ou pela obstinação" (p. 77). Mostra como "a economia das ilegalidades se reestruturou com o desenvolvimento da sociedade capitalista" (p. 80) dando-se, então, a separação entre a ilegalidade dos bens e a ilegalidade dos direitos, com a burguesia reservando-se "o campo fecundo da ilegalidade dos direitos" (p. 80).

Impossível não lembrar, no Brasil, essas margens de tolerância, nitidamente diferenciadas de acordo à classe que se pertença, com as leis que "não pegam", o "jeitinho", e nossa burguesia aproveitando esplendidamente o campo fecundo das ilegalidades fiscais.

Guilhon de Albuquerque (in "Metáforas do Poder", achiamé/socii, 1980), comenta esta situação:

"para a imensa maioria da população, o desvio em relação à norma do homem comum é inevitável, pois a posse de um emprego regular... o cumprimento de obrigações constitucionais básicas... é simplesmente incompatível com suas condições reais de existência. Daí o que Michel Foucault chama de ilegalismos, isto é, a infração sistemática a certos dispositivos legais, que faz parte da prática social de uma população". (p. 75)

Ressalta que, ao mesmo tempo em que encontramos os ilegalismos tolerados, encontramos os ilegalismos intolerados: estes dizem respeito ao trabalho e à propriedade. O dever do trabalho e o direito à propriedade. Territórios sagrados.

modificam no decorrer dos tempos acompanhando o desenvolvimento dos conflitos sociais? A permissão de um jogar com as regras do jogo viria como uma resposta brilhante aos desejos constantes de maior autonomia, individualidade, liberdade, seria uma nova estratégia (guerreira ou apenas e simplesmente lúdica- pois, como atualmente canta-se alegremente a "dissolução das ideologias", o final da "guerra entre esquerda e direita", e claro, o final do que nunca existiu, a terrível invenção maquiavélica dos marxistas, a "luta de classes"- digamos com confiança, estratégia lúdica, pura brincadeira, jogo)?

Jogar com as regras, então, deveria ser visto como a contestação permitida, uma nova forma de composição, de integração de novos potenciais humanos para uma mais completa dominação?

A desordem na ordem não implica na constituição de uma nova ordem.

"O problema é colocado dentro de uma lógica binária, onde o terceiro é excluído. Não há lugar para uma dialética, uma negociação da regra, uma contestação. Esta hipótese está fora do campo mental, nem mesmo é evocada, a lógica binária é implacável. A contestação virá nas modalidades de aplicação da regra, não na lógica que a fundamenta." (1)

A "desordem" ocasionada por este tipo de contestação, é uma "desordem prevista". Não provocaria o questionamento da ordem propriamente dita, da lógica que a fundamenta.

Se, como diz Marilena Chauí, estamos em presença de uma "consciência que opera com paradoxos, porque o real é tecido de paradoxos" (2), neste momento nos sentimos submersos em alguns paradoxos que gostaríamos de entender: autonomia controlada, desordem prevista, "nossa liberdade é maior quando nos submetemos", (3) subjetividade enquadrada...

As regras não são vistas como coercitivas, mas como protetoras. As disciplinas (retomando a colocação de Foucault na abertura deste trabalho) se naturalizam, pela força de sua cientificidade e racionalidade inquestionáveis. Cada qual será o sujeito de sua própria submissão, pois o caráter de "necessidade" das disciplinas e regras substitui seu caráter de "dever", de "imposição": "sua lei não precisa mais ser imposta de fora, pois está interiorizada: o "você deve" dá lugar ao "é preciso". Enquanto o "você deve" distingue e separa as posições do sujeito da enunciação e o do enunciado, o "é preciso" os confunde. Aquele que enuncia (impõe) e o que é enunciado (é imposto) supõem ocupar o mesmo lugar. Há anulação das diferenças e, no fim dessa guerra de posições onde a guerra parece ausente, cada um torna-se seu

(1) Max PAGES, op. cit., p. 58

(2) Marilena CHAUI, op. cit., p. 178

(3) Max PAGES, op. cit., p. 58

próprio censor."(1)(2)

E como fica, neste panorama, a possibilidade da modificação da regra do jogo?

Pages coloca que, dentro da lógica binária, essa possibilidade inexistente. Pois, não há conflito, ele não mais existe, foi "negado, abolido e apagado da linguagem da organização."

(3) Existe, em contrapartida, a antecipação e a administração dos conflitos, nessas empresas da solicitude: "a empresa moderna é a empresa da solicitude, ao mesmo tempo em que é a do segredo e da manipulação".(4)

Se o conflito não chega a existir, dada a sua previsão, sua administração, torna-se mais difícil a colocação em questão da regra deste jogo. Discute-se, apenas, as modalidades de aplicação destas regras.(6)

(1) Max PAGES, op. cit., p. 160

(2) Esta colocação será retomada quando entrarmos na problemática da escola: impossível não reconhecer o que Pages coloca (no caso, referindo-se a uma grande multinacional), acontecendo plenamente nas escolas "modernas", onde a discussão sobre a questão da autoridade, dos limites é sempre tão delicada. O "é preciso", encobrindo uma imposição, é prática difundida, naturalizada. Na escola também aparece com grande clareza o "deslizamento" da função paterna (socialização, o mundo do conhecimento, a autoridade clara) para a função materna tal como a descreve o autor.

(3) Max PAGES, op. cit., p. 34

(4) Como nos ensinam os prof. da FIDES-Inst. de Desenv. Empresarial e Social- no curso "Administração da Ação Disciplinar": "Os supervisores estão preparados para desenvolver ação disciplinar para fazer face às novas exigências?... O curso fará análise destas questões e proporá ações estratégicas para prevenir o conflito e desenvolver uma adequada ação disciplinar". Folheto da FIDES, 1990.

(5) Max PAGES, op. cit., p. 34

(6) Novamente, impossível não pensar na fundamental dinâmica da instituição escola, pensada esta como um lugar de superação natural dos conflitos de classe através do acesso igualitário ao conhecimento universal: a igualdade de oportunidades permitiria aos talentosos a mobilidade social. Escola: horror aos conflitos.

Umberto Eco, comentando as chamadas transgressões periféricas ao sistema (no caso , uso de códigos telefônicos de grandes empresas para ligações pessoais, fugindo, desta forma ao pagamento das mesmas, falsificações via telex de escritos , boicotes organizados via pagamento de um centavo a mais nas contas, de forma a bloquear e desorganizar os computadores que processam esses dados), sugere o seguinte:

"...se o ataque àquele que se supôs ser o "coração" do sistema (acreditando de que existe um poder central) é destinado ao fracasso, também o ataque periférico ao sistema que não tem nem centro nem periferia não produz revolução alguma. No máximo só faz garantir a sobrevivência recíproca das partes em jogo...trata-se de uma forma mais sutil de compromisso histórico, só que é tecnológico. É uma nova forma que tende a assumir o Pacto Social, na medida em que a utopia da revolução se transforma em projeto de perturbação permanente e em raio bastante reduzido."(1)

Essa nova forma do Pacto Social implicaria, portanto, na "abertura" de novas formas de ilegalidade (remetendo a Foucault), sendo que estas continuariam a cumprir com seu objetivo previsto: a sobrevivência das partes em jogo.

O sistema, portanto, só se manteria em seu equilíbrio instável (aliás, a única forma de equilíbrio existente) pela existência dessas margens de ilegalidade (transgressões), que, além de garantir a vazão de forças que de outra forma seriam explosivas, garantem o próprio funcionamento das organizações que o compõem.

(1) Umberto ECO, "A falsificação e o consenso" in "Viagem na irreabilidade cotidiana", Ed. Nova Fronteira, 7ª edição, p. 239.

Dentro deste panorama, volto um pouco para as colocações das primeiras páginas deste capítulo (páginas mais esperançosas e luminosas), e tento continuar a luta (pois se trata mais de uma luta do que de um jogo), para elucidar o dilema da existência ou não da resistência em nossa candente atualidade. "...curso sem fim que não se pode prever: morte ou triunfo da liberdade?"(1)

"A luta implícita e informal dos operários, no que se refere à organização capitalista da produção, significa ipso facto que os operários opõem à essa organização e realizam nos fatos uma contra-organização certamente parcial, fragmentária e móvel, mas não menos efetiva, sem a qual não somente não poderiam resistir à direção, mas nem mesmo poderiam realizar seu trabalho."(2)

Vamos nos deter na frase em **negrito**. Podemos interpretá-la no sentido de que o trabalho na organização capitalista não se realizaria sem a "astúcia prática", a "crítica prática", sem a "desordem na ordem" que os trabalhadores introduzem. Ou seja, tudo isso que estaríamos analisando sob uma ótica de resistência, seria, a bem da verdade, garantia de manutenção e de reprodução do sistema, e não formas de contestação a ele.

Um exemplo concreto nos ilustra a respeito: qual o significado da "greve do zelo" ou "operação padrão"? O que mostra a realização de uma operação padrão, como a que ocorreu nos aeroportos recentemente? Que, se os regulamentos são seguidos a risca, nada funciona.

(1) Michelle Perrot, "Os Excluídos", Paz e Terra, 1988, p.79

(2) Cornelius CASTORIADIS, "La experiencia del movimiento obrero", Tusquets Ed., Barcelona, 1979, p. 62 : o destaque em **negrito** é de minha total responsabilidade.

Porém...

O que dissemos sobre a "operação padrão" é o único que pode ser dito, ou há mais alguma coisa?

Vejamos:

- mostra que sem a participação criativa dos trabalhadores o funcionamento da organização não se mantém;
- porém, além disso, nos mostra que existe um conhecimento preciso por parte dos trabalhadores tanto da organização do trabalho, quanto dos limites que ela apresenta, além de um conhecimento do seu papel (dos trabalhadores) no funcionamento da organização, que pode ser usado para conquistar ganhos de posição na luta (e não mais no jogo);
- daí que, o conhecimento da regra do jogo leva à colocação em "xeque" dessa regra, que nesse momento de conflito, mostra-se irracional, ineficiente e ilógica. Desmascara-se algo "sagrado": aquele mundo minuciosamente construído, matematicamente previsto, cientificamente administrado, fundamentado técnica e teoricamente como sendo o único possível, o bom, o ideal (e claro, o eterno), não funciona.

Não é, nem se pretende, revolução. É recuperação, sim, do seu lugar no mundo do trabalho, de sua importância fundamental nele, de sua existência enquanto criador (sim) desse mundo que o oprime (também).

Existe, portanto, um processo de utilização de um saber para alcançar um outro fim do que o previsto inicialmente, para mostrar uma outra realidade: o poder da reprodução social está nas mãos dos trabalhadores e não nas mãos dos planejadores e

administradores do trabalho.

Nossa submissão é voluntária? Mais um paradoxo. Ou então, temos que reconhecer de que aqui não se trata de submissão e sim de obediência. Homens livres optando, através do contrato social, pela obediência a certas leis que serviriam como garantia a direitos fundamentais?

Voltamos alguns séculos atrás e recorremos a La Boétie, para expressar nossa perplexidade (tão atual e tão antiga):

"Coisa extraordinária, por certo; e porém tão comum que se deve mais lastimar-se do que espantar-se ao ver um milhão de homens servir miseravelmente, com o pescoço sob o jugo, não obrigados por uma força maior, mas de algum modo (ao que parece) encantados e enfeitiçados apenas pelo nome de um...no entanto, não é preciso combater esse único tirano, não é preciso anulá-lo; ele se anula por si mesmo, contanto que o país não consinta a sua servidão; não se deve tirar-lhe coisa alguma, e sim nada lhe dar...é o povo que se sujeita, que se degola, que, tendo a escolha entre ser servo ou ser livre, abandona sua franquia e aceita o jugo; que consente seu mal -melhor dizendo, persegue-o...De onde tirou tantos olhos com os quais vos espia, se não os colocais a serviço dele? Como tem tantas mãos para golpear-vos, se não as toma de vós?..."(1)

O mau encontro, o inominável, a fascinação pelo "nome de um". Existe ainda um caminho possível de ser transitado que parta da fascinação do "nome de um" para o "todos uns"?(2)

(1) Etienne de la BOETIE, "Discurso da Servidão Voluntária ou O Contra Um", Brasiliense, 3a ed.1986, ps.12,14, 16.

(2) Claude LEFORT, "O Nome de Um", in "O Discurso...", p. 144:
 "Pois afirmar que o destino dos homens é de ser não todos unidos, mas todos uns, é trazer a relação social para a comunicação e a expressão recíproca dos agentes, acolher por princípio a diferença um outro, fazer entender que ela só é redutível no imaginário e, no mesmo movimento, denunciar a mentira dos governantes que fazem da união de seus súditos ou da dos cidadãos o signo da boa sociedade".

Podemos afirmar, solidamente, sem temores de incorrer no pecado da confusão entre realidade e fantasia, que o caminho é justamente esse que está sob nossos olhos, que evita o isto ou aquilo e permanece no isto e aquilo, caminho paradoxal do "nome de um" ao "todos uns", idas e vindas, avanços e recuos, jogo (guerra) de necessidade e liberdade, de autonomia e de submissão. A crítica prática dos operários reproduz e ao mesmo tempo aponta caminhos de superação das práticas de trabalho existentes. A resistência não é ilusão quando encontramos (coincidência que permeia todos os trabalhos já apresentados) um questionamento, seja pela ação, seja pelo discurso, da "regra do jogo", da lógica profunda da organização. Um movimento de recuperação da autonomia, não importa de que nível se trate, questiona essa lógica profunda, pois nos sistemas onde impera o "nome de um", o desejo dos "todos uns", sua palavra, não deve existir. As leis são constituídas no seio da fascinação do "Um". Como práticas surgidas neste contexto, carregam em si suas contradições: daí que a desordem na ordem não implique na constituição de uma nova ordem, se bem que pode apontar o caminho por onde esta pode acontecer; daí que um movimento de solidariedade negativa (contra o poder), não implique em solidariedade positiva (horizontal, entre os trabalhadores); que a constituição de uma lei não implique na entrega desta conquista a um outro grupo, criando-se, desta forma, novas formas de sujeição. Curso sem fim, pois "ao mesmo tempo os mesmos meios que a empresa utiliza para aliená-los testemunham uma resistência maior de sua parte, que se estende e se diversifica, uma "volta do recalque", de aspirações novas à autonomia, à relação com os outros, à superação de fronteiras, à liberação de si..."(1)

(1) Max PAGES, op. cit. p., 233

Portanto, prática inexistente se a tentarmos ver além de seus limites, ou livre de ambiguidades. Reconhecível se a situarmos, com precisão, dentro do conflito que as organizações exprimem e mascaram, dentro do conflito dos pares: lei/obediência-desobediência, normas/submissão-resistência, heteronomia/autonomia, uniformidade/diversidade, "um"/"todos uns".

Conflito móvel, mutante, com lugares sempre imprevisíveis. Pois,

"a contestação deixou de ser aquele universo relativamente ordenado e circunscrito, é multiforme como o campo do poder moderno, macro e micro, econômico, político, ideológico e psicológico, ao mesmo tempo que é dispersa, impotente, incompreensível, ela persegue o poder como numa ação de guerrilha, chegando apenas a enfraquecê-lo".(1)

Impotente e incompreensível pois afasta-se dos lugares e dos discursos tradicionais, do seu lugar político organizado, das utopias clássicas de revolução. Aparece informalmente com discursos fragmentados, reivindicando, aparentemente, direitos básicos porém fundamentais: o de constituir a própria lei, o de usar autonomamente o próprio tempo, o de formular um discurso novo.

(1) Max PAGES, op. cit., p., 233

A resistência como a "posição tierce"

"O Senhor nunca é onipotente nem o servo totalmente submetido. Porém, tudo é feito para que se creia nisso. Pois, quando o trabalhador percebe sua possibilidade real de iniciativa, transpõe a luta para o interior do trabalho e passa a crer em sua própria fala. O que qualquer organização tentará impedir."(1)

Este poderia ser o comentário que nos faltava para a análise da situação colocada pela "operação padrão", que foi o nosso exemplo para discutir a não existência ou os limites da resistência.

Novamente temos uma caracterização do poder onde este se pretende total, eterno, "sonha-se" tal. Só que o poder não sonha, não é, não existe fora da história ou da relação social, não é "substância", não se possui. Coloca-se como eterno e total na relação dual, no exercício das posições de poder, numa guerra negada, no interior de conflitos negados porém candentemente

existentes. "Os "senhores" tenderão sempre a experimentar fechar o jogo, a impor regras que lhes permitam garantir seu poder e dar uma aparência eterna (...) à forma de relações sociais que conseguiram estabelecer. Luta violenta, luta surda, luta negada ou desviada, que importa: existe o conflito, qualquer que seja a maneira pela qual se manifeste."(2)

Indecente falar de guerra quando do que se trata é de um jogo, quando todos sabem que "depois da guerra, depois dos militares, vem a economia e os homens de negócios"(3), e estamos mais do que nunca vivendo essa realidade da economia, dos líderes eficientes administradores (e, por favor, jamais políticos- palavrão inaceitável), com suas resoluções técnicas (impessoais, portanto indiscutíveis), fundamentadas na ciência desinteressada. Não vivemos mais a arte da guerra, mas a arte da gestão (dos conflitos, das tensões, das populações).

(1)Eugene ENRIQUEZ, "Poder e Morte" in "Psicanálise, Poder e Desejo", Coleção IBRAPSI, 1979, Ed. Chaim Samuel Katz, p.95.

(2) Eugene ENRIQUEZ, op. cit., p. 85

O poder aparece oculto pela autoridade, a autoridade pela decisão, sendo esta posta como impessoal, técnica, e, portanto, necessária e natural. Os conflitos sociais, interpessoais, são postos como individuais (a infelicidade pública transformando-se em infelicidade privada) e assim, tornados "casos", plausíveis de abordagens psicológicas tradicionais.

"Como desobedecer uma decisão que pretende exprimir uma verdade impessoal?" (1)

Trata-se do mundo da adesão e do consenso, do mundo da ausência da "falha", do mundo homogêneo e racional do discurso dito científico. Poder e saber constituindo-se mutuamente, criando uma ordem: "Reina a ordem, mas qual ordem? Qual mundo cria o poder aliado ao saber? Essencialmente o mundo da uniformidade, da repetição, baseado na obsessão do tempo, da produtividade, da racionalidade e na necessidade do segredo." (2)

A chave desta ordenação, sua matriz fundadora é o trabalho, não qualquer tipo de trabalho e sim, como víamos nas páginas iniciais deste capítulo, um trabalho "útil e resignado" (apesar de que, em nossos tempos modernos, tanto faz se o trabalho é útil ou inútil: resta apenas, com força total, o adjetivo "resignado").

Então, como fica nossa questão das práticas resistentes, com sua ambiguidade, sua luta por constituir a própria lei? O que seria a resistência como a "posição terceira"? Qual é o conteúdo dessas leis constituídas nesse processo individual e coletivo, conteúdos que também deveriam colocar em "xeque" os conteúdos das leis heterônomas?

(1) Eugene ENRIQUEZ, in "Poder e Morte", op. cit., p.81.

(2) " " " p.91.

"Quando o campo da palavra se amplia, não se trata mais da mesma palavra, dos mesmos significantes, da mesma lei. Os indivíduos não são falados pela organização (ou por seus guardiões), mas eles falam a organização e por isso a transformam". (1)

Quando os indivíduos, portanto, conseguem falar a organização, criar um saber sobre ela além do saber que ela propõe, saem do que Enriquez chama de relação dual (a relação de fascinação pelo nome de um) e entram na posição do "terceiro", do que restaura a alteridade, a diferença, o que mostra a falha e os limites.

"Le seul objectif c'est de faire apparaitre ce qui peut miner le phantasme de l'un et par voie de conséquence le pouvoir de la relation duelle: ce qu'on peut nommer la position tierce, place occupé par ce qui ne se laisse jamais incarner: la verité ou encore mieux le questionnement." (2)

Mesmo sendo este questionamento parcial, fala emergente, ação ambígua, se este carrega um "ataque" à regra do jogo, uma crítica à lógica interna deste jogo, coloca a instituição em questão e abre a possibilidade da emergência de uma nova lógica.

Enriquez vincula esta situação fortemente à possibilidade de novas falas, falas imprevistas de atores sociais até hoje excluídos da cena histórica. Não grandes falas. Falas surgidas no cotidiano do trabalho, no seio das instituições, a partir de problemas concretos do trabalho, a partir das contradições vividas enquanto sujeitos no processo de produção e de consumo. "Tomar a palavra" seria o que permitiria a relação entre o que tinha sido dividido e aparecia como impossível de relacionar, seria o que introduziria a diversidade dentro do que era apresentado como naturalmente uniforme. Isto porque a

(1) Eugene ENRIQUEZ, "Imaginário social, recalçamento e repressão nas organizações", in Revista Tempo Brasileiro, 36-37, jan/junho 1974, "A História e os Discursos", p.75.

(2) Eugene ENRIQUEZ, "Les institutions: amour et contrainte, consensus et violence" in "Connexions" n. 30, Psychosociologie, Sciences Humaines, EPI, 1980, p. 85.

palavra, a lei, é, nas organizações e instituições marcadas pela heteronomia, privilégio do "Um", portador da fala inaugural, da fala fundadora do mundo.

"Tomar a palavra" significa criar um saber. Um saber sobre o outro e sobre si mesmo: falar a organização e não ser mais falado por ela; falar sobre o conceito de trabalho, sobre o seu processo e sua organização, sobre o tempo da vida e o tempo do trabalho; falar sobre si mesmo, sobre seu papel de produtor-consumidor-reprodutor e não mais ser falado pelos outros. Tentar formular palavras novas, mesmo sabendo dos seus limites.

"Entendo ao contrário por subversão sutil aquela que não se interessa diretamente pela destruição, esquiva o paradigma e procura um outro termo: um terceiro termo, que não seja entretanto, um termo de síntese, mas um termo excêntrico inaudito." (1)

Portanto, retomando brevemente nosso início, nosso meio e nosso fim, vemos a resistência delinear-se como processo de recuperação (ou construção) de espaços de autonomia, processo carregado de ambiguidade por surgir no seio da heteronomia, parecendo vincular-se a um saber (sobre o outro e sobre si mesmo).

(1) Roland Barthes, "O Prazer do Texto", Ed. Perspectiva, 1987, p. 71.

Uma certa conclusão...

Delinearam-se, nessas páginas que passaram, posições, reflexões. Movimentos de paciência e de impaciência, dúvidas, afirmações e negações. Talvez deveríamos falar de circularidades concêntricas, expansões sísmicas do ponto-objeto jogado em água-fogo, pensamento. Caminhos mal traçados, agrestes, ainda ou permanentemente.

Agora introduzirei duas pesquisas para consolidar esta "certa conclusão", duas pesquisas atuais sobre movimento operário que nos levarão à retomada do conceito de resistência, tal como aparece no mundo do trabalho. (1)

Amnéris Maroni propõe o seguinte:

"...a própria racionalidade que o capital imprimiu ao processo de produção foi a arma utilizada pelos trabalhadores. O capital não contava que suas práticas organizativas (de expropriação) pudessem propiciar um saber para o desencadeamento da luta e para o questionamento da organização mesma do processo de trabalho." (2)

Retomando Pages (3), reconhecemos aqui o processo de jogar com as regras do jogo até chegar ao questionamento da própria regra do jogo (a organização do processo de trabalho, e, por extensão, o questionamento de quem dita essa regra do jogo). Cabe ressaltar que este paralelo com Pages é limitado, pois novamente entramos no campo da metáfora da guerra, abandonando a metáfora do jogo: trata-se de "arma", trata-se de "luta". Nesta guerra, portanto, a arma é um saber construído no contexto da luta, saber concreto, saber coletivo advindo da prática cotidiana.

(1) Amnéris MARONI, "A estratégia da recusa", Brasiliense, 1982, e Michel LE VEN, "Trabalho e Democracia: a experiência dos metalúrgicos mineiros de 1974 a 1984", tese de doutoramento em Ciências Políticas, USP, 1987, exemplar mimeo.

(2) Maroni, op. cit. p. 50

(3) ver Max Pages, op. cit.

"A resistência se articula pela tentativa de apropriação coletiva da racionalidade da organização do processo de trabalho, de modo a inverter-lhe os mecanismos." (1)

Esta apropriação coletiva, fundada no conhecimento da organização do processo de trabalho (2), traz consigo uma redefinição do espaço e do tempo: do espaço da fábrica enquanto espaço de vigilância e de separação (de corpos e atividades), e do tempo, serial e sequencial da produção. "O espaço desorganiza-se como técnica de esquadrinhamento e vigilância, o tempo deixa de pertencer ao capital, já não se restringe ao controle ininterrupto da produção e, portanto, do produtor." (3)

A apropriação coletiva dessa racionalidade dá-se como um processo difuso e permanente no seio da produção. Em parte, como oposição à atomização dos indivíduos em seus postos de trabalho, pela criação dos grupos informais, na tentativa de conquistar algum controle sobre o processo do trabalho. Isto acentua-se, no momento do conflito, tornando-se fundamental para o êxito do movimento. Aparecem novas formas de "comunicação horizontal" (4) que superam o meramente verbal, recuperando de forma ampla um olhar horizontal que quebra a vigilância hierárquica do olhar vertical. (5)

(1) Maroni, op. cit., p. 53.

(2) novamente nos surge a questão: em mãos de quem está o poder da reprodução, neste caso, da produção tal como está colocada no sistema vigente?

(3) Maroni, op. cit. p. 67.

(4) " " p. 55 : os "mosquitinhos"

(5) Lembramos, neste sentido, o já dito por Cornélia Eckert sobre os mineiros, da "construção de fronteiras simbólicas" marcando a identidade do grupo de trabalhadores, recriando formas de comunicação. Ver também, os relatos sobre "João Ferrador" (voto protesto da diretoria cassada de S. Bernardo e "Chico Ferroviário", personagem criado pelos ferroviários, na bela tese de Helena Maria Capelini, "Ferroviários no País do Automóvel: trilhas da resistência", mestrado em Sociologia, Unesp-Araraquara, 1986, exemplar mimeografado.

Essa apropriação coletiva fundada num saber, objetiva algum controle sobre o processo de produção, numa tentativa de maior autonomia e autodeterminação. No momento do conflito, surge a redefinição do espaço e do tempo, redefinições possíveis apenas se fundadas nesse saber. Portanto, retomando também Marilena Chauí, uso de um conhecimento para outros fins que não os esperados ou desejados.

Michel Le Ven refere-se, em seu trabalho, à história do movimento operário como "resistência à dominação e à divisão no trabalho humano e na ação política, quando pretendem fazer dos trabalhadores objetos dominados e ininteligentes."(1)(2)

(1) Michel le Ven, op. cit. p. 3.

(2) Impossível resistir à tentação de citar Taylor, o pai da administração científica, transparente e brilhante exemplo do tipo de dominação a que se refere Michel le Ven. Diz Taylor, justificando a divisão do trabalho que introduz, entre planejamento e execução: "...em quase todas as artes mecânicas, a ciência que rege as operações do trabalho é tão vasta e complexa que o melhor trabalhador adaptado a sua função é incapaz de entendê-la, quer por falta de estudo, quer por insuficiente capacidade mental."(p. 54) Isto, para dizer posteriormente que, esta trabalhador incapaz de entender a ciência que rege seu trabalho, a bem da verdade, sabe mais do que qualquer administrador, e é aí que residiria o problema da produção moderna: "Entendeu...que embora fosse chefe na fábrica, o conhecimento conjunto de todos os trabalhadores seus subordinados era seguramente dez vezes maior que o seu."(p. 63) Situação insuportável, pois a fábrica (a produção) ficava nas mãos dos trabalhadores, e não na mão dos chefes. Tentará, portanto, modificar a situação, de tal forma que consiga realizar o sonho de contar com operários que aceitem o seguinte: "Um operário classificado faz justamente o que se lhe manda e não reclama."(p.58). Ver Frederick TAYLOR, "Princípios de Administração Científica", Ed. Atlas, 7a ed. 1989.

A resistência estudada por Le Ven, acontece no cotidiano concreto do trabalho fabril, e tem como base a construção de um saber e de um coletivo, marcado pela solidariedade e pela identidade grupal. A realidade da fábrica é vista em processo, com movimentos de autonomia gerando-se na heteronomia, sendo necessário utilizar o conceito de ambiguidade, "como conceito e método que permitisse apreender o todo nas suas múltiplas determinações e nos seus diversos elementos constitutivos". (1)

O uso do conceito de autonomia " foi surgindo, não como modelo ou finalidade, mas como expressão de uma liberdade em busca de afirmação, na forma de uma resistência a tudo que representasse dominação". (2)

A definição proposta é a seguinte: " processo, ação de tornar-se livre, de verbo transitivo, pelo qual um sujeito, ao reconhecer uma dependência do outro, pela palavra e ação, descobre sua identidade. Esta luta para se definir como sujeito, não teria sentido sem uma certa crença no valor da liberdade política, na possibilidade histórica do homem ser um "sujeito capaz de construir por si e pelos outros, relações sociais e interpessoais mais válidas"(3)...é imprescindível que ela seja entendida como capacidade não fato ou idéia; capacidade interna, porque ela é própria de indivíduos caracterizados pela liberdade, não só de escolherem mas de se auto-realizarem; é interna, porém necessariamente política. Ela é política e não ética, sendo um processo que se explicita no visível, no público, no coletivo, no plural e no organizado...passa por mediações objetivas que lhe dão visibilidade, capacidade de diálogo e transformação objetiva...se expressa na realidade através de indícios, quando se combinam dois elementos: a existência de uma palavra que expressa um pensar sobre si mesmo; um pensar no mundo e um agir sobre ele..." (4)

(1) Le Ven, op. cit. p. 25. Lembrar Marilena Chauí, op. cit.

(2) " " p. 7.

(3) " , citando Antoniazzi in "Alla ricerca dell'identità perduta - Ripensare il sindacalismo", Roma, Ed. Lavoro, 1985, p. 30.

(4) Le Ven, op. cit. p. 28-29.

Não tentarei a síntese "didática", que estaria dada pela enunciação sistemática, pontual, de todos os aspectos trabalhados até aqui sobre a resistência na história do movimento operário. Penso que o caminho percorrido nega precisamente o "a resistência é...". Este trabalho abriu-se com o seguinte título: "resistência: palavra, conceito, usos...". Contamos com parâmetros seguros para entender o significado da palavra. Contamos com parâmetros certos para pensá-la em seu contexto. Conseguimos colocá-la dentro de limites. Muita riqueza cerca o conceito que estamos trabalhando. Curiosidades despertam-se: seria possível recuperar esses caminhos apontados pelos trabalhadores em seus atos resistentes no seio da produção, e, a partir deles, construir uma "utopia" em torno do trabalho? Rastrear o desejo apresentado fragmentariamente e trazer à superfície o desejo pleno de novas relações sociais? Ou isto já não é mais possível e foi plenamente realizada a predição de Taylor "no passado, o homem estava em primeiro lugar; no futuro, o sistema terá a primazia"? (1)

Para finalizar esta busca de uma compreensão do conceito e dos usos da resistência no mundo do trabalho, uma história...

(1) Frederick TAYLOR, "Princípios de Administração Científica", Atlas, 1989, p. 29.

Bartleby, a recusa do servir. (1)

Herman Melville conta-nos uma história que tem como cenário o escritório de advocacia de um homem (um bom homem) convencido "de que o modo de vida mais fácil é também o melhor"(2), porém, nem por isso carente de sucesso na profissão (é considerado pelos clientes eminentemente seguro, prudente e metódico) e seu escrevente Bartleby, homem "palidamente aprumado, contristadoramente respeitável, irremediavelmente desamparado" (3), um homem que se afirma, no decorrer da história, pelo desafio passivo ao "destino".(4)

A história acontece, portanto, no mundo do trabalho honesto e árido do escritório, entre papelada jurídica, cópias e verificação de cópias, num tempo uniforme e monótono, marcado apenas pelo humores dos personagens, por suas indigestões ou suas cervejas.

Nesse mundo ordenado, certo dia Bartleby, em resposta a uma ordem para examinar um documento, responde com "voz singularmente branda e firme": (5)"-Prefiro não fazê-lo".(6)

(1) Herman MELVILLE, "Bartleby" in "Contos de Herman Melville", Cultrix, 1985, ps. 15 a 58

(2) Melville, op. cit., p. 16.

(3) " " p. 23.

(4) Introdução, p. 12.

(5) op. cit. p. 24

(6) op. cit. p. 25.

Prefiro não fazê-lo

Grande perplexidade no escritório. Não existe nenhuma explicação, nenhuma indicação que justifique a negativa. A autoridade do advogado é posta em questão sem o menor indício de impertinência, desafio, ira... Como ele se sente? "Não é raro o caso de um homem humilhado de uma maneira sem precedentes e violentamente irracional, começar a vacilar na sua própria fé, mesmo a mais cheia. Começa, por assim dizer, a supor vagamente que toda a justiça e toda a razão se encontram do outro lado." (1)

Humilhado, perplexo, chegando a duvidar de suas verdades, sentindo a atitude de Bartleby como perversa e insensata e ao mesmo tempo intrigado com a "maravilhosa ascendência que o inescrutável escrevente tinha sobre mim.." (2), não chega a tomar nenhuma atitude. Ou melhor, oscila entre a provocação e a condescendência em relação a Bartleby: "lembrei-me de uma certa atitude inconsciente de ténue... como dizer? de ténue altivez, ou melhor, de austera reserva, que positivamente me induziram à servil condescendência diante de suas excentricidades, ao recear pedir-lhe que me fizesse, incidentalmente, a coisa mais insignificante." (3)

A negativa ao trabalho se amplia. Sem explicações.

"Presentemente prefiro não ser um pouco mais razoável". (4)

O temor do advogado cresce quando percebe que a palavra "preferir" invade o escritório, começa a expandir-se e a penetrar em sua linguagem e na dos demais escreventes. A subversão contida na atitude de Bartleby, na palavra "prefiro", conseguirá tomar conta daquele lugar ordenado e pacato? "...e tremia ao pensar que o contato com o escrevente já tivesse afetado seriamente minhas idéias. Que profundas aberrações ulteriores esse contato não poderia produzir?" (5)

(1) op. cit. p. 27

(2) op. cit. p. 44

(3) op. cit. p. 36

(4) op. cit. p. 38

(5) op. cit. p. 38

"-Oh!preferir? Oh, sim, palavra esquisita. Eu nunca a emprego. Mas, como ia dizendo, se o senhor prefere...(1)

Vendo a palavra preferir penetrando na mente de todos, o advogado decide demitir Bartleby. Pois, o que poderia acontecer se todos decidissem começar a preferir alguma coisa, o que poderia acontecer se esta palavra deixasse de ser esquisita?

Porém Bartleby, que já não faz mais cópias, não faz mais nada, (faz sim: contempla o muro que vê pela janela) que não sai do escritório, nega-se a ser demitido. "Prefiro não partir."(2)

Bartleby já não participa da lei, está fora dela. Daí que a argumentação do advogado nos soe banal, por fazer um apelo ao direito, ao contrato, ao "pacto social" que rege a sociedade

(toda a sociedade -menos Bartleby):" Que direito concebível tem você de continuar aqui? Paga aluguel? Paga meus impostos? Ou esta propriedade lhe pertence?...Já se dispôs a escrever...?"(3)

Se ele não é um proprietário, deve ser um trabalhador. E concebível alguém não estar em nenhum desses lugares? Existe por acaso alguém que possa" ser" sem ser proprietário, locatário, assalariado, pagador de impostos, advogado ou escrevente, professor ou aluno, operário ou varredor de ruas, dona de casa ou executivo? Oh, intolerável ilegalidade!

Já que Bartleby não sai, o advogado sai: providencia a mudança do escritório. Bartleby fica e instala-se no corrimão da escada do prédio.

Numa última tentativa do advogado em demovê-lo de sua atitude, acontece o seguinte diálogo:

(1) op. cit. p. 39.

(2) op. cit. p. 45.

(3) op. cit. p. 45

"- Não gostaria de ser escriturário numa mercearia?

- Fica-se muito preso num emprego desses... Não, não quero ser escriturário, mas não sou exigente.

- Muito preso, diz você. Ora essa, mantém-se preso o tempo todo!

- E empregar-se num bar....?

- Não gostaria, absolutamente; embora eu antes disesse que não sou exigente.

- E que tal, ir à Europa, como acompanhante...?

- De jeito nenhum. Não vejo nada definido nisso. Prefiro continuar estacionário. Mas não sou exigente." (1)

Qual é o lugar dos que se excluem (são excluídos) do contrato social? Qual é o lugar dos que negam a ordem, dos que carecem de uma reapresentação do poder por não respeitarem mais as representações do poder? (2)

Esse lugar é a prisão. Bartleby é levado para a prisão. "Sei onde estou" (3), diz ao advogado que vai visitá-lo.

Morre nela. Estava realmente preso anteriormente, conforme a observação acima citada no último diálogo com o advogado?

Onde estava realmente Bartleby? Como estava? Bartleby é a ausência do desejo? Ou ele é pleno de um desejo que é exatamente a plena recusa do desejo dos outros?

Bartleby, a recusa do servir.

Ele era prisioneiro do seu desejo de não servir ou era livre nesse campo de desejo? "Fica-se muito preso num emprego desses..."

(1) op. cit. p. 52.

(2) ver Guilhaon de Albuquerque in "Metáforas do Poder", Textos Paralelos, Achiamé/Socii, 1980, p. 44 : "A guerra só é imposta àqueles que não reconhecem mais a dominação e para quem não basta representar a repressão mas é preciso rerepresentá-la.

(3) op. cit. p. 54.

Presentemente prefiro não ser um pouco mais razoável

Uma obra literária, perfeita, não merece o triste destino de ser dissecada nas mãos de uma aprendiz da academia. Minha tentação é deixar a sugestão, o indício, assim, no ar...

Porque um conto tão antigo para concluir um capítulo que trata sobre a resistência no trabalho? Nosso herói Bartleby, desamparado e altivo, respeitável insensato, com sua humilde preferência coloca em xeque a lógica do mundo?

A lógica do mundo, ou a lógica do mundo do trabalho. A lógica do mundo, pois esse mundo onde estamos é organizado e ordenado pela lógica do mundo do trabalho. Quem não trabalha não come. Quem não trabalha, não vive. Quem não trabalha, não existe. (Ou então, possui-se: isto garante, sem dúvida, a existência). Isto é natural. Destino. Isto não se discute, nem se enxerga, não se sente. É o Pacto. Preferir alguma outra coisa! Esquisito. Palavra esquisita.

E Bartleby, prefere.

Não recusa aquele tipo de trabalho. Recusa o trabalho. Não recusa aquela autoridade. Recusa a autoridade. Qual seria o sonho sonhado por Bartleby, em sua austera reserva? Sem explicações, sem justificativas.

"- Ei! ele está dormindo, não está?

- Sim; na companhia de reis e conselheiros -murmurei." (1)

(1) op. cit. p. 57. Reis e conselheiros simbolizam os que são "livres"? Donos de si, de seu tempo, de suas vidas? Os que são "reais" (que existem).

O mundo construído por Bartleby é alicerçado numa palavra, na força de uma palavra. É um mundo que se tornará cada vez mais silencioso (até o silêncio final de sua morte), pois não há desejo (ou condições, ou poder) de passar de uma "preferência negativa", para algum tipo de preferência positiva (que implicaria em desejar algo que os outros também desejassem). A história de Bartleby é a história da desobediência total, onde tal desobediência significa a morte.

"...abençoados os que dizem não, porque deles deveria ser o reino da Terra, Deveria, disseste, O condicional foi deliberado, o reino da Terra é dos que têm o talento de pôr o não ao serviço do sim, ou que, tendo sido autores de um não, rapidamente o liquidam para instaurarem um sim..." (1)

(1) José SARAMAGO, "História do Cerco de Lisboa", Cia. das Letras, 1989, p. 330.

"Portanto, caso a sociedade histórica deseje tentar combater a face do totalitarismo e da morte, sua aliada, só poderá fazê-lo caso os indivíduos que a compõem restitua a si mesmos seu próprio destino, caso tentem proferir uma nova lei, uma palavra "nova" que seja não a contradição da que foi pronunciada, mas a que rejeita para o limbo o mundo da economia racional e da procriação partogenética, a que questiona a instauração do imaginário e o saber a respeito do desejo dos outros, a que anuncia a "ruptura" do ciclo pela elucidação, pela análise do seu mecanismo. Porém, os homens não preferem a certeza da morte ao risco de uma palavra incerta, vacilante, que deve ser continuamente retomada?" (1)

Neste momento encerro uma primeira etapa na busca dessa palavra incerta e vacilante. Vimos o que acontece no grande eixo central da nossa sociedade: no mundo do trabalho.

Parto agora para a descoberta de alguns limites .

(1)Eugene Enriquez, "Poder e Morte", in "Psicanálise, Poder e Desejo", Coleção IBRAPSI, Ed. Chaim Samuel Katz, 1979, p. 115.

Capítulo III

Resistência & Sobrevivência, ou alguns limites

Limites**Resistência e sobrevivência****Obediência e sobrevivência****Desobediência e sobrevivência**

A proposta é balançarmo-nos nos limites. Tênuos ou brutais. Percebê-los em sua história com o conceito que nos envolve e que pesquisamos. A questão dos limites nos acompanha desde o início: nas descrições da resistência no mundo do trabalho, na descrição do seu mundo enquanto palavra. A palavra carrega limites nela própria, sugere um limite. Assim como o "não" total de Bartleby, marcando o que deseja ou o que não mais deseja do mundo. Assim, também, como os "nãos" comuns e pequenos, invisíveis do cotidiano do trabalho.

Acompanhou-nos desde o início essa outra palavra, que já usamos várias vezes: sobrevivência. Relacionada de diversas maneiras à resistência. Relação necessária.

Vimos uma história de uma grande desobediência, a do nosso querido Bartleby. Uma desobediência que, ao não propor uma alternativa, leva nosso herói à morte.

Veremos, agora, uma situação oposta: a de uma obediência que leva à morte. Entraremos nesses limites extremos, da relação necessária da resistência com a sobrevivência.

Quando obedecer é morrer: os "submersos" ou
Resistência e sobrevivência nos campos de concentração

Saimos do mundo ordenado e normalíssimo do escritório. Saimos do mundo do poder da palavra, onde esta reina, domina e subverte, mantém a ordem e nega a ordem, onde o "não" é possível, mesmo que indesejável, onde o "sim" também o é. Onde existe, sim, a violência, explicitada quando é preciso re-apresentar o poder, e que permanece recoberta pelos discursos que visam algo mais permanente e duradouro (e econômico): o consenso e a adesão. Onde se desenvolve um discurso que articula poder e saber de forma não estável nem contínua: "os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem são opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo." (1)

Saimos deste mundo e entramos, sem pausas, no mundo da situação limite, onde o poder não mais carece de mediações, de palavras, onde este mostra sua face plenamente violenta e mortal.

Saimos de uma cena de desobediência, de recusa total do servir, que significa, para o nosso altivo insensato Bartleby, a morte; saímos da "ficção" e entramos no mundo vergonhosamente verídico e real do campo, onde encontraremos exatamente a situação oposta: quando obedecer às regras é sinônimo de morte.

E o mundo silencioso e silenciado do campo de concentração, que "saúda" suas "peças" com a frase ARBEIT MACHT FREI, "o trabalho liberta" (2).

(1) Michel Foucault "História da Sexualidade", vol 1, "A Vontade de Saber", Graal, 6ª edição, 1985, p. 96.

(2) Primo Levi, "E isto um homem?", Rocco, 1988, p. 20.

"Tudo era silêncio, como num aquário e como em certas cenas de sonhos". (1)

Mundo silencioso. Silenciado. Diz Enriquez: "o discurso da violência é um discurso sem voz... o que ela promove não é o reino do discurso, que permite o reconhecimento mútuo, é o do corpo-a-corpo sem mediação, da hegemonia direta dos senhores sobre os escravos." (2)

A violência não gera discursos, não cria palavras e impede o surgimento de novas (ou antigas) palavras.

"Eles cavavam e não mais ouviam: eles não se tornaram sábios, não inventaram nenhuma canção, ou qualquer tipo de linguagem..." (3)

Lugar onde o peso do não e o peso do sim, o peso da obediência e o da desobediência, da resistência, será correspondente à vida ou à morte. Onde a resistência estará irremediavelmente ligada à sobrevivência: "defender-se para durar", "opor-se para não sucumbir", até a primavera chegar, até a guerra acabar, até algum milagre acontecer.... (4)

"Sucumbir é mais fácil: basta executar cada ordem recebida, comer apenas a ração, obedecer à disciplina do trabalho e do campo." (5)

Esses, que sucumbiram, são os submersos, os "muçulmanos", que se perderam na compreensão do que lhes ocorria: multidão anônima, sem história, sem voz, que não pode desafiar o destino. Não encontraram os caminhos "difíceis e inimagináveis" (6) da salvação.

(1) Primo Levi, op. cit. p. 18.

(2) Eugene Enriquez, "Imaginário Social...". Rev Tempo Brasileiro, 36/37. ps. 88-89.

(3) Paul Celan citado por B. Bettelheim in "Sobrevivência", Artes Médicas, 1989, p. 97.

(4) ver "a palavra nos dicionários", neste trabalho.

(5) Primo Levi, op. cit. p. 91.

(6) " " " p. 91.

Entramos, portanto, no campo onde se entrecruzam e se tornam sinônimas as palavras resistência e sobrevivência. Até então esta relação dava-se de forma constante porém tênue, sob a forma de "pequenas" sobrevivências cotidianas, "pequenas" recuperações de si. Aparecia, já explicitada, na definição dos dicionários e no uso que a psicanálise dá ao termo. Até então, estávamos no domínio do poder mediado, do poder tornado lei e regulamento, da violência cristalizada (e transformada), do poder que carecia tornar-se fala, discurso.

Aqui trata-se da repressão: discurso sem voz.

Vamos nos aproximar um pouco mais e tentar explorar com mais detalhes esta resistência-sobrevivência necessária.

Falamos de situação limite. Bettelheim usa a expressão "situação extrema" e a define assim: "encontramo-nos em uma situação extrema quando somos repentinamente lançados dentro de um conjunto de condições onde nossos velhos mecanismos adaptativos e valores não mais se aplicam e quando alguns deles podem mesmo ameaçar a vida que supostamente protegiam. Então somos, por assim dizer, despidos de nosso sistema defensivo global e arremessados de volta para o fundo -de onde devemos erigir um novo conjunto de atitudes, valores e forma de vida exigido pela nova situação." (1)

Portanto, na situação extrema, a necessidade de estabelecer um novo sistema de valores, atitudes e forma de vida é vital e dessa capacidade resultará o êxito em salvaguardar a própria vida (e a de outros). O mesmo autor define da seguinte forma os objetivos procurados pela Gestapo, com a criação e manutenção dos campos de concentração:

"1) Desintegrar os prisioneiros como indivíduos e torná-los massas dóceis das quais nenhum ato de resistência individual ou coletiva pudesse surgir;

2) Espalhar o terror entre o restante da população usando os prisioneiros como exemplos para um bom comportamento, e demonstrando o que aconteceria àqueles que se opusessem às regras nazistas;

3) Fornecer à Gestapo um laboratório de experiências onde eram estudados meios de romper a resistência civil, bem como as necessidades nutritivas, higiênicas e médicas mínimas para manter os prisioneiros vivos e capazes de executar trabalhos pesados, quando a ameaça de punição é o único incentivo, e a influência sobre o desempenho, quando não há tempo para mais nada além de trabalho árduo e os prisioneiros estão separados de suas famílias." (2)

Sistema que combina "os fantasmas do sangue com os paroxismos de poder disciplinar" (3) e que procura a realização desses objetivos através de uma série de mecanismos que visam um ataque global e

(1) B. Bettelheim, "Sobrevivência", p.22.

(2) " " " p.55.

(3) Michel Foucault "A Vontade de Saber". p.140.

radical a qualquer aspecto que implique em algum grau de autonomia do prisioneiro. (1)

"Nada mais é nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão -e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubarão também o nosso nome, e, se quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos. (2)

Bettelheim localiza três métodos para efetivar essa destruição da autonomia pessoal:

- "1) obrigar os prisioneiros a adotar um comportamento infantil;
- 2) obrigar a abdicar da individualidade e transformá-los numa massa anônima;
- 3) destruir qualquer capacidade de autodeterminação, de previsão e, conseqüentemente, de preparação para o futuro." (3)

Isto expresso em tarefas ilógicas, absurdas e degradantes, no não controle do tempo, da rotina e do futuro, numa contínua interferência da privacidade, tudo de "forma particularmente violenta e difusa" (4), sem porquês: "inúmeras são as proibições... infindáveis e insensatos são os rituais obrigatórios..." (5). O absurdo rege a vida (e a morte): "para nós o campo não é uma punição; para nós não está previsto um prazo; o campo é apenas o gênero de existência que nos foi atribuído, sem limites de tempo, dentro da estrutura social alemã." (6)

Todo um "enorme aparato para caçar de nós e rebaixar-nos." (7)

(1) B. Bettelheim in "O Coração Informado", Paz e Terra, 1985, p. 62, define autonomia da seguinte forma: "diz respeito à capacidade interna do homem em determinar-se e a uma busca conscienciosa de sentido, apesar da percepção de que, ao que sabemos, não há sentido para a vida."

(2) Primo Levi, op. cit. p. 25.

(3) B. Bettelheim, "O Coração Informado", p. 104.

(4) "Sobrevivência", p. 105.

(5) Primo Levi, op. cit., p. 32.

(6) " ", p. 84.: autor que nos faz um pedido que devemos acolher, guardar, lembrar: "procurem não aceitar em seus lares o que aqui nos é imposto." (p. 54).

(7) Primo Levi, op. cit., p. 22.

Não me deterei mais na descrição do sistema (que, como acontece em outros lugares que já percorremos, não é "um": mesmo guardando uma lógica comum e geral, apresenta variações, dependendo do objetivo principal, trabalho ou extermínio, ou ambos combinados de diferentes formas, e que, no decorrer do tempo, transformam-se de acordo com os acontecimentos políticos -no caso, a guerra). Entrarei, sim, nas pistas e trilhas tortuosas da resistência-sobrevivência encontradas e descritas pelos autores que estamos recuperando.

A resistência nos campos

"Justamente porque o campo é uma grande engrenagem para nos transformar em animais, não devemos nos transformar em animais; até num lugar como este pode-se sobreviver, para relatar a verdade, para dar nosso depoimento; e, para viver, é essencial esforçar-nos por salvar ao menos a estrutura, a forma da civilização. Sim, somos escravos, despojados de qualquer direito...mas ainda nos resta uma opção. Devemos nos esforçar por defendê-la a todo custo, justamente porque é a última: a opção de recusar o nosso consentimento..." (1)

Recusar o nosso consentimento (as regras se cumprem porém não se aceitam). O que isto significa? Pois também a obediência é imprescindível para sobreviver. Mas esta obediência apresenta limites claros, além dos quais ela implicaria no oposto ao que se desejava: conservar a vida mantendo-se homens e mulheres, não animais.

"Era necessário obedecer para sobreviver, mas mantendo a consciência de que se obedecia para permanecer vivo e inalterado como pessoa." (2)

Ao mesmo tempo, era "impossível obedecer a todas as ordens e proibições se se desejava sobreviver. Assim, a necessidade real era justamente não ser apanhado" (3)... desobedecendo.

O fundamento da resistência estava, portanto, nesse limite de conservar a todo custo essa última opção, a de recusar o consentimento (mesmo obedecendo) ou de "escolher sua própria posição em qualquer circunstância", (4) mesmo não sendo possível praticar essa posição, transformá-la em ação.

(1) Primo Levi, op. cit. p. 39. O destaque em negrito é nosso.

(2) B. Bettelheim, "O Coração Informado", p. 127.

(3) " " p. 166.

(4) " " p. 128: "Aqueles presos que não bloqueavam o coração, a razão, os sentimentos e a percepção, mantendo-se, ao contrário, informados de suas atitudes interiores mesmo quando não podiam agir de acordo com elas, tais prisioneiros sobreviviam e conseguiam entender as condições sob as quais viviam... ainda conservavam a última, senão a maior, das liberdades humanas -escolher sua própria posição, em qualquer circunstância."

"Manter-se donos de suas faces." (1)

"A sobrevivência talvez dependesse da capacidade de preservar algumas áreas de ação independente, de manter o controle de alguns aspectos importantes da vida pessoal, apesar de um ambiente que parecia esmagador e total." (2)

Todos os depoimentos coincidem neste ponto, pois trata-se da "necessidade de conquistar, para sobreviver contra os maiores absurdos, algum espaço de liberdade de ação e de pensamento, por mais insignificante que fosse." (3)

Ou: "para sobreviver, deve adaptar-se de um modo ou de outro àquela situação extrema, deve encontrar um sentido para a nova vida -por maior que seja o seu horror." (4)

Manter algumas áreas de ação independente; manter algum espaço de liberdade de ação e de pensamento, encontrar um sentido... mesmo que este apresentasse uma forma insignificante, mínima, interior. Como se manifestavam estas ações de resistência-sobrevivência?

B. Bettelheim recupera a manutenção de uma linha de identidade através de um trabalho significativo que alimentasse o amor próprio do indivíduo, que o remetesse a sua identidade socialmente construída: em seu caso, isto traduziu-se em uma observação minuciosa do próprio comportamento e do comportamento dos outros prisioneiros, trabalho este que dava continuidade ao seu maior interesse intelectual (a psicanálise). Com isto conseguia dotar a si próprio da energia necessária para localizar-se na situação do campo, mantendo, ao mesmo tempo, a confiança em sua capacidade de raciocinar e perceber o real (de defender-se dele), e , desta forma, confiar (de alguma maneira)

(1) B. Bettelheim, "Sobrevivência", p. 103.

(2) " " , "O Coração Informado", p. 119.

(3) " " " , p. 120.

(4) Margarete Buber-Neuman, "Milena", Ed. Guanabara, 1987, p. 18.

em que o futuro o encontraria vivo e digno de chamar-se homem. Também criava, através deste trabalho, laços com os outros prisioneiros, tanto de identificação quanto de rejeição das imagens encontradas.

Para ele, "embora uma personalidade integrada e convicções internas fortes, nutridas por relações pessoais satisfatórias, sejam a melhor proteção contra os controles opressores, outra defesa fundamental é o domínio intelectual dos eventos à medida que acontecem." (1) Daí a importância que para ele assumia o

trabalho intelectual no campo, sua preocupação com a conservação da memória e com a lucidez e precisão das análises.

"Ser capaz de fazer observações pessoais e delas tirar conclusões pertinentes, delimita o início da existência independente." (2)

Esta margem de liberdade possível, de "informação" sobre si, sobre si perante os outros, frente à colaboração com o inimigo, sobre os limites que não poderiam ser ultrapassados, é, para o autor, fundamental.

"Para sobreviver, como homem, não como um cadáver ambulante, como um ser humano humilhado e massacrado, mas ainda como um ser humano, era preciso antes de mais nada manter-se informado e ciente de qual era seu ponto sem retorno, o ponto além do qual nunca, sob circunstância alguma, se cederia ao opressor, mesmo que isso significasse arriscar-se ou perder a vida." (3)

Saber quais seriam os limites para esta sobrevivência configuraria "manter-se donos de suas faces", recusar o consentimento. Para Bettelheim, esta tarefa fundamental consistia em defender ou conquistar uma margem de conhecimento próprio. Os que não conseguiam realizar esta tarefa, estavam condenados à morte pois "desistiam de continuar tentando exercer qualquer influência sobre sua vida ou ambiente." (4)

(1) B. Bettelheim, "O Coração Informado", p. 87.

(2) " " p. 125.

(3) " " p. 127.

(4) " " p. 121.

Quais eram esses caminhos inimagináveis da salvação? Esses caminhos mínimos que partiam de um coração informado que devia ser mantido a qualquer custo?

"Devemos nos lavar, sim; ainda que sem sabão, com essa água suja e usando o casaco como toalha. Devemos engraxar os sapatos, não porque assim reza o regulamento, e sim por dignidade e alinhamento. Devemos marchar eretos, sem arrastar os pés, não em homenagem à disciplina prussiana, e sim para continuarmos vivos, para não começarmos a morrer." (1)

Detalhes, sim; jeitos. Sorte, sim. Roubo, compaixão, traição e solidariedade, guerra feroz entre os prisioneiros, naquele lugar onde "tudo é proibido, não por motivos inexplicáveis e sim porque o campo foi criado para isso"(2), e onde, ao mesmo tempo, era imprescindível ouvir, cavar e ouvir, tornar-se sábios, inventar uma canção e alguma linguagem...para viver. Mesmo que esta linguagem não chegasse a retratar a dor, o desespero, o sofrimento, que não fosse escutada nem compreendida. Estivemos vendo limites, sobrevivência e resistência. Passo a palavra a Bettelheim, para que coloque mais um e fundamental: limite.

(1) Primo Levi, op. cit. p. 39; ou, gesto pequeno e grande: "Una postura como de estar preso para hecerles un favor", comentário de David Campora sobre um companheiro preso, no livro que recolhe seu depoimento, de autoria de Ernesto González Bermejo, "Las manos en el fuego", Ed. de la Banda Oriental, 1985. Uruguay, p. 89.

(2) Primo Levi, op. cit. p. 31.

"Por mais importante e fascinante que seja o problema do que o prisioneiro pode fazer, mesmo sob as condições inacreditavelmente opressivas do campo de concentração, tudo que pode nos ensinar sobre a condição humana, tem pouca importância para a questão da sobrevivência, a menos que tenhamos sempre em mente que a sobrevivência exige primeiro e acima de tudo a destruição do campo de concentração e o arranjo das coisas do mundo de modo a que nenhum novo universo de campo de concentração possa um dia existir. Qualquer discussão da sobrevivência é perigosamente enganadora se dá a impressão de que a questão principal é o que o prisioneiro pode fazer, pois isto é insignificante comparado com a necessidade de derrotar, política ou militarmente aqueles que mantêm os campos -algo que os prisioneiros, naturalmente, não podem fazer."(1)

(1) B. Bettelheim, "Sobrevivência", p. 270.

Novamente, os limites da obediência: a história de Mário e o Mágico.(1)

Vimos a desobediência total levando à morte e a obediência total levando à morte. Estivemos lado a lado com a apatia e com o desinvestimento, com a impossibilidade de um novo "sim" e de um novo "não". Estivemos nos extremos, nas pontas, onde os limites se encontram e vimos a variedade enorme de possibilidades contidas entre essas pontas. Vimos, nas páginas que já passaram, os limites da obediência, da diferença entre obediência e consentimento nas situações extremas. Vimos a recusa ao consentimento e o esforço necessário para estar informado do limite que marca a possibilidade de continuar vivendo "como ser humano humilhado e massacrado, mas ainda como ser humano", no universo do poder ilimitado da violência total.

Vamos agora, com a ajuda de uma bela história, ver esse mesmo limite, quando do que se trata é do poder espetáculo, manipulação, discurso.

Em "Mário e o Mágico", Thomas Mann conta-nos a história de um espetáculo teatral que acontece numa pequena cidade interiorana da Itália. Neste espetáculo, existe um mágico-hipnotizador que conta com um poder: o da sua mágica. Porém, este poder é para ele um pequeno poder, não é suficiente. Seu grande poder é o da palavra que envolve os gestos mágicos. Palavra ininterrupta, contínua, "fundadora", a única possível (permitida). Sua palavra nasce do conhecimento profundo das convenções que regem aquelas

(1) Thomas Mann, "Mário e o Mágico", Artenova, 1975; usarei, nesta parte do trabalho, uma tradução do mesmo livro para o espanhol, "Mário y el hipnotizador", Biblioteca de Radio Sarandi, Ed. CELE, Uruguay, n.63.

vidas: sonhos, vergonhas, fraquezas...limites. Palavra usada de forma provocativa e degradante. Tudo o que pertence aos outros será depreciado, pois para dominar, é preciso fragmentar, fragilizar, anular a força daquela comunidade. O objetivo é o domínio total daquela platéia, submetida, apavorada e fascinada. A submissão e o aplauso. Guerra tensa e sórdida. No meio do espetáculo, um protesto:

"-Basta!- gritó energico el audaz muchacho. -Basta de ultrajes a mi pueblo. Todos somos de aqui y no consentimos que alguien venga a ponerlo en ridiculo ante un público de extranjeros. Esos dos mozos que han subido al tablado son también amigos nuestros; no serán unos sabios, pero son honrados y acaso lo sean más que algunos de ahí abajo; desde luego lo son más que ese que tanto presume con Roma, como si él fuera uno de sus fundadores." (1)

O protesto tenta recuperar a dignidade coletiva daquelas pessoas, ferida pelo desprezo do mágico, possuidor de outros saberes que não os daquela comunidade. Tenta recuperar o direito ao não consentimento, relembrando o fato de que eles não serão sábios ao modo do mágico, mas também possuem saberes refletidos em uma forma correta de viver.

Uma a uma as resistências vão sendo vencidas. Os limites tornam-se cada vez maiores, num clima de tensão e constrangimento. A cidade é ferida pelos desprezos e não se erguem mais vozes cidadãs para defendê-la; a comunidade desintegra-se tornando-se um agrupamento de pessoas envergonhadas e frágeis.(2) A crítica desaparece, o riso e o aplauso tentam esconder o constrangimento.

(1) Mann, op. cit. p. 47.

(2) Quebrou-se a amizade possível: "eles não se entre-amam, mas se entre-temem; não são amigos, mas cúmplices." Etienne de la Boétie, "Discurso da Servidão Voluntária", Bras. 3ª ed., p. 36.

Porém, chega a vez de Mário subir ao palco. Mário é jovem, Mário tem um segredo, Mário ama.

"-Bésame -le pidió el jorobado. Créeme que puedes hacerlo. Yo te quiero. Dáme un beso aquí... y señaló con el índice, encogiendo los otros dedos, un punto de su mejilla cerca de la boca. Mário se inclinó hacia él y lo besó."(1)

Aquele momento grotesco marcou um limite. O limite de Mário, o limite dentro do qual ele se manteria tranquilo embora incomodado, rindo dos ultrajes da noite espetacular. Com dois tiros, mata o mágico.

"-Pero es que ya terminó?...qué final más raro!
-Si, señores; si, ése ha sido el desenlace, un desenlace espeluznante y fatal, pero redentor."(2)

Redentor não apenas para Mário, mas para a comunidade ferida. O não à obediência, a recusa do consentimento marcando Mário-homem, novamente, povo, todos uns.

Marcando o fim (fatal e redentor) para a situação vivida: "é incrível como o povo, quando se sujeita, de repente cai no esquecimento da franquia tanto e tão profundamente que não lhe é possível acordar para recobrá-la, servindo tão francamente e de tão bom grado que ao considerá-lo dir-se-ia que não perdeu sua liberdade e sim ganhou sua servidão."(3)

Ganhando a liberdade e perdendo a servidão.

(1) Mann, op. cit. p. 87.

(2) " " p. 89.

(3) Etienne de La Boétie, op. cit. p.20. Claude Lefort nos explica o seguinte: "Não há como hesitar: o segredo, a força da dominação consiste no desejo...de identificar-se com o tirano, tornando-se senhor de um outro...a corrente de identificação é tal que o último dos escravos ainda se pretende um deus. Impossível, portanto, subestimar esse julgamento: a tirania atravessa a sociedade de ponta a ponta...a servidão de todos está ligada ao desejo de cada um de portar o nome de Um perante o outro..."; Lefort, "O nome de Um" in "Discurso da Servidão Voluntária", p.166.

Em todos os casos que vimos, tratamos dos limites da sujeição, dos limites da obediência. Em todos os casos, tratou-se de sobrevivência. Em alguns, foi a sobrevivência enquanto luta para evitar a morte física. Em outros, tratou-se de outras sobrevivências, tão fundamentais quanto a manutenção da vida física. Sobrevivência significando luta para conservar com vida coisas como emoções, valores, sentimentos, espaços de liberdade. Nada matematizável, nada quantificável, nada "científico", que se possa medir, verificar, enquadrar rigorosamente. Que parecem, porém, comportar elementos sem os quais não vale a pena viver, sobreviver.

Resistências vida e morte, por momentos vida, por momentos morte. Recuperações de si que levam à vida e recuperações de si que levam à morte.

Capítulo IV

MUDANDO DE LUGAR:

A ESCOLA

"Texto quer dizer tecido; mas enquanto até aqui esse tecido foi sempre tomado por um produto, por um véu todo acabado, por trás do qual se mantém, mais ou menos oculto, o sentido (a verdade), nós acentuamos agora, no tecido, a idéia gerativa de que o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo..."(1)

Roland Barthes,
"O prazer do texto",
Ed. Perspectiva, 1987, p.82-83.

Introdução

E provocação entrar no "mundo da escola"(1)(mundo encantado e encantador), logo após haver sobrevoado o campo do poder-espetáculo, logo após haver contraposto a face violenta do poder sem mediações ao poder baseado na fala, na fala persuasiva, na fala tornada pura dominação? Qual a relação possível entre o mágico-hipnotizador que procura a submissão aplaudida e consentida e a escola, instituição naturalmente plena de bondade e de pureza?

Escola: local de trabalho ou "sacerdócio"?

Escola: instituição coercitiva ou de pleno consentimento?

Escola: o lugar privilegiado da reprodução ou também da transformação?

Escola: a promessa do futuro, ou a fixação no passado?

Escola, enfim, perversa, boa. Histórica, a-histórica, anti-histórica. Lugar de cruzamentos múltiplos, da crise permanente, imanente ao seu papel, jamais isto ou aquilo. Complexa, irreduzível. Vista diferentemente jamais indiferentemente.

Local de trabalho: daí não ser estranho entrar nessa instituição logo após termos percorrido situações de poder e resistência nos locais de trabalho. A escola, local de trabalho! Interessante perceber como isto não é óbvio, não é lembrado... Talvez acredite-se ainda fortemente na escola com o seu lado religioso, vocacional (porque você quer trabalhar na escola? ah, porque eu gosto muito de crianças...). Talvez por sua característica de

(1) "No entanto, a escola não é de modo algum o mundo e não deve fingir sê-lo..." Hanna Arendt, "Entre o Passado e o Presente", ed. Perspectiva, p. 238.

trabalho feminino (as mulheres não trabalham, se "ocupam"), mulheres e crianças brincam, são iguais. A mulher nasceu com o dom de cuidar das crianças, isto é natural, próprio de sua natureza. A mãe.

Porém, o que é a escola senão o local de trabalho de tantas e tantas pessoas: professores, auxiliares de ensino, diretores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais, supervisores de ensino, inspetores, secretários de educação, serventes, vigias, secretárias...Pessoal técnico, administrativo, de apoio, planejadores e executores. Local de trabalho altamente hierarquizado, com divisões profundas entre as diferentes especializações, entre o trabalho manual e o intelectual, e, dentro do trabalho intelectual, entre planejamento e execução, entre os cursos "nobres" (matemática, ciências) e "não nobres" (música, artes, línguas, história, letras), tudo isto referendado pelas diferenças salariais (como a existente entre os professores chamados de "polivalentes" -os que sabem de tudo um pouco e, por conseguinte, supõe-se que não sabem nada de nada- e os chamados de "especialistas" -que estes sim, sabem muito de pouco;).

- 'A escola, uma instituição coercitiva? Como!! Claro, existem leis que obrigam os pais a colocarem os seus filhos na escola (bom, no Brasil...a lei, ora, a lei...), mas...o consentimento é o que prevalece, pois, como você bem sabe, a escola é a chance que todos têm de um futuro melhor. O esforço do estudante, seu talento, sua inteligência, poderá levá-lo aos postos mais altos da nossa sociedade.. Não esqueçamos que um lenhador pode ser presidente da república numa democracia... Mesmo aqui, um

operário quase não o foi...?

- Certo, porém, graças à escola ou apesar da escola?

- Mas, e o futuro... nosso futuro está nas crianças, são a nossa esperança. E a escola está voltada para esse futuro.

- Talvez seja mais certo dizer que a escola está voltada para o futuro, para preservar o presente, com um discurso do passado. Sem dúvida, é o lugar onde os futuros integrantes do "Pacto Social" (atuais excluídos -por idade, imaturidade, por não possuírem ainda a "razão"), são formados, onde são conformados os futuros produtores-consumidores, trabalhadores (também chamados de "cidadãos"), os futuros "contratantes".

- Conflitos, conflitos...

- Perdão! Esqueci que na escola o conflito não existe. Ela é, por definição, um lugar de harmonia.

Não é fácil entrar na escola.

Se, como já vimos, os locais de trabalho tradicionais - fábricas, minas, etc., são vistos invariavelmente, desde sua organização primeira, como lugares de permanente conflito, de lutas, de "guerras", e portanto contamos com muitas pesquisas que tratam desta situação assim como da resistência oferecida pelos trabalhadores no processo, com a escola acontece exatamente o oposto: trata-se da ausência do conflito. Esta ausência é assim constatada por Mariano Enguita, quando o autor marca a diferença entre os dois "mundos", o "mundo" do trabalho e o "mundo" da escola. Vê o fato de "que o subsistema social do trabalho seja tratado desde a perspectiva do conflito e o da escola desde o da reprodução."(1). Desde a perspectiva da reprodução ou então, desde a perspectiva da superação das desigualdades sociais, e dos conflitos daí decorrentes.

O conflito, na escola, é algo que é apenas recentemente encarado. E as pesquisas sobre resistência nas escolas, escassas (porém, geralmente, muito valiosas). Comenta Antônio Cândido a respeito dessa idéia da "bondade original" da escola, que permaneceu praticamente intocada até 1968:

"...a partir do século XVIII as ideologias do progresso forjaram a imagem de um homem perfectível ao infinito graças à faculdade redentora do saber. Era como se a mancha do pecado original pudesse ser lavada e o paraíso, em vez de ter existido no passado, passasse a ser uma certeza gloriosa do futuro. O século XIX se embalou na ilusão de que quando a instrução fosse geral acabariam os "males da sociedade" - como se ela pudesse substituir as reformas essenciais na estrutura econômica e social, que, estas sim, são requisitos para se tentar a melhoria da sociedade e, portanto, dos homens..."(2)

(1) Mariano ENGUITA, "A face oculta da escola", Artes Médicas,, 1989, Prefácio.

(2) Antonio CANDIDO, "Professor, Escola e Associações Docentes, in Almanaque, Cadernos de Literatura e Ensaio n.11, Brasiliense, p.14

E a força da ideologia meritocrática, da "igualdade das condições exteriores de luta" (1), que Bertaux resume irônicamente:

"uma sociedade justa e boa é uma sociedade que dá, a todos os seus filhos, oportunidades iguais -desde o ponto de partida. No ponto de chegada, pois bem, que ganhem os melhores! (E azar dos vencidos). (2)

Proponho uma retomada de Durkheim: qual entende ser o papel da escola, do professor, qual é para ele o lugar da educação na sociedade.

Passo a passo iremos percorrendo este intrincado caminho que nos leva à escola ,tentando decifrar o que aí acontece nos termos que estamos pesquisando: poder e resistência.

(1) ver Emile DURKHEIM, "A divisão do trabalho social", Ed. Presença, Lisboa, 2ª ed., vol. II, p. 173.

(2) Daniel BERTAUX, "Destinos Pessoais e Estrutura de Classe", Zahar, 1979, p. 11.

"Põe-te em estado de desempenhar utilmente uma função determinada." (1)

Antes de entrarmos nas proposições de Durkheim sobre a educação, vejamos o que este autor nos sugere sobre a sociedade, o trabalho, a harmonia (o consenso) e o conflito.

"A vida social tem uma dupla origem, a similitude das consciências e a divisão do trabalho social. O indivíduo é socializado, no primeiro caso, porque não possuindo individualidade própria, confunde-se no seio de um mesmo tipo coletivo; no segundo, porque possuindo uma fisionomia e uma atividade pessoal que o distingue dos outros, deles depende na própria medida em que deles se distingue." (2)

Durkheim, como veremos mais adiante, oferecerá uma visão de educação paralela a esta que sugere sobre a vida social. Tanto esta como aquela teriam uma característica de unicidade e de multiplicidade. Ou seja, uma base comum dada pela socialização, base esta apoiada na força das idéias gerais que regem a forma de ver a vida de cada sociedade, e uma diversidade dada pela necessidade da divisão do trabalho social.

Em sua analogia do funcionamento social com o funcionamento do organismo humano, chama a nossa atenção para um limite preciso dessa analogia: a grande diferença existente entre a divisão do trabalho social e a divisão do trabalho das células, pois estas últimas ocupam sempre a mesma posição e realizam permanentemente a mesma função, enquanto que, na sociedade humana, existe a mobilidade:

(1) Emile DURKHEIM, "A Divisão Social do Trabalho", Ed. Presença, 2.ª edição, Vol. I, p. 56.

(2) op. cit. Vol I, p. 259.

"O princípio segundo o qual todos os empregos são igualmente acessíveis a todos os cidadãos não se teria generalizado a este ponto, se não tivesse aplicações constantes." (1)

Portanto, para Durkheim, o próprio indivíduo é o que determina sua atividade, seu lugar social (pois, na sociedade moderna "o meio natural passa a ser o meio profissional"(2)), pela existência da "liberdade da função" (3).

Apenas nas formas "anormais", a divisão do trabalho traria como consequência o conflito e a "guerra de classes".(4)

Esta guerra ou luta de classes aconteceria quando "as classes inferiores, não estando, ou deixando de estar satisfeitas com o papel que lhes está reservado pelo costume ou pela lei, aspiram a funções que lhes estão interditas."(5)

Esta guerra de classes não seria uma consequência necessária da divisão do trabalho social. Sua presença no cenário indicaria um estado anormal, fruto de não estarem sendo respeitadas algumas regras básicas do funcionamento social. Só apareceria quando esta divisão do trabalho passa a refletir uma imposição exterior e não um livre movimento de colocação de cada um no seu lugar de acordo com suas capacidades.

"Tudo se passa diferentemente quando esta se estabelece em virtude de espontaneidades permanentes internas, sem que nada venha a perturbar as iniciativas dos indivíduos... Se nada entrava ou favorece indevidamente os concorrentes que disputam as tarefas, é inevitável que os que são mais aptos para cada gênero de atividade as consigam."

As desigualdades sociais existentes (no caso de um funcionamento espontâneo da divisão do trabalho social) exprimiriam apenas

(1) op. cit. Vol II, p. 120.

(2) " Vol I, p. 212.

(3) " Vol II, p. 126.

(4) " Vol II, p. 171.

(5) " Vol II, p. 171.

desigualdades naturais, pois esta divisão estaria perfeitamente ajustada à diversidade das capacidades individuais.

"Assim se realiza por si mesma a harmonia entre a constituição de cada indivíduo e a sua condição." (1)

Isto aconteceria com a existência da "absoluta igualdade das condições exteriores da luta" (2) (pois, para Durkheim, a divisão do trabalho é um "produto da luta pela vida"(3)), ou, dizendo o mesmo de uma outra forma, pela existência de condições exteriores de concorrência de absoluta igualdade.

O conflito social seria, portanto, uma "disfunção", um mau funcionamento geral, fruto do não respeito à regra fundamental da localização espontânea de cada indivíduo na sociedade de acordo com sua capacidade.

Aqui ficam esboçadas as linhas gerais da chamada "ideologia meritocrática".(4) Podemos agora "entrar" novamente na escola, para ver qual seria o seu papel neste contexto da divisão social do trabalho, e na constituição da solidariedade orgânica entre os membros contratantes da sociedade.

(1) op. cit. Vol II, p. 171.

(2) " Vol II, p. 173.

(3) " Vol II, p. 52.

(4) Deixo constância, também, de que neste curto empreendimento em torno da "Divisão Social do Trabalho", foram deixados de lado grandes riquezas contidas no texto em questão. A redução é um mal, e, para tentar remediá-lo de alguma forma, chamo a atenção para o fato de que, passam os anos, passam as pesquisas, e sempre voltamos, de uma forma ou de outra, aos mestres básicos, Marx, Weber, Durkheim, para novas releituras, novas descobertas. Para constatar, talvez, nossa ainda enorme proximidade do século XIX. Neste trabalho, oscilo constantemente entre os autores "de ponta", atualíssimos, e nossos velhos companheiros de tantas viagens intelectuais.

"Devemos temer a extensão do poder que temos..." (1)

"A sugestão hipnótica supõe...duas condições....:

1) O estado em que se encontra o sujeito hipnotizado se caracteriza por uma excepcional passividade; o espírito fica quase reduzido ao estado de tábula rasa...a vontade fica paralisada...a idéia sugerida, não encontrando pensamento contrário, pode instalar-se com um mínimo de resistência;

2)...como o vácuo nunca é completo...é necessário que o magnetizador fale em tom de comando, com autoridade... É preciso que ele diga **eu quero**; que indique que nem acredita que a recusa seja possível...que o ato deve ser cumprido...a coisa deve ser vista tal como é mostrada, que não pode ser de outra forma....

Ora, essas duas condições se exigem nas relações que o educador mantenha com a criança submetida à sua influência:

1)a criança fica, por condição natural, em estado de passividade perfeitamente comparável àquele (da hipnose)... a consciência não contém ainda senão pequeno número de representações capazes de lutar contra as que lhe são sugeridas...a vontade ainda é rudimentar...

2) o ascendente que o mestre naturalmente possui sobre o discípulo, em razão da superioridade da experiência e cultura dar-lhe-á o poder necessário à eficácia de sua atividade...."(2)

Qualquer semelhança com o mágico-hipnotizador da história de

"Mário é o Mágico", não é mera coincidência....

Eis aqui, portanto, brilhantemente introduzida a questão (negada)

do poder da e na educação. A citação utilizada de Durkheim assim

o exprime de forma clara. Este poder aparece "encarnado" na

figura do professor, do "mestre-sacerdote" que, apoiado em sua

autoridade, utiliza os meios que lhe brinda o conhecimento

advindo da psicologia, para realizar seus objetivos educacionais.

Vejamos ponto a ponto estas afirmações.

Sobre a autoridade do professor: "a educação deve ser um trabalho de autoridade" (3), ou "a autoridade moral é a qualidade essencial do educador, porque pela autoridade que nele se encarna, é que o dever é o dever."(4)

(1)Emile DURKHEIM, "Educação e Sociologia", Ed. Melhoramentos, Biblioteca de Educação, 8.edição, 1972, p. 53; trecho também citado na "Educación Moral", Shapire Ed., 1972, ps. 154-155.

(2) op. cit. p. 53.

(3) op. cit. p. 53.

(4) op. cit. p. 54.

Esta autoridade encontra sua justificativa na experiência e na cultura do mestre e no seu papel fundamental na sociedade:

"Da mesma forma que o sacerdote é o intérprete do seu Deus, ele (o mestre) é o intérprete das grandes idéias morais de seu tempo e de sua terra." (1)

A Psicologia lhe dará a orientação necessária para levar a cabo seu grande objetivo. (2) Ensinar-lhe-á que a educação deve ser

contínua, constante, pois "não pode chegar a grandes resultados quando tentada por golpes intermitentes... Quando, porém, a educação se dê de modo paciente e contínuo, quando não procure êxitos imediatos e aparentes, mas prossiga com lentidão... então chegará a dispor de todos os meios necessários para influenciar profundamente a alma da criança." (3)

A alma da criança deverá ser influenciada no sentido de criar um forte sentimento do dever, de forma a diminuir os conflitos que possam existir entre desejos individuais e necessidades sociais.

Pois devemos saber que a vida "ela é grave e séria, e que a educação, que prepara para a vida, deve participar dessa gravidade." (4)

Exige-se, portanto, um grande trabalho de contenção: "não nos constrangemos, não nos submetemos senão por uma destas duas razões: ou por força da necessidade de defesa física, ou porque o devamos moralmente." (5)

(1) op. cit. p. 55.

(2) op. cit. p. 73.

(3) op. cit. p. 53.

(4) op. cit. p. 54.

(5) op. cit. p. 54. Interessante lembrar aqui as palavras de Taylor, já citadas no item "Frederick Taylor queixa-se...": "não há dúvida de que a tendência do homem comum, em todos os atos da vida, é trabalhar devagar e comodamente, e só depois de pensar e observar bem a esse respeito, ou como resultado do exemplo, consciência ou pressão exterior, ele adota um ritmo mais rápido." ("Princípios..." p. 38). Durkheim coloca a mesma questão: a aceitação do constrangimento ou da submissão acontece por duas vias; pela via da força ("pressão exterior", "por força da necessidade de defesa física") ou pela via do convencimento ("consciência" ou "dever moral"). Tanto no caso do discurso sobre o trabalho, como no caso do discurso sobre a educação, surge a questão da modificação desse homem comum, o homem dos hábitos tradicionais, da eliminação de sua vontade para que possa vir a aceitar a vontade "do outro".

Uma pausa: a imaginação em ação. Uma história inquieta(1)

Brincaremos com o discurso ouvido. Imaginaremos uma pessoa que seguiu fielmente as indicações que foram sugeridas, que acreditou. A história em questão trata de um caso de infidelidade, de vida regrada abalada pela irrupção da emoção.

Algumas reações, algumas falas. Fica para o final a surpresa.

"...e depois continuou com ar doutoral:

- O autodomínio é tudo na vida, como sabe. E a felicidade, é a dignidade, é tudo...

E mais do que nunca as paredes da sua casa pareciam ser o lugar sagrado dos ideais aos quais se preparava para oferecer um sacrifício magnífico. Era o sumo sacerdote do templo, o guardião severo das fórmulas, dos ritos, do cerimonial puro que dissimulava as dúvidas obscuras da vida. E não estava sozinho. Também outros homens, os melhores, velavam de perto sobre os lares que eram os altares daquela persuasão proveitosa... Representava a força moral duma imposição espantosa, capaz de vencer todas as deploráveis vulgaridades da vida - o medo, o desastre, o pecado - e até a própria morte.

- Há que respeitar as condições em que vive ou perderá tudo quanto deles recebe. Tudo! Tudo!... Sim! A contenção, o dever, a fidelidade... só isso garante a recompensa, a paz... A vida é um assunto sério... Se não se conformar pelos padrões mais elevados, você não é nada, é uma espécie de morte... Princípios rígidos. Apego ao bem...

- O que é o bem? -disse ela...

- O seu espírito está doente!...Essa pergunta é idiota, perfeitamente idiota...tudo quanto vá contra os valores estabelecidos é mau...São os valores consagrados porque são os melhores, os mais nobres, os únicos possíveis...Deve respeitar as bases morais duma sociedade que fez de si o que é...E o dever, é a honra, é a honestidade....

A vida é um assunto sério... a vida, ela é grave e séria.

(1) Joseph CONRAD , "O Regresso" in "Histórias Inquietas", Ed. Assírio e Alvim, Lisboa, 1986, p. 113-167. As citações são extraídas das páginas 142,143, 144, 145.

"Fica o dever. O sentimento do dever, sim. É ele o estimulante capital do esforço da criança, e mesmo para o adulto."(1)

A criação deste sentimento do dever na criança apoiar-se-á na ciência, que através de estudos sistemáticos das estatísticas escolares (que determinará quais as transgressões mais frequentes), estabelecerá uma disciplina consistente, com um sistema de penas e recompensas baseado na "criminologia infantil": "há uma criminologia infantil, como há uma criminologia do homem feito."(2)

Atacando estas transgressões de forma contínua, estarão sendo assentadas as bases fundamentais da moral: o espírito da disciplina, o espírito de abnegação e o espírito de autonomia.(3)

A disciplina seria "o senso e o gosto da regularidade, o senso e o gosto da limitação do desejo, o respeito à regra que impõe ao indivíduo a inibição dos impulsos e o esforço."(4)

Ou seja, o indivíduo não apenas deve aceitar a regra externa como senti-la condição de sua felicidade, deve vê-la não como coercitiva porém como protetora, deve ter o gosto, o prazer da aceitação.(5)

O espírito de abnegação implicaria no reconhecimento da existência de fins individuais e de fins sociais, e que estes mantém entre si uma relação de hierarquia, com os fins sociais predominando sobre os fins individuais.

(1) Durkheim, "Educação e sociologia", p. 54.

(2) op. cit. p. 63. Ver: "Educación Moral", p. 220.

(3) ver prefácio de Paul Fauconnet, "A obra pedagógica de Durkheim, in "Educação e Sociologia", edição citada, que nos traz o comentário sobre a obra "A educação moral na escola primária", reunião de lições de Emile Durkheim.

(4) op. cit. p. 21.

(5) ver Max Pages, op. cit. sobre as regras nas organizações hipermodernas. As "disciplinas naturalizadas" de Foucault encontram em Durkheim uma clara enunciação.

A autonomia seria, por último, "a atitude do indivíduo que aceita a regra, porque a reconhece racionalmente estabelecida." (1)

Creio que nem é necessário ressaltar a diferença fundamental entre esta definição de autonomia e a que estivemos utilizando quando vimos a relação autonomia-resistência. Para Durkheim, é a ciência que conferiria autonomia ao indivíduo, permitindo-lhe optar racionalmente pelo respeito à regra. Autonomia seria, então, o reconhecimento, através da razão, da lei do outro.

Durkheim reconhece que, talvez, suas indicações possam levar a pensar de que exista uma "insuportável tirania" (2) da sociedade sobre os homens; porém, "eles mesmos são interessados nessa submissão; porque o ser novo que a ação coletiva, por intermédio da educação, assim edifica, em cada um de nós, representa o que há em nós de propriamente humano." (3)

(1) op. cit. p. 23. Daí a importância fundamental da ciência, que permitiria reconhecer a racionalidade das regras, sua necessidade enquanto produtos da razão (estando esta acima de qualquer questionamento, conflitos sociais, por sua característica de basicamente neutra). Ver novamente Pages e Enriquez, quando discutimos o trabalho, o "é preciso" que substitui brilhantemente o "você deve" anterior, carregado de conflitos e de possibilidades de questionamento da autoridade.

(2) op. cit. p. 45.

(3) op. cit. p. 45.

(4) op. cit. p. 56.

revela-se, neste momento, portadora das assimetrias típicas das formas que assume o poder disciplinar. Convivência, portanto, dos dois modelos de poder, o juridico-político e o disciplinar, um compondo o "sub-solo" e a condição de realização do outro.

"O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior "adestrar"; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor."(1)

Adestramento dos alunos, treinamento dos professores.

Escola, portanto, novamente, com seu caráter de homogeneidade e de heterogeneidade, de simetria e de assimetria, de igualdade e de desigualdade.

"Em certo sentido, o poder da regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais."(2)

(1) Michel Foucault, op. cit. p. 153.

(2) " " " p. 164.

"A educação é, acima de tudo, o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência."(1)

As escolas recebem os "homens médios" (crianças médias), os homens que a "natureza" faz e os transforma nos homens que a sociedade requer. Daí o caráter plenamente social e histórico da educação, a explicação de suas inúmeras variações nos diferentes sistemas sociais existentes, de suas transformações históricas.

"O homem médio é eminentemente plástico; pode ser usado com igual proveito, em funções muito diversas..."(2), pois a sociedade, para manter-se, carece da divisão do trabalho entre seus membros, e então, "eis porque já prepara, com suas próprias mãos, por meio da educação, os trabalhadores especiais de que necessita."(3)

Está enunciada, com clareza exemplar, a função da educação na reprodução da divisão social do trabalho.

Daí surge o duplo aspecto da educação, como sendo múltipla (refletindo a divisão do trabalho, e fonte, portanto, de heterogeneidade) e una (com uma base comum que independe da categoria social).

Essa base única consistiria na transmissão do "conjunto de idéias sobre a natureza humana, sobre a importância respectiva de nossas faculdades, sobre o direito e o dever, a sociedade, o indivíduo, o progresso, a ciência, a arte..."(4)

Seria, portanto, tudo aquilo que foi anteriormente descrito nas páginas que se passaram, o que, com o auxílio da psicologia (determinado, porém, com o auxílio da sociologia e da história),

(1) Durkheim, "Educação e Sociologia", p. 82.

(2) op. cit. p. 78.

(3) op. cit. p. 78.

(4) op. cit. p. 40.

introduziria nesses homens (crianças) eminentemente plásticos, pela força da persuasão, o espírito da disciplina, da abnegação e da autonomia, para a perpetuação da sociedade.

"Qualquer educação, a do rico e a do pobre, a que conduz às carreiras liberais, como a que prepara para as funções industriais, tem por objeto fixar essas idéias na consciência dos educandos." (1) São as "similitudes essenciais" (2) reclamadas

pela vida coletiva, que permitem a existência e a permanência de uma sociedade. O papel da escola : perpetuá-las e reforçá-las. (3)

Por outro lado, como esta mesma sociedade requer a heterogeneidade, pela força da divisão do trabalho, "a educação assegura a persistência dessa diversidade necessária, diferenciando-se ela própria, e permitindo especializações." (4)

Isto, na sociedade não "anormal", aconteceria sem violência ou "guerra de classes", posto que esta diversidade apenas refletiria

aptidões naturais: "temos, segundo nossas aptidões, diferentes funções a preencher, e será preciso que nos coloquemos em harmonia com o trabalho que nos incumbe." (5)

A cada um o seu lugar, de acordo com sua capacidade natural.

(1) op. cit. p. 40.

(2) op. cit. p. 41.

(3) op. cit. p. 41.

(4) op. cit. p. 41.

(5) op. cit. p. 34. Impossível resistir à tentação de mais uma citação de Durkheim, desta vez do texto "A divisão do trabalho social", vol II, p. 166, quando o autor comenta com preocupação a transformação progressiva dos operários em meros apêndices de suas máquinas, e como seria um trabalho de apoio a esses operários, através da educação: "sem dúvida é bom que o trabalhador esteja em condições de se interessar pelas coisas da arte, da literatura, etc...; mas nem por isso deixa de ser nefasto que tenha sido todo o dia tratado como uma máquina. Quem não vê, de resto, que estas duas existências são demasiado opostas para serem conciliáveis... Se se adquire o hábito dos vastos horizontes... não é sem impaciência que alguém se deixa confinar aos limites estreitos de uma tarefa específica. Um tal remédio não tornaria portanto a especialização inofensiva, antes a tornava intolerável e, por consequência, mais ou menos impossível."...

Durkheim coloca as bases para pensarmos sobre a educação e o papel da escola na sociedade. Instituição social básica, com papel fundamental na reprodução da homogeneidade (a garantia de uma base ideológica comum) e da heterogeneidade (a garantia de que as forças que alimentarão as diferenças criadas pela divisão do trabalho, serão recriadas). Sua relação com a sociedade é a de perpetuar as formas sociais vigentes em cada época; sua relação com as formas dominantes do trabalho, é direta: preparar (no caso da nossa modernidade) para a divisão do trabalho, para a especialização requerida pela produção industrial.

Deve, portanto, perpetuar a desigualdade (necessária pela divisão do trabalho: como ficaria uma sociedade onde ninguém quisesse ser operário, varredor de ruas, lixeiro, faxineira, etc., onde todos "preferissem" ser alguma outra coisa, talvez "reis e conselheiros"?) sob o discurso da igualdade perfeita de oportunidades. Reproduzirá a desigualdade social transformando-a em desigualdade natural (e individual). Todos terão as mesmas chances... poucos serão os eleitos... O sucesso dever-se-á à capacidade, ao talento e ao esforço do aluno. E o fracasso? Terá o nome de "desajustamento", e espelhará a burrice, o desleixo, a preguiça do aluno.

Oscilo entre duas fortes tentações:

Passar de Durkheim diretamente para a descrição das chamadas "teorias da reprodução" ou da "alocação" (1), que aprofundam a relação já apontada por nosso mestre, do trabalho com a escola, da escola com a reprodução da sociedade.

(1) APPLE, "Educação e Poder", Artes Médicas, 1989, p.59.

Sair de Durkheim para cair nos braços da "boa" escola, da plena vigência do mérito, da escola como espaço fundamental da democratização da sociedade.

Duas linhas unidas em Durkheim. Que se separam.

Caio nessas tentações colocando-me alguns limites, para não perder-me nesses "braços" teóricos tão amplos. Não é meu objetivo descrever essas vertentes teóricas sempre polêmicas: boa escola & má escola, escola para todos (1) & escolas diferenciadas por classe e "necessidades" sociais.

Caio nessas tentações, então, tentando manter a cabeça "fria" e propondo um vôo panorâmico, um vôo alto e algo distante, que permita reconhecer o desenho da paisagem, sem precisar os seus detalhes. Isto servirá para situar-nos frente à questão mais próxima que nos ocupa, de ver se "as escolas são simplesmente instrumentos de dominação"(2), ou se são ou poderiam ser também "locus da revolução"(3), ou seja, como poderíamos trabalhar com a escola dentro da discussão de poder e resistência.

(1) "Escola popular igual? Que se entende por isto? Acredita-se que na sociedade atual (que é a de que se trata), a educação pode ser igual para todas as classes? O que se exige é que também as classes altas sejam obrigadas pela força a conformar-se com a modesta educação dada pela escola pública, a única compatível com a situação econômica, não só do operariado assalariado, mas também do camponês..." Karl Marx, "Crítica ao Programa de Gotha" in "Obras Escolhidas-Karl Marx, Friedrich Engels", Ed Alfa-Omega, p. 223. Até Marx!

(2) APPLE, "Educação e Poder", Artes Médicas, p.16.

(3) GIROUX, "Teoria crítica e resistência em educação", Vozes, p.157.

Sobre separações, sobre esquecimentos: a escola para todos, a escola para o povo. A igualdade de oportunidades.

Partimos de Durkheim, recordando seu comentário citado anteriormente sobre os limites da educação para os operários quando "condenados" por força da especialização crescente do trabalho industrial, a serem "meros apêndices" de suas máquinas. A educação, segundo ele, seria inconciliável com as exigências do trabalho industrial: "um tal remédio não tornaria portanto a especialização inofensiva, antes a tornava intolerável, e, por consequência, mais ou menos impossível." (1)

Entrando sem transições em nossa candente atualidade brasileira, oferecemos como complemento ao dito por Durkheim, uma jóia do pensamento que continua, com perfeição, esta linha já traçada: o quê aconteceria se todos preferissem ser reis e conselheiros?

"Do ponto de vista da população mais carente -que é a maioria na Grande São Paulo- o sistema público de ensino do Estado atende razoavelmente bem suas aspirações de alfabetização e de acesso à cidadania e lhe dá um instrumento necessário para a melhora de suas condições de vida, embora não lhe permita chegar à universidade." (2)

Portanto, a escola atual (pública) é a escola de que o povo carece, pois atende razoavelmente bem suas aspirações. Quais seriam essas aspirações? Talvez uma iniciação às primeiras letras e à cidadania. É óbvio, pelo que nos diz Goldenberg, que não entra nas aspirações do povo ingressar na universidade. Este não seria o desejo do povo. A melhoria de vida a que se refere, que a escola atende satisfatoriamente, deve ser a que encaminha aos postos subalternos da sociedade, sendo este o desejo do povo para

(1) Emile Durkheim, "A divisão Social do Trabalho", Ed. Presença, Lisboa, Vol II, p. 166.)

(2) José GOLDENBERG, "A recuperação da escola pública", Folha de São Paulo, 5/03/90, Opinião A-3.

os seus filhos.

Ou seja, a escola é boa, e brinda os elementos necessários (para o povo) para que sejam bem ocupados os postos subalternos da sociedade.

Portanto, o objetivo da escola pública parece ser:

"Educá-los, mas não demasiadamente, o bastante para que aprendessem a respeitar a ordem social, mas não tanto que pudessem questioná-la. O suficiente para que conhecessem a justificação de seu lugar nesta vida, mas não ao ponto de despertar neles expectativas que lhes fizessem desejar o que não estavam chamados a disfrutar." (1)

Não fosse o caso de que "as classes inferiores, não estando, ou deixando de estar satisfeitas com o papel que lhes está reservado pelo costume ou pela lei", passassem a aspirar a "funções que lhes estão interditas". (2)

Em contraposição a todas estas claras colocações dos limites da escola e da educação, vemos a corrente que percebe o papel da escola com o destino de corrigir as desigualdades sociais.

Vejamos alguns exemplos deste pensamento no Brasil, com Paschoal Leme comentando pontos do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" de 1930:

"O documento é permeado por uma concepção de educação natural e integral do indivíduo, pelo respeito à personalidade de cada um, mas, ao mesmo tempo sem esquecer que o homem é um ser social e tem com isso deveres para com a sociedade... Seria, assim, uma educação acima das classes, que não se destinaria a nenhum grupo particular, mas aos interesses do indivíduo e da sociedade em geral, que não devem ser conflitantes... a educação e o ensino devem obedecer planos definidos, constituindo sistemas em que os educandos possam ascender, através de uma escada educacional contínua, das escolas pré-primárias às primárias, secundárias e ao ensino superior, de acordo com sua capacidade, aptidões e aspirações, e nunca por diferenças de poder econômico..." (3)

(1) Mariano ENQUITA, "A face oculta da escola", Artes Médicas, 1989, p. 112.

(2) Durkheim, "A divisão social do trabalho", Vol II, p. 171.

(3) Paschoal LEME, "O manifesto dos pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira", Rev. Bras. de Est. Pedagógicas, 65, maio/ago 1984, p. 264.

Surge assim, a proposta de reconstrução do sistema educacional, "em bases que possam contribuir para a interpretação das classes sociais e a formação de uma sociedade humana mais justa e que tenha por objeto a organização da escola unificada, desde o jardim de infância à universidade, em vista da seleção dos melhores."(1)

A igualdade de oportunidades é vista como o fundamento da escola democrática e o papel da escola passa a ser, então, o de construtora da democracia (talvez irradiadora de democracia):

"Só pela escola se pode fazer uma democracia... Só existirá democracia, no Brasil, no dia em que se montar no Brasil a máquina que prepara para as democracias. Essa máquina é a escola pública."(2)

A escola pública, o direito à educação para todos, reivindicações justíssimas da população, encontram-se revestidas de um discurso e de um papel ideológico poderosos, no sentido da constituição da "boa" instituição, boa em si e para a sociedade, espaço de superação dos conflitos, da harmonia das classes.

Era a época da tentativa da definição da "boa escola, e, qualquer que fosse a posição adotada, pressupunha-se que ela seria o meio e o instrumento da instauração da boa sociedade."(3)

Este discurso é exemplar de um tipo de discurso que "pegou". Apoiado fortemente na herança liberal, nos direitos naturais, nos direitos do cidadão, entre os quais, depois de

(1) Paschoal Leme, op. cit. p. 267.

(2) Anísio TEIXEIRA, "Educação para a Democracia", p. 205.

(3) Bento PRADO JR., op. cit. p. 12. "As escolas são vistas como sendo instituições basicamente meritocráticas. Elas favorecem uma mobilidade generalizada entre grupos e indivíduos da população. Qualquer fracasso em termos de mobilidade é definido como sendo carência do indivíduo ou grupo que fracassou. Pode-se dizer aqui que o desajustamento é "merecido" pelo próprio desajustado, uma vez que os currículos exposto e oculto, as relações sociais da sala de aula e as categorias pelas quais os educadores organizam, avaliam e dão significado às atividades encontradas na escola, são percebidas como sendo basicamente neutras." Assim expressa a situação, Michael APPLE, in "Educação e Poder", Artes Médicas, 1989, p. 57.

muita luta, incorporou-se o direito à educação (assim como outros direitos sociais, ou direitos da pessoa conquistando terreno sobre os direitos de propriedade), foi assumido e reivindicado pelos trabalhadores. Pressupõe a igualdade de todos (perante a lei ou perante as oportunidades).

Discurso forte, portanto, e atualíssimo, pois, como diria Faoro,

"as liberdades não são burguesas, as liberdades são universais... Os direitos do homem não são burgueses, são universais..."(1)

Ou, como diria Herbert Gintis:

"A luta de classes no capitalismo avançado do século vinte tem sido efetuada usando os instrumentos do discurso do liberalismo - o discurso dos direitos naturais. Esses instrumentos, embora tomados da burguesia, têm sido transformados, no curso da luta, em armas políticas eficazes e potencialmente revolucionárias. Essa transformação tem se dado predominantemente através da expansão da esfera na qual os direitos da **pessoa** devem ser aplicados e da restrição da esfera na qual os direitos de **propriedade** devem valer. Como consequência, podemos dizer que o discurso liberal, longe de ser "burguês", é, ele próprio, o produto da luta de classes. Em particular o discurso liberal não corresponde a qualquer visão de mundo e tem sido usado tanto pelo capital como pelos trabalhadores, tendo em vista fins distintos. Entretanto, o discurso liberal não é neutro; o conteúdo das reivindicações de classe tem sido modelado por esses instrumentos de discurso e por sua transformação ao longo do tempo."(2)

Este discurso poderia ser comparado (contrastado, complementado) com o quadro traçado por Foucault, dentro do que este autor chama de "biopoder", poder centrado na vida, na gestão da vida dos homens; nova forma do poder que

(1) Raimundo FAORO, entrevista a Isto é/Senhor, 7/02/90, p. 10.

(2) Herbert GINTIS, "Communication and Politics: Marxism and the "Problem" of Liberal Democracy" in Socialist Review X (março/junho 1980), p. 191, citado por APPLE, "Educação e Poder", p. 137.

trará à cena novas palavras: direito à felicidade, desejo de vida plena. Palavras novas no discurso político.

"E contra esse poder ainda novo no século XIX, as forças que resistem se apoiaram exatamente naquilo sobre que ele investe - isto é, na vida e no homem enquanto ser vivo. Desde o século passado, as grandes lutas que põem em questão o sistema geral de poder já não se fazem em nome de um retorno aos antigos direitos... o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível. Pouco importa que se trate ou não de utopia; temos aí um processo bem real de luta; a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la. Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. O "direito" à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o "direito", acima de todas as opressões ou "alienações", de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse "direito" tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional da soberania." (1)

São os direitos da pessoa a que se refere Gintis: entre eles, o direito à educação e à plenitude por ela prometida, o direito de "encontrar o que se é e tudo o que se pode ser".

Discurso também muito antigo. Vejamos as palavras de um precursor de Durkheim e de todos os nossos apoios teóricos citados:

"E entre essas duas escalas, de nossos conhecimentos e de nossas necessidades, que todos os cidadãos de todas as idades e dos dois sexos, exercendo as forças que receberam da natureza, e avançando livre e gradualmente, poderão, a cada passo, adquirir, por um lado novas forças intelectuais e físicas para aplicá-las, pelo outro, em sua própria utilidade ou na utilidade pública. O nível em que cada um parará nessa carreira será aquele que a própria natureza marcou em suas faculdades como o término de seus esforços. Qualquer outro obstáculo será um atentado ao direito de todo cidadão de adquirir todas as perfeições de que é suscetível."

(1) Michel Foucault, "História da Sexualidade: A Vontade de Saber", Graal, 6a ed. 1985, p. 136. Ver também Maria Stella Bresciani, op. cit., onde trata da questão da felicidade sendo colocada pela primeira vez no discurso político pela Revolução Francesa, e Ewald, op. cit., sobre as lutas dentro do direito clássico liberal até a incorporação dos "direitos sociais".

Estas palavras são de Romme, no "Relatório sobre a Instrução Pública considerada em seu conjunto", apresentado à Convenção Nacional em 1792 em nome do Comité de Instrução Pública. (1)

(1) Relatório de Romme reproduzido em C. Hippeau "L'Instruction Publique en France pendant la Révolution" (1881-1883), p. 314-315, (B.N.), citado por Bernard CHARLOT, "A Mistificação Pedagógica", Zahar, 2.edição, 1983.p138.

Porém...

Se a ênfase é dada à igualdade de oportunidades que a escola veicularia de modo prioritário e fundamental, apaga-se da memória o já enunciado por Durkheim sobre o seu papel na reprodução da divisão social do trabalho.

Esta memória retorna e marca o fim do otimismo pedagógico:

"...a escola, esse espaço privilegiado e acolhedor, que até então era visto como a melhor área para um feliz encontro entre letrados de boa vontade e jovens sadios e sedentos de saber, uns e outros preocupados com o advento de uma sociedade justa, passou a ser vista como uma máquina infernal a serviço do status quo." (1)

Passa-se, portanto, da visão da escola como a máquina para a construção da democracia, veículo de uma democracia baseada no mérito, para a visão da escola como máquina infernal a serviço do "status quo", simples mecanismo de reprodução da divisão do trabalho.

Inaugura-se a era do pessimismo pedagógico.

(1) Bento Prado Jr., op. cit., p. 15.

"Estando las carreras abiertas a todos, en principio, el deseo de progresar se halla expuesto con mayor facilidad a la exacerbación, a la pérdida de toda medida, hasta el desconocimiento de todo límite. Es pues, necesario, que la educación haga ver al niño, a tiempo, que fuera de esos límites artificiales, que la historia ha juzgado y juzga, existen otros fundados en la naturaleza de las cosas, es decir, en la naturaleza de cada uno de nosotros. No se trata de modo alguno de empujarlo insidiosamente hacia una resignación o de adormecer ambiciones legítimas o impedirle ver más allá de su actual condición; estas tentativas estarían en contradicción con los principios de nuestra organización social... Sin ocultarle las injusticias del mundo... es necesario hacerle ver que la felicidad no crece ilimitadamente junto al poder, el saber, o la riqueza... que cada uno tiene sus miserias y alegrías, que lo esencial es encontrar un objetivo de acción que esté en armonía con nuestras facultades, que permita realizar nuestra naturaleza, sin tratar de fatigarla y colocarla violenta y artificialmente fuera de sus límites normales."(1)

Mais uma vez recorremos a Durkheim, para que ele nos mostre a importância da escola para que cada um se coloque no lugar que sua "natureza" dispõe: que as crianças percebam que os pobres também são felizes, que "o dinheiro não traz a felicidade", que o povo não aspira a ingressar na universidade, que pensar faz mal à saúde (enlouquece), e, no caso das mulheres, as deixa solteiras, porque nenhum homem gosta de uma mulher "sabida".....

Porém, tudo isto deve ser feito de forma não insidiosa, não recorrendo jamais aos limites sociais (estes, em princípio, não existem) e sim recorrendo aos limites naturais de cada um (inteligência?).

(1) Emile DURKHEIM, "La Educación Moral", Shapire Ed. Argentina, 1972, p. 60-61.

Esta visão é comentada e criticada por Umberto Eco e Marisa Bonazzi quando analisam o "fenômeno natural pobres", tal como este aparece nos livros didáticos: "No cosmos dos livros didáticos de leitura, o pobre é um fenômeno natural, como a chuva e o vento... é uma raça. Não tem origens, não tem causas... na maior parte das vezes, o pobre aparece apenas para que seja afirmada, em altos brados, a sua condição privilegiada, a sua tranquila felicidade, a sua vizinhança com Deus..."(1)

Transcrevem um texto que é ilustrador da "sorte dos pobres":

"Os ricos possuem muitas coisas para comer e podem viver no ócio. Isto provoca frequentemente doenças que os pobres, graças a Deus, não conhecem. Há males que se escondem apenas nos pratos, nos copos, nas poltronas de seda e nas camas macias..."(2)

Claro que o texto não menciona as doenças dos pobres, doenças por carência de alimentação, por péssimas condições de moradia....

Vejamos agora um outro texto, que ensina de forma não insidiosa às crianças, os males ocasionados pelo pensar e os benefícios do trabalho manual:

"Eles trabalham e cantam, porque o trabalho é alegria e saúde. Os animais também trabalham... Quem não trabalha tem tempo de pensar em coisas feias e de praticá-las..."(3)

Quais serão essas coisas "feias" que o tempo de pensar propicia?

Algum desejo de superar as condições de existência, aspirar a alguma outra coisa que não a prevista pelo destino social?

Vejamos, finalmente, um outro exemplo que reforça o dito por Durkheim (este texto aparece no livro mencionado, com o título de "O bobinho"):

"Ficamos amigos, falamos do netinho dele.

-Ele também vai ser ferreiro? -pergunto.

Ele sacode a cabeça:

-De jeito nenhum! Ele quer ser engenheiro, infelizmente. A profissão de ferreiro é tão bela e tão útil!" (4)

(1) Umberto ECO e Marisa BONAZZI "Mentiras que parecem verdades", Summus Ed., p. 21.

(2) idem, p. 23.

(3) idem, p. 33.

(4) idem, p. 88.

"Le choix des élus" (1)

ou

"muitos serão chamados, mas poucos os escolhidos"(2)

"Un calcul approximatif des chances d'accéder à l'Université selon la profession du père fait apparaître que celles-ci vont de moins d'une chance sur cent pour les fils des salariés agricoles à près de soixante-dix pour les fils d'industriels et à plus de quatre-vingts pour les fils des membres des professions libérales."(3)

Vemos então, que o "bobinho", o netinho do ferreiro, que quer ser engenheiro, talvez realize o desejo do vovô, e se torne um ferreiro, uma vez que suas chances de entrar na Universidade, não são muito grandes. Pelo menos no Brasil, ele cursaria a escola pública e esta(como já nos esclareceu Goldemberg) não lhe permitiria chegar à Universidade, fato que não teria nenhuma importância, pois, por outro lado, esta escola atende razoavelmente as aspirações de melhoria de vida do povo.

As teorias que estudam o papel da escola na reprodução das desigualdades sociais, marcam também o fim de uma certa ingenuidade em relação ao saber, aos saberes desinteressados, à busca da verdade em si mesma. Assistimos à "dolorosa" passagem de "saber é poder" (poder transformar a natureza, a sociedade, mudar a vida material e espiritual dos homens) para "saber é Poder", ou a "dolorosa" passagem do verbo ao substantivo.

(1) BOURDIEU et PASSERON, "Les héritiers: les étudiants et la culture", Ed. de Minuit, 1964, p.9

(2) Mariano ENGUITA, "A face oculta da escola", Artes Médicas, 1989, p. 214.

(3) Bourdieu et Passeron, op. cit. p. 11.

"Não há saber neutro, não político: todo saber tem sua gênese em relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber." (1)

A verdade deixa de ser uma categoria universal e abstrata, objetivo constante e desinteressado dos sábios e homens de ciência, para ser "o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder." (2)

Com tudo isto é reintroduzida a discussão do poder na educação (e da educação). Não é mais apenas questionada a visão de mundo ou ideologia que a escola transmite (boa ideologia & má ideologia), mas seu próprio "lugar social". Não se trataria mais da substituição de uma visão má, conservadora, por uma outra visão, mais democrática ou socialista, e sim de um questionamento mais profundo, que coloca em xeque a estrutura da instituição escola.

As teorias da reprodução teriam como centro de pesquisa "o estudo das formas como a escola funciona para favorecer a sociedade dominante" (3), ou em estudar "como a escola usa seus recursos materiais e ideológicos para reproduzir as relações sociais e atitudes necessárias para manter as divisões sociais do trabalho, essenciais para as relações de produção existentes." (4)

Portanto, se o papel da escola é garantir a preparação dos trabalhadores especiais de que a sociedade carece e legitimar essa preparação, as teorias da reprodução estudam como isto acontece, quais são os mecanismos próprios da instituição escola

(1) Roberto MACHADO, Prefácio do livro "Microfísica do Poder" de Michel Foucault, p. XXIII.

(2) Michel Foucault, "Verdade e Poder" in "Microfísica do Poder", p. 13.

(3) Henry GIROUX, "Teoria Crítica e Resistência em Educação", Vozes, 1986, p. 35.

(4) GIROUX, op. cit. p. 35.

que garantem a feliz execução desses objetivos citados. E a desmistificação pedagógica em ação em suas duas frentes: questionando a ideologia meritocrática, a ação cultural supostamente "neutra" da escola, e questionando o próprio lugar social da escola, em suas relações com a economia e com o trabalho.

"O véu encobridor que sobre essa posse desigual de poder e recursos na esfera educacional supõe a igualdade formal perante a instituição escolar e a ideologia da igualdade de oportunidades não é nada mais que a antecipação do que estenderão sobre as desigualdades de propriedade e poder na esfera econômica o igualitarismo formal do mercado e a ideologia da livre concorrência empresarial e individual."(1)

Novamente retomamos as primeiras perguntas deste capítulo: não há nenhuma saída? Não poderemos jamais escapar às "malhas" do poder, estaremos irremediavelmente cercados, condenados enquanto professores a uma tarefa indigna, permanentemente injusta?

Somos peças, engrenagens da máquina infernal a serviço do "status quo", ou somos algo mais...

O que mais pode ser dito sobre a escola?

"Funciona" ela realmente tão bem?

Dir-se-ia que estamos novamente em uma discussão circular, e que não conseguimos nos aproximar do nosso ponto central. Que as construções que cercam a escola são muros impenetráveis não tanto por sua dureza quanto por sua extrema fluidez. Digamos que convivemos com muitas verdades, com tantas verdades que se sobrepõem, se entrecruzam, entrelaçam, tão nítidas e tão opacas

(1) Mariano Enguita, "A face oculta da escola", Artes Médicas, 1989, p. 184.

que nos é difícil uma visão da escola mais próxima (um pouco mais próxima) do real.

Uma observação que nos ajudará: pareceria que o que se perdeu, tanto na visão descrita da boa escola como na visão descrita da má escola, foi a noção do conflito. Estranho: ele esteve presente em todos os momentos da discussão, e não conseguiu aparecer, fazer-se nítido, participar da discussão como um elemento central da mesma.

Podemos agora introduzir nossa primeira questão e sugerir que talvez essas funções descritas como sendo as centrais da escola não acontecem necessariamente de forma "funcional", que estas acontecem (sim), porém com contradições, inconsistências, permeadas de conflitos?

Poderíamos dizer que a escola não é "apenas" o veículo da mobilidade social nem "apenas" o veículo da reprodução da desigualdade social? Que não pode ser pensada como o lugar da Grande Reprodução nem como o lugar da Grande Recusa?

Faz sentido agora recuperar termos como: paradoxos, ambiguidades, contradições, conflitos?

Reintroduzindo o conflito

"Convém recordar que as escolas de hoje não são o resultado de uma evolução não conflitiva e baseada em consensos generalizados, mas o produto provisório de uma longa cadeia de conflitos ideológicos, organizativos e, em um sentido amplo, sociais."(1)

A escola (tendo descido do céu e subido do inferno) passa a ser definida, como qualquer outra instituição social, como um produto, não mais como um "dado". Retomando o livro já trabalhado anteriormente de Max Pages e outros autores, sobre a organização de uma multinacional, poderíamos aplicar à escola a seguinte colocação:

"Não é um dado mas produto, produto de múltiplas contradições (entre sistemas sociais de desenvolvimento desigual), porém frequentemente apresenta-se como necessidade, como ordem das coisas...seu poder está em apresentar como ordem das coisas o que é apenas uma resposta mediadora contingente, singular, às contradições vivas."(2)

Nos apoiaremos nesta noção de instituição para perceber os conflitos que permeiam a escola, que permeiam qualquer instituição. Abandonamos, portanto, de forma definitiva nosso mestre Durkheim, para quem o conflito é fruto de uma situação de anormalidade, fruto de não estarem sendo respeitadas algumas regras básicas do funcionamento social, onde a ordem é suposta e o "desvio" é visto como problemático, anormal, adotando, em troca a noção de conflito (e contradição - jogo? guerra?) como elemento central para a compreensão dos processos sociais.

(1) Apple, "Educação e Poder", Artes Médicas, 1989, p. 131.

(2) Pages e outros, op. cit. p. 32-33.

A relação que a escola mantém com a divisão social do trabalho (de reprodução da mesma) acontece de forma harmoniosa? Não existem, portanto, conflitos no mundo do trabalho? Esses trabalhadores especiais que a escola forma (disciplinados, convenientemente socializados) e de que a sociedade carece correspondem estritamente às necessidades das indústrias? Ou existe a "falha", podemos pensar no terceiro termo, podemos pensar em sujeitos (no seu duplo sentido) que **cumprem** mas não necessariamente **aceitam** as formas heterônomas propagadas como sendo as únicas tecnicamente possíveis?

Apoiamos, portanto, a seguinte colocação de Apple:

"as escolas não são **meramente** instituições de reprodução."

(1) Apple coloca esta questão quando faz sua crítica às teorias da reprodução pois estas negligenciariam o fato de que "as relações sociais capitalistas são inerentemente contraditórias"(2) e as escolas, ao reproduzirem estas relações, também reproduzem essas profundas contradições.

Podemos pensar, então, que a reprodução será, também, a reprodução das contradições e dos conflitos sociais.

(1) Apple, "Educação e Poder", p. 31.

(2) " " " " , ou também, como aparece na página 186 do mesmo livro: "Nossa sociedade não é um sistema de autoreprodução estrutural. Ao invés disso, ela é uma estrutura instável e contraditória de relações assimétricas multidimensionais."

Portanto, se o duplo papel da escola (já apresentado através de Durkheim) de reprodução da base econômica necessária para a perpetuação do sistema e o de legitimação dessa reprodução pela força da ideologia meritocrática realmente acontece, isto não ocorre de forma necessariamente "funcional" ou harmoniosa. São funções que podem conflitar internamente e conflitar entre si. Em relação à reprodução da base comum (a homogeneidade necessária de que falava Durkheim - a ideologia) esta também apresenta contradições e inconsistências:

"A ideologia dominante num grupo social ou em uma instituição constitui de fato uma "bricolage" de elementos disparatados resultante de influências variadas, heranças de períodos diferentes. Uma classe, ainda que dominante só pode impor uma ideologia conforme seus interesses particulares, na medida em que consegue integrar as ideologias próprias daqueles que ela quer submeter. Deve oferecer uma interpretação do real relativamente coerente com as práticas sociais dos membros da instituição e fornecer-lhes uma concepção do mundo conforme suas aspirações."(1)

Ou, retomando Apple, para reforçar esta idéia: "elas são (as ideologias), ao invés, conjuntos de significados vividos, práticas e relações sociais que são muitas vezes internamente inconsistentes."(2)

Voltando a Marilena Chauí, vale recuperar o pensamento de que estamos nos defrontando com uma "consciência que opera com paradoxos, porque o real é tecido de paradoxos, e que opera paradoxalmente, porque tecida de saber e de não-saber simultâneos, marca profunda da dominação."(3)

As novas perguntas seriam:

(1) Pages, op. cit. p. 74.

(2) Apple, op. cit. p. 32.

(3) Ver Marilena Chauí, "Conformismo e Resistência", p. 178.

- sob que formas complexas e contraditórias as escolas estão relacionadas às outras instituições (estado, indústrias, mídia)
- quais as respostas que as pessoas dentro e fora das escolas dão a essas contradições e tensões?
- Como os processos de reprodução cultural e econômica e o de contestação estão relacionados na escola?(1)

Pois os processos de reprodução cultural e econômica realmente acontecem. A questão é: é apenas isso o que acontece? A pergunta dos pesquisadores desta função reprodutiva, o como isto acontece, passa a incorporar uma "novidade": existem pessoas na escola e a questão é como estas pessoas negociam suas realidades no âmbito desta instituição. Como negociam suas experiências, suas realidades, suas aspirações, neste contexto de trabalho, de conflito, enfim, de formas de poder características?

Trata-se da tentativa brilhantemente desenvolvida por alguns autores de ir "além das teorias da reprodução", num esforço para entender as "mediações que ligam as instituições e as atividades da vida diária com a lógica e as forças dominantes que moldam a totalidade social maior" (2), recuperando desta forma os sujeitos em seus jogos com as determinações mais amplas.

(1) Ver Apple, op. cit. p. 26.

(2) Henry Giroux, "Teoria Crítica e Resistência em Educação". p. 23. Giroux, analisando o pensamento da Escola de Frankfurt sobre o tema, coloca o seguinte: "que era nas contradições da sociedade que se poderia começar a desenvolver formas de investigação social que analisassem a distinção entre o que é e o que deveria ser..." op. cit. p. 23. Ver Marilena Chauí quando discute o significado da "consciência trágica", no item "Introduzindo a ambiguidade".

Além das teorias da reprodução: algumas recuperações

Uma destas recuperações é trabalhar com noções dialéticas de Poder e Resistência, numa posição que reconheça "as determinações estruturais e ideológicas mais amplas, ao mesmo tempo reconhecendo que os seres humanos nunca representam simplesmente um reflexo de tais limitações. Os seres humanos não apenas fazem história, eles também fazem as limitações, e é desnecessário dizer, eles também as desfazem. E preciso lembrar que o poder é uma força a um tempo capacitadora e limitadora, como Foucault salientou."(1)

Partindo, portanto, dos resultados alcançados pelos estudiosos das "teorias da reprodução", tenta-se uma reflexão que as ampliem. Se as escolas não podem ser analisadas como instituições alheias ao contexto sócio-econômico em que estão situadas (2), se são espaços políticos envolvidos na construção e controle do discurso, do significado e das subjetividades (3), se os valores e práticas que as norteiam são construções sociais normativas e políticas, a questão é ver de que forma isto acontece e de se "há uma correlação constante entre um papel institucional pré-definido e como as pessoas interpretam e respondem a esse papel."(4)

Ou seja, a "escolarização deve ser analisada como um processo da sociedade em que diferentes grupos sociais aceitam e também rejeitam as mediações complexas da cultura, do conhecimento e do poder que dão forma e significado ao processo de escolarização."(5)

(1) Giroux, op. cit. p. 59.

(2) Conforme aprendemos com Durkheim.

(3) " " "

(4) Giroux, op. cit. p. 85.

(5) " " 89.

Entraram em cena alguns atores e entraram com força, com peso, com movimento. São alunos, professores, enfim, todos os envolvidos no processo da escola, escola concreta, permeada de conflitos, onde todos negociarão suas realidades dentro das estruturas mais amplas que limitarão e sugerirão novos discursos e ações. Pois "se as determinações são vistas não como produzindo imagens especulares, mas como estabelecendo limites contraditórios, limites que no nível da prática são frequentemente mediados pela (e podem potencialmente transformar) ação informal (e algumas vezes consciente) de grupos de pessoas, então podemos explorar as formas através das quais estes limites estão sendo agora contestados. Nesse processo, podemos encontrar espaços em que os limites se dissolvem. Há poucas coisas mais dignas de esforço."(1)

Porque não dar mais uma volta, descobrir alguma nova surpresa nesse labirinto que percorremos, olhar um pouco, na sala de espelhos, para uma dessas figuras que está palidamente aparecendo, figura principal e fundamental, fundamentalmente desprezada hoje, ver se é digno de esforço, realmente, esse trabalho de recuperação, de tentativa de percepção de resistências, de lutas, de "imagens fugazes de liberdade"?(2)

(1) Apple, op. cit. p. 104

(2) Giroux, op. cit. p. 147.

Quando antigos atores entram em cena: o professor e seus mitos

A falta que estava sendo sentida será agora superada: como foi possível suportar tantas páginas sobre o que é o que não é o que deveria ser e não é o que nunca será e que poderia ser essa instituição: a escola?

Espaço vazio? E as pessoas que aí estão? Existem? O professor existe? Ou também está enroscado, coberto de mitos de tal forma que não é mais visto? Quem é ele?

"O professor financeiramente desinteressado, tem igualmente a vocação do martírio... não ensina o que sabe, ensina o que é..."(1)

Durkheim nos falava da autoridade do professor, seu papel de sacerdote. Vocês dirão: mas isto não mais existe... Vamos viajar pelos mitos e verificar o que resta deles.

O professor sacerdote, o professor redentor, o professor "santo de calças:

"Beato Contardo Ferrini. É um santo de calças... Era um professor universitário, mas bondoso, simples e inocente como uma criança. Entre seus colegas, havia alguns que não toleravam isso e o chamavam de carola, mas ele respondia: -Justamente porque rezo e não perco tempo, dinheiro e saúde como vocês, nos vícios, escrevi o que vocês não escreveram..."(2)

Apesar de professor universitário, era bondoso, simples e não era vicioso como o são todos os outros professores universitários, que ainda não sabem que tempo é dinheiro e deixam de escrever para dedicar-se aos prazeres, que, como todos sabem, destroem a saúde.(3)

(1) Bernard Charlot, "A Mistificação Pedagógica", Zahar, 2ª. ed., 1983, p. 55.

(2) Umberto Eco e Marisa Bonazzi, "Mentiras que parecem...", Summus Ed., 2ª. ed. 1980, p.72.

(3) São como Huckleberry Finn, que "possuía uma boa reserva de tempo que não representava dinheiro"; Mark Twain, "As aventuras de Tom Sawyer", p.105.

A professora é uma fada:

"A professora é uma fada! Abre as mentes dos seus pequenos alunos, educa seus corações, guia as suas mãos. O seu olhar é mais luminoso do que o sol, a sua voz é mais suave do que a música."(1)

E o professor guardião da moral:

"O Sr. passeia de bicicleta e este recreio é a todos os títulos indecoroso para um educador de jovens... Ainda precisa de explicações Mikhail Savitch? Se o próprio professor anda de bicicleta, o que não farão os alunos? Só lhes falta andar de pés para o ar. Se não há autorização oficial, não se pode fazê-lo... Deve respeitar as autoridades..."(2)

Figuras marcantes, pesadas. Autoridades indiscutíveis, papéis definidos. O professor reina na sala de aula, tem o que dizer aos seus alunos. Seu saber não é discutível. Exemplo, longínquo e familiar, fada (tia), pai.

Com uma missão.

Não com um trabalho.

Portanto, financeiramente desinteressado.

Com a vocação do martírio.

(1) Eco, Bonazzi, op. cit. p. 50.

(2) Anton Tchekhov, "O Homem Encafado" in "Contos e Novelas", Ed. Ráduga, Moscovo, 1987, p. 212-213.

O Professor Desaparece

Com a escola nova, o professor desaparece, deve esconder-se pois não é mais exemplo, ou talvez, é um mau exemplo. Nada tem a dizer, deve aprender de seus alunos, recuperar o que perdeu pelo passar dos anos, que o esvaziaram e perverteram.

Não é mais aquele que possui (um saber, um saber-viver). Daí sua atuação passar a ser a de uma "presença-ausente", talvez no máximo um "gerente".

"O professor age sobre o meio, prepara e dispõe o meio - não tem como agir sobre a criança, como conduzi-la." (1)

O professor é substituído pelo material: "o material é verdadeiramente um substituto do próprio mestre"(2), e o mestre "organiza o meio e esconde-se na sombra"(3).

A disciplina encontra-se agora inscrita no material. Também o saber, a autoridade, o poder.

O professor é suspeito, não mais ensina, no máximo é uma testemunha da atuação dos alunos.

Ser testemunha é um trabalho?

Qual é o trabalho do professor?

O professor trabalha?

Desapareceu, junto com o professor, antigamente a personificação do poder na escola, o poder (na educação e da educação)?

Será possível que novamente perdemos o nosso objeto poder e resistência, chegamos, talvez atrasados ao baile?

Queríamos encontrar atores na cena-escola e descobrimos que a cena está vazia, movimenta-se por si só, pela dinâmica de saberes externos a pessoas?

(1) Georges Snyders, "A Pedagogia Progressista", p. 113.

(2) op. cit. p. 118.

(3) op. cit. p. 119.

Ou talvez poderíamos dizer que as colocações de Pages sobre a organização das empresas neo-capitalistas foram superadas em muito e há muito tempo pelas escolas modernas, que já conseguiram tornar real o seguinte sonho:

"que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício..."(1)

Retomando livremente Pages, poderíamos dizer que o poder aparece oculto pela autoridade, a autoridade pela decisão, sendo esta impessoal e neutra porque apoiada na ciência, nos métodos racionais de trabalho.

O professor desaparece. Se na escola nova ainda restam como atores principais as criancinhas, estas também em pouco tempo deixam de ser portadoras de "saber", e os novos atores que preenchem a cena são os materiais, os métodos: entram em cena as tecnologias da educação, os meios e métodos audio-visuais, as instruções programadas, os planejadores de ensino com seus belos currículos, técnicas de elaboração de currículos, de determinação dos objetivos, manuais, etc, etc.

Taylorismo, finalmente, na educação?

Novas divisões internas do trabalho desqualificando o trabalho dos professores: "Materiais à prova de professores"(2)

Neste ambiente de jogo (pois na escola não trabalhamos, jogamos, brincamos), dá-se brilhantemente a passagem marcada por Pages do "você deve" ao "é preciso", sendo esse "é preciso" inscrito no material, que será "autonomamente" manipulado pela criança.

Como opor-se, como reagir, dizer não a uma "presença ausente"?

(1) Michel Foucault, "Vigiar e Punir", Vozes, 1984, p. 178.

(2) Apple, op. cit. p. 165.

"Pode-se, com mais facilidade contramaneipular um pai, um patrão, um educador e aproveitar-se de sua contratransferência, de suas fraquezas, do que contramaneipular uma organização imensa, impessoal, de poder onipresente e difuso, do qual só se encontram intérpretes e cujo mestre ausente está num castelo vazio; o mestre é o próprio castelo, na sua arquitetura petrificada."(1)

Perdemos, além do professor, o conflito, nessa escola-empresa da solicitude?

Ou, retomando, contextualizando isto que descrevemos, devemos novamente lembrar as escolas como "sistemas de respostas às contradições sociais e psicológicas" e, como sistemas de mediação, também carregadas de contradições?

Podemos descrever o exercício de poder que está aparecendo da seguinte forma:

"O exercício do poder não consiste em ordenar, tomar decisões, mas em delimitar o campo, estruturar o espaço no qual são tomadas as decisões."(2)

E estamos nos defrontando com uma autoridade difusa que "é, como a autoridade no trabalho, uma autoridade com tendência a ser total durante o período de tempo em que o indivíduo está incorporado à instituição..." E porém, "uma autoridade em pequenas coisas... pois... as grandes manifestações de autoridade apresentam sempre, para quem a exerce, o risco de provocar resistências; mas as pequenas fazem com que o risco de resistências não valha a pena para quem as sofre."

A minha questão é: qual é a história desse professor-sacerdote, dessa professora-fada, desse professor "presença-ausente", desse professor tão terrível que é necessário pensar em materiais "à prova dos professores"? Oculto por mitos, na sombra dos materiais, esmagado por generalizações (intelectual orgânico?

(1) Pages, op. cit. p. 148.

(2) " " p. 51.

(3) Mariano Enguita, op. cit. p. 165.

proletário? pequeno-burguês a serviço do capital?). Nunca trabalhador. Nunca mulher trabalhadora. Nunca mulher trabalhadora num contexto de trabalho capitalista, com separação entre execução e planejamento do trabalho, com seu trabalho cada vez mais desqualificado. Nunca explorada. Produz? Não produz?" O salário da professora é apenas uma complementação da renda familiar: é o dinheiro para pagar a empregada, as roupas..."

E os especialistas que trabalham na escola: "gestores improdutivos" ou também eles (elas) sujeitos a laços de dominação porque dentro das lógicas de organização e controle do trabalho da economia moderna?

Enfim: professores santos, professores maus, professores genéricos. São todos os professores iguais? É igual um professor universitário a uma professora-tia da escola pública?

O que queremos recuperar: professores trabalhadores. Mulheres, homens e mulheres de primeiro, segundo e terceiro graus, em relações complexas em seus locais de trabalho.

Desenvolvendo, como todos os trabalhadores uma cultura de **trabalho**. Resistindo, com essa resistência ambígua que já identificamos. Defendendo sua palavra (foi alguma vez realmente ouvida a palavra desses professores tão desprezados por todos nós, promotores das grandes mudanças curriculares), seu saber. Com uma **cultura de trabalho**, com códigos, barreiras, defesas. Atenção: com isto não pretendo desestimular as mudanças. Ao contrário, pretendo formular que esses grupos de professores que resistem o fazem por razões que devem ser ouvidas. Novamente recoloco a questão: o que está sendo defendido? Qual é o contexto

que está sendo visto como ameaçador?

Essa cultura de trabalho de que falamos, pode não ser a desejada por nós. Porém, é a que existe e é a partir dela que devemos refletir.

Apple propõe a "identificação daquilo que perdemos"(1), a partir dessas práticas de resistência nos locais de trabalho.

Resistência entendida como manter e não manter, sustentar novamente e não sustentar. Reprodução e contestação entrelaçadas, porque "lógica e prática que se desenvolvem sob dominação."(2)

Fiz questão de iniciar esta reflexão (breve) sobre a resistência na escola pelos professores (perdidos, desaparecidos). Pelos adultos. Seguindo as pesquisas sobre o papel reprodutivo das escolas (cultural e social), pareceria que foi primeiro vista a resistência dos alunos a esta instituição, a seu currículo oculto. Os professores ficaram (tão desqualificados e incômodos são?) esquecidos. Boa sugestão para um trabalho de tese: uma pesquisa que recupere a cultura de trabalho de um grupo de professores concretos de alguma escola, sem reduzir, sem negar essa cultura, procurando ver o que ela expressa.

Lembrando:

"Quando o campo da palavra se amplia, não se trata mais da mesma palavra, dos mesmos significantes, da mesma lei. Os indivíduos não são mais falados pela organização (ou por seus guardiões), mas eles falam a organização e por isso a transformam."(3)

(1) Apple, op. cit. p. 103.

(2) Marilena Chauí, "Conformismo e Resistência", Brasiliense 1987, p. 124.

(3) Eugene Enriquez in "Imaginário Social, recalçamento e repressão nas organizações", p. 75.

Resistência e cultura de trabalho na visão de Apple

Trouxemos ao branco e dócil papel que recebe pacientemente nossas palavras, uma recordação dos mitos que envolvem a figura dos trabalhadores que atuam nas escolas. Centramos nossa atenção nos professores, professores atualmente inservíveis por desqualificados, considerados de um "não-saber" profundo. Com igual desqualificação salarial. Fatalidade histórica? O que veio primeiro: o "não-saber" ou o "não-salário"? Desqualificação irreversível que justificaria a introdução dos "materiais à prova de professores", dos pacotes curriculares, do reforço do controle técnico e do controle burocrático? Ou processo fruto de um longo embate? A pergunta é: estarão os professores respondendo de alguma forma à racionalização crescente de seu trabalho e à consequente desqualificação que esta introduz?

Apple propõe que pensemos as escolas como "locais de trabalho dos professores, sendo incorporados como os outros à lógica das formas de organização e controle da economia capitalista." (1) Daí a "obsessão pela eficiência" (2) e pela eficácia, o taylorismo refletindo-se na acentuada divisão entre o trabalho de concepção (de competência dos especialistas em educação) e o trabalho de execução (de competência dos professores), na acentuação das relações hierárquicas existentes nas escolas, na fragmentação crescente do trabalho.

"A rapidez do ritmo no qual se introduzem procedimentos para racionalizar o trabalho dos professores e para controlar tantos aspectos da educação, quanto seja possível, está tendo um impacto similar ao que ocorreu quando o taylorismo foi introduzido na fábrica." (3)

(1) Apple, op. cit. p. 48.

(2) Mariano Enguita, op. cit. p. 125.

(3) Apple, op. cit. p. 176.

Como já vimos no capítulo anterior, o taylorismo não foi o produto de algum imperativo técnico e sim o produto de uma longa luta para controlar o acontecimento central da fábrica: o processo de trabalho, retirando dos operários um campo fundamental de poder, o saber. Embate político que contou com a resistência dos trabalhadores, conscientes do que perdiam. Embate que culminou com a vitória do taylorismo, "cuja vitória sobre a sociedade partiu diretamente do seu confronto com os trabalhadores dentro dos muros das fábricas", (1) espraiando-se

pelas demais instituições, pois "o taylorismo antes de ser ciência é mais um conjunto de regras práticas, que podem ser aplicadas em diversos ramos da atividade do trabalho... o taylorismo conforma e condiciona as práticas específicas sejam elas das universidades, das escolas ou das fábricas, produzindo todo um novo aparato científico que abrange desde a engenharia, a psicologia, a educação, a sociologia, etc." (2)

Essas práticas de controle e de disciplinarização crescentes são introduzidas nas escolas: "e é no terreno da escola, considerado como local de trabalho, que o conhecimento técnico/administrativo, que foi uma vez produzido por ela, é reintroduzido com a finalidade de controlar e racionalizar o trabalho tanto dos professores quanto dos alunos." (3)

Portanto, fica a pergunta: como os professores reagem a estas transformações apontadas em seus locais de trabalho? A estas mudanças de papéis, a essa diversidade de discursos que os envolvem? O que significa "cultura de trabalho?"

(1) Edgar de Decca, "A ciência da produção: fábrica despolitizada", p. 64, in Rev. Bras. de Hist. set. ng 6, 1983.

(2) de Decca. op. cit. p. 62.

(3) Apple. op. cit. p. 48.

"Uma esfera relativamente autônoma do trabalho, domínio de valores e regras informais e costumeiras que medeiam a estrutura da autoridade formal do local de trabalho e protegem os trabalhadores contra seus efeitos."(1)

Sendo que essa esfera relativamente autônoma implica num "controle ao menos parcial das habilidades, cadência e conhecimento; coletividade, em vez de completa fragmentação das tarefas, e algum grau de autonomia em relação à gerência"(2), e

na "possibilidade de obter de volta, nem que seja de forma parcial, o controle sobre as condições do próprio trabalho e de revelar as determinações estruturais que impõem limites à atividade pedagógica progressista."(3)

Eis que, partindo de um novo lugar, encontramos um discurso já conhecido por nós. Vemos reiteradas as relações entre autonomia e resistência, aparecendo esta como questionadora da lógica e dos "direitos do capital"(4), tendo como conteúdo uma recuperação de um conhecimento, de habilidades e do tempo em que se desenvolve o trabalho, assim como a construção de um "coletivo", uma solidariedade "horizontal". Isto ocorrendo em profunda interação com as estruturas concretas de poder em cada instituição, num jogo estratégico de poder e resistência.

(1) Apple, op. cit. p. 91.

(2) " " p. 91.

(3) " " p. 102.

(4) " " p. 40.

Sinto muito, mas também aqui a ambiguidade que envolve a resistência e a cultura de trabalho desenvolvida pelo grupo , aparece:

"...essas resistências culturais informais, esse processo de contestação, podem agir sob formas contraditórias, as quais podem acabar sendo reprodutivas. Ao resistir e estabelecer uma cultura de trabalho informal que tanto recria alguma espécie de controle do trabalhador sobre o processo de trabalho, quanto rejeita uma boa parte das normas nas quais os trabalhadores podem também estar de forma latente reforçando as relações sociais da produção capitalista."(1)"Existem formas de práxis surgindo da atividade humana no local de produção que, no mesmo exato momento, fornecem as condições para as relações capitalistas e ao mesmo tempo também penetram parcialmente e desafiam de várias formas essas relações."(2)

Pois as atitudes de alunos e professores espelham penetrações e limitações que não podem nem devem ser reduzidas, supervalorizadas ou menosprezadas. Se essas atitudes não chegam ao desafio aos "direitos do capital" (ou a questionar a regra do jogo) de forma total, podem fazê-lo de formas parciais que contenham contra-propostas que configurariam o que Apple chama de cultura de trabalho, ou as "imagens fugidias de uma sociedade diferente, de práticas mais radicais e novas formas de entendimento."(3)

Ambiguidade que surge novamente por estarem estas práticas inseridas em um contexto de heteronomia e dominação, marcando uma atitude que "diz sim e diz não ao mesmo tempo, adere e resiste ao que pesa com a força da lei, do uso e do costume e que parece, por seu peso, ter a força de um destino."(4)

Impossível livrarnos da ambiguidade dessas práticas por esta ser intrínseca às mesmas: recuperações fundamentais mais do que revoluções, penetrações que chegam ao questionamento da regra do

(1) Apple, op. cit. p.40.

(2) " " p.101.

(3) Giroux, op. cit. p. 57.

(4) Marilena Chauí, "Conformismo e Resistência", p.178.

jogo, que, por momentos, sugerem novas regras e, em outros, afastam-se desse desafio mais global e são engolidas pelo "direitos do capital".

"Essas ações que parecem tão "racionais num primeiro momento, estão marcadas pelo questionamento, pelas angústias e incertezas. O tornar-se sujeito de sua própria experiência histórica, a elaboração de um projeto político, passa pela necessidade de desmistificação dos indivíduos como seres totalmente racionais. As práticas sociais estabelecidas no cotidiano, nos atos políticos de contestação e resistência configuram também um universo pleno de desejos e impulsos, de emoções e sentimentos. A experiência de indivíduos "que fazem" e "se fazem" no cotidiano da fábrica, está caracterizado por profunda ambivalência, de ações conscientes e inconscientes." (1)

(1) Magda Bello de Almeida Neves, "Dominação e Resistência no cotidiano do trabalho fabril: práticas sociais de mulheres e homens operários", in "Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências", vol I, Mestrado de Sociologia UFC, NEPS, Fortaleza, Ceará, 1986, p. 68.

Resistência: outras palavras

Giroux (1) "limpa" o conceito de resistência de sua radical ambiguidade, tal como esta foi até este momento percebida por nós, mostrando um comportamento que desafia as regras do jogo e, simultaneamente, as reproduz. Esta "limpeza" acontece pela distinção que introduz entre comportamento de oposição e comportamento resistente. Ao mesmo tempo em que considera os comportamentos de oposição como um ponto de partida para a análise crítica e para o diálogo, para a compreensão dos acontecimentos que se desenvolvem na sala de aula, marca seus limites de uma forma precisa, pois estes comportamentos, mesmo violando regras e normas da escola (por exemplo), podem estar firmemente enraizados em formas de hegemonia ideológica "tais como o racismo ou o sexismo." (2) Ou seja, marcam "nãos" a determinadas regras, porém reproduzem fundamentalmente a lógica dominante. Não chegam a sugerir algum "sim", ou a contra-propor de alguma forma, a mostrar novas possibilidades. Portanto, "na medida em que o comportamento de oposição suprime contradições sociais enquanto simultaneamente se alia à lógica de dominação ideológica, ao invés de desafiá-la, ele cai não sob a categoria de resistência, mas sob a do seu oposto, isto é, acomodação e conformismo." (3)

Em sua análise encontram-se, pois, "nãos" diversos que revelam, uns, seu potencial radical, outros, sua ambiguidade e outros que mostram sua afinidade com a lógica de dominação e destruição.

(1) Henry Giroux, "Teoria Crítica e Resistência em Educação", ver bibliografia.

(2) Giroux, op. cit. p. 151.

(3) " " p. 148.

Se todos estes "nãos" poderiam considerar-se comportamentos de oposição, apenas os primeiros poderiam chamar-se de comportamentos resistentes, uma vez que, para Giroux, um comportamento de oposição constitui uma resistência apenas se carrega "interesses emancipatórios." (1)

Para ele, "a resistência tem que ser situada em uma perspectiva ou racionalidade que leve em conta a noção de emancipação como seu interesse norteador..."(2), isto é, "a natureza e o significado de um ato de resistência tem que ser definido justamente com o grau em que contém as possibilidades de desenvolver o que Marcuse chamou de "um comprometimento com uma emancipação da sensibilidade, da imaginação e da razão, em todas as esferas da subjetividade e da objetividade."(3) Emancipação

que vai além do simples "não", resistência que "deve ter uma função reveladora, que contenha a crítica da dominação e forneça oportunidades teóricas para a auto-reflexão e para a luta no interesse da auto-emancipação e da emancipação social."(4)

Livre, portanto, de sua carga reprodutiva, de sua ambiguidade. Global (atingindo todas as esferas, a da sensibilidade, da imaginação e da razão), individual e social, política e politizadora.

Vale lembrar o texto já citado de Michel Le Ven (5): para este autor, esse processo, ou ação de tornar-se livre, essa luta para se definir como sujeito, "é interna, porém necessariamente política. Ela é política e não ética, sendo um processo que se explicita no visível, no público, no coletivo, no plural e no organizado."(6)

(1) Giroux. op. cit. p.149.

(2) " " p.147.

(3) " " p.147.

(4) " " p.148.

(5) Michel le Ven, op. cit., mesmo guardando as diferenças, pois Le Ven utiliza como categoria central para a análise e compreensão da resistência, o conceito de ambiguidade "como conceito e método que permitisse apreender o todo nas suas múltiplas determinações e nos seus diversos elementos constitutivos." p. 25.

(6) Le Ven, op. cit. p. 28-29.

Pois a resistência implica na "existência de uma palavra que expressa um pensar sobre si mesmo, um pensar no mundo e agir sobre ele." (1)

Temos, portanto, um recorte preciso do objeto teórico que estamos trabalhando nestas páginas. Para tanto, foi necessário situá-lo em seu contexto, vê-lo nas suas diversidades e, no caso de Giroux, depurá-lo das mesmas, elegendo como "norte" ou como "centro" seu puro diamante radical: um "não" que propõe um novo "sim" que aponta para a possibilidade de novas relações sociais. Pois nem todas as oposições são resistências, porém todas as resistências encerram oposições e, necessariamente, as superam. Separação teoricamente importante, para evitar posturas ingênuas frente aos comportamentos que dizem "não", para afinar o olho para a percepção das reproduções contidas nas contestações, da mesma forma como já fomos capazes de perceber as contestações contidas nas reproduções.

Separação útil: porém, devemos dar vivas aos deuses por haverem nos retirado (finalmente) do campo da ambiguidade, por deixarnos (finalmente) pisar em terra sólida, clara e firme?

Fica claro, no trabalho de Giroux, a necessidade de delimitar o conceito para poder utilizá-lo com mais precisão nas análises institucionais. Para tanto, construiu-se esse conceito de resistência, depurado e delimitado, construto sociológico que permite uma aproximação mais aguda da realidade que se deseja perceber, em seus jogos de dominação e resistência, de reprodução

(1) Le Ven, op. cit. p. 28-29.

e de contestação, de obediência e de revolta.

Porém, atenção: essa resistência que aí apareceu, global (como o poder que a contextualiza), jamais total (novamente, tal como o poder que a contextualiza), superou suas limitações advindas do fato de pertencer ao campo da "consciência trágica"... "aquela que descobre a diferença entre o que é e o que poderia ser e que por isso mesmo transgride... mas não chega a constituir uma outra existência social, aprisionada nas malhas do instituído..."? (1) Então não poderemos ainda dar vivas aos deuses? De certa forma sim e não totalmente. Esse "terceiro" que mina o "fantasma do Um" e a fascinação da relação dual, (2) que restaura a alteridade, a diferença, revela-se portador de possibilidades, revela-se portador do diamante puro da contestação radical, é isso: possibilidades, insights, imagens fugazes de liberdade, promessas de outra ordem, talvez mais justa. Mas não esperemos que seja mais, não esperemos encontrar mais do que possibilidades, não transformemos esses sujeitos (de inexistentes a heróis totais), que o são com toda a ambiguidade (novamente) do termo, criadores e escravos da palavra e da ação, em apenas criadores da palavra e da ação. Se eliminarmos um dos termos, correremos o risco de ficar em busca do lugar da grande recusa, da plena contestação e, ao não achá-lo, inventá-lo.

(1) Marilena Chauí, op. cit., p. 178.

(2) Eugene Enriquez, "Les Institutions: amour et contrainte, consensus e violence", Connexions n.30. p. 85.

Uma longa citação: retomando Foucault

As proposições são:

"- que lá, onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Deve-se afirmar que estamos necessariamente "no" poder, que dele não se "escapa", que não existe, relativamente a ele, exterior absoluto, por estarmos inelutavelmente submetidos à lei? Ou que, sendo a história ardil da razão, o poder seria o ardil da história -aquele que sempre ganha? Isso equivaleria a desconhecer o caráter estritamente relacional das correlações de poder. Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande recusa - alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. Mas isso não quer dizer que sejam apenas subprodutos das mesmas, sua marca em negativo, formando, por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota. As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? às vezes. É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução, um pouco à maneira do Estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder."(1)

(1) Foucault "História da Sexualidade", vol 1, p.91-92.

Uma certa conclusão

Já mencionamos a construção labiríntica deste capítulo. Também já mencionamos nosso passeio por uma sala de espelhos, que nos devolveu imagens: distorcidas, inimagináveis, grotescas, angelicais e verídicas.

Partimos de um ponto, de um ponto opaco, opaco por obscurecido pelo discurso de uma ordem natural das coisas, de inevitabilidades. Partimos de um ponto que nos sugeria a visão de uma instituição onde o conflito era ausente, onde o poder, se este se apresentava, era um "bom" poder, e onde a resistência não tinha razão de ser (e de aparecer). Resistência e sobrevivência? Esta relação inexistia. Partimos, portanto, de uma visão de ausências, ausência de história, de conflito, de homens e mulheres fazendo e desfazendo essa história e esses conflitos.

Procuramos retomar, contando com sua paciência (e talvez com sua curiosidade de leitor disposto a desafiar as regras do jogo), outros pontos que nos permitissem superar as opacidades e ausências. Fomos longe no tempo, procuramos apoios teóricos diversos. Nos perdemos por excesso, nos reencontramos em outros momentos mais felizes com outras histórias do mundo. Chegamos, ao final deste tortuoso capítulo, a uma percepção mais nítida deste lugar que nos ocupa, de suas relações com a história, com o contexto sócio-econômico que o determina, das grandes linhas de confronto que aí se desenvolvem, que o perpassam e que medeia. Chegamos, depois de grandes dificuldades, a retomar brilhantes visões de liberdade e de resistência que aí se desenvolvem. Abre-se um campo fértil de reflexão, de trabalho, pois parece, segundo

nosso guias e mestres, que poucas coisas há no mundo que mereçam mais o nosso esforço, do que recuperar as histórias que acontecem no cotidiano das instituições.

"Diante da ausência sonâmbula do tempo parece-me que a primeira tarefa do trabalhador atuante na política consiste em agarrar-se à memória, gravando os caminhos já pisados antes que outros aventureiros façam crer que inventaram a luta, a oposição, a resistência e a esperança no futuro." (1)

(1) José Arthur Giannotti, "O país sem tempo", F.São Paulo, Tendências e Debates, p. 3., 4/9/90.

Capítulo V.

Um último estudo, sobre resistência:
a resistência na prisão.

"Algunos de estos recuerdos se han esfumado hasta el punto de solo conservo de ellos una impresión uniforme, pesada y como ahogada. Pero esto es allí un fenómeno perfectamente normal. Lo que más me sorprendió al iniciar la vida de presidiario fue -lo recuerdo- no encontrar en ella nada extraordinario, mejor dicho, inesperado. Me parecía que todo aquello había pasado ya por mi espíritu cuando iba camino de Siberia y me esforzaba por adivinar lo que me esperaba. Pero pronto un abismo de hechos sorprendentes, monstruosos, se abría a mis pies a cada paso. Cuando ya llevaba bastante tiempo en el presidio, comprendí lo extraordinario de semejante vida, si bien esta comprensión no evitaba el asombro. Debo manifestar aquí que tal asombro no me dejó ni un momento durante mis años de recluso: nunca pude amoldarme a aquella vida."(1)

Fedor Dostoievski,
"Recuerdos de la casa de los muertos",
Ed. Juventud, Barcelona, 1973, p.29.

E justo iniciar este último estudo sobre a resistência, sobre a resistência nas prisões, com um parágrafo de Dostoiévski?

E justo e provocativo, pois trata-se de um antigo texto (1850), gerado num contexto tão diverso do que vivemos atualmente.

E justo porque nos coloca, sem pausas ou mediações, no novo lugar que olharemos, marcando brilhantemente sua situação nada-extraordinária- extraordinária: o assombro convivendo com a sensação de que tudo aquilo já era previsto, "já havia passado pelo meu espírito", gerando impressões uniformes, pesadas e afogadas.

Prisões:

"La luz aparece en el cielo
y se oye el redoble del tambor.
El anciano abre la puerta
y el sargento pasa la lista.
Nadie de más allá de la muralla
puede vernos ni saber
nada de nuestra vida... (1)

Lugares obscuros, de grandes sombras? Ou excessivamente iluminados por grandes luzes? Cenário, palco? Mostrando ou ocultando o que não deve ser visto? Recolhendo, fechando o que não deve ser ouvido, ocultando o que deve ser não dito (difícil de dizer). Que não cria discursos, violência.

"Estufas para mudar pessoas..." (2)

(1) Dostoiévski, op. cit. p. 166. Ninguém os vê nem pode saber... Sensação semelhante à descrita por B. Bettelheim quando comenta sobre a impossibilidade de criação, por parte dos prisioneiros do campo de concentração, de qualquer tipo de linguagem, pois "nenhuma seria proporcional a sua dor, desespero, desolação e morte em vida", e, "ninguém os escutaria e teria compaixão". In "Sobrevivência", p. 105.

(2) GOFFMAN in "Manicômios..." Ed. Perspectiva, 1974, p. 22.

E os conflitos deste neste novo lugar?

Constantes, dramáticos, esperados. Explosivos.

"Tenho caminhado curvado sob seu coração,
Aquele autoridade insensível
que mantém a jóia cintilante
da contradição em seus olhos.

Acho que vou arrancá-los
de seu crânio
e esmagá-los nas mãos."(1)

Como narrar essas faces da realidade, pesadas, uniformes,
afogadas, contraditórias? Silenciosas. Como relatar o vento, as
mãos que esconderam a face para proteger-se dele, a face que se
ofereceu ao vento, para ser por ele reconhecida? Como narrar no
tempo histórico o momento individual e breve da ambiguidade do
não saber e do saber, do abatimento e da força, do controle e do
descontrole? Como aproximar-se das verdades, como recuperar da
verdade individual o que foi verdade para tantos e mentira para
outros? Como trabalhar no único, no absolutamente original, o
comum, o humano, o necessário, o coletivo?

Como vislumbrar o terceiro, o imprevisível, o criativo. Ao lado
da obediência, da submissão, da morte. Como trabalhar com a morte
sem matar, recuperar a vida sem negar a morte, sem torná-la
parceira menor dos rituais quando foi ela a grande parceira?

Será encarado o risco de matar vida, experiência vivida e de
matar morte. Será visto o vento mudando, o curvar-se do junco e o
opôr-se do carvalho. O junco não resiste ao vento? Ou o que não
resiste é o carvalho? Veremos mundos e coisas de homens,

(1) Jack ABBOTT, "No Ventre da Besta", Francisco Alves Ed. 1982
p. 26.

deixaremos novamente os deuses do lado de fora deste relato, observando, talvez, com um olhar irônico, o aparecimento destas letras nas páginas brancas, observando o aparecimento destas letras cogitando da pobreza de um relato onde deuses não aparecem e se dedica à história dos obscuros seres, sempre demasiadamente humanos. Seres grandiosamente pequenos que constroem a história deste planeta, assim como é. Força não vista, não por sagrada ou misteriosa, e sim porque o olho deseja a grandeza cósmica ou a dimensão épica, o brilho do sim e do não totais.

O desejo: romper com o sufoco do estudo do fechamento supremo e total que nos envolve. Como respiramos, então, nesse ar sombrio, nesse ar comandado, dado, concedido? Como sufocamos e como respiramos?

O desejo: como sobrevivemos, amamos, criamos, nos conformamos, nos formamos, obedecemos e desobedecemos, resistimos e nos entregamos?

O desejo: a compreensão desse grande mistério da possibilidade quando o que nos é dito é que é impossível. O mistério da teimosia. O mistério da não castração, da não morte nos lugares de castração e morte.

O desejo: recuperar na dimensão do pequeno a germinação do grande, do que depois aparecerá como obra, como política, como luta explícita, como surpresa: mas não é possível, eles não existiam, eles estavam mortos, eram os escravos, os submissos, os aliados do poder, seu lado, seu apoio... se eles nem tinham mais a voz, a fala, a palavra, se nem se reconheciam nem se conheciam como iguais, se nem se amavam, nem tinham saberes, se seus corpos

eram nossos corpos, feitos por nós, a nossa imagem e semelhança? A resistência nas prisões. Esperada. Pouco descrita. Encontramos mais depoimentos, memórias, do que propriamente análises teóricas mais formais. Porém estes depoimentos, estes relatos, de uma forma quase independente de sua época, de seu lugar de origem, se remetem, coincidem. Daí Dostoievski.

Para "fechar", utilizarei material sobre uma prisão concreta, prisão política. Para abrir uma primeira discussão sobre a organização do sistema e a resposta a este sistema. Primeira discussão, não uma discussão final, pois trata-se de uma história que necessariamente só poderá ser recuperada coletivamente.

O mais fácil desta tentativa?

Descrever a pedra, sua linguagem: a arquitetura. Primeiro mosteiro, depois prisão. Seguindo seu destino.

O mais difícil?

Descrever a formação, o formar-se, o formando-se do sistema, sua relação complexa com o lado de "fora"; sua dependência, seu ser "reflexo" e ao mesmo tempo negação desse "fora": Frankenstein, a "Besta", a máquina aliada e alheia, instituição social essencialmente política, fechando-se ao social, negando o movimento político que a gera e termina por matá-la. Descrever as mudanças, as permanências, sem reduzir, sem esquecer que "existiram 20 prisões diferentes". Organização processo, organização da incomunicação e da instabilidade, da fragmentação. Daí discursos fragmentados, parciais, descontínuos.

Não pretenderei estruturar, pois, o discurso do consenso. Inventá-lo. Antes pretenderei deixar transparecer as grandes linhas da "Besta" e da resistência acontecida.

Usarei como ponto de partida para este pequeno estudo sobre a resistência nas prisões, o regulamento, publicado em julho de 1973, do Estabelecimento Militar de Reclusão nº 2 "Punta Rieles", prisão política de mulheres existente no Uruguay de 1972 a 1985.(1)

Tentaremos visualizar sua forma geral e como esta se encaixa numa teoria geral sobre as prisões, para logo avançar no discurso criado pelas presas sobre a organização, seus objetivos e métodos.

Este estudo inicial recolherá, portanto, grandes linhas e "flashes" do acontecido nesta prisão. O tempo da história é longo: de 1972 a 1985. Neste tempo, existem momentos diferentes. O primeiro, que poderíamos localizar em 72-73, reflete de certa forma a "inexperiencia carcelera de las F.F.A.A. con respecto a organizaciones políticas; la confianza nacida del fácil triunfo militar y el fascismo dando sus primeros pasos"(2) criando uma situação de relativa indiferença em relação aos presos: "dejaron calentar el aceite"(2).

Um segundo momento, desenvolvendo-se a partir de julho de 1973, de cristalização do sistema, de reconhecimento de seus

(1) Ver anexo 1: "Uruguay, Seguridad Nacional y Cárceles Políticas", IEPALA, Madri, 1984.

(2) Comisión autocrítica del "Penal de Libertad", Informe de consenso, ex. mimeo.

objetivos: "no los liquidamos a todos cuando tuvimos la oportunidad y algún día tendremos que soltarlos; debemos aprovechar el tiempo que nos queda para volverlos locos". (1)

E o momento final, de transformações políticas externas: "las cárceles, especialmente las de tipo político, no son para permanecer". (2)

Focalizaremos aspectos do período central e do período final.

(1) palavras do diretor do E.M.R.ngi "Penal de Libertad", 1973 citado por González Bermejo, "Las manos en el fuego", ed. de la Banda Oriental 1985, p. 83.

(2) Colectivo, EMRngi, p. 2., ex. mimeo.

Decreto 503/973 de 3 de julho de 1973 do Ministério de Defesa Nacional, onde aprova-se o Regulamento do Estabelecimento Militar de Reclusão nº 2, publicado no Diário Oficial, p. 136-A.

Encontramos na mesma página do Diário Oficial deste dia, a Resolução 409, aprovando aumento salarial para os funcionários públicos e a Resolução 1.111/973 fixando os novos preços para a erva mate e para o café. (1)

Iniciarei este ponto com um levantamento das grandes linhas deste Regulamento, para tentar visualizar o discurso oficial que envolve o "Estabelecimento". Procurarei, nesta primeira parte, manter-me o mais próxima possível de sua "letra". Porém, alguns comentários são inevitáveis: devem ser vistos como "primeiros comentários", úteis apenas para facilitar uma localização, também primeira, frente ao mesmo. Continuarei esta análise com a ajuda de Foucault, para situar este "Estabelecimento" em relação a tantos outros, antigos e modernos. Tomarei a liberdade de trazer comentários de outros autores, de outras épocas: depoimentos diversos que, espero, ajudarão nosso trabalho de compreensão.

(1) ver anexo 2 : Decreto 503/973, Ministerio de Defensa Nacional, "Se aprueba el reglamento del e.M.R.º 2."

Plano geral do Regulamento

Cap. I: Conceito Funcional

Trata do pessoal dependente do Estabelecimento e as normas gerais do seu comportamento, qual deverá ser seu "norte" ou inspiração no tratamento das presas e do material do Estabelecimento.

Cap. II :Objetivos da Direção do Estabelecimento:

Descreve os objetivos gerais do Estabelecimento.

Cap. III: Atribuições do Diretor:

Propor reformas do Regulamento, dispor as compras de material necessárias, assegurar o cumprimento das normas e propor modificações das mesmas e dispor inspeções.

Cap. IV: Atribuições do Sub-Diretor:

Fiscalização do funcionamento do Estabelecimento e despachar assuntos que lhe sejam encomendados pelo Diretor.

Cap. V: Estado Maior:

Planejamento, coordenação, assessoria e supervisão: são os responsáveis pela ordem e pela disciplina do Estabelecimento, pelo registro, pela vigilância e pela punição das infrações, assim como pela recepção das presas.

Cap. VI: Assessor Jurídico:

Resolve as questões de sua área.

Cap.VII:Assessor Contábil:

Resolve, também, suas questões.

Cap.VIII:Chefe de Pessoal e Administração:

Brinda suporte administrativo.

Cap. IX :Departamento Contábil:

Ocupa-se da administração dos fundos.

Cap. X :Chefe de segurança:

Ocupa-se da segurança e da defesa do Estabelecimento.

Cap. XI. :Serviço sanitário:

Ocupa-se da saúde (sanidade) do Estabelecimento.

Cap. XII.:Chefe de Administração de reclusão:

Tem como funções planejar, organizar, desenvolver, dirigir e supervisionar todas as ações que visem ao cumprimento da "Política de reclusão", do regime de comunicação e visitas das presas, assim como a segurança interna; a obtenção, registro e arquivamento dos antecedentes das presas para a formação do "Arquivo Pessoal" de cada uma; recepção e registro dos fundos para uso pessoal das presas.

Cap.XIII: Pessoal de Vigilância:

Trata da Polícia Militar Feminina (PMF), seus deveres, o comportamento desejado frente aos superiores e frente às presas assim como das normas da vigilância interna.

Cap. XIV: Regime de disciplina das presas:

Descreve as punições (seu caráter geral deverá ser educativo), e descreve as infrações que merecerão as punições descritas, delitos coletivos e punições coletivas e critérios para a aplicação das punições.

Cap. XV.: Deveres e faculdades das presas:

12 artigos que descrevem 10 deveres e 2 "faculdades" das presas.

Cap. XVI: Regime de execução das penas:

Determina onde serão cumpridas as punições; descreve os aspectos gerais do sistema de normas de disciplina; trata do trabalho penal e da punição para o não cumprimento do mesmo.

Cap. XVII: Regime de comunicações e visitas:

Detalha o regime de cartas e visitas e as punições para a violação destas normas.

Cap. XVIII: Procedimento de admissão:

"Constitui um assunto de grande importância" e é, portanto, minuciosamente descrito em seus aspectos burocráticos e de segurança; determina as formas de registro, médico, corporal e político e as transformações corporais: corte de cabelo e uniforme.

O Regulamento: objetivos

O objetivo explícito é a custódia: "a direção do Estabelecimento Militar de Reclusão nº 2 tem como principal objetivo a custódia das reclusas"(1). Porém, este objetivo principal é assim

caracterizado: "brindando a segurança máxima, seguir-se-ão as normas mais modernas da ciência penal, tentando tornar e manter o mencionado Estabelecimento em um verdadeiro claustro de transformação moral e readaptação social do delinquente."(2)

O comportamento do pessoal que trabalhará na prisão deverá ser exemplar em todos os seus atos, atendendo ao "conceito exemplarizante, pedagógico e tutelar que constitui a finalidade primeira da organização."(3) Todos deverão encarregar-se,

independentemente de sua hierarquia funcional, da "vigilância, educação e cuidado das presas e estarão habilitados a conhecer suas tendências, caráter e inclinações morais" (4), de forma a

conseguir a "obediência por convicção" e, portanto, "a ordem e a disciplina conscientes"(5).

Estes seriam, portanto, os conceitos gerais, os fundamentos, o "espírito" do Regulamento. As palavras são: segurança, claustro, transformação moral, readaptação social, exemplo, pedagogia, tutela, obediência por convicção, ordem, disciplina. Estas palavras corresponderiam às normas mais modernas da ciência penal.

Nesse contexto justifica-se o sistema de normas de disciplina a ser adotado com todo rigor: "este sistema ou normas de

(1) Cap. II, art. 5, p. 137-A

(2) Cap. II, art. 5 e 6 p. 137-A

(3) Cap. I, art. 1, p. 137-A

(4) " art. 2, "

(5) " art. 4, "

disciplina...tem por finalidade infundir hábitos de ordem e especialmente reeducar a personalidade da reclusa e conseguir sua melhoria moral e higiene mental, orientando sua futura vida social honesta." (1)

Trata-se de "instrução educativa e disciplinar".(2)

Dentro deste quadro, a punição "terá principalmente em consideração os efeitos da mesma, em suas funções reeducadoras, mais do que a exata equivalência da falta cometida."(3)

Voltamos, portanto, aos grandes marcos citados inicialmente.

Cabe assinalar que o que acabamos de recolher encontra-se disperso por todo o Regulamento, não apresentando essa "logicidade".

(1)Cap. XVI, art 40, parB, p.139-A

"Infundir: Infundir, comunicar Deus à alma uma graça ou um dom, infundir, inspirar, incutir, causar no ânimo um impulso moral ou afetivo." Dic. Espanhol-Português, Porto editora, 2ª ed. Portugal, p. 646.

(2)Cap. XIV, Art.53, p.146-A

(3)Cap. XIV, Art.53, p.146-A

O Regulamento: o "Regime de Disciplina das Reclusas"

A organização deste Regulamento é repleta de idas e vindas, superposições e reiteraões, detalhista e ao mesmo tempo extremamente vago. Isto torna-se patente quando nos fixamos em sua estrutura geral e ainda mais patente quando entramos em algum capítulo em particular. Entraremos em um capítulo exemplar, o Cap. XIV, "Regime de Disciplina das Reclusas", muito importante por seu conteúdo e que nos esclarece sobre o significado e objetivos deste Estabelecimento.

O plano geral do capítulo é o seguinte:

Introdução, punições, infrações, reincidência, notificação das punições, maus tratos, meios de sujeição, fatores agravantes das infrações, caráter geral da punição, erros, intervenção do juiz, greve de fome, movimentos coletivos, infração anônima, infrações acumulativas, registro das infrações, lugares de punição.

A introdução do capítulo é a seguinte:

"Todo ato de indisciplina, de desobediência ou infração ao Regulamento, às ordens ou resoluções, determina medidas de correção." (1)

Segue-se a descrição das punições, em número de oito, organizadas por ordem de severidade e as prescrições gerais para a aplicação das mesmas. Como trata-se de "instrução educativa e disciplinar", as presas deverão ser atendidas duas vezes por semana em sua higiene pessoal e a higiene da cela, se doentes, devem ter a punição suspensa até a recuperação da saúde. As punições vão da admoestação verbal e escrita à "incomunicação" (perda do direito de cartas e visitas aos familiares) e isolamento em cela de

"correção".

As infrações estão organizadas em seis grupos, sequenciadas por gravidade, compondo um total de 29 "delitos" a serem punidos. Como exemplo da dificuldade de trabalhar com esse regulamento, vamos recuperar duas infrações. Uma pertence ao grupo 1 e diz que serão aplicadas sanções disciplinares por "não observar **compostura** nos gestos ou na linguagem ao tratar com um **funcionário**". (2) Esta infração será punida com admoestação verbal ou escrita.

A outra, que pertence ao grupo 4, diz da aplicação de sanção por "faltar ao respeito ou responder incorretamente aos funcionários ou outras pessoas", (3) sendo punida com incomunicação de 46 a 60 dias.

Qual será a diferença entre:

-não observar compostura nos gestos e na linguagem ao tratar com um funcionário e

-faltar ao respeito ou responder incorretamente aos funcionários, para que a punição varie de tal forma?

Podemos supor que esse exemplo corresponde bem ao caráter vago e meticuloso já assinalado do regulamento, que deixa uma grande margem de interpretações nas normas, ao mesmo tempo em que nos remete ao princípio geral das punições, ao fato de que estas, por seu caráter "reeducativo", não terão que levar em consideração a "exata equivalência com a falta cometida". (4) Fica aberto e legalizado um enorme espaço para a arbitrariedade.

(1)Cap.XIV, Art.38. p. 139-A

(2)Cap.XIV, Art.41.par.A,p.139-A

"Compostura: compostura, composição; arranjo, porte; atitude, método, comedimento, asseio, esmero, adorno, arrumação, ajuste; modéstia, decência, mesura; maneiras graves e comedidas..."Dic. Espanhol-Português, Porto Ed. p. 1191.

(3)Cap.XIV. Art.44 par.A,p.140

(4)Cap.XIV. Art.53.p. 140-A

Tendo em vista a dificuldade que apontamos, faremos um exercício, um exercício de lógica e tentaremos agrupar essas infrações de alguma forma, para ver a que tipo de comportamento elas se referem.

1) Infrações (por ordem de gravidade) que tratam da desobediência às ordens:

-demorar em obedecer ordens recebidas

-sair sem permissão do lugar assignado

[admoestação verbal e escrita]

-não submeter-se às prescrições médicas

-negar-se a notificar-se das resoluções, tanto administrativas quanto judiciárias

[incomunicação de 1 a 20 dias]

-desobedecer o pessoal

[incomunicação de 21 a 45 dias]

-negar-se a alimentar-se

[incomunicação de 46 a 60 dias]

-oferecer resistência manifesta a submeter-se às punições

[incomunicação de 3 meses]

-perseguir ou usar violência contra outras presas

[incomunicação de 46 a 60 dias]

-tentar de qualquer forma evasão dos pátios de recreio, de forma simples ou com violência

[incomunicação por três meses]

-preparar ou dirigir atos de tumulto, rebeliões, motins ou demonstrações de qualquer gênero subversivo

-agredir, ferir ou resistir violentamente aos funcionários

-por graves desordens cometidos

[departamento de correção, cela de isolamento]

2) Infrações (por ordem de gravidade) que tratam da linguagem, dos gestos, da postura:

-infringir a regra do silêncio

-não observar compostura nos gestos e na linguagem ao tratar com um funcionário

-não manter uma atitude de respeito diante das pessoas alheias que visitam o Estabelecimento

[admoestação verbal e escrita]

-falsificar informações que lhe sejam requeridas a respeito de questões do seu conhecimento

-possuir clandestinamente cartas, livros, jornais, recortes, alimentos ou outros objetos proibidos

[incomunicação de 1 a 20 dias]

-alterar a ordem emitindo gritos, cantos ou "imprecações"; tentar comunicação clandestina com outras presas ou manter correspondência com pessoas alheias ao Instituto

-fazer falsas denúncias ou mentir em casos em que a autoridade ordena um esclarecimento

-injuriar ou maltratar com palavras suas companheiras

[incomunicação de 21 a 45 dias]

-faltar ao respeito ou responder incorretamente aos funcionários ou outras pessoas

-dirigir-se em reclamação coletiva às autoridades

[incomunicação de 46 a 60 dias]

- por injuriar, ameaçar ou tentar violência contra a Instituição ou contra o pessoal

-por entrar indevidamente na cela de outra reclusa ou permitir que outra entre na sua

[incomunicação por três meses]

3) Infrações (por ordem de gravidade), que tratam dos materiais:

-estragar, por negligência ou intencionalmente, materiais ou móveis do Estabelecimento

[incomunicação de 1 a 20 dias]

-utilizar intencionalmente os materiais ou utensílios da cela (???)

[incomunicação de 46 a 60 dias]

4) Infrações que tratam da higiene e da moral:

-descuidar da limpeza pessoal, da cela ou do lugar designado

[admoestação verbal e escrita]

-"cometer atos contrários à moral e aos bons costumes"

[incomunicação por três meses]

Das 29 infrações descritas, 12 tratam da linguagem, da postura, da comunicação (ou da incomunicação), dos gestos. Este é um dado que se repete no decorrer de todo o Regulamento, inclusive na

parte dedicada ao pessoal de vigilância (PMF), no capítulo que veremos a seguir, "Deberes y facultades", e no capítulo que rege o regime de cartas e visitas. Se vincularmos estas infrações às que tratam de obediência/desobediência (12), podemos supor que formam o bloco central do regime de disciplina. Podemos supor, também, que ambos os grupos estão intimamente ligados: uma atitude e uma linguagem respeitadas deixariam transparecer uma presa obediente. Não é esse o objetivo do Estabelecimento? A obediência "por convicção"?

Essa obediência deve ser individual, pessoal. Isto constituiria um grupo obediente. Esta afirmação deprende-se do seguinte artigo do mesmo capítulo: "as faltas assumem maior gravidade quando são reiteradas, quando são coletivas e quando se cometem frente a um "Superior""(1).

"Errar" uma vez é humano; duas vezes é rebeldia; uma infração solitária é menos perigosa do que uma infração coletiva; porém, se essa infração, além de coletiva, é visível, é feita como uma manifestação de um grupo frente a um "Superior", é então muito perigosa e deve ser severamente reprimida, devendo-se localizar por todos os meios "as principais culpadas"(2), tentar a "identificação da promotora" (3) de forma a reduzir, individualizar. Se isto não for possível, a punição deverá recair sobre todo o grupo.

(1) Cap. XIV, Art. 53, p. 140-A

(2) " Art. 58 e 59

(3) " Art. 59 p. 140-A

Todos estes movimentos deverão ser registrados:

"Todo ato positivo, assim como toda sanção disciplinar, deverá ser registrado no expediente da reclusa, para os efeitos de sua classificação de comportamento" (1), a efeitos de seguir "sua contabilidade moral" (2).

(1) Cap. XIV, Art. 61, p. 140-A

(2) " Art. 38 Par. B p. 139-A

O Regulamento: "Deberes y Facultades de las reclusas"

Recorremos ao dicionário para entender a palavra "facultades":

"faculdade, poder de fazer; capacidade, aptidão, potência física ou moral; propriedade, qualidade, permissão; ciência que se ensina em uma escola superior; corporação dos professores dessa ciência, ciência, arte, força, resistência; atributo; autoridade."(1)

Poderíamos então traduzir o título deste capítulo como: deveres e poder de fazer das reclusas, deveres e capacidades das reclusas, deveres e permissões...

Tudo para não dizer o que não deve ser dito: deveres e direitos das reclusas.

Esta palavra não aparece em todo o Regulamento. Devemos imaginar que não aparece por ser uma palavra pouco usual, pouco conhecida, ou tudo isto é mero acaso?

Entremos neste capítulo, para ver de que se trata, quais são esses deveres e essas faculdades.

São 12 artigos. Dez artigos tratam de deveres e dois de "faculdades". Faremos o mesmo exercício do capítulo anterior, tentando entender de alguma forma a mensagem que se deseja passar.

- Os dois primeiros artigos (63, 64) tratam do grande tema: a obediência e a punição à desobediência. Vejamos:

"As reclusas devem obediência e respeito a todos os funcionários do Estabelecimento qualquer que seja a sua hierarquia e executarão suas ordens sem a mínima objeção."(2)

Quem "esquecendo este primeiro dever, ameace, acometa ou injurie um funcionário sofrerá as consequências..."(3)

(1) Dic. Port-Esp. Esp-Port por David Ortega Cervero, Ed. Ramón Sopena S.A., Barcelona, 1975, p. 1397.

(2) Cap. XV. Art. 63 p. 141-A

(3) " Art. 64 "

- O terceiro artigo (65) trata de uma faculdade das presas: poder queixar-se sempre que considerem haver sido vítimas de alguma arbitrariedade. Porém, "a falsidade ou a inexatidão das afirmações, nestas reclamações, será considerada falta que trará consigo uma correção". (1) Vemos, então, que é, no mínimo, uma "faculdade" relativa.

- Os três artigos seguintes (66, 67, 68) tratam da proibição de posse de alguns objetos, dinheiro e materiais e das respectivas punições caso exista violação da proibição.

- Os quatro seguintes (69, 70, 71, 72) tratam novamente do ponto forte do Regulamento: atitude de respeito, linguagem correta, gestos adequados, postura.

As presas devem:

- 1) permanecer de pé e observar o maior respeito quando os "Superiores" entrem nas celas;
- 2) Quando algum funcionário falar com uma reclusa, esta deve observar a maior compostura na forma de expressar-se, sem fazer gestos e adotando, a todo momento, uma atitude correta;
- 3) Está proibida de fazer gestos de "displícência", dirigir a palavra aos visitantes ou fazer "señales de inteligencia";
- 4) Está proibida de expressar-se em termos irrespeitosos; fazer demandas ou reclamações coletivas assim como manter todo tipo de conversas em "términos convencionales ininteligibles" para os encarregados da vigilância. (2)

(1) Cap. XV. Art. 65. p. 141-A

(2) Termos convencionais ininteligíveis quer dizer falar em alemão, inglês, francês, português, etc..

- Finalmente, no artigo 73, uma "faculdade": solicitar exame médico quando se sintam mal (o que, logicamente, não quer dizer que tal solicitação será atendida).
- O último artigo, de número 74, é de ordem geral e remete para um outro Regulamento que tratará dos "deveres de ordem secundária". Não são mencionadas as "faculdades de ordem secundária".

O Regulamento: Regime de execução das penalidades

Prosseguimos um pouco mais.

O capítulo XVI do Regulamento trata do "regime de execução das penalidades". O primeiro artigo (75), reza que a pena deverá cumprir-se em cela individual (1); o segundo (76), traz a "máxima" que regerá a execução das penalidades:

"A reclusa será submetida a um sistema de normas de disciplina que tem por objetivo infundir hábitos de ordem e especialmente reeducar a personalidade da reclusa e conseguir sua melhoria moral e higiene mental orientando sua futura vida social honesta." (2)

Surpreendentemente, no artigo seguinte (77), encontramos uma penalidade para uma nova e fundamental infração, aparentemente esquecida e logo lembrada e recuperada neste capítulo. Diz o artigo: "toda penada (3) que se negue a cumprir um trabalho designado, sofrerá a sanção disciplinar estabelecida". Continua no artigo seguinte: "durante o término (4) em que perdure sua negativa ao trabalho, permanecerá na cela privada de recreio, leitura e comunicação, sem prejuízo da classificação de comportamento que lhe corresponda". (5) ???

Em momento algum havia sido mencionado o tema do trabalho no Estabelecimento. Não cogitávamos sequer sobre sua existência, pensávamos que não havia sido previsto como um fator importante dentro das normas mais modernas da ciência penal. Não sabíamos de sua obrigatoriedade, de suas possíveis vinculações com o objetivo

(1) Em P. Rieles, as únicas celas individuais existentes são as celas de "rigor", construídas em 1974.

(2) Cap. XVI. Art. 76 p. 141-A

(3) penado (da): p.p. de penar; adj. penado, que sofre pena; penoso, difícil, trabalhoso; condenado, preso, padecente. Dic. Esp-Port. Ed. Porto., p. 819.

(4) Término por tempo?

(5) Cap. XVI Art. 78, p. 141-A

central do claustro de transformação moral que estamos vendo. Havia sido esquecido? Ou é um ponto tão importante que deve ficar escondido, semi-secreto? Podemos supor que, como aparece mencionado logo após a "máxima" de caráter geral citada, vinculasse, de alguma maneira à mesma. O trabalho seria um elemento privilegiado do sistema de normas disciplinares, estaria diretamente vinculado ao objetivo de "infundir hábitos de ordem"? Poderíamos pensar esta lembrança do tema do trabalho neste lugar insólito, por ser o trabalho um grande disciplinador, o ordenador por excelência, estreitamente vinculado à obediência que aparece como exigência fundamental em todo o Regulamento? Retomaremos esta discussão.

O Regulamento: Procedimentos de Admissão

Temos um longo capítulo dedicado a este tema. Encontra-se assim justificado:

"O procedimento de admissão de uma processada ou condenada constitui um assunto de grande importância, devendo, portanto, ser planejado e executado de forma eficiente". (1) Continua

explicando-se no artigo seguinte: "o mencionado planejamento e execução visará proteger a segurança e a sanidade da prisão, registrando, além disso, informações e dados que servirão de base para o manejo e segregação das reclusas. (2)

São detalhados os passos a serem dados para tal admissão, que passam por registro de dados judiciais e oficiais e reiterados registros pessoais e corporais (nove itens tratam destes registros), passando pela adjudicação do número de identificação, pelo corte do cabelo e pela uniformização da presa, e pela retirada de objetos pessoais, entre os quais, os relógios. A presa deverá passar por um interrogatório que recuperará a sua história: "serão anotadas todas as informações relativas à reclusa, anteriores e posteriores à detenção para confirmar sua história, devendo esta ser o mais precisa e completa possível". (3)

Vale a pena entrar sem mais demoras na recuperação de uma teoria geral das prisões, seguindo a visão de Foucault.

(1) Cap. XVIII, Art. 98, p. 142-A

(2) " Art. 99, " O destaque em negrito é meu.

(3) " Art. 100 "

Foucault & o Regulamento do E.M.R.ng2

"Palavra por palavra, de um século a outro, as mesmas proposições fundamentais se repetem".(1)

Tentaremos ver as proposições fundamentais contidas no Regulamento apresentado e discuti-las à luz da teoria geral das prisões proposta por Foucault.

Trataremos, em primeiro lugar, dos objetivos de custódia e transformação moral dos prisioneiros, enquadrados estes objetivos dentro das "normas mais modernas da ciência penal".

Foucault coloca que as primeiras prisões assentam-se (desde 1596) na "teoria, característica do século XVI de uma transformação pedagógica e espiritual dos indivíduos por um exercício contínuo".(2) Trata-se, portanto, de um "trabalho sobre a alma do detento"(3) a ser desenvolvido pelos funcionários das prisões, que passarão a desempenhar a função de "engenheiros da conduta, ortopedistas da individualidade".(4)

A prisão foi portanto, desde seus inícios, uma "detenção legal encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal...o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdades e a transformação técnica dos indivíduos."

A prisão excede, portanto, a detenção (a privação da liberdade), propõe um "suplemento disciplinar em relação ao jurídico"(6) que conforma o universo propriamente dito "penitenciário". "Não se pune portanto para apagar um crime, mas para transformar um culpado (atual ou virtual)".(7)

(1) Foucault, "Vigiar e Punir", p.238.

(2) " " " p.108.

(3) " " " p.111.

(4) " " " p.258.

(5) " " " p.209.

(6) " " " p.221.

(7) " " " p.112.

Este "excesso" da prisão, intrínseco à ela e contemporâneo de seus primórdios, procuraria, mais do que reconstituir o sujeito jurídico do pacto social (pacto que fora rompido pelo delito cometido), reconstituir o sujeito de obediência, "dobrado à forma ao mesmo tempo geral e meticulosa de um poder qualquer." (1)

"O que se procura reconstituir ... não é tanto o sujeito de direito, que se encontra preso nos interesses fundamentais do pacto social: é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que ele deve deixar funcionar automaticamente." (2)

Vejamos se estas colocações coincidem com os objetivos explicitados pelo Regulamento do E.M.R. nº2. Diz o regulamento sobre a transformação moral:

"seguir-se-ão as normas mais modernas da ciência penal, tentando tornar e manter o mencionado Estabelecimento em um verdadeiro claustro de transformação moral e readaptação social do delinquente." (3)

Esta transformação moral objetivará a "obediência por convicção e, portanto, a ordem e a disciplina conscientes." (4)

Trata-se do mencionado trabalho sobre a "alma" que será desenvolvido pelos "engenheiros da conduta" que, independentemente de seu lugar na hierarquia funcional, encarregar-se-ão da "vigilância, educação e cuidado das presas e estarão habilitados a conhecer suas tendências, caráter e inclinações" (5) para conseguir a obediência por convicção.

A expressão "obediência por convicção" é merecedora de nossa atenção. Não é suficiente um comportamento formalmente obediente,

(1) Foucault, "Vigiar e Punir", p. 114.

(2) " " " p. 114.

(3) Cap. II, Art. 5 e 6, p. 137-A

(4) " I. Art 3, p. 137-A

(5) " I. Art. 2

externamente obediente. A alma, as convicções, a consciência serão o alvo e o objetivo do trabalho de transformação moral.

"Trata-se de uma mudança de moralidade e não de atitude." (1)

Esta obediência por convicção seria obtida através do sistema de disciplina (exercício contínuo) que tem por finalidade "infundir hábitos de ordem e especialmente reeducar a personalidade da reclusa e conseguir sua melhoria moral e higiene mental, orientando sua futura vida social honesta." (2) Instrução educativa e disciplinar.

Portanto, o Regulamento parece confirmar plenamente as proposições fundamentais levantadas por Foucault: "o ponto de aplicação da pena não é a representação, é o corpo, é o tempo, são os gestos e a atividade de todos os dias, é a alma também, mas na medida em que é sede de hábitos." (3)

(1) Foucault, "Vigiar e Punir", p.213.

(2) Cap. XVI, art.76, p.141-A.

(3) Foucault, op. cit. p.114.

"A arte de talhar pedras"

A arte de talhar pedras é a metáfora da disciplina, atuando ao nível do detalhe, dentro do exercício constante e da coerção ininterrupta. O objetivo? A obediência por convicção.

Continuemos:

"as reclusas devem obediência e respeito a todos os funcionários do Estabelecimento, qualquer que seja a sua hierarquia e executarão suas ordens sem a mínima objeção."(1)

"A ordem não tem que ser explicada, nem mesmo formulada; é necessário e suficiente que provoque o comportamento desejado... a relação é de sinalização..."(2)

A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo e essa onidisciplina deve ser incessante, no seu intuito da "coação de uma educação total"(3). Um "reformatório integral"(4): claustro de transformação moral.

Se entendermos a disciplina como "uma anatomia política do detalhe"(5), poderemos começar a aproximarmos da compreensão de algumas afirmações do Regulamento, assim como de seu aparentemente caótico ordenamento de infrações e punições.

(1) Cap.XV, Art.63 p. 141-A

(2) Foucault, op. cit. p.149.

(3) " " p.211.

(4) " " p.211.

(5) " " p.128.

Punição

A punição "terá principalmente em consideração os efeitos da mesma, em suas funções reeducadoras, mais do que a exata equivalência da falta cometida." (1)

Esta afirmação casa-se perfeitamente com uma afirmação de Foucault sobre a arte de punir característica dos sistemas disciplinares e que relaciona, brilhantemente, a punição com a transformação do sujeito no sujeito obediente, e da punição com os mecanismos fundamentais desses sistemas, a vigilância, o registro, a construção de um saber sobre o indivíduo para transformá-lo: "a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir... Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a "natureza" dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida, a coação de uma conformidade a realizar." (2)

Ou, "o rigor punitivo não deve estar em proporção direta com a importância penal do ato condenado. Nem determinado uma vez por todas." (3)

Não deve ser predominante a exata equivalência da punição com a falta cometida, nem esta deve estar de uma vez por todas determinada, pois trata-se de reeducação, de readaptação, de transformação. Trata-se da construção de um sujeito obediente. Este objetivo será atingido pela disciplinarização exaustiva, dentro de "uma microeconomia de uma penalidade perpétua". (4)

Essa microeconomia de uma penalidade perpétua pode jogar uma luz sobre o que encontramos quando verificamos a listagem

(1) Cap. XIV, Art 53 p. 146-A

(2) Foucault, op. cit. p. 163.

(3) " " p. 218.

(4) " " p. 162.

das infrações, no Regulamento estudado. Havíamos chamado a atenção para o peso, para a ênfase dada a certos sinais exteriores como postura, gestos, olhares, linguagem: signos externos de um comportamento submisso? Recordemos: "...estão proibidos gestos de displicência, assim como dirigir a palavra aos visitantes, "ni hacer señales de inteligencia".(1)

Esses signos exteriores de uma submissão conformam uma das exigências do sistema penitenciário desde seus inícios.

Encontramos o seguinte comentário de Dostoievski, no livro já citado: "aún hoy hay que considerar que, en un forzado, toda manifestación de personalidad se considera un crimen..."(2) Diz

também a respeito Jack Abbott: "há uma maneira de olhá-los que eles interpretam como insulto deliberado. Costumam atirá-lo no buraco por olhar de maneira errada; chamam a isto um "olhar atravessado".(3)

Encontramos no Regulamento um castigo para a seguinte infração: "não observar compostura, nos gestos ou na linguagem, ao tratar com um funcionário".(4) Duçamos a este respeito o

comentário de Flávio Koutzii: "o ato de rir, ou de olhar direto nos olhos era imediatamente considerado uma provocação ou uma ironia e severamente reprimido. Ser prisioneiro significava em última análise, a subordinação total do corpo ao desejo do carcereiro: ele decide onde ponho meus braços, onde eu pouso meus olhos..."(5)

Vimos aqui exemplos das infrapenalidades estabelecidas pela disciplina que "quadriculam o espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença."(6)

(1) Cap. XV Art. 71, p. 141-A

(2) Dostoievski, op. cit. p. 98.

(3) Jack Abbott, "No Ventre da Besta", Fco. Alves Ed., 1982, p. 75.

(4) Cap. XIV Art. 41 par. E, p. 139-A.

(5) Flávio Koutzii, "Pedacos de Morte no Coração", LPM, 1984, p. 37

(6) Foucault, "Vigiar e Punir", p. 159.

Será punido tudo o que for inadequado às regras internas, o "campo indefinido do não-conforme" (1), dentro de uma micropenalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, do corpo, da sexualidade. (2)

(1) Foucault, op. cit. p. 160.

(2) Ver, um brilhante exemplo das "micropenalidades" no Anexo 3: "Normas Disciplinarias a cumprir por los reclusos", sobre o E.M.R. Nº 1, o presídio masculino, também de presos políticos, existente na mesma época no Uruguay.

Novamente, a arte de talhar pedras

"A disciplina "fabrica" indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício."(1)

Dai a extrema importância da vigilância permanente e do registro. Já mencionamos o trabalho a ser desenvolvido pelos "engenheiros da conduta", descrito no Capítulo sobre "Pessoal de vigilância", "Vigilância no interior do Estabelecimento, no capítulo sobre "Regime de comunicações e visitas" e no de "Procedimentos de Admissão".

Sobre o olhar: "já o olhar vai exigir muito pouca despesa. Sem necessitar de armas, violência física, coerções materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigie e que cada um, sentindo-o pesar sobre si acabará por internalizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo."(2)

Voltamos ao comentário de Dostoievski, sobre sua experiência na Sibéria em 1850: "lo más temible de él era su mirada de lince, a la que nada se podía ocultar. Veía incluso cuando no miraba... los forzados le llamaban "ocho ojos"."(3) Continuando mais um pouco,

explica-nos o que era (é) objeto deste olhar, desta vigilância:

"a veces, en plena noche, irrompía como una tromba en los dormitorios y, si veía a alguien sobre el lado izquierdo, al día siguiente lo castigaba.

"-Ya he dicho que se ha de dormir sobre el lado derecho!"(4)

Ou seja, todos os detalhes serão (deverão ser) vistos. Detalhes do corpo, do comportamento. Os gestos, as falas, as relações, os agrupamentos, os hábitos cotidianos.

(1) Foucault, op. cit. p.153.

(2) " "Microfísica do Poder", Graal, 1979, p.214.

(3) Dostoievski, op. cit. p. 20.

(4) " " " " Ver novamente o anexo 3 "Normas disciplinares..."

Sobre o registro:

Os encarregados da vigilância "cuidarão que os informes sobre a conduta das reclusas... sejam o fiel reflexo de sua atuação no Estabelecimento"(1), arquivando esses informes no livro de

registro para "seguir sua contabilidade moral e servir de

elementos de juízo na qualificação da conduta"(2). "Todo ato positivo, assim como toda sanção disciplinar, deverá ser registrado no expediente da reclusa, aos efeitos de sua classificação de conduta" (3), de forma a que esses registros

sirvam "de base para o manejo e segregação das reclusas"(4).

"Anotar-se-ão todos os informes relacionados com as reclusas, anteriores e posteriores à sua detenção para confirmar sua história, devendo ser o mais precisa e completa possível."(5)

Estes exemplos dão conta do que Foucault chama de "classificação móvel das moralidades"(6). Portanto a prisão, lugar de execução de uma pena, revela-se também como um lugar de observação dos indivíduos punidos, de conhecimento de cada um, de suas "disposições profundas, de sua progressiva melhora."(7) E o sistema de "conta moral" ou a contabilidade moral mencionada pelo Regulamento. Parte-se da investigação biográfica, da recomposição da história anterior, para a construção da "periculosidade" de cada um que determinará seu ordenamento, sua

(1) Cap. V, Art. 16, p. 137-A

(2) Cap. XIV, Art. 39, p. 140-A

(3) " Art. 61 "

(4) Cap. XVIII Art. 99, p. 142-A

(5) " Art. 100 Par. B inciso 1 p. 142-A

(6) Foucault, in "Vigiar e punir", p. 219 citando Charles Lucas ion R. Fresnel, "Considérations sur les maisons de refuge", Paris 1829, p. 2931.

(7) Foucault, op. cit. p. 221.

classificação nos grupos. Trata-se da gestão da pena desenvolvida pela prisão, revelando a já mencionada autonomia relativa da mesma em relação ao judiciário, a "declaração de independência carcerária"(1).

Pareceria que o que levantamos sobre o registro, sobre a contabilidade moral, leva-nos novamente ao que Foucault chamou de "ponto ideal da penalidade" (2), a disciplina infinita: "um interrogatório sem termo, um inquérito que se prolongasse sem limite numa observação minuciosa e cada vez mais analítica, um julgamento que seja ao mesmo tempo a constituição de um processo nunca encerrado..."(3)

O objetivo? A construção do homem obediente.

(1) Foucault, op. cit. p.219. Encontramos, no Regulamento, um reflexo desta "declaração de independência carcerária", de sua autonomia punitiva que vai acompanhada do "imperativo do segredo". No capítulo sobre "Regime de comunicações e visitas" encontramos o seguinte artigo: "as reclusas não poderão, em suas comunicações escritas, usar signos ou palavras convencionais (sic) linguagem incorreta nem fazer alusões ou emitir julgamento com relação ao regime interno ou ao pessoal do Estabelecimento, ou referir-se a assuntos que saiam dos termos pessoais de seu interesse ou de sua família." (Cap. XVII, Art 93 p. 141-A).

(2) Foucault, op. cit. p. 199

(3) " " "

O Trabalho

Neste contexto podemos recuperar o que Foucault levanta sobre o trabalho penal, lembrando que este item aparece no Regulamento que estamos estudando "perdido" no capítulo sobre o "Regime de execução das penas", logo após a "máxima" que define o que deve ser entendido por "sistema ou normas de disciplina". O artigo que trata sobre o trabalho diz assim: "toda penada que se negue a cumprir um trabalho fixado sofrerá a sanção disciplinar estabelecida." (1)

"O trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinária que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade." (2) Como já assinalamos, o artigo que trata sobre o trabalho segue a reflexão que define a disciplina como tendo por objetivo infundir hábitos de ordem e reeducar a personalidade. Ou

seja, sua utilidade "não é um lucro; nem mesmo a formação de uma habilidade útil; mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema de submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção." (3)

E portanto a visão do trabalho como o grande moralizador, como o exercício por excelência para a transformação dos homens (e das mulheres) indóceis. E o trabalho vazio, o trabalho forma, o trabalho ritual de submissão.

(1) Cap. XVI, Art. 77 p. 141-A. Lembramos que, em momento algum, aparece no Regulamento nenhuma sanção disciplinar que trate especificamente sobre a desobediência ao trabalho.

(2) Foucault, op. cit. p. 216.

(3) " " p. 217. Ou: "em sua concepção primitiva o trabalho penal não é o aprendizado deste ou daquele ofício, mas o aprendizado da própria virtude do trabalho. Trabalhar sem objetivo, trabalhar por trabalhar, deveria dar aos indivíduos a forma ideal do trabalhador." Foucault, in "Microfísica do Poder", p. 193.

"E um princípio de ordem e de regularidade; pelas exigências que lhe são próprias, veicula, de maneira insensível, as formas de um poder rigoroso; sujeita os corpos a movimentos regulares, exclui a agitação e a distração, impõe uma hierarquia e uma vigilância que serão ainda mais bem aceitas e penetrarão ainda mais profundamente no comportamento dos condenados, por fazerem parte de sua lógica."(1)

Este trabalho alheio ou independente de sua utilidade, trabalho "puro" , trabalho pura sujeição, é assim comentado por Dostoievski:

"Una vez se me ocurrió la idea de que, si se quiere aniquilar a un hombre, destrozarlo moralmente, castigarlo de un modo tan implacable que incluso el peor bandido tiemble ante semejante sanción, bastará dar a su tarea un carácter de cosa absurda y completamente inútil. Los trabajos forzados actuales no tienen, en verdad, ningún interés para los condenados... Si a ese mismo obrero se le dedica a pasar agua de un tonel a otro, y de este otra vez a aquel, o a triturar arena, o a transportar montones de tierra de un sitio a otro, para volver a llevarlos después adonde estaban al principio, yo creo que al cabo de unos días se ahorcará o cometerá mil atrocidades para que se le castigue con la muerte y librarse de semejante humillación... Todo trabajo impuesto por la fuerza tiene algo de tortura, de humillación, y por eso los trabajos forzados son incomparablemente más penosos que los demás."(2)

E o outro lado da questão, a apresentação do outro olhar. Que, neste caso, retira a máscara do significado do trabalho penal, nos introduz no mundo de violência que se encontra por trás do discurso de reeducação, transformação moral dos indivíduos oferecido pelas diversas instituições prisionais.

Podemos concluir, finalizando este estudo sobre o Regulamento, que este encaixa-se, sem novidades, dentro dos grandes marcos de teoria geral das prisões. Trata-se da transformação dos indivíduos, da criação do sujeito de obediência, sujeito às

(1) Foucault, "Vigiar e Punir", p. 216.

(2) Dostoievski, op. cit. p. 31.

normas gerais e meticolosas de um poder qualquer, através de um sistema disciplinar exaustivo. Este sistema apoiar-se-á num conjunto de penalidades próprias, na vigilância e no registro permanentes. Tentará a construção de um saber individualizante sobre cada presa que determinará a "arte das distribuições" ou o jogo de transformação- destruição do indivíduo aprisionado.

A outra visão:
A construção de um saber resistente.

Os objetivos da prisão.

"Por otra parte, el famoso sistema celular, no persigue -estoy convencido- sino un fin engañoso, aparente. Absorbe la savia vital del individuo, le enerva el alma, le debilita el cuerpo, lo atemoriza, y luego nos presenta como un modelo de redención, de arrepentimiento, una momia de espíritu consumido, un ser medio loco."(1)

Tentaremos recuperar como foi vista essa labor de "reeducação moral", como foi percebido esse "claustro de transformação" de que nos falou o Regulamento do E.M.R.ng2.

Uma primeira observação: inicialmente, não é percebida a função de transformação ativa, proposta explícita da prisão. Esta é pensada como depósito de presos, como um lugar retirado do mundo, de confinamento e de limitação, um lugar talvez de tédio, onde o indivíduo poderá continuar sendo ele mesmo, sem maiores interferências. "Yo en un principio, tenía la idea de que era como una especie de depósito... no pensé en la cárcel como máquina de destrucción... que era como un depósito, no como en cierto modo que es una continuidad de mi interrogatorio..."(2)

Não é imaginada a "redenção", ou o arrependimento, a reeducação. Isto deve-se, talvez, ao momento inicial mais "liberal" do Estabelecimento que já mencionamos e também às características peculiares da população que aí será recolhida (recluída)(3). Pessoas, mulheres, que não se colocam no lugar de "infratoras, delinquentes, criminosas" ou, simplesmente, "culpadas".

(1) Dostoievski, op. cit. p. 22.

(2) entrevista G. p. 5.

(3) ver gráficos a respeito, anexo 4 "Uruguay, nunca más: informe sobre la violación a los derechos humanos", SERPAJ, 2a ed.

"Como haveria de funcionar a administração penitenciária se não houvesse prisioneiro?", comenta Henri Charrière (1). Ou seja, se não houvesse alguém para colocar-se no lugar do prisioneiro, do "ser" prisioneiro, com a construção que isto sugere? Neste caso, o fato de tratar-se de uma prisão política marca uma diferença fundamental, pois esta tende a transformar-se em mais um momento da luta contra o regime de poder dominante, delimitando, em muitos casos, uma trincheira a mais na luta que vinha sendo desenvolvida. Os presos políticos permanecem tais, mesmo com os direitos políticos e civis cassados, mesmo que exista a tentativa de descaracterizar este fato.

Além disso chegava-se à prisão depois da fase de interrogatório e tortura nos quartéis e o afastamento desta situação limite gerava uma sensação de alívio: "mi impresión al llegar a la cárcel no fue nada siniestra, porque venía del cuartel y tampoco tenía conciencia de que allí me iba a tocar pasarme los doce años siguientes... Pensaba que era una situación bastante promisorio o mejor dicho, bastante transitoria..." (2)

"Creo que a esta altura los objetivos de los carceleros tampoco estaban claros, no? Ya habían intentado reventarnos en toda la etapa de los interrogatorios y estaban todavía muy metidos me parece en esa dinámica como para plantearse en serio el tema de la cárcel y qué hacer con toda esa cantidad de presos que tenían, no?" (3)

Quando se esclarecem os objetivos, estes aparecem vinculados ao fator tempo e ao fato político (sempre negado) que significa esta prisão: "algún día tendremos que soltarlos; debemos aprovechar el tiempo que nos queda para volverlos locos..." (4). As prisões políticas não são feitas para durar, porém... aqui começa, propriamente falando, a prisão.

(1) citado por Maria José de Queiroz in "A Literatura Encarcerada", p.127.

(2) entrevista A. p.1.

(3) " "

(4) ver citação na apresentação do capítulo.

Seus objetivos?

- "La vida en el penal está organizada para que el ser humano, en alguna forma, sea un ser obediente, no piense y no razone... trata de despersonalizarlo e impedir la creación de una vida propia... medio totalmente agresivo, donde el objetivo es que depongamos nuestras ideas y destruirnos como seres humanos.

- "Esa cárcel, gran montaje devorador de sueños y raíces. ... poder omnipotente de la destrucción como método..." (2)

- "Destruir nuestra capacidad de pensar y de hacer, individual y colectivamente... desmoralizar, isolar, dividir..." (3)

- "Destruir a cada una de esas mujeres que osaron romper con los roles que la sociedad les impone... cosificarnos, sin nombre ni apellido, sólo un número en la espalda, otro adelante y un distintivo de color, coronado todo por una cabeza de pelo cortado..." (4)

- "Lo que se intentó fue lograr una despersonalización de cada una de nosotras, una pérdida de identidad... lograr una imagen pareja, homogénea, masificada... convertir el cuerpo también en una cárcel..." (5)

- "Lograr el aniquilamiento del ser político..." (6)

- "La despersonalización del individuo, el sometimiento que dado en lo psíquico implica la anulación del ser pensante (en este caso del militante político); el desequilibrio psíquico y la autoeliminación... la internalización de la acción represiva..." (7)

- "Aquí no se trata de tu recuperación ni nada. Se trata de que vos obedezcas órdenes..." (8)

(1) "El arte en la cárcel", La Hora Cultural, Montevideo, mierc. 19/09/84 p. 13.

(2) "La sal de la tierra", Cotidiano Mujer, Montevideo, Nov. 1985 año 1, nº 3 p. 10.

(3) entrevista N.

(4) "Qué diré de la cárcel", Introdução, p. 1, Colección "Escritos de la cárcel", Vol. V, CIC, Montevideo, 1989.

(5) entrevista J. p. 26.

(6) Maciel, Lia in "Grupos operativos naturales", monografía datilo, p. 6.

(7) Maciel, Lia in "El rol de los sueños en la vida de los presos", monografía datilo p. 8 e 12.

(8) entrevista A. p. 5.

- "Tenerte en jaque permanentemente..." (1)

- "El objetivo de la destrucción era un objetivo de ellos y quizás también el aspecto laboratório..." (2)

De todas as falas expostas, podemos sintetizar o seguinte:

Perseguia-se a criação do sujeito obediente, submisso, sem pensamento nem ação próprios, sem vida própria. Para tanto concorreram os métodos de despersonalização, o ataque à identidade, a massificação, a desmoralização, o isolamento, a insegurança e a agressão constante. A criação desse sujeito obediente é vista como uma labor de destruição, de aniquilamento do ser humano e do ser político.

Trata-se de uma guerra.

"Meus companheiros e eu vivíamos sob um código inflexível, contudo, era um código de sobrevivência. Sobrevivência da dignidade e da sanidade. Se não o conseguíssemos, certamente seríamos completamente destruídos." (3)

(1) entrevista C. p. 8.

(2) entrevista G. p. 6.

(3) Jack Abbott, op. cit. p. 86.

O Regulamento

"Eu julgava que duas obras primas concentravam a experiência milenar dos homens no campo da organização da massa: o manual do cabo e o catecismo católico. Estou certo que cabe acrescentar, se bem que num campo mais restrito e de caráter excepcional, o regulamento carcerário, que encerra verdadeiros tesouros de introspecção psicológica." (1)

Apoiamos e admiramos a irônica perspicácia de Gramsci nesta passagem, pois revela-nos os antecedentes do tipo de Regulamento que estudamos: a tradição monástica e a tradição militar. O regulamento penitenciário mostra-nos as formas gerais e minuciosas do poder prisional, disciplinar, em busca de seu objetivo principal "esse ser meio louco", no dizer de Dostoiévski, e esse ser obediente por convicção, no dizer oficial. Banal e brutal, são os adjetivos que lhe cabem.

Recuperaremos, para iniciar a discussão sobre o Regulamento, um depoimento sobre a prisão masculina, o E.M.R. nº1, Penal de "Libertad": "mierda de Penal, la inseguridad total; por algo Kafka se procuró un castillo y una autoridad y la arbitrariedad y lo imprevisible, todo bien enmarcado por una barahunda de normas y reglamentos y funcionarios, donde nada se puede asir." (2)

Regras, normas meticulosas, detalhes, a arbitrariedade e o caos, a insegurança, a sensação de algo que envolve fortemente e ao mesmo tempo "no se puede asir", escapa das mãos, escorrega, água, vento. Comenta a respeito Jack Abbott: "Imagine mil outras intromissões diárias em sua vida, a cada hora e minuto de cada dia, e você poderá entender a origem desta paranóia, este ódio que poderia me consumir a qualquer momento, se eu perdesse o controle." (3)

(1) Gramsci, carta a Tânia, Milão 11/04/27, citado por Maria José de Queiroz in "A Literatura encarcerada", ed. Civ. Bras, 1980, p.55.

(2) González Bermejo, "Las manos en el fuego", livro que recupera o depoimento de David Campora, ed. Banda Oriental, 1985, ROU, p.73.

(3) Jack Abbott, op. cit. p.25.

A descrição que nos traz Jack Abbott da "Besta" coincide com a que nos traz González Bermejo da "Besta fria" que foi a prisão política de "Libertad". Para sobreviver a essas "bestas" foi

necessário aguentar as mil intromissões cotidianas e "quien sabe? 40 movimientos prohibidos, 70 movimientos que requieren autorización, infinitos que no están reglamentados... esas normas cambian, se superponen, se contradicen... qué es lo que no nos tienen prohibido? Prohibidas sonrisas, gestos, ademanes; los presos no podemos saludarnos ni hablar -salvo con el compañero de celda o con otro durante el recreo; si un miembro de las FF.AA. no lo autoriza expresamente, no podemos dirigirle la palabra, hacerle una sugerencia o pedirle una explicación; manos atrás cuando estamos parados o caminando fuera de la celda; posición de firme, incluso en el recreo, cuando nos habla un miembro de las FF.AA... no nos está permitido silbar, cantar, fumar en formación, caminar rápido, levantarnos de noche, acostarnos de día; tenemos prohibido dibujar una paloma, una rosa, una estrella; prohibido grabar en un medallón un hombre y una mujer, una mujer encinta, una madre con un niño en brazos... a un milico no se le puede mirar a la cara: es "provocación al personal militar..." (1)

"Inúmeras são as proibições... infundáveis e insensatos são os rituais obrigatórios..." (2) diz Primo Levi, em seu relato sobre o campo de concentração.

Dizem as mulheres, sobre o regulamento do E.M.R. nº2:

- "No hable, no mire, no ria, no cante, no lllore, no piense, no sienta... no dibuje caballos, ni flores de cinco pétalos, ni tortugas que van lento pero llegan. No use color rojo ni rosado, ni bordó, ni rojo-azul y blanco... no hable francés, inglés, portugués ni jerigoza, porque son "idiomas" y está prohibido "hablar en idioma", sólo se puede hablar en español... El reino de la prohibición..." (3)

O Regulamento é visto como um instrumento que visa a submissão: as ordens que aí estão contidas não respondem a qualquer tipo de lógica e não são necessariamente explicadas ou explicáveis:

(1) González Bermejo, op. cit. p.53. Ver novamente o anexo "Normas Disciplinarias..."

(2) Primo Levi, "E isto um homem?", p.32.

(3) "Qué diré de la cárcel", Introducción p.2, Colección "Escritos de la Cárcel", Vol.V, CIC, 1989.

- "Su objetivo es anular la capacidad de decisión del detenido y doblegarlo por el temor." (1)

O Regulamento é "un andamiaje sofisticadamente construído" (2) para a destruição da história pessoal e das particularidades de cada uma.

Portanto, essa visão determinava uma atitude frente ao regulamento, que retoma a discussão da relação entre obediência-resistência e sobrevivência. Vejamos:

- "Había un determinado marco... como que reconocíamos el hecho de estar presas... frente al orden disciplinario había, por un lado, yo pienso que no se aceptaba, que se cumplía como por razones de fuerza y... a medida que fue avanzando el tiempo... como que ese orden disciplinario era cada vez menos cumplido... Porque el reglamento era violado permanentemente... era tan estricto que era imposible cumplirlo..." (3)

São quase as mesmas palavras que encontramos quando trabalhamos o capítulo Resistência-Sobrevivência, recuperando a experiência dos campos de concentração. E a questão dos limites possíveis, da sutileza essencial entre aceitar-cumprir. Dizia Bruno Bettelheim: "era necessário obedecer para sobreviver, mas mantendo a consciência de que se obedecia para permanecer vivo e inalterado como pessoa." (4)

Era necessário aceitar o grande marco, reconhecer o limite real dado pela prisão, pelo estar prisioneiro. Era importantíssimo informar-se e reconhecer, naquela guerra, a existência de uma

(1) Informe sobre el Establecimiento Militar de Reclusión nº 2, diciembre de 1982, exemplar mimeo. Maria José de Queiroz, op. cit., citando Soljenitsin diz: "o sistema carcerário cultiva, com caprichosa minúcia, leis, decretos, estatutos, códigos e regras com vista a cercear, coibir, amesquinhar. Tudo se proíbe. Para humilhar, aviltar, destruir." p. 95.

(2) "La sal de la tierra", Cotidiano Mujer, Monte, nov. 1985, ano 1, nº3 p. 10.

(3) entrevista G.p7 e 13.

(4) Bruno Bettelheim, "O Coração Informado", p. 127. Ou "aqui, para no quebrarse, hay que doblegarse. O sea, hay que de alguna manera adaptarse." (entrevista J.P., E.M.R. nº1, p. 5.)

correlação de forças real (e modificável). Porém, essa obediência não implicava numa aceitação: jogava-se, aí também, com a última opção possível, a da "recusa do consentimento" de que nos falava Primo Levi (1). Ao mesmo tempo, a necessidade da sobrevivência colocava a questão da desobediência necessária: "era impossível obedecer a todas as ordens e proibições se se desejava sobreviver." (2)

Trabalhando com o Regulamento encontramos um capítulo do mesmo que versava sobre os deveres e as faculdades das presas no E.M.R.nº2. Questionamos essa palavra "faculdades", que aparece como uma substituta da clássica e bem conhecida palavra "direitos". Agora já podemos afirmar com mais certeza a não casualidade dessa troca e que o Regulamento, através dessa substituição, realmente quer deixar patente a suspensão dos direitos.

"Incluso, una vez, me acuerdo una conversación de una compañera con un oficial que dijo: "no sé si tienen derecho a la vida siquiera..." (3)

O tema dos direitos, em oposição ao Regulamento, aparece várias vezes nas entrevistas. Este último é visto como poderosamente arbitrário, negando qualquer margem de direitos." No sólo la inseguridad física, adónde iba a estar uno, el disponer ellos totalmente, hasta el no tener derecho a nada, el saber que no teníamos reconocido ningún derecho." (4)

"Vos ahí no tenías derecho, no? Sino que eran obligaciones y transgredirlas... estaba el aspecto represivo..." (5)

Porém "como que el derecho, nosotras lo sentíamos adentro..." (6)

(1) Primo Levi. op. cit. p.39.

(2) Bruno Bettelheim, "O Coração Informado", p.166.

(3) entrevista G. p.13. "El forzado no tiene nada propio", Dostoievski, op. cit. p.335.

(4) entrevista G. p.13.

(5) entrevista C. p.7.

(6) entrevista G. p.13.

Dentro deste contexto, como foi visto o Trabalho Penal?

"Dieron vuelta totalmente el papel que hasta ese momento jugaba el trabajo. Lo hicieron obligatorio con jornadas larguísimas. Nos sacaban a trabajar, además, en un trabajo totalmente improductivo. La cuestión era además explícita, de pasarnos toda una mañana reacomodando piedritas en un campo, o de salir a levantar papeles contra el viento. La cuestión era ejercer la dominación através de esos mecanismos, no?(1)

Sim. O trabalho "puro" exercício de dominação.

(1) entrevista A.p.5.

Penso que nestas páginas foi possível traçar os contornos da construção de um saber sobre a instituição prisional (o E.M.R.ng2), do ponto de vista das mulheres que aí estiveram. Tratou-se da percepção dos objetivos da instituição e de alguns caminhos utilizados para a realização dos mesmos.

E preciso explicar a importância desse "coração informado"? Se a instituição, através da vigilância e do registro, cria um saber sobre os presos, estes criam um saber sobre a instituição para poder enfrentá-la. "Y la forma de resistir es esto mismo: no dejar de pensar; todo: lo minucioso del inmediateísmo, lo grande del después; estar irrevocablemente seguro de cuál es la meta, cuál es el camino y cuáles los pasos. Seguro de lo que querés, finalmente, o por lo menos, de lo que no querés, de lo que no podés ni vas a tolerar aunque vengan degollando..."(1)

O pensamento, a informação, como essenciais. Para decidir sua posição, ou, talvez ainda mais fundamental, qual é o limite, seu "ponto sem retorno, o ponto além do qual nunca, sob circunstância alguma, se cederia ao opressor, mesmo que isso significasse arriscar-se ou perder a vida."(2)

Coração informado, construção de um saber ou o exercício, em contraposição ao olhar vigilante e vertical, de um outro olhar, um contra-olhar, horizontal e solidário, também poderoso. Olhar que capte o detalhe, sem perder de vista o horizonte. "Se hizo presente la inevitable necesidad de elaborar permanentemente la realidad como parte de la historia social del grupo, que en este caso formó parte de la historia social y política del país."(3)

(1)González Bermejo, op. cit. p.20.

(2)Bruno Bettelheim, "O Coração Informado", p.127.

(3)Maciel, Lia, "Grupos operativos..."p.4.

Encontrar, por meio deste coração informado, uma linguagem própria que superasse os silêncios impostos, que fosse "la contracara del gris silencio con el que quisieron cubrirnos." (1) Que, no caso da prisão de mulheres significou aprender e conquistar espaços novos:

"Para nosotras era una cuestión fundamental no perder la capacidad de pensar, de elaborar, incluso adquirirla, porque como buenas mujeres que éramos, apesar de que todas habíamos largado nuestro "grito de Ipiranga" y por algo estábamos presas, no teníamos, en su mayoría, la capacidad de "hacer" política, como todas las mujeres que actúan en procesos políticos. Más bien, en nuestra vida habíamos sido encargadas de llevar adelante una política hecha por los hombres. En la cárcel nosotras tuvimos que "hacer" política, que trazar nuestra propia estrategia contra el enemigo, luchar contra él, pero pensando, elaborando nuestra táctica... tuvimos que plantear las perspectivas de la cárcel a partir de un momento exterior prácticamente desconocido..." (2)

Do detalhe da recuperação cotidiana e minúscula dos "pequenos" ataques à identidade, às generalidades do acontecer político global. Da delimitação do fazer possível à delimitação do limite do consentimento.

"Y esta lucha fue cotidiana como es la lucha del trabajador por el pan de cada día". (3)

Resistência, portanto, geral e minuciosa como o poder que a contextualiza, global e fragmentada, cotidiana e contínua. Vinculada aos limites da obediência. Guerra, explicitada na terminologia usada: luta, inimigo, estratégia, tática, ataques, defesa. Resistência que implica na "inevitável necessidade" de construir-se sobre um saber que a fundamente. Que tem como

(1) "Escritos de la cárcel", Vol I, Montevideo, CIC, 1986, p. .

(2) depoimento Jessie Macchi, p.36.

(3) "Qué diré de la cárcel", Colección "Escritos de la cárcel", vol.V, CIC, p.1.

sentido global "seguir siendo un ser humano digno, en crearse una forma de vida que de alguna manera genere belleza, genere libertad y genere solidaridad con el resto de las compañeras.(1)

Que surge como inevitável necessidade pois

"pienso que la resistência existe en todos lados, a todas y distintas formas de opresión o de obligar a alguien a hacer lo que no quiere hacer..."(2)

Que surge pois trata-se da "primordial tarefa de sobrevivir"(3), de "recuperar nuestra propia imagen"(4), de defender seu espaço (ou inventá-lo): "creo que siempre defendí mi espacio, no?...Y hablo de defensa porque había que defenderlo. Te copaban..."(5)

Voltamos aos nossos inícios:

Resistência e sobrevivência,

resistência como "inevitável necessidade",

resistência como defesa

como recuperação de si: autonomia.

(1)"El arte en la cárcel", La Hora Cultural, Monte, 19/04/84, p.13.

(2)entrevista G. p. 17.

(3)Maciel, Lia, "Grupos operativos..."p.3.

(4)entrevista A.p.2.

(5) " p.6.

A Resistência cotidiana:
 não houve trégua, não houve descanso.

"Ese andamiaje sofisticadamente costruído saltaba por los aires cada vez que su sistema de control obsesivo sobre nuestra vida cotidiana se demostraba incapaz de contener la energía de cientos de molinos incansables....Muchas veces sentimos que "ellos" estaban derrotados."(1)

Pois o conhecimento necessário e imprescindível sustentava justamente isto: a luta cotidiana e minúscula das recuperações de si e da construção da solidariedade horizontal.

"No hay reglamento que resista a la obstinación del preso: concentra todas las energías en un punto y tiene todo el tiempo por delante; irresistible política de millones de gotas de agua, cayendo una a una."(2)

Se o Regulamento, o sistema de normas disciplinares tenta conter "tudo", estabelecendo esse sistema descrito como sendo de controle obsessivo sobre a vida cotidiana, o conteúdo dos atos resistentes responderá, de certa forma a este fato, dentro das possibilidades advindas da percepção da correlação de forças existente. Relembrando, contudo, mais uma vez, que a resistência não é reflexo, não é oposto: é, mais propriamente falando, um espaço de possibilidades, um espaço de ruptura da regra do jogo, da lógica do sistema. Não implica apenas em resposta, reação: implica em quebra, em criação. Um espaço capacidade, estreitamente vinculado à autonomia enquanto desenvolvimento de uma lei própria, individual ou grupal. Sem que este movimento signifique necessariamente a "grande ruptura" ou a "grande

(1) "La sal de la tierra", Cotidiano Mujer, Monte, nov.1985, ano 1, nº3 p. 10.

(2)González Bermejo, op. cit. p. 62.

recusa", apesar de que possa conter a sua promessa. Sem que signifique que não carregue ambiguidades, que seja "pura", resistências possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, solidárias, irreconciliáveis, prontas ao compromisso...

"En permanente lucha contra la despersonalización, qué quiere decir? Quiere decir que todo aquello que el enemigo nos colocaba como un elemento para quitarnos todo tipo de identidad...tratábamos de transformarlo y de convertirlo en eso, precisamente, "un elemento de identidad". Así llegamos a la conclusión que no habían dos uniformes iguales; cada uno tenía su arreglo, su corte...los colores eran un elemento fundamental para nosotras y a pesar de la prohibición, intentábamos de todas formas incluirlo en todo...el elemento que despejara el gris...Y ahí entramos en un tema que también fue muy importante: el valor que tuvo para nosotras la limpieza y el planchado; era una forma de resistir a lo negro, lo sucio...dentro de la cárcel el aspecto físico nunca se descuidó porque era otro aspecto de nuestra resistencia, nos estábamos defendiendo contra un ataque a nuestro cuerpo también..." (1)

Recordamos imediatamente uma passagem de Primo Levi: "devemos nos lavar, sim...devemos marchar eretos, sem arrastar os pés, não em homenagem à disciplina prussiana, e sim para continuarmos vivos, para não começarmos a morrer..."

O uniforme, o cabelo curto, as cores, o corpo, a postura, os gestos, os olhares...

"Y el placer inaudito de los presos en hacerse muecas y guiñaditas, gestos de complicidad y picardía, un poco absurditos: mirá que somos pillos, vos y yo, que nos estamos comiendo tremenda cana y parece cosa de locos esto de hacerse sancionar por una guiñadita; un acercamiento sin nada a intercambiar si no es la presencia y la entereza: porque el que cambia siete recreos por una guiñada, quiere decir que está entero y demuestra que sigue capaz de "comérsela" por una tontería, que no es una tontería si llega a poder decir exactamente eso: estoy entero y estos hijos de siete mil putas no me van a quebrar..."(3)

(1) depoimento J.p.30 e 31.

(2) Primo Levi, op. cit. p.39.

(3) González Bermejo, op. cit. p. 89.

E a "vocaçãõ comunicativa" contra a incomunicaçãõ, "el hartazgo del silencio y la mordaza"(1), é a sutileza da fala que desafia, que ironiza: "como no, sargento, encantado! -dije. Lo dije con un zumbido amable irónico, imposible de tomar por aduloneria, pero sin dejar mucho espacio, tampoco, para la sanción..."(2), é o risco na pintura dos vidros que bloqueia as janelas e tenta impedir o horizonte, o buraco nas madeiras que as fecham.

E o espaço do trabalho próprio, pessoal, significativo e fundamental contra o trabalho forma, sujeição, contra o trabalho vazio. Trabalho pleno, criação e comunicação, no grupo e para o mundo. Trabalho manual e intelectual, estudo, troca, física, inglês, tricô e política, matemática, teatro, literatura, canto, conversas. Um mundo intenso, um tempo intenso, tenso. E a "cultura activa de los prisioneros... porque donde había un hombre había creación y donde había un hombre viviendo-creando había resistencia. Y entonces la palabra escrita, bordada, pintada, modelada, esculpida, musicalizada, la palabra corporal siguió cumpliendo su cometido original, de comunicarnos...."(3)

(1)"Bitácoras del final", colección "La narrativa de los presos políticos" vol. III, CIC, 1988, p. 17.

(2) González Bermejo, op. cit. p. 16.

(3)"Escritos de la cárcel", vol 1, CIC, 1986, p. 8.

Epílogo 1

O E.M.R.ng 2 foi uma prisão política que durou doze anos. As prisões políticas não são feitas para durar... Porém, como se mede um dia, um ano, dez anos, doze anos de vida na prisão que descrevemos?

"Hoy fue otro de los días que parecen dos o tres," o quién sabe cuántos..."(1)

O tempo na prisão, como é ele elaborado, é tempo morto, parêntesis na vida, suspensão, monotonia, intensidade dramática? Tempo vazio, tempo pleno, tempo alerta? O tempo expropriado, o tempo controlado de fora, a rotina imposta é um "nada" que transcorre lentamente ou é um tempo preenchido pela angústia das recuperações e das lutas?

"Parece que era una cosa muy lenta en el principio; cosa que después fue como un bólido que pasó, no?"(2)

"Rutina de días presos
extraño tiempo indefinido
donde los días son años
y los años en un día contenidos."(3)

Esos días presos terminam no dia 4 de março de 1985.

Até o último minuto, "esta cárcel sigue mordiendo... cómo les cuesta esta retirada como carceleros!"(4)

(1)"Bitácoras del Final", colección "La narrativa...", vol III, CIC, 1988, p.31.

(2)entrevista G. p. 12. É a mesma impressão que nos comunica David Campora no livro citado de González Bermejo: "los años pasan lentos, interminables, reja por reja, pero la cana es un ratito." Na página 71.

(3)"Poema Colectivo contra la cárcel grande", Colección "Escritos de la Cárcel", vol. I, CIC, 1986, p. 12.

(4) "Bitácoras del Final", op. cit. p. 38 e 26.

Nos últimos meses desta prisão, com a mudança da situação externa e da correlação de forças interna (criada, não dada, conquistada, planejada, coletiva, resolvida e decidida) desenvolve-se um aumento impressionante da resistência interna. Todas as normas, todas as regras foram sistematicamente rejeitadas, recusadas. Da negativa ao trabalho à negativa ao uso do uniforme, às saudações, cantos e gritos que marcam o fim da incomunicação interna e externa, que marcam o fim do silêncio:

"Era el hartazgo del silencio y la mordaza, era la pérdida del miedo. Era el fin de una década de cárcel."(1)

(1) "Bitácoras del final", op. cit. p.17.

Epílogo 2

"Hoy mi cuerpo
está mejor.
Lo han trasladado
un paso y medio
más
y otro tanto
el muro se ha alejado.

No había color
no había.
Los días sin color
no había
y una vez
no sé.
Talvez no fuera
pero lo vi
y fue.
Parpadeo en un rincón
la cáscara vacía
era un color.
Naranja
parecía.

Capitán
mi capitán
no mío
suyo
de otra gente
protagonista
breve
de esta historia
subido
a tu insolencia
de repente
fiera nocturna
deshacedor de sueños
Capitán
su capitán
de ellos
saltimbanqui
que grita
y que golpea
sujeto pequeñito
de esta hora
te regalo
el insomnio
de esta noche
de las que han
de venir
hasta que acabes
hundido

en mil preguntas
sin respuesta.

Ahora que es la hora -sin remedio-
poné de vos la dimensión y el pecho
postergáte la risa por un rato
que la lucha y la muerte van en serio.
Ahora que es la hora -y no hay tu tía-
sacá de vos el miedo y escupílo;
entonces vas a ver que bien te queda
el hombre a tu medida, renacido.

Hablar brevemente con la abeja
que pasó zumbando
decirle a la hormiga que se apure
con su pan
para la compañera hormiga
contemplar la araña
admirar la belleza
de sus patas portentosas
y rogarle
que suba más despacio por la tela
son todas formas
de la resistencia." (1)

Outros estudos já foram concluídos com belas páginas literárias
que conseguiam sintetizar brilhantemente a discussão neles
contida. A "Balada do prisioneiro" nos traz o corpo e o coração,
a cor, o silêncio e o grito, o ódio, a luta, a fraternidade, o
medo, a beleza. A delicadeza. O que é possível fazer.

Não será explicado, sequer comentado, pois juntos, já percorremos
um longo caminho, compartilhamos muitas descobertas.

Foram sendo tecidos os fios que compuseram este texto-tecido-
teia. Rede.

Apenas lembrar que o compromisso básico deste trabalho envolve a
luta pelo arranjo das coisas do mundo de modo a que os universos
concentracionários não nos dominem, e de que "qualquer discussão

(1) "Balada del prisionero", poema coletivo, E.M.R. ng 1, Uruguay,
talvez 1973, citado no livro "Las manos en el fuego" que recolhe
o depoimento de David Campora, organizado e redigido por Ernesto
González Bermejo, p. 129-130.

da sobrevivência é perigosamente enganadora se dá a impressão de que a questão principal é o que o prisioneiro pode fazer, pois isto é insignificante, comparado com a necessidade de derrotar, política ou militarmente, aqueles que mantêm os campos..."(1)

Ou, como diria Foucault,

"Portanto, se há um desafio político global em torno da prisão, este não é saber se ela será ou não corretiva; se os juizes, os psiquiatras ou os sociólogos exercerão nela mais poder que os administradores e guardas; na verdade ele está na alternativa prisão ou algo diferente de prisão. O problema atualmente está mais no grande avanço desses dispositivos de normalização e em toda a extensão dos efeitos de poder que eles trazem, através da colocação de novas objetividades." (2)

Sem "Considerações Finais"?

Sem.

Estas foram dando-se no decorrer do trabalho: "talvez no fuera
pero lo vi
parpadeo en un
rincón"...

Os muros se afastaram e não terminamos "hundidos
en mil preguntas
sin respuesta".

Estas apareceram. Ao lado dos "capitães", deles, não nossos,

"deshacedor de sueños", vimos lutas cotidianas que

"son todas formas
de la resistencia".

Viagem feliz se provocadora de dúvidas e de outras questões.

(1) B. Bettelheim, "Sobrevivência", p. 270.

(2) Foucault, "Vigiar e Punir", p. 268.

ANEXOS

- Anexo 1: "Establecimiento Militar de Reclusión nº 2, in
"Uruguay- Seguridad Nacional y Cárcenes Políticas",
IEPALA ed., Madrid, 1984, p. 35-38.
- Anexo 2: Decreto 503/973, D.O., Montevideo, 03/07/1973.
- Anexo 3: "Normas Disciplinarias a cumplir por los reclusos",
E.M.R.nº 1, Sec. Celdario, Mojón 301, abril 1983.
- Anexo 4: "Uruguay nunca más: informe sobre la violación a los
derechos humanos", SERPAJ, Montevideo, 1989, p.15-32
412-416.

ANEXO 1

Establecimiento Militar de Reclusión N° 2 ("PUNTA DE RIELES")

Está situado a 14 km del centro de Montevideo, en el suburbio conocido bajo el nombre de Punta de Rieles, zona de residencia de trabajadores.

A pocas centenas de metros se halla la Brigada de Infantería N° 1, donde están instalados los Batallones N° 2 y N° 3. Desde el camino Maldonado, donde se encuentra la terminal de autobuses, hay una distancia de más de 3 km hasta la primer barrera de control del principal acceso al predio de la cárcel. El camino asfaltado que conduce hasta el edificio central, "el celdario", está interceptado por tres portones más con su guardia respectiva.

En 1967-68 las FFAA adquirieron esta propiedad que había sido contruida y funcionado durante muchos años como noviciado religioso. Desde esa fecha, fue destinada en primer lugar a la reclusión de ciudadanos detenidos bajo el régimen de Medidas Prontas de Seguridad, es decir, presos políticos a disposición del Poder Ejecutivo, y no del Poder Judicial.

Son confinados allí, sucesivamente, centenares de trabajadores y estudiantes por distintos periodos.

Más adelante, en 1970, son trasladados allí desde otras cárceles, los detenidos políticos que, habiendo obtenido la libertad judicial, quedaban retenidos por decreto del Poder Ejecutivo en aplicación del mismo régimen de poderes excepcionales. La mayoría de estos detenidos recuperaba la libertad al cabo de periodos más o menos largos, a condición de solicitar y obtener refugio político en otro país, generalmente en Europa.

A mediados de 1972, los detenidos que se encontraban en Punta de Rieles —cuyo número se había engrosado con las detenciones practicadas durante ese año— fueron evacuados a diversos cuarteles, a la espera de que se ultimara el acondicionamiento del EMR 1, Penal de Libertad.

El 16 de enero de 1973, uno o dos días después de que el último contingente de presos políticos del sexo masculino fuera conducido a otras unidades militares, se efectúa el traslado de la mayor parte de las detenidas que se encontraban hasta el momento confinadas en cuarteles de Montevideo, particularmente en el Regimiento de Caballería N° 9 y en la Brigada de Infantería N° 1. La inauguración de Punta de Rieles como cárcel política para mujeres contó en ese momento con alrededor de 180 prisioneras.

En Abril de ese año (1973), se conoce el decreto por el cual el Penal de Punta de Rieles recibe el estatuto de Establecimiento Militar de Reclusión N° 2. El EMR 1 había recibido similar galardón poco tiempo atrás.

Desde aquella fecha hasta nuestros días, el predio (varias decenas de hectáreas de campo raso) y sus instalaciones no cesaron de recibir cambios y de albergar, particularmente, nuevas construcciones. Se multiplicaron las torres de control, los cercos de alambrados y empalizadas de madera. Se agregaron barracas de bloques destinados al alojamiento de la tropa masculina y femenina que constituye la guardia de la cárcel y cuyos efectivos fueron aumentando en número a lo largo de los años (entre 200 y 300). Se construyó una cocina-carnicería y una panadería (esta última, luego de tres años de actividad, cesó en sus funciones).

El hacinamiento que desde un principio y sin interrupciones había sido el "modus vivendi" del celdario (edificio central), se extendió a otras barracas en las que se amontonaron más detenidas, especialmente cuando entre los años 1976 y 1977 se concentró en el EMR 2 a casi la totalidad de prisioneras que se hallaban en otras cárceles y unidades militares de la capital y del interior.

Un pequeño edificio aledaño al edificio central, rodeado desde hace un par de años de una empalizada de madera de 3 m de alto, disimula con sus paredes blancas y su piedra lava, los 9 calabozos que sustituyeron desde 1977 a las dos pequeñas piezas del celdario que habían servido a tal fin en los años previos.

Más recientemente, se agregó otro edificio para las oficinas de receptoria de cartas y paquetes y revisión de los familiares.

Pero este despliegue constructivo no se limitó a ensanchar y reforzar infraestructuras destinadas al confinamiento de las detenidas, al alojamiento de la guardia y a las oficinas de administración e inteligencia. En forma paralela, otras innovaciones se introdujeron, para atender también necesidades castrenses: piscina, campo de polo, cancha de fútbol, frontón de pelota, casino de tropa, comedor y casino de oficiales, apartamento del Director y habitaciones del resto de los oficiales del comando, garajes cubiertos para los numerosos vehículos que frecuentan el penal, y que no son únicamente los camiones y camionetas del parque logístico de uso carcelario.

En el punto más alto de las ondulaciones que pliegan el solar, destaca la forma del edificio principal con sus gruesas paredes de ladrillo rojo, sus portones y alambradas custodiados por soldados armados para la guerra, a cuyo pie se alzan 3 de las torres artilladas que al igual que sus similares ubicadas en distintos puntos del predio están también equipadas de grandes reflectores.

En los 2 pisos superiores de los tres que alza el edificio se encuentra el Celdario propiamente dicho. En la planta baja, en el ángulo que se abre hacia el Este, flanqueadas por canteros con flores y macetones de rosales y laureles, se hallan 2 entradas. Un par de farolitos de porte antiguo y un toldo plegable de metal —más la presencia, según los gustos de ciertos comandos, de un soldado con guantes blancos— señala la entrada al apartamento y despacho del Director. Por la otra entrada se accede directamente a las alas restantes de la planta baja. En una se hallan la cocina y el comedor de oficiales, junto a algunas otras dependencias con diversos gustos; en la otra se encuentran los dormitorios para los restantes miembros del Comando, y varias oficinas del S-2 (Inteligencia y Censura). La intersección de las 3 alas tiene lugar en un amplio hall sombrío presidido por 3 banderas patrias y un ancho panel iluminado que luce las fotos de los "Marines de la lucha antisubversiva". Este hall o "mausoleo", como lo bautizaron los prisioneros, ha sido y es el escenario de innumerables plantones cara a la pared en espera de interrogatorios en los despachos o de traslados "en comisión" (a cuarteles para nuevos interrogatorios); arengas colectivas bajo la amenaza de soldados armados, y variantes del mismo tenor.

Un tramo de escaleras interceptado por una reja y un soldado armado conduce al 1^{er} piso, al que también se accede directamente por otra escalera desde el patio de recreo, ubicado de cara al Oeste.

El hall aquí está ocupado por la mesa principal de la guardia femenina de seguridad, desde donde se dominan las restantes reparticiones: la puerta que da acceso a las 2 piezas de la Enfermería, la escalera que sube hacia los sectores del 2^o piso; la puerta de la antigua capilla que alberga uno de los sectores —el único del edificio que no está dividido en celdas; las rejas y puertas que cierran los corredores de los sectores que ocupan las otras dos alas

del piso. En uno de ellos hay 1 baño y 2 celdas de 6m. x 6m., en cada una de las cuales se han alojado entre 18 y 22 detenidas. Luego de una de las tantas reestructuras con que periódicamente se redistribuye la población carcelaria, una de estas celdas ha tenido funciones de "sala de TV". El otro sector comprende 5 celdas, tres de ellas de 2,5m. x 3m. y las dos restantes algo más espacia-sas. En el verano de 1981 estas celdas fueron utilizadas como calabozos suplementarios, destino más veraz que la falsa "enferme-ria" de los años 1979 y 1980 en que se acondicionaron allí 7 "sa-litas" para aislar de sus sectores a detenidas "enfermas" por de-creto del Comando.

El hall de este 1º piso y junto a la mesa del guardia se encuen-tra el locutorio: 1 muro de bloques de 1m. de alto continuado hasta el techo por grandes vidrios y subdividido a ambos lados en 4 cabinas mediante tabiques de madera; los días de visita se co-nectan allí los teléfonos con que las detenidas y sus familiares mantienen su breve intercambio.

En el 2º piso hay dos sectores. En cada uno de ellos 4 celdas de 3m. x 5m. y 2 baños están dispuestos a ambos lados de un co-rredor de 1,80m. de ancho. En la intersección de ambos sectores está emplazada otra mesa de guardia desde donde se controla los movimientos de las detenidas. 2 rejas cubren las puertas respecti-vas de 2 pequeñas piecitas que sirvieron primitivamente como ca-labozos. Desde hace varios años una de ellas fue destinada a depó-sito de Cantina, donde se almacenan los artículos de primera nece-sidad que las detenidas compran mediante los depósitos de dinero que hacen sus familiares. En la otra está la Biblioteca, es decir, el depósito de material impreso que se admite para la lectura de las presas. Por último otra puerta cierra el acceso del comedor de la guardia femenina. Desde ese lugar y detrás de vidrios especiales pueden ser observadas las detenidas que están alojadas en la ca-pilla del primer piso.

ANEXO 2

135-A

DIARIO OFICIAL

Julio 12 de 1973

COMISION DE PRODUCTIVIDAD PRECIOS E INGRESOS

COMISION DE PRODUCTIVIDAD, PRECIOS E INGRESOS

RESOLUCION ORDINARIA N.º 409

Resolución complementaria de la resolución ordinaria N.º 408 de esta Comisión

Montevideo, 8 de julio de 1973.

Visto: el incremento salarial dispuesto en la resolución ordinaria N.º 408 del día de la fecha.

Considerando: que es propósito del Poder Ejecutivo que los trabajadores comiencen a percibir sus salarios ya incrementados, a la mayor brevedad, por lo cual se estima pertinente consagrar, con carácter excepcional, una solución que permita lograr tal objetivo.

Atento: a lo expresado y a lo dispuesto en la resolución ordinaria N.º 408 de esta Comisión.

La Comisión de Productividad, Precios e Ingresos;

RESUELVE:

1.º Las empresas privadas adelantarán al personal que se lo reclutó, antes del 20 del presente mes, el importe líquido que corresponda por el trabajo efectivamente realizado en la primera quincena de acuerdo a los niveles salariales aprobados en el día de la fecha.

2.º La disposición procedente se aplicará solamente en el mes en curso.

3.º Elévese al Poder Ejecutivo a los efectos dispuestos en el artículo 1.º de la ley N.º 13.720, de 16 de diciembre de 1968. — Ingeniero EDUARDO CRISPO AYALA, Presidente Interino COPRIN.

6

Resolución 1.111/973. — Se aprueba una resolución adoptada por la Comisión de Productividad, Precios e Ingresos, sobre fijación de precios para la yerba mate y café.

Ministerio del Interior.

Ministerio de Relaciones Exteriores.

Ministerio de Economía y Finanzas.

Ministerio de Defensa Nacional.

Ministerio de Obras Públicas.

Ministerio de Salud Pública.

Ministerio de Ganadería y Agricultura.

Ministerio de Industria y Comercio.

Ministerio de Educación y Cultura.

Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.

Ministerio de Transporte, Comunicaciones y Turismo.

Montevideo, 3 de julio de 1973.

Visto: la comunicación de la Comisión de Productividad, Precios e Ingresos, dando cuenta de la resolución que adoptó en razón de la competencia que le atribuyó la ley N.º 13.720, de 16 de diciembre de 1968.

Considerando: que la resolución de la Comisión es congruente con la política económica trazada por el Gobierno, por lo cual se considera conveniente su aprobación.

El Presidente de la República, actuando en Consejo de Ministros;

RESUELVE:

1.º Apruébase la siguiente resolución adoptada por la Comisión de Productividad, Precios e Ingresos:

— RESOLUCION ORDINARIA N.º 410. — Fijación de precios para la yerba mate y café.

2.º Comuníquese, etc. — BORDABERRY. — Coronel NESTOR J. BOLENTINI. — JUAN CARLOS BLANCO. — MOISES COHEN. — WALTER RAVENNA. — Teniente Coronel ANGEL SERVETTI ARES. — CARLOS EDUARDO ABDALA. — BENITO MEDERO. — JORGE L. FRESNO HARAN. — FRANCISCO MARIO URRUTIA.

RESOLUCION ORDINARIA N.º 410

Fijación de precios para la yerba mate y café

Montevideo, 3 de julio de 1973.

Visto: la necesidad de ajustar los criterios aplicados para la fijación de precios de yerba mate y café;

Considerando: la política del Poder Ejecutivo vigente en la materia;

Atento: a lo dispuesto en el artículo 5.º, inciso d) de la ley N.º 13.720, de 16 de diciembre de 1968;

La Comisión de Productividad, Precios e Ingresos,

RESUELVE:

1.º Dejar sin efecto lo establecido en las Resoluciones Ordinarias Nos. 342, 350 y autorización N.º C-19204 de esta Comisión.

2.º Mantener los niveles de precios vigentes a la fecha de esta resolución para las existencias de yerba mate despaquetadas hasta el 3 de julio de 1973 inclusive.

3.º Todo tenedor de yerba mate a cualquier título, en partidas mayores de 1.600 kilogramos que se encuentre en las condiciones establecidas en el artículo 2.º que antecede, deberá efectuar Declaración Jurada de sus existencias a la hora cero del día 4 de julio de 1973 dentro del plazo de 10 (diez) días a partir de dicha fecha ante el Consejo Nacional de Subsistencias y Contratos de Precios.

4.º Las importaciones de yerba mate, cuyo despacho se efectúe a partir del día 4 de julio de 1973 inclusive, se registrarán por los siguientes precios de venta con impuestos incluidos:

A) Yerba mate elaborada en origen:

	Minorista	Público
Suelta, o en envases de 5, 10 o 30 kgs, el kilo .	\$ 301.12	\$ 300.00

B) Yerba mate elaborada y envasada en el país:

	Minorista	Público
Suelta, o en envases de 5, 10 o 30 kgs, el kilo .	\$ 250.00	\$ 250.00
Envase de 2 kilos, el kilo .	" 267.50	" 321.00
Paquete de 1 kilo sin celofán, el kilo .	" 277.50	" 332.00
Paquete de 1 kilo con celofán, el kilo .	" 290.00	" 345.00
Paquete de 1/2 kilo sin celofán, el kilo .	" 282.50	" 339.00
Paquete de 1/2 kilo con celofán, el kilo .	" 300.00	" 360.00

5.º Incrementar en un 2 por ciento (dos por ciento) los precios de venta vigentes para el café, cualquiera sea su tipo o calidad en todas sus etapas de comercialización y formas de presentación.

6.º La presente resolución tendrá vigencia una vez publicada en 2 (dos) diarios de la Capital.

7.º Elévese al Poder Ejecutivo a los efectos previstos en el artículo 1.º de la ley N.º 13.720 de 16 de diciembre de 1968. — Ingeniero Eduardo Crispo Ayala, Presidente Interino COPRIN.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

7

Decreto 503/973. — Se aprueba el Reglamento del Establecimiento Militar de Reclusión N.º 2.

Ministerio de Defensa Nacional.

Montevideo, 3 de julio de 1973.

Visto: la gestión del Comando General del Ejército por la que se eleva a consideración Superior un Proyecto de Reglamento para el Establecimiento Militar de Reclusión N.º 2.

Resultando: que por decreto N.º 164 de fecha 27 de febrero de 1973, se dispuso la creación y lugar de funcionamiento de la mencionada dependencia debiendo hacerse cargo de su ocupación y operación el Comando General del Ejército.

Julio 12 de 1972

DIARIO OFICIAL

187-A

Considerando: que la Reglamentación propuesta sigue los lineamientos y experiencia de aplicación, de las vigentes en Establecimientos similares.

Atento al dictamen favorable del señor Abogado del Ministerio de Defensa Nacional.

El Presidente de la República.

DECRETA:

Artículo 1.º Apruébase el Reglamento del Establecimiento Militar de Reclusión N.º 2 que quedará redactado de acuerdo a lo establecido en papeles Administrativos Serie D.K. Nos. 168357, 168358, 168333, 168360, 168361, 168341, 168326, 168327, 168329, 168330, 168332, 168333, 168334, 168335, 168330, 168337, 168338, 168339 y 168340.

Art. 2.º Pase para su conocimiento a la Comisión designada por Resolución N.º 45.887 de fecha 19 de setiembre de 1972.

Art. 3.º Comuníquese, publíquese y archívese. — BOIT-DAMENITY. — WALTER RAVENNA.

PROYECTO DE REGLAMENTO PARA EL ESTABLECIMIENTO MILITAR DE RECLUSIÓN N.º 2

CAPITULO I

Concepto Funcional

Artículo 1.º El Personal dependiente de la Dirección, debe en todo instante orientar el cumplimiento de sus cometidos o inspirarse en todos y cada uno de sus actos, en el concepto ejemplarizante, pedagógico y tutelar que constituye la finalidad primordial del organismo bajo cuyas órdenes actúan.

Art. 2.º Todos los integrantes del Personal, hasta el subordinado más modesto, en su calidad de encargados inmediatos de la vigilancia, educación y cuidado de las reclusas, están habilitados para conocer sus tendencias, carácter e inclinaciones morales por hallarse necesariamente en contacto diario con ellas. Por lo tanto deberán ajustar sus procedimientos en forma tal, que levanten siempre la moral de la reclusa, sin utilizar frases hirientes o actitudes violentas y teniendo en cuenta que la estricta de sus funciones es el factor primordial de la disciplina y el orden.

Art. 3.º Deberán los integrantes del Personal, aplicar la misma conducta, a fin que ella traiga como consecuencia, la obediencia por convicción y por lo tanto el orden y la disciplina conciente.

Art. 4.º La conservación del material de propiedad del Instituto: muebles y útiles de Oficina, etc.; así como la utilización de los mismos en trabajos de índole particular o ajenas a la función, será en todo momento una obligación cuyo incumplimiento originará la aplicación de severas sanciones.

CAPITULO II

Cometido de la Dirección del Establecimiento

Artículo 5.º La Dirección del Establecimiento Militar de Reclusión N.º 2 tiene como principal cometido, la custodia de las reclusas de acuerdo a lo establecido en el artículo 35 de la ley N.º 14.068 de Seguridad del Estado y el Orden Interno de fecha 10 de julio de 1972.

Art. 6.º Se dará prioridad a todas las medidas conducentes a brindar el máximo de seguridad y se seguirán las normas de la ciencia penal más moderna, tratando de reeducar y mantener al mencionado Establecimiento en un verdadero clausura de transformación moral y adaptación social del delincuente.

CAPITULO III

Atribuciones del Director

Artículo 7.º Además de lo establecido para el Jefe de Reglamento en el Código Militar, Reglamento General de Servicio N.º 21 y disposiciones en vigencia, le corresponderá la supervisión general de todos los servicios, ostentando facultad para adoptar las medidas y dictar las resoluciones y órdenes que éstos requieran para su mejor y más eficaz cumplimiento.

Tendrá además los siguientes cometidos:

- A) Proponer las reformas reglamentarias que mejor convenga a la organización interna del Establecimiento, para adecuarlo a los conceptos científicos más modernos de la ejecución de penas.
- B) Disponer la compra de los útiles, material y aprovisionamiento necesarios en las distintas dependencias.
- C) Asegurar el cumplimiento de las disposiciones pertinentes de la legislación penal y proponer las modificaciones o iniciativas que juzgue conveniente.

Art. 8.º Dispondrá con la frecuencia que lo estime necesario la ejecución de inspecciones sorpresa en el Establecimiento.

CAPITULO IV

Atribuciones del Subdirector

Artículo 9.º Además de lo establecido para el 2.º Jefe del Reglamento en el Código Militar, Reglamento General de Servicio N.º 21 y disposiciones vigentes, le corresponderá: desempeñar las funciones inmediatas al Director, siendo su representante cuando aquél lo disponga, así como también en caso de ausencia, enfermedad o impedimentos.

Art. 10.º Tiene asimismo los siguientes cometidos:

- A) Fiscalización del funcionamiento de todas las dependencias, realizando inspecciones periódicas con el fin de observar la regularidad de las mismas.
- B) El despacho de los asuntos, así como la redacción de los proyectos, disposiciones, resoluciones, etc. que le sean encomendadas por el Director.

CAPITULO V

Estado Mayor

Artículo 11.º Además de las funciones de planificación, coordinación, asesoramiento y supervisión de los integrantes del Estado Mayor cumplirán las que se establecen en los artículos siguientes.

Art. 12.º Podrán ser designados por el Director para asumir su representación en lo que respecta a los servicios y funciones de sus respectivas dependencias.

Art. 13.º Los integrantes del Estado Mayor son responsables ante la Dirección del orden y de la disciplina general del Establecimiento. Tendrán además las siguientes facultades y obligaciones:

- A) Controlar el estricto cumplimiento de la organización y distribución de los servicios, así como la estricta aplicación del "Régimen de Ejecución de las Penas".
- B) Inspeccionar con frecuencia todos los servicios y observar toda infracción disciplinaria o reglamentaria.
- C) Verificar el cumplimiento de régimen de reclusión por parte del personal que presta servicios en el Establecimiento.
- D) Disponer que la admisión de reclusas que se reciban sea conforme a las disposiciones vigentes.
- E) Aplicar las sanciones disciplinarias en caso de falta de las reclusas, de acuerdo con las disposiciones contenidas en el Reglamento Provisorio dando cuenta por escrito a la Dirección.

Art. 14.º Sin perjuicio de hacerlo oportunamente en forma documentada darán conocimiento inmediato a la Dirección verbalmente, de cualquier anomalía que por su importancia requiera la adopción de medidas especiales.

Art. 15.º Vigilarán que se cumpla el régimen de inspección que se establezca y propondrán todas aquellas iniciativas que tienden a contribuir en favor de las directivas trazadas por la Dirección.

Art. 16.º Cuidarán que los informes sobre la conducta de las reclusas, que le sean solicitados sean el fiel reflejo de su actuación en el Establecimiento.

CAPITULO VI

Del Asesor Jurídico

Artículo 17.º El Asesor Jurídico tendrá a su cargo:

- A) Producir los informes correspondientes en todos los asuntos que se someten a su dictamen.
- B) Evacuar las consultas que por cuestiones de orden legal le sean formuladas y en especial manera aquellas que se refieran al régimen legal de la ejecución de las penas.

135-A

DIARIO OFICIAL

Julio 13 de 1971

- C) Intervenir aportando su asesoramiento técnico en las contrataciones que por su especial carácter requieran su opinión jurídica, para la menor resolución definitiva.

CAPITULO VII

Asesor Contable

Artículo 18. El Asesor Contable dependerá directamente del Director del Establecimiento y tendrá a su cargo los siguientes cometidos:

- A) Fiscalización contable de todos los fondos que por cualesquiera circunstancias administra el Establecimiento;
B) Asesorar a la Dirección produciendo los informes técnicos en todos los asuntos que se sometan a su consideración.

CAPITULO VIII

Jefatura de Personal y Administración

Artículo 19. Tendrá en general los siguientes cometidos sin perjuicio de los que, en bien del servicio, le puedan ser asignados por la Dirección:

- A) Asegurar el normal funcionamiento del Establecimiento en materia logística en los aspectos de abastecimiento, mantenimiento y transporte;
B) Explotar y conservar el sistema de transmisiones de Establecimiento;
C) Recepción, encuadramiento, instrucción y administración del personal militar correspondiente al cuadro permanente;
D) Apoyar a las restantes reparticiones del Establecimiento, suministrando el personal necesario a fin de asegurar su normal funcionamiento;
E) Suministrar el personal necesario para el Servicio de Seguridad exterior e interior.

CAPITULO IX

Departamento Contable

Artículo 20. Dependerá directamente del Director y tendrá los siguientes cometidos sin perjuicio de los que, en bien del servicio, le sea encomendado por la Dirección.

- A) Administración de los fondos para gastos asignados al Establecimiento;
B) Administración de los fondos de Presupuesto;
C) Custodia de los dineros percibidos con destino a las Cuentas Corrientes de la población reclusa;
D) Dirigir y supervisar la gestión de la Sección Adquisiciones;
E) Fiscalización contable sobre la gestión de la Contaduría de la población reclusa y demás dependencias del Establecimiento que manejen dinero;
F) Este Departamento contará con el asesoramiento de un Contador público.

CAPITULO X

Jefatura de Seguridad

Artículo 21. Tendrá en general los siguientes cometidos sin perjuicio de los que, en bien del servicio, le puedan ser asignados por la Dirección.

- A) Asesorar a la Dirección en todo lo relativo a seguridad;
B) Recibir, encuadrar, instruir y administrar al personal de los destacamentos de seguridad;
C) Planificar, disponer y supervisar el Servicio de Seguridad Exterior e interior;
D) Coordinación general de los planes de Defensa y de todos los servicios de seguridad del Establecimiento;
E) Planificar, desarrollar y conservar los dispositivos especiales de seguridad y/o defensa del Establecimiento;
F) Planificar, conducir y/o supervisar operaciones de seguridad en el área de influencia del Establecimiento.

CAPITULO XI

Servicio Sanitario

Artículo 22. Tendrá en general los siguientes cometidos sin perjuicio de los que, en bien del servicio le puedan ser asignados por la Dirección:

- A) Promover, organizar, dirigir, supervisar y evaluar las acciones tendientes a lograr los más altos niveles de salud entre la población militar y reclusa del Establecimiento;

- B) Asesorar a la Dirección en todos los aspectos relacionados con su especialidad.

CAPITULO XII

Jefatura de Administración de Reclusión

Artículo 23. Tendrá en general los siguientes cometidos sin perjuicio de los que, en bien del servicio le puedan ser asignados por la Dirección:

- A) Planificar, organizar, desarrollar, dirigir y supervisar todas las acciones tendientes al cumplimiento de la política de Reclusión fijada por la Dirección del Establecimiento;
B) Planificar, organizar, dirigir y supervisar el régimen de comunicación y visitas de la población reclusa;
C) Velar por el estricto cumplimiento de las medidas de seguridad internas, así como de la organización, distribución y celo en el cumplimiento del servicio por parte del Detachamento de Seguridad Interior;
D) Obtención, registro y archivo de antecedentes de la población reclusa, con vistas a la formación de los Legajos Personales de cada una;
E) Recepción y registro al detalle de la utilización de los fondos percibidos en carácter de depósito con deudas a las cuentas corrientes de cada reclusa;

CAPITULO XIII

Personal de Vigilancia

Generalidades

Artículo 24. La seguridad del Establecimiento y de las reclusas corresponde al Personal de Vigilancia en el área exterior del Establecimiento y a la Policía Militar Fe-menina (PMF) en el interior del mismo en función de la custodia permanente de acuerdo al presente Reglamento.

Art. 25. Es obligatorio para el personal, a que se refiere el artículo anterior, el uso del uniforme reglamentario dispuesto por la Dirección.

Art. 26. Son deberes primordiales del Personal de Vigilancia:

- A) La obediencia estricta a todas las órdenes del Superior Jerárquico;
B) La mayor compostura en el lenguaje;
C) El respeto recíproco;
D) El más escrupuloso uso de su persona e indumentaria;
E) Velar permanentemente por la disciplina e higiene así como por que no se quebrante en lo más mínimo la seguridad del Establecimiento y de las reclusas haciendo notar de inmediato a sus superiores toda falta, corrección, deficiencia o irregularidades que advierte, con, sin perjuicio de adoptar en el acto la actitud correctiva que corresponda;
F) El servicio, se hará necesariamente en el punto de vigilancia que se señala y de acuerdo a las consignas recibidas;
G) Ningún elemento podrá retirarse a descansar, sin previa entrega del servicio a su relevo.

Art. 27. Sin excepción alguna les queda absolutamente prohibido a todos los integrantes del personal (masculino) entrar al cuartel.

Art. 28. Ningún elemento podrá, bajo responsabilidad, comprar o vender, dar o recibir cualquier suma de dinero u objetos de las reclusas.

Art. 29. Igualmente deberán abstenerse de servir de intermediación entre las reclusas y terceros personas, así como transmitir noticias de cualquier índole o hacer gestiones en favor de aquéllas.

Art. 30. En obligación de todo elemento de vigilancia, denunciar ante el Superior respectivo, cualquier grado de parentesco, amistad, amistad íntima o intereses de otro índole con alguna reclusa que se aloje o ingrese al Establecimiento.

Jelle 12 de 1973

DIARIO OFICIAL

139-A

Art. 31. Prohibase terminantemente a los funcionarios que integran el Personal de Vigilancia, mantener relaciones con los familiares de las reclusas.

Vigilancia en el interior del Establecimiento (PMP)

Artículo 32. Tendrán un libro en el que estará reglamentado:

- A) Ubicación por nombre y destino de las reclusas;
- B) Número de Celda que habita cada una;
- C) Existencia clasificada por sector incluyendo penales, citadas, sancionadas y fecha de cumplimiento.

Art. 33. Cumplirán las siguientes disposiciones:

- A) Cuando una reclusa debe salir por alguna razón especial recabarán la orden correspondiente debidamente conformada por el Superior;
- B) Disponerán de un cuadro indicador de horarios de las distintas actividades a cumplirse y de los correspondientes toques de campana, debiéndose ajustar estrictamente a lo que dicho cuadro indica;
- C) Llevarán una lista detallada con nombre y números de celda respectiva de las reclusas que soliciten asistencia médica, para hacer la comunicación al Oficial Encargado;
- D) Conservarán cerradas permanentemente puertas de acceso a los sectores del Pabellón respectivo;
- E) Los días establecidos, en horario de visitas, recibirán la relación firmada por la Receptoría, conformada por el Oficial Encargado;
- F) No abandonarán su puesto en ningún momento y por ningún motivo y cuando tuvieren necesidad de transmitir órdenes a subalternos lo harán telefónicamente o llamándolos a la reja, exterior del Centro de Observación;
- G) Mantendrán las puertas del Centro, constantemente cerradas y a su interior sólo podrán acceder sus Superiores en actos de Servicio;
- H) Tienen a su cargo los tableros de Luz, conmutador de las líneas telefónicas, timbres, campanas y demás dispositivos que con fines de mejor servicio y vigilancia, se instalan en el puesto así como la custodia y controlador de las llaves de servicio, que recibirán y entregarán previo recuento y recibo firmado, siendo responsables de omisiones, pérdidas o sustracciones respecto a ellas;
- I) Tienen el deber de transmitir toda novedad que ocurra en el Pabellón, así como el de hacer las correcciones necesarias a cualquier irregularidad que notaren. Y, si se tratare de faltas de importancia, darán cuenta inmediata al Superior para que tome la intervención correspondiente;
- J) En caso de incendio o motín de reclusas, de carácter grave, y que a su juicio, no pueda ser reprimido por los vigilantes, harán uso del timbre de alarma, permaneciendo en su puesto, a la espera de órdenes Superiores;
- K) Sobre cualquier anomalía que observaren respecto al buen funcionamiento de las luces, teléfonos, timbres, etcétera, darán cuenta en el acto a sus Superiores dejando constancia escrita en el Libro de Novedades del Centro de observación a su cargo;
- L) Deberán conocer exactamente la existencia total de reclusas por sectores en su Pabellón así como el número de ellas que corresponden salir de los mismos a efectos de controlar y efectuar las comprobaciones necesarias.

Art. 34. Están obligados a presentar las formaciones de reclusas a la entrada y salidas de las celdas, así como de los sectores, secundando al Oficial Encargado, en la tarea de imponer en dichos movimientos y marcha, el riguroso orden que determina este Reglamento.

Art. 35. Se harán cargo de los servicios que le corresponden con las debidas formalidades, enterándose de las órdenes y disposiciones que hayan de observar y cumpliendo con las transmitidas por el servicio relevado por medio del Libro de Novedades.

Art. 36. El Personal de Vigilancia (Vigilante) actuará bajo la dependencia directa de los Encargados del Centro de observación.

Art. 37. El Personal de Vigilancia, además de observar su conducta personal y actuación funcional en los principios y preceptos establecidos, cumplirá las siguientes obligaciones:

- A) Mantener una atenta y tenaz vigilancia sobre las reclusas que tienen a su cargo, no pudiendo abandonar su puesto por razón alguna, sin el correspondiente permiso del Superior;
- B) Permanecer en las horas de servicio dedicados a sus tareas y obligaciones no distraiéndose en tareas ajenas a su función;
- C) Procurar con su ejemplo, que las reclusas observen en todo momento las normas de corrección propias de personas educadas, no permitiendo el menor exceso de lenguaje, ni formas irrespetuosas de tratarse entre sí;
- D) Cuidar los locales, que tengan que ser o hayan sido ocupados por las reclusas, entregando las llaves al Superior correspondiente una vez que dejen de ser utilizados y después de cerciorarse que quedan perfectamente cerrados;
- E) Practicar los registros de dichos locales incluyendo puertas, ventanas, rejillas, muros, techos y pavimentos y de acuerdo a las órdenes recibidas;
- F) Cuidar de la higiene y aseo de las reclusas y celdas lo mismo que de las camas, vestuarios y todo utensilio que contengan dando cuenta de toda anomalía que observaren o infracción que descubran.

CAPITULO XIV

Régimen de disciplina de las reclusas

Artículo 38. Todo acto de indisciplina, de desobediencia o infracción al Reglamento, a las órdenes o resoluciones, determina medidas de corrección.

Art. 39. Las correcciones consistirán en:

- A) Amonestación verbal como enseñanza educativa.
- B) Amonestación verbal y escrita, dejando constancia expresa en el expediente de la reclusa, a los efectos de seguir su contabilidad moral y servir de elemento de juicio en la calificación de conducta.
- C) Situación de detenida en su celda (privación de visitas y de recreo).
- D) Situación de incomunicada de uno a veinte días.
- E) Situación de incomunicada de veintuno a cuarenta y cinco días.
- F) Situación de incomunicada de cuarenta y seis a sesenta días.
- G) Situación de incomunicada por el término de tres meses.
- H) Departamento de corrección, permanencia en celda de aislamiento.

Art. 40. En la aplicación de las sanciones se observarán las siguientes prescripciones:

- A) Las sanciones disciplinarias a las reclusas indicadas en los incisos D, E, F, G y H del artículo anterior, sólo pueden ser impuestas por la Dirección del Establecimiento.
- B) Las reclusas colocadas en las condiciones mencionadas anteriormente, estarán sometidas a instrucción educativa y disciplinaria debiendo ser atendidas dos veces por semana en su higiene personal y aseo de la celda. Si la inculpada estuviese enferma, según dictamen médico, se dispondrá la suspensión de la sanción, sin perjuicio de continuar su aplicación inmediatamente de desaparecer los motivos que determinaron dicha suspensión.
- C) La situación de incomunicación importa privación de visitas y correspondencia.

Art. 41. Se aplicarán las sanciones señaladas en el artículo 39 B) por las siguientes infracciones:

- A) Por demorar en obedecer órdenes recibidas.
- B) Por descuidar la limpieza personal, la de la celda o la del lugar asignado.
- C) Por infringir la regla del silencio.
- D) Por abandonar sin permiso el lugar o comisión que se le haya asignado.
- E) Por no observar compostura en los ademanes o en el lenguaje, al tratar con un funcionario.
- F) Por no mantener una actitud respetuosa delante de las personas ajenas, que visitan el Establecimiento.

146-4

CARTARIO OFICIAL

Julio 12 de 1972

Art. 42. Se aplicarán las sanciones señaladas en el artículo 39 D) por las siguientes causas:

- A) Por la comisión de dos cualesquiera de las infracciones indicadas en el artículo anterior.
- B) Dañar por negligencia o intencionalmente, útiles o muebles o materiales del Establecimiento.
- C) Por no someterse a las prescripciones médicas o falsear los informes que se lo requieran, respecto a cuestiones de su comportamiento.
- D) Por poseer clandestinamente cartas, libros, diarios, recortes, alimentos u otros objetos prohibidos.
- E) Por negarse a notificarse de las resoluciones, tanto administrativas como judiciales.

Art. 43. Se aplicarán los castigos previstos en el artículo 39 E) en los casos de segunda reincidencia de las infracciones previstas en el artículo 41, primera reincidencia del artículo 42 y en los siguientes casos:

- A) Por alterar el orden, profiriendo gritos, cantos o imprecaciones; hacer tentativas de comunicación clandestina con otras reclusas o mantener correspondencia de ese carácter con personas extrañas al Instituto.
- B) Por simular enfermedades.
- C) Por hacer denuncias falsas y mentir en los casos en que la autoridad ordene un esclarecimiento.
- D) Por desobedecer al personal.
- E) Por injuriar o maltratar de palabras a sus compañeras y promover altercados o riñas.

Art. 44. Se aplicarán las sanciones señaladas en el artículo 39 F) en los casos de tercera reincidencia de las infracciones previstas en el artículo 41, segunda del artículo 42; en las de primera reincidencia de lo previsto en el artículo 43 y en los siguientes casos:

- A) Por faltar el respeto o responder incorrectamente a los funcionarios o a otras personas.
- B) Utilizar intencionalmente los materiales o útiles de la celda.
- C) Por dirigirse en reclamo colectivamente a las autoridades.
- D) Por perseguir o usar violencia contra otras reclusas.
- E) Por negarse a alimentarse.

Art. 45. Se aplicarán las sanciones señaladas en el inciso G) del artículo 39 en los casos de primera reincidencia del artículo anterior, segunda del artículo 43, tercera del artículo 42 y además por las siguientes causas:

- A) Por intentar de cualquier manera una evasión de los patios de recreo, pabellones, celdas o cualquier otra dependencia, ya sea simple, con violencia o con rotura.
- B) Por profesar injurias, amenazas o intentar violencias contra la Institución o contra el personal.
- C) Por ofrecer resistencia manifiesta a someterse a las sanciones ordenadas.
- D) Por cometer actos contrarios a la moral y buenas costumbres.
- E) Por introducirse indebidamente en la celda de otra reclusa o permitir que otra se introduzca en la suya.

Art. 46. Se aplicarán los castigos señalados en el inciso H) del artículo 39 en los casos de primera reincidencia de lo previsto en el artículo anterior, en los casos de quinta reincidencia del artículo 42; cuarta del artículo 43; tercera del artículo 44 y además en los casos siguientes:

- A) Por preparar o dirigir actos tumultuosos, rebeliones, motines o demostraciones de cualquier género subversivo.
- B) Por agredir, lesionar o resistirse violentamente contra los funcionarios o cualquier otra persona.
- C) Por graves desórdenes cometidos.

Art. 47. Para la aplicación de lo dispuesto en los artículos precedentes se entiende por reincidencia la comisión de la misma falta dentro de un plazo de sesenta días.

Art. 48. Las sanciones impuestas, serán por resolución fundada de la que se notificará a las inculpadas, las cuales serán oídas por el Director, o por quien estuviera a cargo de la Dirección eventualmente, previo a la aplicación de la corrección.

Las sanciones sólo pueden ser ordenadas por la Dirección o por el funcionario citado anteriormente.

Art. 49. Cuando se trate de un acto de disciplina cuya represión no deba demorarse, la reclusión en celda puede ser operada provisionalmente por el funcionario que intervenga, pero siempre con la obligación de dar cuenta de inmediato a su Superior. Debiendo si parte respectivo con-

tener la mayor información posible, el cual será elevado a la mayor brevedad a resolución del Director del Establecimiento.

Art. 50. Se prohíbe toda clase de malos tratos, exceptuando la fuerza estrictamente necesaria para reducir al orden a las que se muestran rebeldes; a cuyo fin los empleados utilizarán únicamente los medios de defensa personal y contra ataques que se determinan en el presente Reglamento.

Art. 51. Siendo indispensable para la salud o integridad física de la reclusa, podrán emplearse transitoriamente medios de sujeción extraordinarios, tales como anillas de seguridad o chalecos de fuerza.

Art. 52. Las faltas asumen mayor gravedad cuando son reiteradas, cuando son colectivas y cuando se cometen delante de un Superior.

Art. 53. El funcionario que deba imponer una sanción disciplinaria tendrá principalmente en cuenta los efectos de la misma en sus funciones reeducadoras, más que la exacta equivalencia de la falta cometida.

Art. 54. Cuando se note que en la aplicación de una sanción hubo error, deberá ponerse el hecho en conocimiento de la Dirección del Establecimiento, para ser levantada de inmediato. Por consiguiente, antes de aplicarse una sanción, la Dirección agotará todos los recursos a su alcance para llegar a la comprobación de la falta que se le atribuye a la inculpada, y en su imposibilidad, deberá tener por lo menos la convicción moral de que la falta ha sido cometida por la reclusa, dejando constancia minuciosa de los fundamentos de esta convicción en la resolución que dicta.

Art. 55. Todo hecho que se presuma constituye delito, dará lugar a la intervención del Juez Sumarísimo que asegure la individualización de la o de las autoras, dándose cuenta de inmediato por el conducto correspondiente al Superior y al Juzgado de Instrucción competente; sin perjuicio de darle a éste un aviso más rápido verbal o telefónicamente del hecho ocurrido.

Art. 56. La negativa a alimentarse no será tolerada más allá de los límites en que emplee a resentirse la salud de las reclusas. Cuando ésta a juicio del Médico Asesorado al Establecimiento, suponga algún riesgo en virtud de la causal antedicha, previo certificado expreso de aquel funcionario, la Dirección del Establecimiento adoptará las medidas necesarias, incluso la inhibición física de la rebelde si fuera necesario, para hacerle ingerir a la fuerza los alimentos que indique el médico.

Art. 57. La negativa a alimentarse llevará aparejada en todos los casos, la consiguiente sanción disciplinaria.

Art. 58. Cuando se traten de movimientos colectivos, en los que no sea posible individualizar la promotora o cabecilla, se impondrá reclusión en celda con privación de visita, a toda la planta o plantas comprendidas en el movimiento, debiéndose levantar de inmediato información en la que, si las principales culpables no se individualizan antes, se deberá tomar declaración por lo menos a la mitad de la población total de cada planta.

Art. 59. Cuando dentro de una planta, patio, baño u otro local se cometa una infracción cualquiera, por una sola reclusa, es decir, que no revista carácter colectivo y no pueda darse con las autoras se reclutarán en sus celdas a todas las reclusas de la planta, baño, patio o local provisoriamente hasta tanto se logre la identificación de la promotora; y en caso de no aparecer por medio del sumario que deberá instruirse, se confirmará la reclusión hasta quince o más días según la gravedad del caso.

Art. 60. Las sanciones disciplinarias son acumulativas de modo que cuando una reclusa se halla cumpliendo un castigo que se le hubiera aplicado, ya sea personal o colectivo, y cometiese otra infracción dentro de ese término le será anotada la medida disciplinaria que corresponda aplicarle, para hacerla efectiva una vez que haya terminado la que se encuentra cumpliendo.

Art. 61. Todo acto positivo, así como toda sanción disciplinaria, deberá ser registrado en el expediente de la reclusa, a los efectos de su clasificación de conducta.

Art. 62. El cumplimiento de la pena de incomunicación será facultativo de la Dirección hacerla cumplir en su celda o en celda de aislamiento.

Julio 12 de 1973

DIARIO OFICIAL

141--A

CAPITULO XV

Deberes y facultades de las reclusas

Artículo 63. Las reclusas deben obediencia y respeto a todos los funcionarios del Establecimiento, cualquiera sea su jerarquía y ejecutarán las órdenes que de ellos reciban, sin la mínima objeción.

Art. 64. Las reclusas que olvidando este primer deber, amenacen, acometan o injurien a un funcionario, quedan sujetas no sólo a las medidas disciplinarias que correspondan, sino también a la responsabilidad penal a que haya lugar.

Art. 65. Podrán sin embargo interponer sus quejas ante la Dirección del Establecimiento cuando consideren que han sido víctimas de una arbitrariedad. La falsedad o inexactitud de sus afirmaciones, en estos reclamos, será considerada falta que acarreará corrección.

Art. 66. Ninguna reclusa podrá tener en su celda, ni oculto en cualquier lugar, objetos ajenos a los permitidos reglamentariamente y que constituyen el equipo celdario, implicando falta, cualquier trasgresión a esta disposición que se penará de acuerdo a la gravedad e importancia del objeto hallado.

Art. 67. Tampoco pueden mantener en su poder dinero, alhajas u otros objetos de valor, los que de poseerlos a su ingreso deberán ser entregados a las autoridades, bajo recibo del que recibirán copia.

Art. 68. Toda sustracción de objetos o materiales de pertenencia del Establecimiento, será corregida disciplinariamente y comunicada al Juez competente, a los fines de la imposición de la pena que corresponda.

Art. 69. Siempre que el Director, Subdirector, Jefe u Oficiales penetre en la celda, las reclusas deben ponerse de pie y observar el mayor respeto mientras estos permanezcan en el lugar.

Art. 70. Toda vez que algún funcionario hable con alguna reclusa, ésta debe observar la mayor compostura y manera de expresarse, sin hacer ademanes y adoptando en todo momento, una actitud correcta.

Art. 71. Igualmente les queda prohibido gestos de desobediencia, así como dirigir la palabra a los visitantes, ni hacer señas de inteligencia.

Art. 72. Les está prohibido expresarse en términos irrespetuosos; hacer peticiones y reclamos colectivos, así como toda clase de conversaciones en términos convencionales inteligibles para los encargados de su vigilancia.

Art. 73. Toda reclusa puede solicitar examen Médico en cualquier momento que sienta malestar (físico) dando cuenta al Oficial que está de guardia, quien anotará su nombre (número), Planta, celda y hora de solicitud a los efectos de la visita Médica.

Art. 74. Las obligaciones o deberes de orden secundario a que deben someterse las reclusas serán determinados por un Reglamento respectivo.

CAPITULO XVI

Régimen de ejecución de las penas

Artículo 75. La pena, de cualquier naturaleza que sea, deberá cumplirse normalmente en celda individual.

Art. 76. La reclusa será sometida a un sistema o normas de disciplina, que tienen por fin mantenerla en el orden y especialmente reducir la personalidad de la reclusa y lograr su mejora moral e higiene mental, orientando su futura vida social honesta.

Art. 77. Toda penada que se niegue a cumplir un trabajo fijado, sufrirá la sanción disciplinaria establecida.

Art. 78. Durante el término que perdure su negativa al trabajo, permanecerá en la celda, privada de recreo, lectura y comunicación sin perjuicio de la clasificación de conducta que le corresponda.

CAPITULO XVII

Régimen de comunicaciones y visitas

Artículo 79. La comunicación oral de las reclusas, solo podrá tener lugar en los días y horas que al efecto fija la

Dirección utilizando los locutorios y en presencia de un funcionario del Establecimiento.

Art. 80. Las comunicaciones ordinarias o generales, se realizarán en la forma antedicha y su duración será fijada por la Dirección. Si el número de visitantes fuere extraordinario, que no bastara el tiempo fijado por el horario establecido para atender a todos, la Dirección del Establecimiento podrá reducir la visita a los términos que exigieran las circunstancias.

Art. 81. Una duración mayor y otra clase de visitas particulares únicamente podrán ser autorizadas por la Dirección y en casos muy excepcionales.

Art. 82. Las comunicaciones deberán hacerse en idioma Español.

Art. 83. Cuando las personas visitantes que asistan a la comunicación, no se comporten con la debida urbanidad, decencia y corrección, se podrá suspender la autorización por un lapso determinado o de modo definitivo.

Art. 84. Sólo se permitirá la visita de padres, cónyuges, hijos, hermanos o concubino y siempre que se demuestre fehacientemente la situación de tal.

No obstante lo expresado, previa solicitud de parte, la Dirección podrá autorizar la visita de:

A) Familiares por línea directa en 2.º grado.

B) Otros parientes, siempre que no exista ninguno de los anteriormente mencionados.

Art. 85. La comunicación oral de las reclusas con sus Abogados Defensores, Defensor de Oficio o apoderado se autorizará al solo efecto de sus defensas y se celebrará en el local designado a ese fin pudiendo tener lugar los días y horas fijados por la Dirección.

Art. 86. Para que pueda autorizarse la comunicación que por primera vez solicita el Abogado, con una reclusa, en caso de no ser conocido por el Oficial Encargado o S-2, se identificará su persona por medio de la Cédula de Identidad, debiendo presentar un certificado expedido por el Juez, que entienda en la causa en el que se acredite su calidad de Defensor de la reclusa, o en su defecto, la exhibición del testimonio del poder correspondiente.

Art. 87. La comunicación de las providencias con los Jueces competentes, para la instrucción de los sumarios u otras diligencias de carácter general, se verificará a la hora del día o de la noche en el lugar que la propia autoridad judicial estime necesario, debiendo adoptar las medidas de seguridad y vigilancia que fuere menester.

Art. 88. De acuerdo a lo prescrito por la Suprema Corte de Justicia las notificaciones de la actuación judicial a las reclusas se practicarán únicamente por los funcionarios habilitados a tales fines, cuyos nombres, apellidos, cargos y número de Cédula de Identidad hayan sido comunicados por Oficio a la Dirección del Establecimiento, por parte del Juzgado competente.

Art. 89. Cuando se probaren incorrecciones por parte de algún empleado Judicial, en el desempeño de su cometido con relación a las reclusas, les será suspendida la entrada, dando cuenta al Juzgado competente.

Art. 90. En los pedidos de presencia de reclusas para notificar las providencias judiciales deberá intervenir personalmente un señor Oficial, cuidando de la normalidad de la notificación.

Art. 91. Las correspondencias que reciban las reclusas, será censurada por el S-2.

Art. 92. Las correspondencias que quieran remitir las reclusas será depositada en un buzón especial, cuya llave tendrá en poder el Oficial Encargado, quien tramitará la misma al S-2 que será encargado de procesarla.

Art. 93. Las reclusas no podrán, en sus comunicaciones escritas, usar signos o palabras convencionales tendientes a incorrecto, ni hacer alusiones o emitir juicio con respecto al régimen interno, o al personal del Establecimiento o referir a asuntos que salgan de los términos personales de su interés o de su familia.

Art. 94. Las cartas deberán ser escritas en idioma español.

VII-A

DIARIO OFICIAL

Julio 12 de 19

Art. 95. En ningún caso será permitida la visita a las reclusas con fines de publicidad, vale decir para la extracción de fotos, reportajes, datos o cualquier otra clase de informaciones personales.

Art. 96. Toda persona que concurra a comunicarse con alguna reclusa, será registrada a los efectos de no permitir la introducción de artículos o material no autorizado.

Art. 97. Los casos no previstos en la presente Reglamentación, se resolverán por las disposiciones establecidas en la Circular Reservada N.º 7, del Comando General del Ejército (25/7/972) o directivas emanadas de la autoridad legal competente.

CAPITULO XVIII

Procedimiento de admisión

Artículo 98. El procedimiento de ingreso de una prosecutada o condenada constituye un asunto de gran importancia, debiendo por lo tanto ser planificado y ejecutado en forma eficiente.

Art. 99. Dicha planificación y ejecución visará proteger la seguridad y la sanidad de la cárcel; registrando además informes y datos que servirán de base para el manejo y segregación de las reclusas.

Art. 100. Queda establecida la responsabilidad, con que deben los funcionarios realizar las distintas fases de este procedimiento.

A) Aceptación de la reclusa

Las reclusas serán confinadas de acuerdo a lo dispuesto por una autoridad legal, normalmente mediante auto judicial que pasará a formar parte del historial o registro de la reclusa.

La autoridad responsable de la admisión es el S-2.

1) Obligaciones del S-2. Además de las funciones de planificación, coordinación, asesoramiento y supervisión, deberá tener conocimiento de:

- Quien se encuentra autorizado para enviarle personas para su reclusión, comunicado a través de la Región Militar N.º 1, debiendo ser verificada dicha comunicación.
- Examinar los documentos de consignación que se le presentan, cerciorándose que son auténticos y que están completos (conformados y sellados).
- Comprobar la fecha de sus documentos, nombre y descripción de la reclusa y naturaleza del delito.
- Interrogar brevemente a la reclusa registrando los datos en su ficha de admisión.
- No aceptar a ninguna reclusa que presente signos de lesiones o enfermedad a no ser que haya sido tratada por un médico o examinada en el Hospital y conste en el pase.
- Ninguna reclusa podrá entrar en el Establecimiento, sin haberlo practicado en la sala de Recepción un registro completo y detallado en presencia del Oficial designado.

B) Inscripción de las reclusas

- Se anotarán todos los informes relacionados con la reclusa, anteriores y posteriores a su detención para confirmar su historial, debiendo ser la más precisa y completa posible (Ficha de Admisión).
- A cada reclusa se le asignará un número de identificación.

C) Posesiones personales de la reclusa

- Surgirá de la incautación de las posesiones personales de la reclusa al realizar la recepción.
- Se revisará en presencia de un Oficial taxatario conformando ambos la recepción de todo el procedimiento.
- Se tenderán sobre una mesa, todas las pertenencias incautadas para su registro y clasificación.
- Se firmará un recibo de posesión, por el S-2, el Oficial y la reclusa, quedando ésta con una copia.
- Dicho recibo de posesión (original) será archivado teniendo la siguiente finalidad:

- Protección a la reclusa respecto a las posesiones incautadas.
- Protección a la autoridad ante cualquier reclamación.
- Reduce el problema de custodia y vigilancia.

- Los funcionarios que practicaron la inscripción y registro de la reclusa, son igualmente responsables de los efectos personales que se le incautan, hasta la recepción por el funcionario designado a ese efecto.

D) Artículos prohibidos y almacenamientos de la propiedad.

- No se permitirá que la reclusa conserve: dinero, anillos, relojes, joyería de cualquier clase, pasta de dientes, medicamentos y todo otro artículo de dudosa autorización;
- Todo lo incautado se registrará en forma detallada para la posterior identificación;
- Si la reclusa lo desea, las propiedades podrán ser entregadas a un familiar o amigo, mediante una orden escrita de la interesada;
- Para almacenar las propiedades se destinará a ese efecto un local, que asegure la conservación de las mismas.

E) Registro completo y final de la reclusa

- Después de terminado el procedimiento inicial de inscripción, se llevará a una sala separada donde la reclusa deberá desnudarse y bañarse;
 - Se le debe registrar cuidadosamente para tener la seguridad que no ha escondido nada en su persona;
 - Si bien constituye una tarea desagradable y rutinaria deberá ser llevada a cabo minuciosamente, ya que constituye un requisito de trascendente importancia.
- Registro del Cuerpo.
 - Se debe observar cuidadosamente:
 - Palmas de las manos, axilas, plantas de los pies (entre los dedos), huesos del cuerpo, vendajes o telas adhesivas, detrás y dentro de las orejas, órganos genitales, interior de la boca, donde puede haber objetos adheridos o disimulados;
 - Marcas o cicatrices.
 - Mientras la reclusa se encuentra desnuda, la funcionaria tomará nota de toda marca o cicatriz que pueda servir como prueba más de identificación;
 - Lo especificado en a) y b) deberá ser realizado en presencia de la Jefa del S. S. del Establecimiento;
 - Registro de la ropa.
 - Mientras la reclusa se está bañando, la funcionaria registrará su ropa buscando especialmente: botas o cuechillas para afettarse, medicamentos y otros objetos.
 - Se debe prestar particular atención a:
 - Costuras y forros, cuellos, solapas, dobladillos, doble tela, corbatas, braguetas, interior de cinturones y ballenas, en los zapatos particularmente en: lengüetas, suelas, tacos falsos, etc.

F) Huellas digitales y fotografías

- El procedimiento de inscripción debe incluir la toma de huellas digitales y fotografías de la reclusa.
- Se realizará dicha tarea después del baño a efectos de lograr una mejor impresión en el asento de las huellas digitales.
- Tanto las huellas digitales como las fotografías constituyen un antecedente de identidad siempre necesaria.
- Las fotografías convendrá actualizarlas cuando es adecuada la semejanza de la reclusa.

G) Examen médico

- Después del baño se examinará el cuerpo de la reclusa para comprobar si presenta lesiones o indicios de enfermedad.
- Recibirá esta atención de inmediato a cargo de una enfermera adiestrada en esa práctica y en presencia del Jefe del S. S. del Establecimiento.
- Es obligación del S-2, que hace la recepción, determinar que la reclusa no presenta síntomas que obliguen a una atención inmediata.
- Se debe interrogar a la reclusa si es epiléptica o diabética, o padece cualquier otra enfermedad que exija medicamentación permanente así como si presenta cicatrices de agujas en brazos y cuerpo, que sean síntomas de ser drogadicta.

H) Otras disposiciones

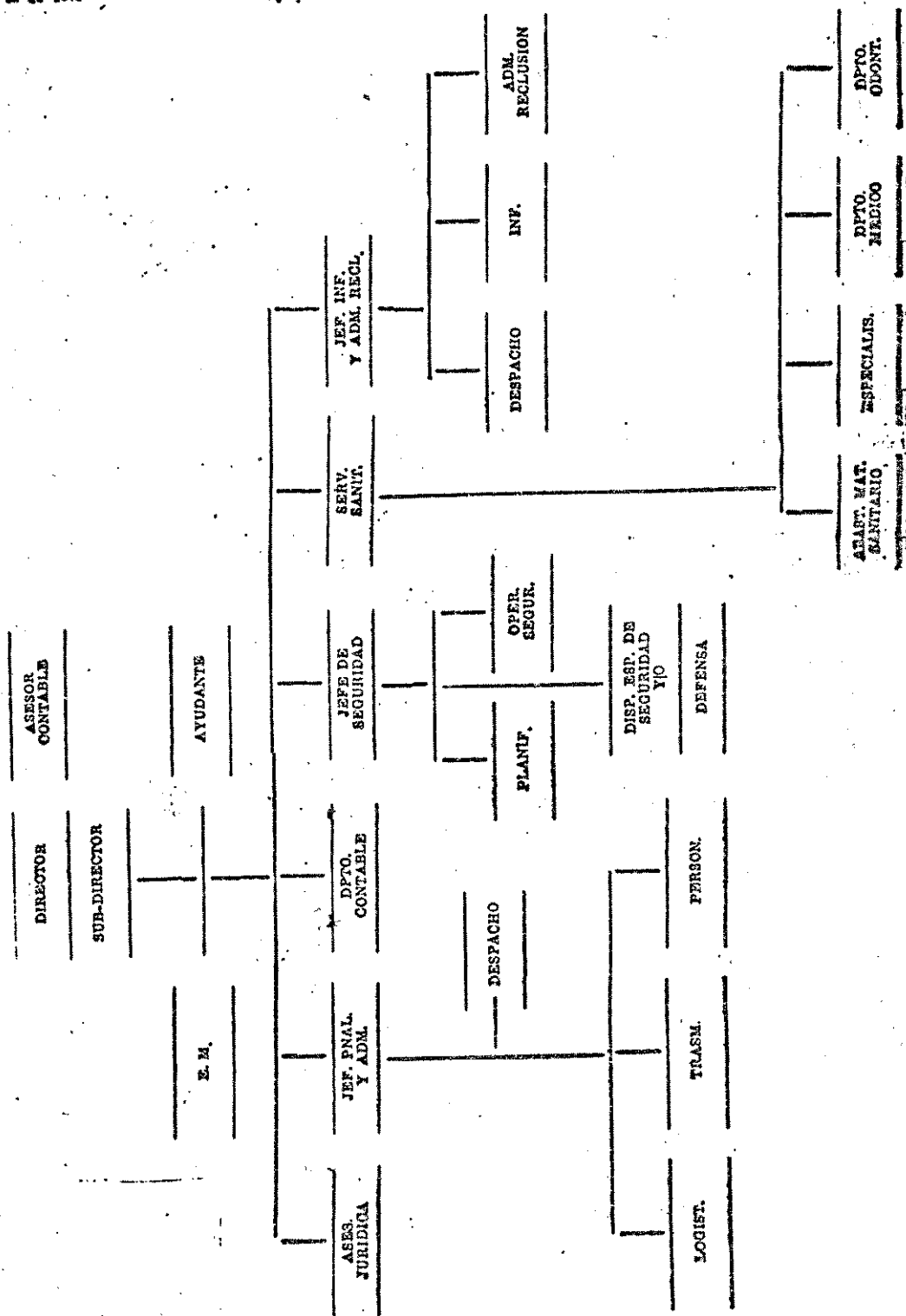
Una vez higienizada se le cortará el pelo, estilo "Pillet" o "Plumita", y se le proveerán de las correspondientes ropas del uniforme y del equipo carcelario y previa clasificación será conducida posteriormente a la celda donde será alojada.

Julio 13 de 1973

DIARIO OFICIAL

142-A

PROYECTO DE ORGANIGRAMA PARA EL ESTABLECIMIENTO MILITAR DE RECLUSION N.º 2



ANEXO 3

E.M.R. N° 1.-
Div. Reclusión
Sec. Celdario-
Mojón 301.- -
Abril 1983.-

-NORMAS DISCIPLINARIAS A CUMPLIR POR LOS RECLUSOS.-

-CONDUCTA A SEGUIR PARA EL TENDIDO DE LAS CAMAS POR PARTE DE LA POBLACION RECLUSA:-

- La cabecera de las mismas serán en dirección a la ventana exterior de la celda.-
- 2 sábanas y una frazada tendida con los bordes por debajo del colchón.-
- La almohada con funda a la vista.-
- Las frazadas restantes se doblarán en 4 (cuatro) quedando tendidas a los pies de la cama (hacia la puerta de la celda).-
- No podrán tener cajas, tohales, calzado, libros, etc. encima de las mismas.-
- Deberán tener sus celdas permanentemente ordenadas y limpias. Las camas en horas que no sean de descanso deberán estar tendidas.-
- Cuando suena el timbre que indica que el descenso ha terminado, salvo los que posean autorización por el Sr. Jefe del Servicio Sanitario por estar enfermos, o los que estén debidamente autorizados por las autoridades del Establecimiento, deberán estar levantados, pudiendo estar sentados en el banco o en la cama, debiendo tener ésta correctamente tendida.-
- Dentro de la celda pueden quitarse el mameluco y permanecer en short, pantalón buzo o pijama.-
- Cuando entra personal Militar en la celda deberán ponerse de pie de inmediato y descubrirse, permaneciendo así hasta que éste se retire o se les autorice adoptar otra posición.-
- En los trabajos de fajina de planchada deberán proceder también de la forma antes indicada, siendo la única excepción en Cine.-
- Cada vez que el Personal Militar manda ATENCION en el local donde se encuentran, deberán adoptar igual procedimiento, escuchando las órdenes que se les impartan en esas condiciones hasta que se les ordene CONTINUAR.-

--CONDUCTA PARA LAS LISTAS:

- A las _____ horas sonará un timbre que indica ATENCION al pasaje de listas y a la hora _____ otro que indicará que los reclusos deberán estar de mamelucos y correctamente parados en el centro de la celda, a la espera de la misma.-

--DESPLAZAMIENTOS:

- Deberán ser hechos en columna de a uno, (distancia aproximada entre recluso y recluso, 1 metro y medio) con las manos atrás, estando prohibido hablar y fumar.-
- Al aire libre pueden permanecer cubiertos así se encuentren en formación o sean conducidos en grupo o individualmente; al ingresar a lugares cerrados, de no existir previa orden expresa de quien los conduce, deberán quitarse el cubrecabeza, permaneciendo en esas condiciones hasta que vuelvan al exterior. En los trabajos generales, así como en las recreaciones, podrán permanecer cubiertos. Cuando tengan que concurrir al locutorio, (visitas, trabajos, etc.) en caso de lluvia, deberán llevar consigo una capa de nylon o la bolsa de ropa ahuecada de tal manera que cubra la cabeza y la espalda.-
- Al ser sacado y al regresar a la celda deberá mantener una distancia entre reclusos de 1 metro y medio aproximadamente.-

--RECREO, CINE Y BAÑO:

- Para el desplazamiento para los recreos rigen las mismas disposiciones anteriores; al regreso deberán formar por Sector y por Ala en el camino frente al Celdario; una vez dentro de su Sector deberán esperar frente a su celda hasta que se les de la orden de ingresar. Cuando los recreos sean sin deporte los reclusos deberán bajar de mameluco; cuando sean con deportes de short o pantalón buzo.-
- La salida al recreo deberá hacerse por Ala y Sector.-
- Será obligatoria la concurrencia para todos los reclusos, excepto para aquellos que estén cumpliendo sanciones de arresto riguroso o simple, o aquellos que por prescripción médica estén debidamente autorizados.-

-EQUIPO INDIVIDUAL AUTORIZADO PARA EL PERSONAL RECLUSO.-

Div. Reclusión
Sec. Celdario-
Mojón 301.-
-Abril 1983

I) ROPA INTERIOR.-

- 4 Calzoncillos cortos.-
- 2 Calzoncillos largos.-
- 4 Camisetas manga corta.-
- 2 Camisetas manga larga.-
- 1 Suspensor.-

II) ROPA DEPORTIVA.-

- 1 Equipo buzo.-
- 2 Shorts.-
- 2 Pares de medias.-
- 2 Pares de championes.-
- 2 Camisetas deportivas.-

III) ROPA DE CAMA.-

- 4 Sabanas.-
- 2 Fundas de almohadas.-
- 4 Frazadas (2 del Establecimiento y 2 parti-
cular).-
- 1 Colchón.-
- 1 Almohada.-

IV) MENAJE.-

- 1 Plato hondo.-
- 1 Plato llano.-
- 1 Plato de postre.-
- 1 Jarro de aluminio.-
- 1 Jarra de plástico.-
- 2 Servilletas.

V) UTILES DE HIGIENE.-

- 1 Cepillo dental.-
- 2 Tohallas grandes de baño.-
- 2 Tohallas chicas.-
- 1 Par de zuecos o chinelas.-

VI) VARIOS.-

- 4 Pares de calcetines.-
- 3 Buzos de lana.-
- 1 Bufanda.-
- 1 Gorra de invierno.-
- 4 Pañuelos.-
- 1 Par de zapatos.-
- 1 Par de alpargatas.-
- 1 Balde de plástico.-
- 4 Publicaciones particulares.-
- 2 Publicaciones de Biblioteca Car.
- 2 Cuadernos.-
- 2 Cuerdas para ropa.-
- 10 Fotografías.-
- 10 Cartas recibidas.-
- 1 Banco.-
- 1 Equipo de mate.-
- 1 Carpeta elástico.-
- 1 Lata para basura.-
- 2 Cajas de cartón (1 de 40x40x30
para ropa y 1 de 40x40x30 para
manualidades).-

-Se pone en conocimiento de la población reclusa que todo el equipo personal y del Establecimiento debe tener el número claramente marcado.-

-CANTIDAD DE MATERIAL AUTORIZADO A TENER EN LA CELDA POR LA POBLACION RECLUSA.-

- 1 Regla de plástico de 50 cms.-
- 1 Escuadra de plástico de 25 cms.-
- 6 Pinceles.-
- 3 Madejas o vellón de lana.-
- 1 Kilogramo de hilo sisal; chaura, pavilo, hilo de algodón, rafia, spaghetti de nylon y junco.-
- 5 Bobina de hilo de coser diferentes medidas.-
- 1 Kilogramo de tela, nylon, hule.-
- 3 Kilogramos de cueros finos, incluidos tientos y pantasote.-
- 5 Kilogramos de suela, carona, cueros gruesos.-
- 1 Kilogramo de herrajes (broches, remaches, hebillas, ojalillos, etc.)
- 6 Agujas (rectas, curvas no más de 6 cms. de largo).-
- 10 Sobres de anilinas.-
- 1 Kilogramo de cemento en gral. (de contacto, cola tipo poxipol).-
- 1 Kilogramos de pintura, cera, barnices, lacas, brasso o similares, tintas.-
- 1/4 Kilogramo de cera virgen.-
- 6 Cierres de cremallera.-
- 3 1/2 kilogramos de madera, incluido mimbre.-
- 1/4 Kilogramo de clavos, tornillos, tuercas, arandelas.-
- 6 Hojas de lijas de cualquier tipo.-
- 1 Kilogramo de masilla, enduido, yeso.-
- 2 Kilogramos de guampa, pesuña, hueso.-
- 1 Kilogramo de chapas de cobre, acero, aluminio, metal blanco.-
- 2 1/2 Metros de alambre (2mm. de diámetro máximo, acero metal blanco, plata)
- 1 Metro de ebonita para pipas.-
- 5 Metes (son unidades).-
- 2 Hojas de cartón.-
- 1 Litro de disolvente de pintura (Aguarrés).-

L.M.B. N°1.-
Div.Reclusión
Sec.Celdario-
Mojón 301.- -

-COLGADO DE ROPA EN LA CELDA:

- No se colgarán prendas en la ventana obstaculizando la visual exterior.-
- Los reclusos podrán tener en su celda para colgado de ropa una cuerda de nylon fino cada uno.-

-TENENCIA DE ALIMENTOS EN LA CELDA:

- Cada recluso podrá tener en su celda hasta 2 panes de no más de 1 día de antigüedad. (Está absolutamente prohibido tener restos de panes viejos, así como restos de comida).-
- Los dulces deberán estar en envases de plástico o bolsas de nylon y perfectamente tapados.-

-BAÑOS:

- Para concurrir al baño lo harán en short, o salida de baño, una vez en el mismo podrán hablar en voz baja: /l comunicársele la finalización del mismo, el recluso que el Soldado Vigilante le indique el cierre de las canchales, deberá hacerlo de inmediato.-

-VESTIMENTA:

- No podrán usar camisas de ningún tipo.-
- Podrán usar botas que no sean del tipo de las usadas por Personal Militar.
- Deberán tener un mameluco en buenas condiciones y otro para trabajos, según de a la entrega recibida.-

-SANCIONES:

- La tercera sanción por material tendencioso o ideológico, ya sean dibujos, manualidades, manuscritos o literatura, es pasible de incomunicación.-
- Será causa de incomunicación poseer literatura tendenciosa oculta.-
- La tenencia de literatura ideológica marxista será siempre motivo de incomunicación, como asimismo manuscritos de esa índole.-
- Los reclusos que pasen incomunicados a la Sala de Disciplina o Piso 4 deberán dejar su celda correctamente arreglada.-

-Abril 1983.-

DIRECTIVAS PARA LA CORRESPONDENCIA.-
COMUNICADO N°3 DE LA DIVISION INFORMACIONES:
SECCION CORRESPONDENCIA.-

E.M.R. N° 1.-
 Div.Reclusión
 Sec.Celdario-
 Mojón 301.- -

ESTABLECIMIENTO MILITAR DE RECLUSION N°1.-Mojón 301,26 de abril de 1982.

-A partir de la fecha el personal recluso entregará la correspondencia los días LUNES y MIÉRCOLES de cada semana.-

1)Cada recluso podrá recibir y/o remitir una carta por semana de y para cualquier persona.-

2)Las cartas de entrada contarán con:

-Nombre completo del recluso, Establecimiento Militar de Reclusión N° 1, Libertad, San José, Número de Identificación, Piso, Sector, N° de C.O. en el borde inferior derecho del sobre.-

-En el reverso superior del sobre se pondrá el nombre del remitente, dirección, calle, número y ciudad.-

-En el reverso superior de la hoja primera se pondrá la aclaración de la firma, en letra de imprenta, con número de Cédula de Identidad y Departamento donde fue expedida.-

-En el caso de que en una carta escriban más de una persona, cada una de ellas deberá cumplir con el requisito anterior.-

3)Las cartas de salida deberán entregarse con el sobre abierto, contando las mismas con:

-Nombre completo del destinatario; cuando las carillas que contiene el sobre sean dirigidas a otra persona distinta de la que aparece en éste, en el reverso de la misma, se incluirá el nombre, apellido y dirección de ella.-

-Idem si fueran varias personas.-

-Dirección, calle, número y ciudad. Medio de transporte en el borde inferior derecho.-

-Nombre del visitante autorizado que retirará la carta; incluir día y mes.

SIGLAS:

-Co. - - - - - :CORREO

-O. - - - - - :ONDA

-Ci. - - - - - :CITA

COMUNICADO N°14 del 5 de julio de 1982.-

-Se comunica que en el remitente de las cartas expedidas por la población reclusa, deberá constar en el lado de atrás del sobre, lo siguiente:

-Nombre, Número de recluso, Número de Casilla de Correo, Piso, Sector, Ala Celda y E.M.R.N° 1.-

-En el reverso superior de la primera hoja se pondrá el nombre completo del recluso, N° de Identificación, Piso, Sector, C.O. e incluye E.M.R.N°1 Libertad, San José.-

REQUISITOS:

-A)Manuscritas, en idioma español, con tinta de un solo color, en letra grande, clara y legible, en hojas de 22 x 28 cms. como máximo.-

- Solo se podrá escribir dos hojas de un solo lado en papel rayado de cartas de 25 renglones, formato 22 x 28 cms., dejando 3 cms. de margen izquierdo.-

-B) No podrán contener abreviaturas, palabras en letras mayúsculas y palabras y frases subrayadas, entre comillas, ni tachaduras.-

- Expresiones vulgares, groseras u obscenas.-

- Escrituras de otro recluso que no sea el remitente.-

- Documentación que no sean las carillas establecidas, dibujos, tarjetas dispositivas, fotocopias, etc., con la excepción de las debidamente autorizadas por esta División.-

- Poesías, cuentos, novelas, o cualquier otro tipo de labor literaria, como asimismo cualquier trozo de ellas, aún en los casos de que sean insertas en las carillas autorizadas.-

- Deberán ser firmadas con la firma habitual del recluso.-

- Idem para todos los remitentes del exterior.-

- Juicios o apreciaciones inconvenientes.-

- No se permitirá el ingreso de correspondencia escrita a máquina, salvo las remitidas por abogados defensores, Juez, u otro profesional que tenga ingerencia en la causa del recluso.-

-Abril 1983.-

-DIRECTIVAS PARA LA CORRESPONDENCIA.-
(Continuación)

Div.Reclusión
Sec.Celdario-
Mojón 301.- -

-5) INGRESO Y EGRESO DE FOTOS:

- Los reclusos podrán recibir hasta 5 fotos a través de las cartas ingresadas por los distintos medios autorizados y podrán ser enviadas al exterior de la misma forma.-
- Estas podrán o no estar acompañadas de las hojas de cartas autorizadas debiendo ajustarse en un todo a las directivas impuestas a la correspondencia. En el caso en que el sobre solamente contenga fotos, éstas serán consideradas como correspondencia a los efectos del cómputo de días para autorizar el ingreso próximo de cartas.-
- El tamaño de las fotos autorizadas será postal o menor.-
- En la parte posterior de las fotos deberán establecerse claramente, Nombre, dirección y documento de identidad de las personas que aparezcan en las fotos, exceptuándose los menores de 12 años, como asimismo, nombre, número y ubicación del recluso.-
- La inclusión de un número mayor de fotos, o el no cumplimiento de las directivas establecidas motivará el rechazo de las mismas.-
- No están autorizadas a entrar por ningún medio, monóculos, diapositivas y fotocopias.-
- Cualquier material que no se ajuste a lo dispuesto precedentemente.-

NOTA: LA PRECEDENTE DIRECTIVA ENTRA EN VIGOR EXPLICITAMENTE A PARTIR DEL DIA DE LA FECHA.-

ANEXO: TODAS LAS CARTAS RECHAZADAS DEBEN LLEVAR UNA COMUNICACION AL RECLUSO.

--TENENCIA DE FOTOS:

- Las fotos deberán estar sobre una cartulina, e irán fijadas a la pared solo en su parte superior. En cada celda no podrá existir más de una cartulina con fotos de familiares por recluso, quedando prohibido adherir a la pared cualquier otro tipo de foto. El máximo de fotos por recluso existentes en la cartulina será de 10.-

-EL PERSONAL RECLUSO DEBERA CONOCER Y MANTENER EN BUEN ESTADO LAS PRESENTES NORMAS, DEBIENDO ACTUALIZARLAS A MEDIDA QUE SE EMITAN NUEVAS ORDENES.

-TENENCIA DE LIBROS:

- Los libros de propiedad deberán tener el sello de CENSURADO y ser de su propiedad.-
- No podrán tener libros subrayados y/o con anotaciones manuscritas.-
- No podrán tener libros de ideología marxista o tendencias afines, o de otros temas prohibidos.-
- Se autoriza a la población reclusa a solicitar un libro más de Biblioteca Central, pero teniendo en cuenta que, de acuerdo a las disposiciones vigentes, no podrán contar con más de 5 libros en total.-
- Las obras que consten más de un tomo, serán considerados todos los tomos como un libro solo.-
- Los suplementos deportivos de "El Día" y "El País" podrán permanecer en la celda hasta 20 días después de su edición, pudiendo circular en el día dentro de ese período.-
- El recluso deberá indicar en la tarjeta de pedido si solicita uno o dos libros. Además deberán llenar la tarjeta de los dos lados a efectos de concretar el pedido.-

-MANUALIDADES:

- Se comunica a la población reclusa que no están autorizados a salir como Manualidades, trabajos con los siguientes diseños: (la rosa, la rosa sangrante, el sol azteco, la estrella de cinco puntas, la paloma, el payo, las manos unidas formando palomas, el mosquito, el pez, la pirámide, la pareja, la mujer y el niño, la mujer embarazada, el quijote, los hipocampos, los tamborileros, trabajos en resina, fotos en resina, trabajos en acrílico, sillas y/o butacas, pinturas abstractas, y los trabajos con madera incrustadas). No podrán confeccionarse manualidades estandarizadas que se identifiquen como realizadas en el Establecimiento.-
- Queda terminantemente prohibido mantener herramientas y materiales de manualidades en la celda en horas no autorizadas.-

-Abril 1983.-

ESTABLECIMIENTO MILITAR DE RECLUSIÓN No. 1.-DIRECTIVAS PARA LA CORRESPONDENCIA:1- RÉGIMEN:

a-Cada recluso podrá recibir por semana :

(1) Una carta con dos carillas como máximo en hojas separadas en un mismo sobre.-

(2) Una carta con dos carillas como máximo en hojas separadas en un mismo sobre, de los familiares detenidos.-

Las cartas serán fechadas a su arribo al Establecimiento de modo que los familiares puedan ajustarse al régimen semanal.-

c-La correspondencia podrá ser remitida indistintamente por las empresas particulares, Correo oficial o familiares que lleguen al Establecimiento.-

2- REQUISITOS:

a-Las cartas recibidas por reclusos contarán:

- (1) Nombre completo del recluso.-
- (2) Establecimiento Militar de Reclusión No. 1. Libertad. San José.-
- (3) Número identificación, piso, sector, en el borde inferior derecho.
- (4) En el reverso superior del sobre, se pondrá el nombre del originador, dirección (calle, número, ciudad).
- (5) En el reverso superior de la primera hoja, se pondrá la aclaración de firma en letra de imprenta, con número de Cédula de Identidad y Departamento.-

b La escritura de las cartas recibidas se ajustarán a los siguientes requisitos:

1- Escritas en Idioma Español, con tinta de un solo color, letra clara, legible, de tamaño normal, en hojas 0,22 x 0,28 mt. como máximo, limitándose a mantener los asuntos personales o familiares en términos claros y concretos.-

2- No podrán contener:

- (a) Juicios o apreciaciones sobre el régimen interno o del personal del Establecimiento, Fuerzas Armadas, Política interna o exterior.
- (b) Abreviaturas, palabras en letras mayúsculas, palabras o frases subrayadas con doble sentido.-
- (c) Expresiones vulgares, groseras u obscenas.-
- (d) Deberán ser firmadas con la firma actual del remitente.-

c-Las fotografías y tarjetas que se envíen no podrán contener más que el nombre del destinatario, fecha y un saludo, sin poemas y/o escrituras extensas que retrasan su procesamiento.-

d)- A los efectos del cómputo de carillas, no se tendrán en cuenta cartas escritas por niños, siempre que éstas no superen una carilla en hoja de cuaderno.-

DEPARTAMENTO DE CORRESPONDENCIA

ANEXO 4

SOBRE LOS CONTENIDOS DEL "URUGUAY NUNCA MAS"

¿Qué se puede encontrar en este libro? La pregunta es de una sencillez tan sólo aparente, porque alude al tipo de lector ideal que a través de la producción de este texto se ha estado postulando. Al querer referirnos a las características de este libro deseamos sortear dos tipos de conclusiones. La de creer que este es prioritariamente un ensayo de ciencias sociales y, la de pensar que esta es una expresión de literatura políticamente comprometida.

Este libro se nutre abundantemente de datos estadísticos, fuentes bibliográficas y de la metodología de investigación que ellas suponen. No obstante, la atención preferente no ha sido la de elaborar un informe dirigido a la comunidad académica de las ciencias sociales, sino llegarle a un lector medio-a quien se ha procurado fatigar lo menos posible con el aparato técnico propio de esas ciencias- aportándole una visión selectiva de la temática que aquí se aborda, sabiendo que en algunos casos dispondrá de otras fuentes de información ya editas y que en otros, se le está brindando información plenamente original.

Decimos que esta no es una expresión de literatura comprometida o militante, en el sentido de que no busca sobredimensionar y priorizar el impacto emotivo. Sin desconocer que hay páginas que pueden conmover a un lector sensible, se ha procurado eludir el rebatimiento terreno del sensacionalismo y la truculencia. Se ha buscado presentar los acontecimientos despojados de adjetivos y de impresiones propias de los redactores; es preciso reconocer que no siempre fue posible. Nuestro deseo ha sido privilegiar el análisis de los hechos que se describen, aunque aquí tampoco ha sido posible satisfactoriamente; hay realidades humanas que por su índole abyecta se mantienen ineluctables.

Vinculado a esta cuestión, está el hecho de que aquí no se brinda una lista exhaustiva de los nombres de los responsables de las aberraciones que se describen. Al respecto, se debe considerar la modestia del "URUGUAY NUNCA MAS"; todo lo que se afirma en la segunda sección está rigurosamente asentado en las fuentes de conocimiento explícitas: documentos editos (artículos de prensa, libros, publicaciones de organismos internacionales) o documentos inéditos (testimonios presentados ante el SERPAJ). En la medida que de ellos surgen, se publican los nombres. Pero lo que no fue posible, fue salir a la búsqueda de la identidad de todos los responsables. No hemos tenido condiciones como para instrumentar los pasos minuciosamente necesarios que constituyen una pesquisa que aporte elementos probatorios. La otra fuente de información, que es la encuesta "La Prisión Prolongada" ha sido garantizada por los responsables de EQUIPOS CONSULTORES ASOCIADOS, la confiabilidad de los datos que brinda, pero no aporta nombres de implicados en la represión, en cuanto por compromiso previo se acordó no solicitarlos. Por ende, la investigación que se ha realizado está en condiciones de asegurar cómo funcionó la maquinaria del terror pero no puede aportar siempre la identidad de quienes la comandaron, y siempre que lo hace es a través de testigos que así lo afirman. Al rechazar el carácter políticamente comprometido de este libro queremos que se descarte la impresión que esta es una obra "de y para" los que coinciden con la postura política de las personas perseguidas por la dictadura uruguaya. Sin embargo, lo antedicho no puede inducir a pensar que no nos sentimos comprometidos con quienes han sufrido la violación de sus derechos en Uruguay. En varios capítulos de este libro presunciones, demostramos que las víctimas de esa agresión no formaban una categoría aparte de la sociedad

uruguaya, antes bien, fue la sociedad en su conjunto la agredida. En consecuencia, nos resulta imposible no identificarnos con las víctimas, pero el nuestro no es más que un compromiso con su humana condición de víctimas, que precisamente fue lo que tuvieron en cuenta sus verdugos con su amplio concepto de enemigo. Reflexionando sobre ese asunto, el filósofo francés contemporáneo Vladimir Jankélévitch decía:

"Los crímenes racistas son un atentado contra el hombre en tanto que el hombre; no contra el hombre en tanto que tal o cual (quatenus...), en tanto que esto o aquello, por ejemplo en tanto que comunista, francmasón, adversario ideológico... ¡No! el racista apuntaba bien a la "ipseidad" del ser, es decir a lo humano de todo hombre" (1)

En ese sentido, no se quiera encontrar en las páginas del "URUGUAY NUNCA MAS" una identificación con las banderas de esos hombres y mujeres que fueron torturados, desaparecidos, asesinados, injustamente encarcelados, exilados. Creemos que la persona encierra un valor tan alto que merece que sus derechos sean defendidos sin interogarse sobre cuales son sus ideas o a que grupo pertenece.

En pocas palabras, estas aclaraciones se hacen porque entendemos que la profundidad de las heridas que aquí se describen reclama la toma de conciencia no sólo de quienes llenen una motivación previa.

LA AUTORÍA DEL "URUGUAY NUNCA MAS"

Como se ha dicho este libro es la materialización de esfuerzos diversos y de fuentes de información cuyo origen y alcance son diferentes, se está entonces ante un texto producido colectivamente. Esa conjunción de responsabilidades alcanza también al nivel de la redacción del informe, en el que participaron abogados, médicos y especialistas en derechos humanos. La coordinación general del "URUGUAY NUNCA MAS" fue llevada adelante por Francisco Bustamante, integrante del Servicio Paz y Justicia (Uruguay), quien participó de las diferentes etapas del proyecto, desde la recolección de la información y la redacción parcial hasta la corrección final del manuscrito. El SERPAJ en cuanto impulsa el proyecto editorial "URUGUAY NUNCA MAS" es quien asume la responsabilidad institucional de este informe.

LA ENCUESTA "LA PRISIÓN PROLONGADA EN URUGUAY: LA VERSIÓN DE LOS DETENIDOS" (EQUIPOS CONSULTORES ASOCIADOS)

La elección de EQUIPOS como responsable de la encuesta que vertebrará este libro, obedeció a un doble criterio. En primer lugar, su eficiencia empresarial garantizaba la realización del trabajo en los plazos y con la calidad requerida. El

(1) JANKÉLEVITCH, Vladimir. L'impressionnisme. Paris, Seuil, 1966, pag 22

segundo aspecto, es complementario del anterior, el bien ganado prestigio de EQUIPOS por sus estudios de mercado y encuestas de opinión pública, ofrecerán la seguridad ante la opinión pública de la objetividad del informe que aportara sin que pudiera presumirse que algún interés particular le indujera a distorsionar los datos.

En lo relativo a las características y límites del estudio, EQUIPOS y SERPAJ acordaron la realización de una encuesta que permitiera cuantificar los principales elementos que caracterizaron al proceso de prisión política y a la población afectada por el mismo. También se convino que la información relevada no incluyera en ningún sentido elementos que permitieran la individualización de los entrevistados, ni de cualquier persona que hubiera participado de cualquier forma durante su detención y eventual maltrato o tortura. Se aspiraba de ese modo, a evitar que el estudio fuera utilizado más allá de las posibilidades de cualquier investigación sociológica de este tipo.

SERPAJ comió a EQUIPOS la instrumentación técnica del estudio y la elaboración de los datos. SERPAJ determinó los temas a indagar y posteriormente retomaría esa información para su ulterior interpretación. A tales efectos, SERPAJ brindó abundante documentación sobre el tema, incluyendo el formulario utilizado para la recopilación de testimonios de ex detenidos que se había aplicado entre 1984 y 1985. De la discusión de ese material surgió que la prisión prolongada había sido la característica diferencial de la represión política en el Uruguay respecto a otros procesos de violación de los derechos humanos similares ocurridos en el Cono Sur puesto que era la modalidad deliberadamente seleccionada por las FFAA para destruir a sus enemigos.

EQUIPOS propuso un proyecto de relevamiento del tema, ajustado a la motivación que SERPAJ oportunamente le expresara. El contrato aprobado a fines de junio de 1986, acordaba la entrega de un Informe Final que proporcionaría organizadamente la información recopilada y presentaría un análisis somero de los principales resultados.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DE LA ENCUESTA

La propuesta de trabajo acordada contemplaba la determinación del universo y selección de la muestra, según la metodología definida por EQUIPOS pero sobre la base de los datos brindados por SERPAJ. El ajuste de los instrumentos metodológicos supuso contactos con informantes calificados y reuniones interinstitucionales propuestos por el SERPAJ. Entre los informantes e instituciones hay que contar a ex-detenidos, abogados, psicólogos sociales, psicoanalistas, equipos de médicos y psiquiatras que asistían a víctimas de la represión, quienes brindaron información básica para establecer las hipótesis de la investigación. Esas consultas, así como las dificultades habidas para la determinación del universo y para la domiciliación de la muestra, ocasionaron un retraso que condujo a la iniciación del relevamiento en el mes de marzo de 1987. El mismo insinuó un tiempo algo mayor que el estipulado (tres meses) debido a algunos problemas de domiciliación y al ritmo de entrevistas que debió ser adaptado a la disponibilidad horaria de los propios entrevistados, generalmente muy escasa.

Se procuró una aproximación al tema y a sus protagonistas de forma tal que se recogiera la experiencia individual a partir de criterios estadísticos y en vistas a su tratamiento poblacional. Con esto se buscó otorgarle a la información reunida un carácter de representatividad, atributo del cual carecen los testimonios personales. Al margen de su importancia y validez indudables, ellos constituyen de variables relevantes. Obviamente la perspectiva estadística obliga a una selección de variables relevantes que no contemplan la complejidad y el detalle de la peripetia individual, pero habilita a proyectar los datos obtenidos sobre el conjunto de la población que haya atravesado similares circunstancias.

Universo y muestra

El universo objeto de estudio fue definido por todas aquellas personas de ambos sexos que fueron procesadas por la Justicia Militar en el período en que ésta tuvo competencia sobre civiles, vale decir, entre el 14 de abril de 1972 y la reestatización del país en 1985.

Debido a las dificultades para obtener información fidedigna, no fue posible reconstruir un listado exhaustivo de la totalidad del universo anteriormente definido. Por ello el universo muestreado quedó constituido por todas aquellas personas que permanecieron recluidas en los penales de Libertad y Punta de Rieles, y por un listado incompleto de las personas recluidas en otros lugares.

Las características antedichas del universo muestreado llevaron a la siguiente estratificación para la selección de la muestra:

Estrato A: Detenidos del Penal de Libertad

Estrato B: Detenidos del Penal de Punta de Rieles

Estrato C: Detenidos de otros penales

El estrato C fue confeccionado y muestreado a los efectos de tener una submuestra que sirviera de control a la muestra de los otros dos estratos.

Las otras variables consideradas a los efectos de la estratificación, fueron sexo y lugar de residencia. Con respecto al sexo, se muestreó en forma estrictamente proporcional a la distribución del universo. Para lugar de residencia, se diferenció entre residentes actuales en Montevideo e Interior, pero sin utilizar un criterio de proporcionalidad. La muestra de residentes en el Interior del país fue seleccionada a los efectos de tener un marco referencial que permitiera controlar situaciones diferenciales. En síntesis, la muestra seleccionada tiene el siguiente diseño:

CUADRO 1: COMPOSICION DE LA MUESTRA

	LUGAR DE RESIDENCIA		SEXO		TOTAL
	MDEO:	INT:	MASC:	FEM:	
LIBERTAD Y P. DE RIELES	247	40	241	46	287
OTROS PENALES			17	9	26
TOTAL			257	55	313

Desde el punto de vista estadístico el diseño muestral fue realizado en base a una muestra aleatoria estratificada de carácter probabilístico con un error de muestreo máximo de $\pm 5.5\%$ en el 95% de las posibles muestras. Esto quiere decir que es posible realizar proyecciones a la población con un intervalo máximo de $\pm 5.5\%$ y con un 95% de confiabilidad en dicha proyección.

Para cada estrato definido se realizó un muestreo sistemático con punto de arranque aleatorio sobre el listado de personas que componían cada estrato. Para la submuestra de personas residentes en el interior del país, se seleccionaron cinco ciudades que fueran representativas de distintas realidades del interior. Estas fueron: Paysandú, Bella Unión, Rocha, San José y Juan Lacaze.

Cuestionario y entrevista

El cuestionario fue elaborado considerando las variables más relevantes y seleccionando indicadores adecuados para una aproximación razonable al tema. Fue confeccionado para ser usado en el marco de una entrevista con encuadro, de carácter coloquial-cooperativo, previamente anunciada y preparada a través de un contacto personal. Antes de aplicarlo al trabajo de campo, el cuestionario fue sometido a un pre-test con voluntarios que reunirían condiciones análogas a la población de la muestra.

Con el cuestionario se propuso tocar niveles diferenciados: a) los hechos en sí (a través del relato del entrevistado); b) la opinión que al entrevistado le merecen esos hechos (y en algunos casos a miembros de su grupo familiar o allegados); c) las vivencias personales que implicaron las experiencias relatadas.

El formulario combinó distintos tipos de preguntas, a saber:

- Preguntas cerradas predefinidas
- Preguntas abiertas focalizadas con codificación posterior (registro textual de las expresiones seleccionadas por el entrevistado)
- Preguntas totalmente abiertas de carácter exploratorio (registro textual de las expresiones seleccionadas por el entrevistado)

El formulario constó de los siguientes capítulos: el Capítulo 1 se dedicó al perfil de la población, el 2 al momento de la detención, el 3 a los lugares de reclusión, el 4 a los aspectos jurídicos, el 5 a la tortura, el 6 trata los vínculos intracarcelarios, el 7 de la salud y el último propone una evaluación o balance de la vida carcelaria o prisión prolongada.

De la experiencia del pre-test y el asesoramiento de psicoterapeutas, se llegó a la conclusión que la entrevista creaba una situación que liberaba recuerdos y vivencias antes bloqueados y que sin embargo, por su modalidad metodológica y su propia finalidad no podía recoger íntegramente. Para ello, se resolvió informar a los entrevistados que lo que se deseaba expresar en forma totalmente libre, fuera del encuadre de la entrevista con cuestionario y que por cualquier motivo no se hubiera expresado, quedaría reservado a un testimonio escrito posterior, no estructurado que podía remitirse directamente a SERPAJ. Asimismo se dejó a todos los entrevistados un contacto personal con un integrante del SERPAJ, de modo que pudieran, eventualmente, volcar los remanentes de una situación movilizadora. En los hechos, no se recibió ningún tipo de testimonio libre ni consulta personal en el sentido antes descrito.

Relevamiento

El relevamiento se desarrolló entre marzo y junio de 1987. Supuso un sensibilización previa de los entrevistados a través de: a) carta personal de carácter informativo exhortando a brindar colaboración en la encuesta; b) apoyo de personas vinculadas políticamente a los entrevistados y c) circulación de la información a nivel de algunos medios de la prensa oral o escrita. El SERPAJ asumió la responsabilidad de estas tareas para legitimar el estudio frente a los entrevistados. Igualmente, se encargó de la muy trabajosa labor de ubicar el domicilio de los entrevistados, para lo cual partió de su fichero y obtuvo posteriormente la colaboración de personas e instituciones que trabajan en la asistencia a las víctimas de la represión.

El relevamiento se compuso de dos etapas. Primero, un contacto personalizado con el entrevistado para saber su reacción ante la propuesta del SERPAJ, brindar información complementaria (se le entregó una explicativa sobre el carácter anónimo de la encuesta) y concretar una entrevista de trabajo en día y lugar a acordar entre ambos. Luego, la entrevista, propiamente dicha, planteada y conducida como tarea conjunta, entrevistador y entrevistado disponían del formulario de la encuesta y la duración fue promediadamente de dos horas y media.

El relevamiento estuvo a cargo de un equipo de catorce entrevistadores experimentados que actuaron bajo la supervisión de dos responsables de campo en contacto directo con uno de los integrantes del equipo técnico. La recepción por parte de los entrevistados, fue muy buena; el grado de adhesión a la tarea alto; la información brindada, generalmente, sin reticencias; el vínculo establecido con los entrevistadores, ágil. Los rechazos fueron escasos, 21 en Montevideo y 3 en Paysandú, lo que hace un total de 7.1% de rechazos, cifra que se considera normal y que no produce sesgos en los resultados. Los rechazos fueron sustituidos a partir de una lista de suplentes, teniendo en cuenta las principales características del titular.

Codificación y procesamiento

La codificación de los cuestionarios fue revisada y completada por un equipo de codificadores sometido a supervisión directa. Las preguntas abiertas fueron "cerradas" mediante códigos especialmente definidos y evaluados con pruebas de test-retest con un nivel de reproducibilidad de 90 entre jueces independientes. Un 15% del total de formularios fueron codificados dos veces por dos codificadores independientes, a los efectos de la identificación de eventuales errores o sesgos sistemáticos. La información fue grabada en un disquete de 5 1/4 pulgadas y procesada en un equipo Texas PC (IBM compatible), de acuerdo a las normas y requerimientos del sistema: MDP/Surveys, desarrollado especialmente por EQUIPOS Consultores Asociados para el procesamiento de encuestas de mercado y opinión pública.

Evaluación de la calidad de los resultados

En lo referente a la muestra se realizaron las siguientes operaciones para comprobar la confiabilidad de los resultados:

- Control de validez de la entrevista en base a un chequeo sobre el 15% de las entrevistas realizadas utilizando un cuestionario breve de cinco preguntas seleccionadas al azar.

b. Control de consistencia de la información relevada en los formularios. Para lo cual se verificaron cada uno de los formularios en el momento de ser entregados a los supervisores de campo.

c. Cotejo de las muestras de los penales de Libertad y Punta de Rieles con las submuestras de otros penales, seleccionando las siguientes variables: edad, ocupación, grado de instrucción, tiempo de detención y plazo de pasaje a juez.

Eso es lo que muestran los cuadros 2 a 6, denominándose muestra 1 a la correspondiente a los penales de Libertad y Punta de Rieles y muestra 2 a la de los otros penales (26 casos).

CUADRO 2: DISTRIBUCION DE EDADES
Comparación muestras 1 y 2

EDAD	muestra 1	muestra 2
18 A 24	32.0	26.9
25 A 29	31.3	15.4
30 A 34	12.9	26.9
35 A 39	11.1	15.4
40 A 44	5.9	11.5
45 A 49	2.4	3.8
50 A 54	1.4	-
55 A 59	-	-
60 Y MAS	2.4	-
TOTAL	100.0	100.0
PROMEDIO:	30.0	31.0
DESUDIO:	8.7	7.3

CUADRO 3: NIVEL DE INSTRUCCION
Comparación muestras 1 y 2

INSTRUCCION	muestra 1	muestra 2
PRIMARIA INCOMPLETA	4.2	3.8
PRIMARIA COMPLETA	8.7	-
SECUNDARIA INCOMPLETA	19.9	7.7
SECUNDARIA COMPLETA	13.2	11.5
UTU	9.4	7.7
ESTUDIOS UNIVERSITARIOS	34.5	53.8
EGRESADOS UNIVERSIDAD	8.7	7.7
OTROS	1.4	7.7
TOTAL	100.0	100.0

CUADRO 4: OCUPACION
Comparación muestras 1 y 2

OCUPACION	muestra 1	muestra 2
PROFESIONAL	20.2	23.1
GERENTE/ADMINISTRATIVO	1.1	3.8
OFICINISTA	24.0	30.8
VENDEDORES	5.2	-
CONDUCTORES	1.7	-
OBROS	16.0	11.5
FF.AA.	2.1	3.8
OTRO OCUPADO	4.6	7.9
DESOCUPADO	4.2	3.8
ESTUDIANTE	6.6	11.5
JUBILADO	1.4	-
MILITANTE FULL-TIME	12.9	3.8
TOTAL	100.0	100.0

CUADRO 5: TIEMPO DE DETENCION
Comparación muestras 1 y 2

TIEMPO	muestra 1	muestra 2
2 AÑOS	7.3	23.1
2 A 3 AÑOS	9.1	15.4
3 A 5 AÑOS	23.0	38.5
5 A 8 AÑOS	24.4	19.2
8 A 10 AÑOS	12.8	-
10 A 12 AÑOS	8.4	3.8
MAS DE 12 AÑOS	15.0	-
PROMEDIO	6.8 años	4.0 años
DESUDIO	3.4 años	2.3 años

CUADRO 6: PLAZO DE PASAJE A JUEZ
Comparación muestras 1 y 2

PLAZO	muestra 1	muestra 2
48 HORAS	2.4	11.5
1 A 2 SEMANAS	5.9	19.2
3 A 4 SEMANAS	9.4	23.1
1 A 3 MESES	34.8	26.9
3 A 6 MESES	30.0	19.3
6 A 12 MESES	13.9	-
MÁS DE UN AÑO	2.1	-
SIN DATO	1.5	-
TOTAL	100.0	100.0
PROMEDIO	3.5 meses	1.5 meses
DESVIO	5.2 meses	4.8 meses

De la comparación resulta que existen diferencias en el nivel de instrucción donde la muestra 2 presenta un más marcado perfil de universitarios. Respecto del tiempo de detención se aprecia que el promedio de la muestra 2 es menor que el de la muestra 1 y que es escaso el porcentaje de quienes estuvieron más de ocho años presos. Vinculado a esto último se observa diferencias en el plazo de pasaje a juez, donde es más breve en la muestra 2.

Otro aspecto a considerar es la posibilidad de que los entrevistados hubieran exagerado la información brindada, alterando los resultados de la encuesta en forma sistemática. A juicio de EQUIPOS, ese hecho no existió o al menos no tuvo carácter generalizado. En primer lugar, la información brindada muestra variaciones significativas en función de algunas variables críticas, como el sexo o el período de detención que no debería mostrar si se hubiera registrado una exageración generalizada. Son muy significativas las variaciones respecto a torturas, registrándose porcentajes relativamente más bajos para aquellos tipos de apremio que se consideran más graves; también se aprecia una disminución de la incidencia de los maltratos a partir de 1981. Estos hechos estarían indicando que no hubo una deliberada intención distorsionadora por parte de los entrevistados. Con lo cual, se puede concluir que la información es de la encuesta es confiable y permite establecer inferencias válidas. No obstante, se debe alertar que se cometería una exageración si se pretendiera aplicar las estimaciones de esta encuesta para referirse a la totalidad de la población que sufrió algún tipo de detención entre 1972 y 1985; recordando, en cambio, que esas estimaciones son exclusivamente válidas para aquellos procesados por la Justicia Militar que estuvieron recluidos en los penales de Punta de Flores y Libertad

CARACTERÍSTICAS SOCIALES DE LOS ENTREVISTADOS

Los cuadros 7 a 23 brindan los principales rasgos sociales de la muestra de personas entrevistadas por la encuesta "La Prisión Prolongada".

Edad y sexo

El cuadro 7 evidencia que el 82% de los encuestados son hombres y 18% mujeres. En el momento de la detención, la mayoría tenía entre 18 y 29 años en el momento de su detención, mientras que en el momento de la encuesta tenían entre 35 y 44 años. La media de edad de los hombres en el momento de detención era de 30 años, en tanto que la de las mujeres era de 27 años.

CUADRO 7: EDAD EN EL MOMENTO DE DETENCIÓN Y EDAD ACTUAL (*), POR SEXO

EDAD	MOMENTO DE DETENCIÓN			ACTUAL		
	HOMBRE	MUJER	TOTAL	HOMBRE	MUJER	TOTAL
18-24	30	38	32	-	2	-
25-29	30	31	30	2	5	3
30-34	14	14	14	12	13	12
35-39	11	13	12	31	33	31
40-44	7	2	6	24	23	24
45-49	3	2	3	14	16	14
50-54	2	-	1	9	4	8
55-59	-	-	-	4	2	4
60 Y MAS	3	-	2	4	2	4
TOTAL	100	100	100	100	100	100

(*) Para todos los cuadros, la denominación "actual" se refiere al momento de realización de la encuesta: marzo-junio 1987.

Introducción metodológica

Estado civil

La mayoría de los hombres eran casados en el momento de la detención, las mujeres en cambio eran mayoritariamente solteras y sin componentes familiares estables. Al momento de la encuesta, creció el porcentaje de casados en un 10%, las parejas en unión libre en un 4%, un 7% el de separados y divorciados y un 0.7 el de viudos.

CUADRO 8: ESTADO CIVIL EN EL MOMENTO DE DETENCIÓN Y ACTUAL, POR SEXO

EST. CIV.	MOMENTO DE DETENCIÓN			ACTUAL		
	HOMBRE	MUJER	TOTAL	HOMBRE	MUJER	TOTAL
SOLTERO	30	51	34	10	24	12
CASADO	62	29	56	71	44	66
UNIÓN LIBRE	5	13	6	9	16	10
SEPARADO	3	7	4	9	14	11
DIVORCIADO	-	-	-	1	2	1
VIUDO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Nivel de instrucción

El cuadro 9 indica que el 42 % de los hombres y el 56% de las mujeres eran estudiantes o egresados universitarios cuando fueron detenidos. En el momento de la encuesta, no se aprendían variantes importantes, aunque algunos han completado sus estudios.

CUADRO 9: NIVEL DE INSTRUCCIÓN EN EL MOMENTO DE DETENCIÓN Y ACTUAL, POR SEXO

	MOMENTO DE DETENCIÓN			ACTUAL		
	HOMB.	MUJER	TOTAL	HOMB.	MUJER	TOTAL
PRIMARIA INCOMPLETA	5	-	4	5	-	4
PRIMARIA COMPLETA	9	2	8	7	-	6
SECUNDARIA INCOMPLETA	19	18	19	18	13	17
SECUNDARIA COMPLETA	13	13	13	14	11	13
UTU	10	7	9	11	15	12
ESTUDIOS UNIVERSITARIOS	33	49	36	31	42	33
EGRESADOS UNIVERS.	9	7	9	12	14	13
OTRO	2	4	2	2	5	2
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Ocupación

No se detectan cambios importantes entre la ocupación predominante en el momento de la detención y el de realización de la encuesta, salvo el marcado descenso de los militantes fulltime. La mayoría de las mujeres eran profesionales o técnicas y empleadas y lo siguen siendo. Los hombres son profesionales, empleados administrativos u obreros. Los obreros son un 19% del total de hombres en el momento de la detención y 21% en el momento de la encuesta. Hay más mujeres desocupadas que hombres.

CUADRO 10: OCUPACIÓN EN EL MOMENTO DE DETENCIÓN Y ACTUAL, POR SEXO

	MOMENTO DE DETENCIÓN				ACTUAL			
	HOMB.	MUJER	TOTAL	HOMB.	MUJER	TOTAL	HOMB.	MUJER
PROFESIONALES, TÉCNICOS	17	35	20	24	31	26	24	31
GERENTES, ADMINISTRATIVOS,	2	-	1	4	2	3	4	2
DIRECTIVOS	25	24	25	23	26	24	23	26
EMPLEADOS DE OFICINAS Y AFINES	5	3	5	5	5	5	5	5
VENDEDORES	2	-	2	2	-	1	2	-
AGRICULTORES, GANADEROS,	2	-	2	4	-	3	4	-
PESCADORES	2	-	2	2	-	1	2	-
CONDUCTORES DE VEHÍCULOS	13	2	11	15	4	13	15	4
OBROS Y OPERARIOS DE LA	5	-	5	7	4	6	7	4
INDUSTRIA	1	2	1	2	5	3	2	5
OTROS OBREROS Y JORNALEROS	3	-	2	-	-	-	-	-
TRABAJADORES DE SERVICIOS	1	1	2	4	5	4	4	5
PERSONALES	1	1	2	3	11	5	3	11
MIEMBROS DE LAS FF.AA.	4	5	4	3	1	2	1	5
OTROS OCUPADOS	6	12	7	1	5	2	1	5
DESOCUPADOS	-	2	-	-	-	-	-	-
ESTUDIANTES	2	-	1	4	-	3	2	-
AMAS DE CASA	12	13	12	2	2	2	2	2
JUBILADOS Y OTROS	-	-	-	-	-	-	-	-
MILITANTES FULL-TIME	-	-	-	-	-	-	-	-
SIN DATO	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

Categoría ocupacional

En cuanto a las categorías ocupacionales se observa que más del 60% de los entrevistados son empleados públicos o privados, en ambos momentos. En el momento de la encuesta, se aprecia un relativo crecimiento de los empleados privados frente a los públicos; también creció el porcentaje de los trabajadores por cuenta propia (patrones, trabajadores independientes), especialmente en los hombres. Un núcleo significativo (23%) en el momento de la detención para los que no corresponde analizar la categoría ocupacional por tratarse de estudiantes, desocupados o militantes fulltime, se redujo sensiblemente en el momento de la encuesta.

CUADRO 11: CATEGORÍA OCUPACIONAL EN EL MOMENTO DE DETENCIÓN Y ACTUAL, POR SEXO

	MOMENTO DE DETENCIÓN				ACTUAL	
	HOMB.	MUJER	TOTAL	HOMB.	MUJER	TOTAL
PATRON O EMPRESA FAMILIAR	3	2	3	5	5	5
TRABAJADOR POR CUENTA PROPIA	9	9	9	15	6	14
EMPLEADO U OBRERO PUBLICO	24	29	25	21	27	22
EMPLEADO U OBRERO PRIVADO	38	25	36	44	36	42
OTRO	3	2	3	2	2	2
COOPERATIVISTA	-	-	-	4	-	3
NO CORRESPONDE	23	33	25	9	24	12
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Ingresos y ayuda familiar

Los cuadros 12 y 13 informan sobre ingresos personales y familiares, se debe tener en cuenta que en el momento de la encuesta el salario mínimo era de N\$ 17,000 y que el dólar estadounidense se cotizaba aproximadamente N\$ 200. El nivel de ingresos es inferior en las entrevistadas mujeres aunque en los ingresos familiares no hay variaciones relevantes.

CUADRO 12: INGRESOS PERSONALES ACTUALES, POR SEXO

	HOMBRE	MUJER	TOTAL
SIN DATO	-	3	1
NO TIENE	2	4	3
10-20 MIL	8	13	8
20-30 MIL	25	40	27
30-45 MIL	33	22	31
MÁS DE 45 MIL	32	16	30
TOTAL	100	100	100

CUADRO 13: INGRESOS FAMILIARES ACTUALES, POR SEXO

	HOMBRE	MUJER	TOTAL
SIN DATO	1	2	1
- DE 15 MIL	-	-	-
15-20 MIL	-	-	-
20-30 MIL	4	9	5
30-40 MIL	12	6	11
40-50 MIL	14	9	13
50-60 MIL	19	25	20
60-90 MIL	22	27	23
+ DE 90 MIL	18	13	15
NO CORRESP.	12	9	12
TOTAL	100	100	100

La inmensa mayoría de los entrevistados declaró recibir ayuda económica de su familia en el momento de la encuesta, no obstante, más del 87% ya la recibía antes de la detención, en forma regular o eventual. Es similar en ambos sexos el porcentaje de quienes reciben ayuda familiar, aunque entre los hombres es mayor el porcentaje de quienes la reciben regularmente.

CUADRO 14: AYUDA ECONOMICA RECIBIDA EN EL MOMENTO DE DETENCIÓN Y ACTUALMENTE, POR SEXO

	MOMENTO DE DETENCIÓN			ACTUAL		
	HOMB.	MUJER	TOTAL	HOMB.	MUJER	TOTAL
SI, REGULARMENTE DE OTROS	82	67	79	88	76	86
MIEMBROS DE LA FAMILIA						
SI, EVENTUALMENTE DE OTROS	6	20	8	2	13	4
MIEMBROS DE LA FAMILIA						
SI, REGULARMENTE DE OTROS	2	5	3	2	-	2
NO FAMILIARES						
SI, EVENTUALMENTE DE OTROS	1	2	1	-	-	-
NO FAMILIARES						
REGULARMENTE DE						
INSTITUCIONES NACIONALES	1	4	2	-	-	-
EVENTUALMENTE DE						
INSTITUCIONES NACIONALES	3	-	2	-	-	-
REGULARMENTE DE INSTITUCIONES						
INTERNACIONALES	1	-	1	2	-	1
EVENTUALMENTE DE INSTITUCIONES						
INTERNACIONALES	2	2	2	4	7	4
EVENTUALMENTE DE ORGANISMOS						
INTERNACIONALES	1	-	1	1	4	2
SIN DATO	1	-	1	1	-	1
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Tenencia de vivienda y de vehículo

El mayor porcentaje de los entrevistados declaró que residía en una vivienda alquilada en el momento de la detención, aunque era importante la proporción de los propietarios. En el momento de la entrevista, los propietarios habían aumentado en un 20%, representando la mitad de los hombres encuestados.

CUADRO 15: TENENCIA DE VIVIENDA EN EL MOMENTO DE DETENCIÓN Y ACTUAL, POR SEXO

	MOMENTO DE DETENCIÓN			ACTUAL	
	HOMB.	MUJER	TOTAL	HOMB.	MUJER
SIN DATO	1	6	2	-	-
PROPIEDAD, PORMITENTE	30	25	29	50	42
COMPRADOR, COOPERATIVISTA	44	38	43	26	30
ALQUILADA	7	-	6	11	13
PRESTADA	1	2	1	2	3
Ocupante de hecho	8	16	9	9	9
COMPARTIDA GRATUITAMENTE	-	4	1	2	3
COMPARTIDA MEDIANTE PAGO	2	-	2	-	-
PENSIÓN O SIMILAR	5	6	5	-	-
LOCAL POLÍTICO	2	3	2	-	-
OTRO	-	-	-	-	-
TOTAL	100	100	100	100	100

El cuadro 16 evidencia que la mayoría carece de vehículo tanto en el momento de la detención como en el de la entrevista.

CUADRO 16: TENENCIA DE AUTOMÓVIL EN EL MOMENTO DE DETENCIÓN Y ACTUAL, POR SEXO

	MOMENTO DE DETENCIÓN			ACTUAL	
	HOMB.	MUJER	TOTAL	HOMB.	MUJER
SIN DATO	4	5	4	-	-
TIENE	14	20	15	20	13
NO TIENE	82	75	81	80	87
TOTAL	100	100	100	100	100

Lugar de residencia

Casi las tres cuartas partes de los entrevistados residían en Montevideo cuando fueron detenidos. En el momento de la encuesta, esa proporción aumentó en más de un 12%, lo que indica que muchos no retornaron a su lugar de origen luego de ser liberados.

CUADRO 17: LUGAR DE RESIDENCIA EN EL MOMENTO DE DETENCIÓN Y ACTUAL, POR SEXO

	MOMENTO DE DETENCIÓN			ACTUAL	
	HOMB.	MUJER	TOTAL	HOMB.	MUJER
MONTVIDEO	73	75	73	85	85
CAPITAL INTERIOR	14	13	14	8	11
OTRA CIUDAD DEL INTERIOR	9	5	9	6	4
INTERIOR RURAL	2	7	3	-	-
EXTRANJERO	2	-	1	-	-
TOTAL	100	100	100	100	100

Integración familiar

En el momento de la detención, más de la mitad de los hombres entrevistados vivían con su pareja, la mayor parte de ellos con hijos. En el momento de realización de la encuesta, la mayoría vivía con su pareja y tienen hijos y en ambos momentos es mayor el porcentaje de quienes tienen hijos entre los hombres.

CUADRO 18: INTEGRACIÓN DEL NÚCLEO CON QUE VIVEN, EN EL MOMENTO DE DETENCIÓN Y EN LA ACTUALIDAD

	MOMENTO DE DETENCIÓN			ACTUAL	
	HOMB.	MUJER	TOTAL	HOMB.	MUJER
NO CORRESPONDE, VIVE SOLO	8	9	8	5	8
PARAJA	21	20	21	14	20
PARAJA E HIJOS	32	11	28	58	38
PADRES/HERMANOS	17	24	19	9	11
PARAJA/PADRES/HIJOS/HERMANOS	5	4	4	9	7
OTROS FAMILIARES Y NO FAMILIARES	3	7	4	3	6
FAMILIARES DIRECTOS/OTROS FAMILIARES Y NO FAMILIARES	2	9	4	2	-
OTRO	3	-	2	-	5
MONOPARENTAL	-	-	-	-	5
GRUPO POLÍTICO	9	16	10	-	-
TOTAL	100	100	100	100	100

El cuadro 19 permite apreciar con más claridad, que la mayor parte de los encuestados, fundamentalmente las mujeres, no tenían hijos en el momento de la detención. Un 26% tuvo hijos después de ser liberados, especialmente entre las mujeres. En el momento de la entrevista, la mayoría tenía uno o dos hijos.

CUADRO 19: NUMERO DE HIJOS EN EL MOMENTO DE DETENCION Y ACTUAL, POR SEXO

	MOMENTO DE DETENCION		ACTUAL	
	HOMBRE	MUJER	HOMBRE	MUJER
SIN HIJOS	51	73	55	27
UN HIJO	23	9	20	24
DOS HIJOS	13	16	14	25
TRES HIJOS	8	2	7	15
MAS DE TRES HIJOS	5	-	4	9
TOTAL	100	100	100	100

En el momento de la detención, los hijos de los entrevistados eran en general de corta edad. En el momento de la entrevista la mayor proporción corresponde a entre 6 y 18 años.

CUADRO 20: EDAD DE HIJOS EN EL MOMENTO DE DETENCION Y ACTUAL, POR SEXO (*)

	MOMENTO DE DETENCION		ACTUAL	
	HOM.	MUJ.	HOM.	MUJ.
CON HIJOS MENORES DE 3 AÑOS	29	13	26	23
CON HIJOS ENTRE 3 Y 5 AÑOS	16	13	15	17
CON HIJOS ENTRE 6 Y 11 AÑOS	17	9	15	30
CON HIJOS ENTRE 12 Y 18 AÑOS	10	4	9	34
CON HIJOS CON MAS DE 18 AÑOS	5	2	5	21
TOTAL	70	51	65	125

(*) Este cuadro presenta información sólo para los que tienen hijos. La misma persona puede estar incluida en más de una categoría en el caso de tener hijos con edades comprendidas entre más de uno de los tramos definidos.

Actividad política en el momento de la detención

Más del 60% de los encuestados eran militantes políticos activos en el momento de ser detenidos; es interesante resaltar el que un 15% de los encuestados declaró no tener actividad de índole partidaria cuando fue detenido.

CUADRO 21: ACTIVIDAD POLITICA EN EL MOMENTO DE DETENCION, POR SEXO

	HOMBRE	MUJER	TOTAL
MILITANTE DE NIVEL DE DIRECCION	19	11	18
MILITANTE ACTIVO	62	68	62
ACTIVIDAD PERIFERICA	5	13	6
ACTIVIDAD GREMIAL	10	4	9
MILITANTE DE OTROS MOVIMIENTOS SOCIALES O RELIGIOSOS	4	4	5
SIN ACTIVIDAD POLITICA	-	-	-
TOTAL	100	100	100

CUADRO 22: GRADO DE SATISFACCION FAMILIAR O DE CONVIVENCIA EN EL MOMENTO DE LA DETENCION

	SIN DATO	%
MUY SATISFACITORIA	27	
SATISFACITORIA	43	
RELATIVAMENTE SATISFACITORIA	18	
INSATISFACTORIA	9	
MUY INSATISFACTORIA	3	
TOTAL	100	

Satisfacción vital

La gran mayoría de los entrevistados tenían en el momento de su detención una situación afectiva satisfactoria o muy satisfactoria

CUADRO 23: GRADO DE SATISFACCION CON LA ACTIVIDAD LABORAL EN EL MOMENTO DE LA DETENCION

	SIN DATO	%
MUY SATISFACITORIA	1	
SATISFACTORIA	10	
RELATIVAMENTE SATISFACTORIA	33	
INSATISFACTORIA	25	
MUY INSATISFACTORIA	20	
NO TIENE ACTIVIDAD LABORAL	5	
TOTAL	100	

Respecto de la actividad laboral que desarrollaban, se sentían relativamente satisfechos. Sin embargo, algo más del 25% expresó disconformidad con la situación laboral que tenía.

Introducción metodológica

Finalmente, se estableció un índice de satisfacción vital, el que confirma que la mayor parte valoraba satisfactoriamente la situación que vivía, siendo clara la mayor conformidad con la situación afectiva que con la laboral.

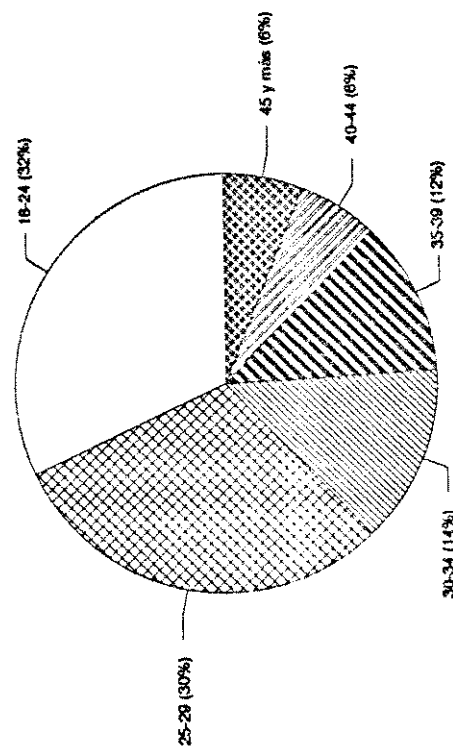
CUADRO 24: INDICE DE SATISFACCION VITAL
EN EL MOMENTO DE LA DETENCION

	%
SITUACION SATISFACTORIA EN LO LABORAL Y AFECTIVO	32
SITUACION INSATISFACTORIA EN LO LABORAL Y AFECTIVO	3
MAS O MENOS SATISFACTORIA EN LO LABORAL Y AFECTIVO	5
LABORAL SATISFACTORIA, AFECTIVO INSATISFACTORIA	3
LABORAL INSATISFACTORIA, AFECTIVA SATISFACTORIA	16
LABORAL SATISFACTORIA, AFECTIVO MAS O MENOS SATISFACTORIA	7
AFECTIVO SATISFACTORIA, LABORAL MAS O MENOS SATISFACTORIA	18
LABORAL INSATISFACTORIA, AFECTIVO MAS O MENOS SATISFACTORIO	2
LABORAL MAS O MENOS SATISFACTORIO, AFECTIVO INSATISFACTORIO	2
NO TRABAJA Y/ NO ACLARA	9
TOTAL	100

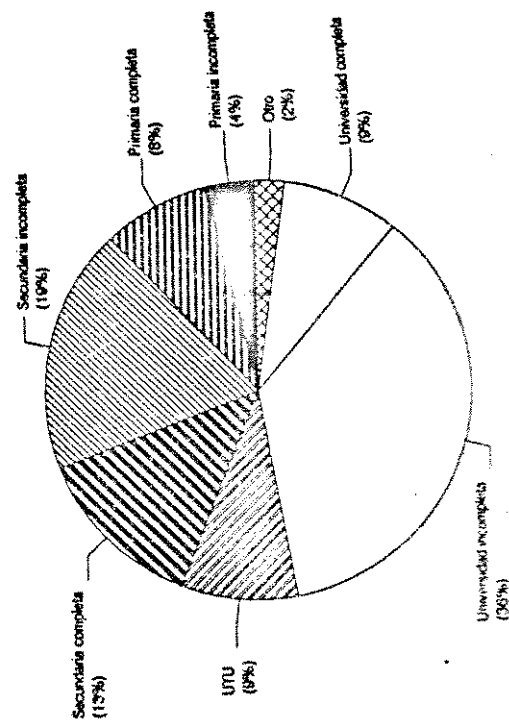
El conjunto de la información estadística presentada en este capítulo aporta los datos básicos de los entrevistados por la encuesta "La Prisión Prolongada". Sin olvidar lo dicho anteriormente acerca de la representatividad de esta muestra respecto del conjunto de la población que fuera afectada por las detenciones políticas, se puede considerar que es una aproximación al perfil sociológico de la mencionada población.

Anexo I

GRAFICA 1: Edad en el momento de detención. (Ver CUADRO 7 en página 23)

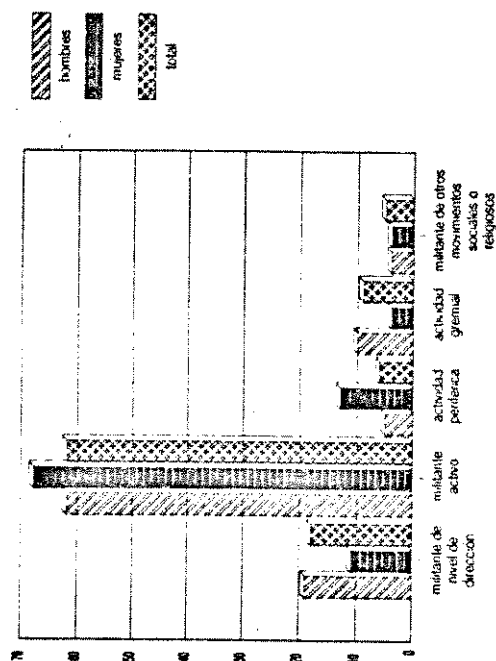


GRAFICA 2: Nivel de instrucción en el momento de detención. (Ver CUADRO 9 en página 24)

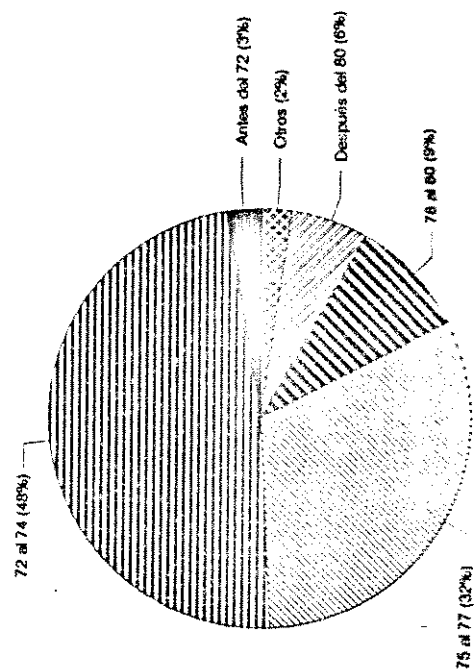


Anexo I

GRAFICA 3: Actividad política en el momento de detención. (Ver CUADRO 21 en página 31)

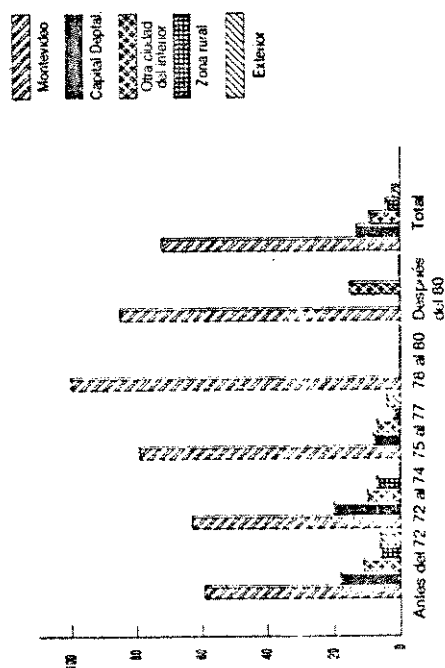


GRAFICA 4: Período en que se produjo la detención. (Ver CUADRO 25 en página 116)

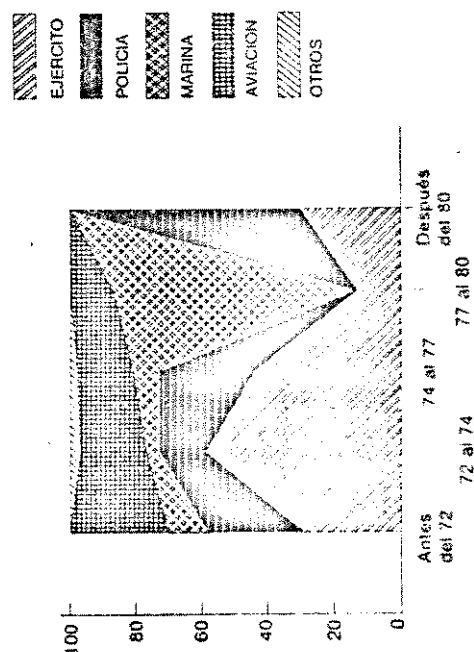


Anexo I

GRAFICA 5: Localidad en que se produjo la detención.
(Ver CUADRO29 en página 120)

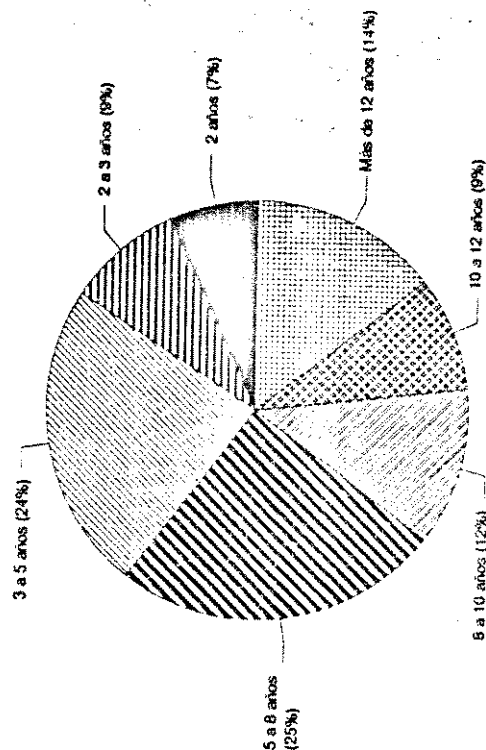


GRAFICA 6: Fuerzas intervinientes en el procedimiento.
(Ver CUADRO31 en página 121)

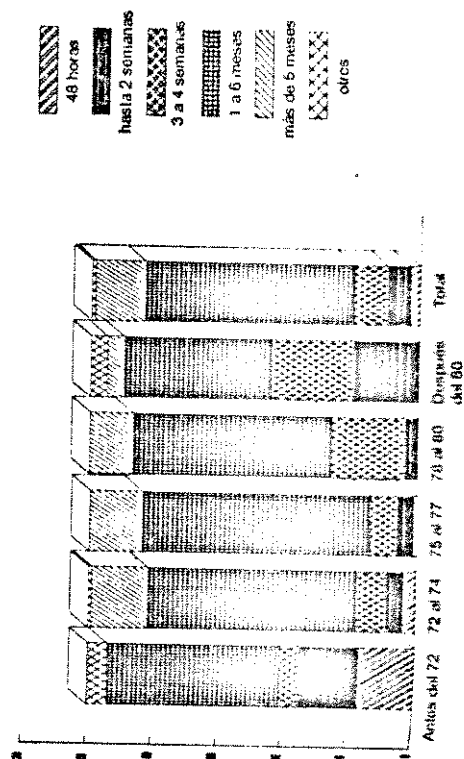


Anexo I

GRAFICA 7: Tiempo de detención de los hombres por período.
(Ver CUADRO27 en página 118)

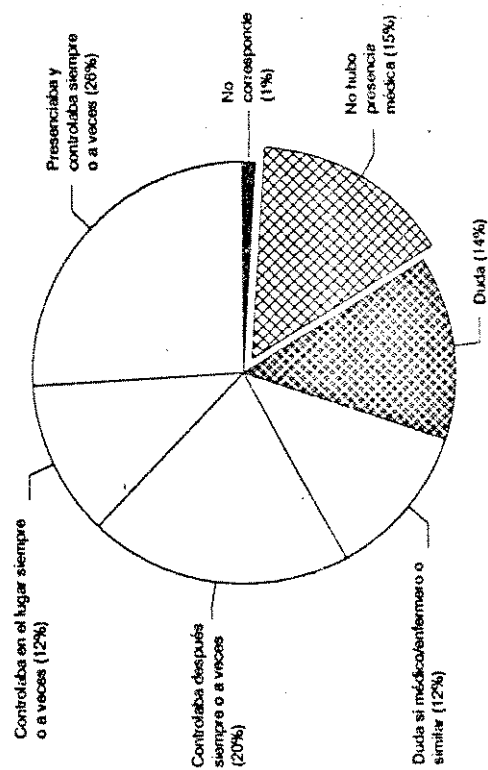


GRAFICA 8: Plazo de pasaje a juez. (Ver CUADRO62 en página 178)



Anexo I

GRAFICA 9: Presencia de médico durante la tortura.
(Ver CUADRO 91 en página 306)



BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABBOT, Jack Henry

"No Ventre da Besta", Francisco Alves Ed., R.J., 1982

ALBUQUERQUE, J.A. GUILHON

"Instituição e Poder", Graal, R.J., 1986

"Metáforas do Poder", Achiamé/Socli, R.J., 1980

"Metáforas da Desordem", Paz e Terra, R.J., 1978

ALMEIDA NEVES, Magda Maria Bello de

"Dominação e Resistência no cotidiano do trabalho fabril: as práticas sociais de mulheres e homens operários" in "Relações de trabalho & Relações de poder: mudanças e permanências", Mestrado de Sociologia UFCE, Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais, Fortaleza, Ceará, 1986.

ANDERSON, Perry

"A Crise da Crise do Marxismo", Brasiliense, S.P., 2a ed., 1984

ANSART, Pierre

"Ideologias, Conflitos e Poder", Zahar Ed., R.J., 1978

APPLE, Michael

"Educação e Poder", Artes Médicas, P.A., 1989

ARENDT, Hanna

"A Condição Humana", Forense Universitária e EDUSP, 1981

"Entre o Passado e o Futuro", Ed. Perspectiva, S.P., 2a ed., 1988

ARGUEDAS, José Maria

"El Sexto", Ed. Horizonte, Lima, 1969

ARIES, Phillippe

"História Social da Criança e da Família", Ed. Guanabara, 1986

BARBU, Zevedei

"Psicologia de la Democracia y de la Dictadura", Ed. Paidós, Buenos Aires, 1962

BARTHES, Roland

"O Prazer do Texto", Ed. Perspectiva, 1987

"Aula", Ed. Cultrix, S.P., s.d.

BAUDRILLARD, Jean

"Esquecer Foucault", Rocco Ed. R.J., 1984

BAUMGARTNER, José Luiz e outros

"Os desaparecidos", Ed. Tchê, P.A., 1987

BERMEJO, Ernesto GONZÁLEZ

"Las manos en el fuego", Ed. de la Banda Oriental, Montevideo, 1985

BERNARDO, João

"Capital, Sindicato, Gestores", Ed. Vértice, S.P., 1987

"A Autonomia nas lutas operárias" in "Organização, Trabalho e Tecnologia", Ed. Atlas, S.P., 1986

BERTAUX, Daniel

"Destinos Pessoais e Estrutura de Classe: para uma crítica da antroponomia política, Zahar Ed., R.J., 1979

"L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités" in "Cahiers Internationaux de Sociologie", vol LXIX, Presses Universitaires de France, 1980

BETTELHEIM, Bruno

"O Coração Informado", Paz e Terra, R.J., 1985

"Sobrevivência e outros estudos", Artes Médicas, P.A., 1989

BIRMAN, Joel

"A Sexualidade na Instituição Asilar", Achiamé/Socii, R.J., 1980

BLANCHOT, Maurice

"Foucault: como o imagino", Ed. Relógio D'Água, Lisboa, s.d.

BOBBIO, Norberto

"Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant, Ed. U.N.B., 1984

"O Futuro da Democracia", Paz e Terra, R.J., 1986

BOÉTIE, Etienne de la

"Discurso da Servidão Voluntária", Brasiliense, S.P., 3ª ed., 1986

BONASSO, Miguel

"Recuerdo de la Muerte", Ed. Era, México, 1984

BOURDIEU, Pierre

"O Desencantamento do Mundo", Ed. Perspectiva, S.P., 1979

"Le Sens Pratique", Ed. Minuit, Paris, 1980

"Le Capital Social" in "Actes de la Recherche", 31, janvier 1980

"Les Héritiers", Les éditions de minuit, Paris, 1964

"A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino",
livraria Francisco Alves Editora, R.J., 2a ed. 1982

BOUTINET, Jean-Pierre

"Le concept de changement social, paradigme impossible, paradigme délaissé, paradigme désuet", in Connexions n.45 Psychosociologie, Sciences Humaines, EPI, 1982

BRESCIANI, Maria Stella

"Lógica e Dissonância", Revista Brasileira de História n.11, set 1985-fev 1986

"Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza",
Brasiliense, S.P., 1982

BRUNO, Lúcia e SACCARDO, Cleusa

"Organização, Trabalho e Tecnologia", Ed. Atlas, S.P., 1986

BUBER-NEUMANN, Margarete

"Milena", Ed. Guanabara, 1987

BURBULES, Nicholas

"Uma teoria do Poder em Educação", in "Educação e Realidade",
P.A. 12(2), jul-dez 1987

CÂNDIDO, Antônio

"Professor, Escola e Associações Docentes", Almanaque, Caderno de
Literatura e Ensaio n. 11, Brasiliense

"Os Parceiros do Rio Bonito", Livraria Duas Cidades, S.P., 6a ed.

CANETTI, Elias

"Massa e Poder", Ed. U.N.B./Melhoramentos, 1986

CAPELINI, Helena Maria de ANDRADE

"Ferroviários no País do Automóvel: trilhas da resistência, 1948-
1980", mestrado em Sociologia, Unesp-Araraquara, 1986, exemplar
mimeografado.

CARVALHO, José Murilo de

"A Construção da Ordem", Ed. Campus, R.J., 1980

"Os Bestializados", Cia das Letras, S.P., 1988

CASTORIADIS, Cornelius

"La Experiencia del Movimiento Obrero", Tusquets Ed., Barcelona, 1979

"A Instituição Imaginária da Sociedade", Paz e Terra, R.J., 2a ed., 1986

CASTEL, Robert

"A Ordem Psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo", Graal, R.J., 1978

CHARLOT, Bernard

"A Mistificação Pedagógica", Zahar Ed., R.J., 2.ed., 1983

CHAUÍ, Marilena

"Conformismo e Resistência", Brasiliense, S.P., 2a ed., 1987

CONRAD, Joseph

"Histórias Inquietas", Ed. Assírio e Alvim, Lisboa, 1986

CORIAT, Benjamin

"El Taller y el Cronómetro: ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en masa", Siglo XXI ED. Madrid, 1985

CORREA, Mariza

"Morte em Família", Graal, R.J., 1983

COVRE, Maria de Lourdes

"A Fala dos Homens", Brasiliense, S.P., 1983

"A Cidadania que não Temos", Brasiliense, S.P., 1986

CRUZ, Heloísa F.

"Os Trabalhadores em Serviços: Dominação e Resistência", tese mimeografada, Dpto. de História, UNICAMP, 1984

DARNTON, Robert

"O grande massacre dos gatos", Graal, 2a ed., 1988

DECCA, Edgar de

"O Nascimento das Fábricas", Brasiliense, S.P., 1982

"1930: O Silêncio dos Vencidos", Brasiliense, S.P., 1984

"A Ciência da Produção: a fábrica despolitizada" in Rev. Bras de História, nº 6, set. 1983, ed. Marco Zero.

DELEUZE, Gilles

"Foucault", Ed. Brasiliense, S.P., 1988

DONZELOT, Jacques

"A Polícia das Famílias", Graal, R.J., 2ª ed., 1980

"L'invention du social", Fayard, Paris, 1984

DOSTOIEVSKI, Fedor

"Recuerdos de la casa de los muertos", Ed. Juventud S.A., Barcelona, 1973

DURKHEIM, Emile

"A Divisão do Trabalho Social", Ed. Presença, Lisboa, 2ª ed.s.d.

"Educação e Sociologia", Ed. Melhoramentos, Biblioteca de Educação, 8. ed., 1972

"La Educación Moral", Shapire Ed. Bs.As., 1972

ECO, Umberto

"Viagem na irrealidade cotidiana", Nova Fronteira, R.J., 7.ed.

ECO, Umberto e BONAZZI, Marisa

"Mentiras que parecem verdade", Summus Ed. S.P., 2ª ed., 1980

EDELMAN, B.

"Naissance de la Legalité Bourgeoise", in "Communications", Seuil, Paris, 1977

ECKERT, Cornélia

"Os Homens da Mina", Ciência Hoje, vol 17, Abril 1988

ENGUITA, Mariano

"A Face Oculta da Escola", Artes Médicas, P.A., 1989

ENRIQUEZ, Eugene

"Poder e Morte" in "Psicanálise, Poder e Desejo", Coleção IBRAPSI, Ed. Chaim Samuel Katz, 1979

"Les institutions: amour et contrainte, consensus et violence" in Connexions n. 30, Psychosociologie, Sciences Humaines, EPI, 1980

"Imaginário Social, recalcamiento e repressão nas organizações", in Revista Tempo Brasileiro 36-37, jan/jun 1974, "A História e os Discursos".

ETZIONI, Amitai

"Análise Comparativa de Organizações Complexas", Ed. USP/Zahar Ed., R.J., 1974

EWALD, François

"L'Etat Providence", Grasset et Fasquelle, Paris, 1986

FALACCI, Oriana

"Um Homem", Ed. Record, R.J., 1979

FAORO, Raimundo

"Os Donos do Poder", Ed. Globo, R.J., 7a ed., 1987

Entrevista "Isto é/Senhor, 7/02/90, p. 10.

FAUSTO, Boris

"Trabalho Urbano e Conflito Social", Difel, R.J., 1977

FOUCAULT, Michel

"Eu, Pierre Rivière...", Graal, R.J., 3a ed., 1984

"Vigiar e Punir", Vozes, R.J., 1984

"As Palavras e as Coisas", Martins Fontes Ed., S.P., 3a ed., 1985

"Nietzsche, Freud e Marx, Theatrum Philosophicum", Ed. Res Ltda.

Porto, Cadernos de Teoria e Conhecimento I.

"Microfísica do Poder", Graal, R.J., 1979

"La Verdad y las Formas Jurídicas", Gedisa, Colección Hombre y Sociedad, Barcelona, 1980

"História da Sexualidade", Graal, R.J., 1985, 6a ed.

FOUCAULT, Michel e CHOMSKY, Noam

"La naturaleza Humana: Justicia contra Poder" in "La Filosofia y los problemas actuales", Ed. Fundamentos, Madri, 1981

FRIGOTTO, Gaudêncio

"A Produtividade da Escola Improdutiva", Cortez Ed., S.P., 1984

GENET, Jean

"Nossa Senhora das Flores", Nova Fronteira, R.J., 2a edição

"O Milagre da Rosa", Nova Fronteira, R.J., 1984

"Diário de um Ladrão", Nova Fronteira, R.J., 1983

GIANNOTTI, José Arthur

"O país sem tempo", F.S.P. "Tendências e Debates, 4/09/90, p.3

GINZBURG, Carlo

"O Queijo e os Vermes", Cia. das Letras, S.P., 1987

GIRDUX, Henry

"Teoria Crítica e Resistência em Educação", Vozes, Petrópolis, 1986

GOFFMAN, Erving

"Manicômios, Prisões e Conventos", Ed. Perspectiva, S.P., 1974

"Estigma", Zahar Ed. R.J., 4ª edição

GOLDENBERG, José

"A Recuperação da Escola Pública", Folha de São Paulo, 5/3/90,
Opinião A-3

GORZ, André

"Crítica da Divisão do Trabalho", Martins Fontes, 1980

GUIMARÃES, Aurea

"Vigilância, Punição e Depredação Escolar", Papirus, Campinas, 1985

GRAMSCI, Antonio

"Maquiavel, a Política e o Estado Moderno", Ed. Civilização Brasileira, 6.ª edição

"Escritos Políticos III" (de "Cuadernos de la Cárcel"), in "Los usos de Gramsci" organizado por Juan Carlos Portantiero, "Cuadernos Pasado y Presente" Ed. Pasado y Presente, México, 1977

HELLER, Agnes

"O Cotidiano e a História", Paz e Terra, R.J., 1980

HIRSCHMAN, Albert

"De Consumidor a Cidadão", Brasiliense, S.P., 1983

HOBBSBAWN, E. J.

"Cidades e Insurreições" in "Revolucionários", Paz e Terra, R.J., 1982

"Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado", Paz e Terra, R.J., 1981

HUIDOBRO, Fernandez e ROSENCOFF, Mauricio

"Memórias del calabozo", Tupac Amaru Ed. 1987

IANNI, Otávio

"Estado e Planejamento Econômico no Brasil", Ed. Civilização Brasileira, 1981

IGNATIEFF, Michael

"Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: um balanço crítico", in Rev. Bras. de História, S.P., vol7 n.14 mar/ago 1987

KAFKA, Franz

"O Veredito ; Na Colônia Penal", Brasiliense, 1986.

KOUTZII, Flávio

"Pedacos de Morte no Coração", LPM Ed., P.A., 1984

KUENZER, Acácia

"A Pedagogia da Fábrica", Cortez Ed.S.P., 1988

LAFARGUE, Paul

"O Direito à Preguiça", Kairós,S.P., 3ª edição, 1983

LAPASSADE, George

"Grupos, Organizações e Instituições", Francisco Alves Ed.,R.J.,2ª ed., 1983

"Le livre fou", EPI editeurs, Paris, 1971

LAPLANCHE e J.B. PONTALIS

"Vocabulário de Psicanálise", Martins Fontes Ed. Lisboa, 1983

LEFORT, Claude

"O Nome de Um", in "Discurso da Servidão Voluntária", Brasiliense, S.P., 3ª ed., 1986

LEME, Paschoal

"O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira", Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos 65(150) maio/ago 1984

LE VEN, Michel Marie

"Trabalho e Democracia: a experiência dos metalúrgicos mineiros 1978-1984", doutoramento em Ciências Sociais, USP, 1987

LEVI, Primo

"E isto um Homem?", Rocco Ed. 1988

"Afogados e Sobreviventes", Paz e Terra, 1990.

LéVY, André

"Le Changement: cet obscur objet du désir", in Connexions n. 45, Psychosociologie, Sciences Humaines, EPI, 1982

LINHART, Robert

"A Greve na Fábrica", Paz e Terra,R.J., 1980

"Lenin, os Camponeses, Taylor", Ed. Marco Zero, R.J., 1983

LOBROT, Michel

"A Pedagogia Institucional", Iniciativa Editoriais, Lisboa, 1973

LONDON, Arthur

"L'Aveu", Ed. Ayuso, Madrid, 1971

LOWY, Michael

"As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen", Ed. Buscavida, S.P., 1987

MACIEL, Lia

"Grupos operativos naturales", monografia datilografada, 1987

"El rol de los sueños en la vida de los presos", monografia datilografada, 1989.

MANN, Thomas

"Mário y el Hipnotizador", Biblioteca de radio Sarandi, Ed. CELE, Montevideo

MARCUSE, Herbert

"El Hombre Unidimensional", Biblioteca Breve de Bolsillo, Ed. Seix Barral S.A., Barcelona, 1968

MARGLIN, Stephen

Origens e Funções da Parcelização das Tarefas: para que servem os padrões", in "Crítica da Divisão do Trabalho", Martins Fontes, 1980

MARX, Karl

"O 18 de Brumário de Louis Bonaparte", Ed. Avante 1984

"Karl Marx, Friedrich Engels: Obras Escolhidas", Ed. Alfa-Omega:

"Crítica ao Programa de Gotha"

"As Lutas de Classe em França", Ed. Avante, 1984

"Contribuição à Crítica da Economia Política", Martins Fontes Ed. 1983

MARONI, Amnérís

"A Estratégia da Recusa: análise das greves de maio/78" Brasiliense, S.P., 1982

MARCONDES FILHO, Ciro

"O Discurso Sufocado", Ed. Loyola, 1981

"A Violência das Massas no Brasil", Global Ed., 1986

MATOS, Olgária

"O Corpo e o Poder", Rev. de Adm. de Empresas, vol 24 n.1
 "Teoria crítica e dominação", Educ. e Sociedade n.º 7, CEDES,
 set.1980, Cortez Ed- Autores Associados

MELVILLE, Herman

"Bartleby", in "Contos de Herman Melville", Cultrix, 1985

MERTENS, Fasano

"Después de la Derrota", Ed. Nueva Imagen, México, 1980

MORE, Barrington

"Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta",
 Brasiliense, 1987

MOISES, José Alvaro

"Lições de Liberdade e Opressão", Paz e Terra, 1982

MOTTA, Fernando Carlos Prestes

"Organização e Poder: Empresa, Estado, Escola", Ed. Atlas, S.P.,
 1986

MURARD, Lyon e ZYLBERMAN, Patrick

"Le Petit Travailleur Infatigable: villes-usines, habitat et
 intimités au XIX siècle", Recherches, Paris, 2ª ed., 1976

OLIVEN, R.G.

"A Violência como mecanismo de dominação e como estratégia de
 sobrevivência", Rev. de Ciências Sociais, R.J., 23 (3)

OLIVERA, Miguel Angel

"Tangata desde la cárcel", Ed. de Uno, Montevideo, 1986

PAGES Max, BONETTI Michel, GAULEJAC Vincent de, DESCENDRE Daniel

"O Poder das Organizações: a dominação das multinacionais sobre
 os indivíduos", Ed. Atlas, S.P., 1987

PAIXÃO, Antonio Luiz

"Recuperar ou Punir", Cortez Ed. S.P., 1987

PEREIRA CUNHA, Maria Clementina

"O Espelho do Mundo", Paz e Terra, R.J., 1986

PERROT, Michelle

"Enquête sur la condition ouvrière en France au XIX siècle", Hachette, Paris

"L'Impossible Prison: recherches sur le système pénitentiaire au XIX siècle, Seuil, Paris, 1980

"Os Excluídos", Paz e Terra, R.J., 1988

"As Crianças da Petite-Roquette" in Rev. Bras. de História, vol 9, n.17 set88-fev89

PETRILLI SEGNINI, Lilliana Rolfsen

"Bradesco: a Liturgia do Poder", doutoramento em Ciências Sociais, PUC, S.P., 1986

PINHEIRO, Paulo Sérgio (org)

"Crime, Violência e Poder", Brasiliense, S.P., 1983

"O Estado Autoritário e Movimentos populares", Paz e Terra, R.J., 1980

POULOT, Denis

"Le Sublime: ou le travailleur comme il est en 1870 et ce qu'il peut être" (étude préalable d'Alain Cottureau), François Maspero, Paris, 1980

PRADO JR., Bento

"Descaminhos da Educação Pós-68", in "A Educação depois de 1968 ou cem anos de ilusão", Cadernos de Debates n. 8, Brasiliense, 1980

QUEIROZ, Maria José de

"A Literatura Encarcerada", Ed. Civilização Brasileira, 1980

RAGO, Margareth

"Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar", Paz e Terra, R.J., 1985

RAMALHO, José Ricardo

"Mundo do crime: a ordem pelo avesso", Graal, 1983

RIBEIRO, R.J. (org)

"Recordar Foucault", Brasiliense, 1985

ROBIN, Armand

"La fausse parole (suivi de Outre Ecoute)", Plein Chant, Ed. Minuit, 1979

ROLLE, Pierre

"Analyse stratégique et liberté humaine" in Connexions 36, Psychosociologie, Sciences Humaines, EPI, 1982

SAMOJEDNY, Carlos(org.)

"Psicologia y dialéctica del represor y reprimido", Roblanco S.R.L., Bs.As., 1986

SARAMAGO, José

"História do Cerco de Lisboa", Cia das Letras,S.P., 1989

SCHWARTZMAN, Simon

"Bases do Autoritarismo Brasileiro", Ed. Campus,R.J., 2a ed., 1982

"Da Violência de nossos dias" in "Dados", Revista de Ciências Sociais, R.J., 23 (3), 1980

SENDIC, Raúl

"Cartas desde la prisión", Mário Zanocchi Ed., Montevideo, 1984

SERRA, Antonio

"Os Carreiristas da Indisciplina", Achiamé/Socil, 1981

SILVA, Eduardo

"Classes populares e cidadania: a propósito das "Queixas do Povo", in "Relações de Trabalho & Relações de Poder", Mestrado de Sociologia UFCE, Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais, Fortaleza, Ceará, 1986

SNYDERS, Georges

"Pedagogia Progressista", Livraria Almedina, Coimbra, 1974

SOUZA, Horacio Ribeiro

"Institucionalismo: a perda das instituições", in Temas IMESC, Soc.Dir. Saúde, S.P., fev.1984

STORCH, Robert

" O Policiamento do cotidiano na cidade vitoriana", in Revista Brasileira de História n. 5, set. 1984, abril 1985

TAYLOR, Frederick

"Princípios da Administração Científica" , Atlas 1989, 7. edição

TCHEKHOV, Anton
 "Contos e Novelas", Ed. Ráduga, Moscou, 1987

TEIXEIRA, Anísio
 "Educação para a Democracia" in "Introdução à Administração Educacional", Cia Ed. Nacional, S.P., 2a ed., 1953

THOMPSON, E.P.
 "A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros", Zahar Ed., R.J., 1981
 "A Formação da Classe Operária Inglesa", Paz e Terra, R.J., 1987
 "Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase", Ed. Crítica, Barcelona, 1979

THOREAU, Henry
 "Desobedecendo: a desobediência civil e outros escritos", Rocco Ed., R.J., 2a ed., 1986

TORRES FONTES, José Augusto
 "Marcou, Dançou", Brasiliense, S.P., 1983

TRAGTENBERG, Mauricio
 "Burocracia e Ideologia", Ed. Atica, S.P., 1985

TWAIN, Mark
 "As aventuras de Tom Sawyer", ed. Brasiliense, 1982.

VINCELLI, Noti
 "La résistance comme non valeur de soi et valeur de la résistance", in Connexions 36, Psychosociologie, Sciences Humaines, EPI, Paris, 1982

VOVELLE, Michel
 "História das mentalidades, história das resistências ou das prisões de longa duração" in "Ideologias e Mentalidades", Brasiliense, S.P., 1987

WEBER, Max
 "Economia y Sociedad", Fondo de Cultura Económica, México, 1974
 "Ciência e Política: duas vocações", Ed. Cultrix, S.P., 1985

WEIL, Simone
 "A Condição Operária e outros estudos sobre a opressão", (org. de Ecléa Bosi), Paz e Terra, R.J., 1979

ZALUAR, A.

"A Máquina e a Revolta. As organizações populares e o significado da pobreza", Brasiliense, S.P., 1985

ZANOTTO, Maria de Lourdes Bara

"Ações e Representações: uma tentativa de análise das relações de trabalho na escola", mestrado em psicologia, USP, 1985, exemplar mimeo.

VARIOS

"Instituições" in Revista Brasileira de História n. 14, ago 1987

"O Homem e o Discurso", Rev. Tempo Brasileiro, Comunicação n.3, 1979

"Sociedade e Trabalho na História" in Rev. Brasileira de História n.11 set 1985-fev 1986

"Sociopsychanalyse: la plus-value du Pouvoir", Petite Bibliothèque Payot, 1972

"Recordar Foucault", (org. Renato Janine Ribeiro), Ed. Brasiliense, S.P., 1985

"Psicanálise, Poder e Desejo", Coleção IBRAPSI, Ed. Chaim Samuel Katz, 1979

"A História e os Discursos", Rev. Tempo Brasileiro, 36/37 jan-jun 1974

"As Instituições e os Discursos", Rev. Tempo Brasileiro, 35, out-dez 1973

"Relações de Trabalho, Relações de Poder: mudanças e permanências" Mestrado de Sociologia UFCe- Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais, Fortaleza, Ceará, 1986

"Educação e Sociedade", ns.12, 31, 21, 7, 20; Cortez Ed. S.P.

"Uruguay: Seguridad Nacional y Cárceles Políticas", IEPALA ed.(Instituto de Estudios para América Latina y Africa), Madri, 1984

"Comisión autocrítica del "Penal de Libertad": informe de consenso", exemplar mimeo. 1985

"Colectivo E.M.R. ng 1", exemplar mimeo

"Regulamiento del E.M.R.ng 2", D.O. Montevideo, p. 136-A, 03/07/1973, Ministerio de Defesa Nacional

"Normas disciplinarias a cumplir por los reclusos", E.M.R. ng 1, Sec. Celdario, Mojon 301, Abril 1983, exemplar mimeo

"El arte en la cárcel", La Hora Cultural, Montevideo, mierc. 19/09/84, p. 13

"La Sal de la Tierra", Cotidiano Mujer, Montevideo, Nov. 1985, año 1 ng 3 p. 10

"Escritos de la cárcel", ed. CIC (Centro de Integración Cultural), vol I, Montevideo 1986

"Qué diré de la cárcel", Lucia Fabbri, Colección "Escritos de la cárcel", ed. CIC, vol V, Montevideo, 1989

"Bitácoras del Final", colección "La Narrativa de los Presos políticos", ed. CIC, vol. III, Montevideo 1988

"Uruguay nunca más", SERPAJ, Montevideo, 1989

DICIONÁRIOS

"Novo Dicionário Aurélio", Ed. Nova Fronteira, R.J.s.d.

"Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa", Ed. Nova Fronteira, R.J., 2a ed.

"Diccionario de Política" (org. Norberto Bobbio), Siglo XXI Ed., México, 1982

"Vocabulário de Psicanálise", J. Laplanche e J.B. Pontalis, Martins Fontes Ed., Portugal, 7a ed., 1983

"Dicionário Espanhol-Português, Porto ed. 2a ed. Portugal

"Dicionário Port-Esp. Esp-Port., David Ortega Caverio, ed. Ramón Sopena S.A., Barcelona, 1975